

A stylized map of Latin America where the geographical shapes of the countries are filled with their respective national flags. The map is set against a dark red background. A large, semi-transparent dark blue rectangle is overlaid on the right side of the map, containing the author's name and the title. A horizontal yellow line is positioned above the title text.

Paulo José Koling

ENTRE PASSOS e
COMPASSOS nos
PROCESSOS DE
INTEGRAÇÃO
LATINO-AMERICANA
no CONE SUL



Desde o ano de 1985 para cá, tem-se dado cada vez mais importância ao tema integração, e, em especial, ao processo de formação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) – Mercado Común Del Sur (Mercosur) –, que, inicialmente, congregava os países do Cone Sul, da América do Sul: o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. O projeto inicial de integração sub-regional do Mercosul, com suas diretrizes comercialistas, teve o Tratado de Assunção, assinado pelos presidentes dos quatro países, aos 26 dias do mês março de 1991, como seu principal marco normativo, institucional e intergovernamental. Tornando-se “novidade”, tanto no que se referia às possíveis configurações integracionistas, quanto às eventuais implicações imediatas para o conjunto da sociedade, os questionamentos em torno da forma como o processo estava – ou não – sendo encaminhado (comercialista ou social) passavam a ser cada vez mais frequentes. As “incertezas” dos “setores sensíveis” à concorrência regional eram apresentadas, pelos governantes e mesmo empresários “competitivos”, como inevitáveis, pois, com as novas definições do Tratado de Assunção, o livre-mercado passava a ser a medida de todas as coisas. Mais do que isso, a “fragilidade” das economias pratenses, seu “atraso” capitalista do “modelo” econômico voltado para dentro e os compromissos da dívida externa, dentre outros, “exigiam” medidas reguladoras liberalizantes no campo social e desreguladoras no âmbito dos Estados-Corporação, cabendo aos indivíduos particulares as iniciativas de readequação, atualização e competência competitiva diante da integração aberta e das novas fronteiras meridionais no Cone Sul.



**Entre Passos e Compassos nos processos de
integração latino-americana no Cone Sul**



**Entre Passos e Compassos
nos processos de integração
latino-americana no Cone Sul**

Paulo José Koling



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo do livro é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

KOLING, Paulo José

Entre Passos e Compassos nos processos de integração latino-americana no Cone Sul [recurso eletrônico] / Paulo José Koling -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. (Coleção Tempos Históricos, 20).

375 p.

ISBN - 978-65-5917-316-7

DOI - 10.22350/9786559173167

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Cone Sul; 2. América Latina; 3. Mercosul; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 172

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética Política 172

Um médico não poderia ser mais feliz, em sua metáfora, ao comparar o subdesenvolvimento com a genética humana:

"O que é subdesenvolvimento?"

Um anão de cabeça enorme e tórax potente é `subdesenvolvido' na medida em que suas pernas fracas e seus braços curtos não combinam com o resto de sua anatomia".

Ernesto Guevara "Che"

PARA

Meus Pais

JOÃO ABÍLIO KOLLING (*in memoriam*) e **LUIZA KOLLING**, "que passaram por muitas mudanças em suas Vidas".

Nota preliminar aos leitores

A publicação deste livro, resultado da pesquisa de Mestrado em História, realizado na PUC/RS – área de concentração em História Ibero-Americana –, intitulada originalmente, “CEPAL: Desenvolvimento Econômico, Integração e Agricultura”, e defendida no mês de fevereiro de 1997, não tinha sido de interesse, haja vista aquele contexto acadêmico e mesmo temático. Neste sentido, nos anos seguintes o próprio tema da integração e do Mercosul passaram por um momento e período de arrefecimento e mesmo as ações no âmbito do Mercosul não avançaram de acordo com as metas e cronogramas estabelecidos, de certo modo, repetindo o que havia ocorrido com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), entre o período de 1960 a 1970. Somente após o início do governo Lula, no Brasil, em 2003, é que houve novas ações intergovernamentais, inclusão de novos Estados-Membros e mesmo outros acordos de integração regional, sul-americano e latino-americano, todavia, nesta pesquisa este período histórico não foi analisado.

Hoje, a iniciativa de publicar a dissertação, quase duas décadas e meia depois, resultou da percepção de que as teses livre-cambistas e as reformas neoliberais passaram a ser política de governo no Brasil, após o Golpe de Estado de 2016, expostas como um plano de ação do PMDB, via o documento “Uma Ponte para o Futuro”, que o então vice-presidente, Michel Temer, passou a seguir após ser nomeado para o cargo de presidente da República. Os anos seguintes ao golpe de 2016, e com o governo seguinte, da candidatura de extrema direita eleita, Jair Messias Bolsonaro (então recém-filiado ao Partido Social Liberal - PSL) e Antônio Hamilton Martins Mourão (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro - PRTB), presidente e

vice-presidente, respectivamente, por assim dizer, abriram ainda mais a caixa de Pandora da “Ponte para o Abismo”, com o foco de garantir que a Esperança ficaria trancafiada, durante e após as devastações.

Neste contexto, a edição da pesquisa em forma de livro (digital e impresso) visa, portanto, contribuir com o debate sobre as implicações que os passos e descompassos que as reformas neoliberais podem gerar em termos de exclusão social e mesmo restrição política dos direitos sociais e cidadãos, às custas de quem deve pagar a conta da crise pela qual passa a economia no Brasil, em seu ambiente interno, regional no Cone Sul ou na América Latina e no cenário mundial (em termos políticos, diplomáticos, comerciais e econômicos).

Na presente publicação, optamos por apresentar outro título, *Entre Passos e Compassos nos processos de integração latino-americana no Cone Sul*, mais amplo e orientado para os temas discutidos em cada um dos quatro capítulos (desenvolvimento e integração, experiência da ALALC e ALADI, caminhos do Mercosul e mobilização dos trabalhadores no Mercosul). No entanto, o texto passou por poucas correções, pela atualização ortográfica e pelo formato estético e técnico da ABNT e de publicações editoriais. Com exceção do texto do item 1.1 – “Considerações sobre a integração econômica”, que foi publicado¹ com alguns acréscimos, os resultados da pesquisa permanecem inéditos.

A temática da pesquisa e as possibilidades da abordagem apresentada tiveram como chão social a vivência do autor, entre os anos de 1970, 1980 e 1990, na microrregião do Alto Jacuí, no Rio Grande do Sul, em meio aos cenários apresentados, por um lado, pelos representantes governamentais, principalmente do governo federal e do governo estadual rio-grandense, e pelos gerentes e quadros técnicos das cooperativas que partilhavam da posição comercialista e concorrencial de que o Mercosul iria

¹ KOLING, Paulo José. “Considerações sobre a teoria da integração econômica” In: Tempo da Ciência (UNIOESTE), Toledo/PR, 1997. v. 4, n. 7, p. 43-58

impactar negativamente na agricultura familiar, especialmente às atividade da produção de leite nas pequenas propriedades rurais, bem como divulgavam o “canto da sereia” do imperativo da competitividade (pela única via da atualização do padrão tecnológico) e do livre-mercado (“lei da oferta e da procura”); e, por outro lado, pelos dirigentes e lutadores sociais dos sindicatos dos trabalhadores rurais, da Central Única dos Trabalhadores-Departamento Rural/RS, das organizações e entidades de assessoria aos movimentos sociais e sindical dos trabalhadores e por pesquisadores críticos, vinculados à universidades e centros de pesquisa, que contestavam o “credo do mercado” e partilhavam uma *praxis* para a construção de outro projeto de integração, econômica e socialmente incluyente e democraticamente participativo com presença popular e camponesa.

Tratando-se da escrita apresentada no livro, hoje, sua leitura merece ser cotejada com a própria condição pessoal e de formação intelectual que o autor apresentava, à época, em termos de vivência social e profissional. As correções e breves acréscimos realizados não alteram a perspectiva da interpretação das referências teóricas, das autorias das fontes, documentos e bibliografia pesquisada. Caso fosse mexer no texto e na interpretação apresentada, deveria, sim, refazer a própria pesquisa e (re)escrever outro texto, todavia, estes não foram os objetivos indicados à presente publicação. Um estudo sobre a historiografia desenvolvimentista, vinculada à tradição cepalina e prebischiana, incluindo a sistematização do projeto de integração que a Comissão produziu, bem como a trajetória da abordagem histórico-estrutural de Raúl Prebisch/CEPAL sobre o capitalismo periférico, foi realizado durante o Curso de Doutorado (PUC/RS), entre 2000/2004, cuja tese também foi publicada recentemente².

Mesmo que a publicação seja realizada num período relativamente distante da pesquisa e da escrita original é necessário registrar o agradecimento

2 KOLING, Paulo José. *América Latina Periférica: o desenvolvimento latino-americano na concepção de Prebisch/CEPAL (1948/1981)*. Curitiba/PR: Editora CRV, 2020. 394 p.

e destacar a importância do fomento obtido junto à CAPES, que concedeu a bolsa de estudos, e à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e suas instâncias internas pela política de capacitação docente.

Com relação ao acompanhamento da pesquisa e às contribuições realizadas na defesa da dissertação, não poderia deixar de mencionar a presença dos professores Dorivaldo Walmor Poletto (PUC/RS), então orientador, *in memoriam*, e José Fernando Kieling (UEM, à época), *in memoriam*. Tratando-se da revisão do texto devo agradecer pelo apoio da Professora Maria Beatriz Zanchet (UNIOESTE), *Bea*, a quem sempre teve um “coração de mãe”.

A tarefa desta pesquisa iniciou com os cenários negativos que o Mercosul (governamental e empresarial, comercialista) apresentava aos agricultores familiares nos três estados sul-brasileiros, especialmente na microrregião do Alto Jacuí, e a necessidade de contestação da indicação destes agentes e agências de que haveria somente um único caminho, o da competitividade aos agricultores familiares; ou a bancarrota de várias atividades similares às que tinham o Uruguai e a Argentina na agricultura (grãos) e pecuárias (carnes, leite e derivados).

Hoje, passadas quase três décadas da assinatura da Ata de Buenos Aires e do Tratado de Assunção, percebemos que o Mercosul não seria uma entrada no céu (do livre mercado), nem uma expulsão do paraíso! Afinal, muitos outros fatores que envolviam os agricultores proprietários de pequenas áreas rurais, a questão agrária e os programas e políticas públicas de Estado à produção agrícola vinham a ser includentes ou excludentes aos camponeses.

Assim, o estudo visa contribuir com às mulheres e aos homens trabalhadores rurais e urbanos, sujeitos "duplamente excluídos" na opção oficial da integração, e aos intelectuais enraizados que constroem a *Nossa Integração*.

Por fim, estas pessoas, protagonistas de si e da história, merecem um agradecimento, seja pela persistência e resistências cotidianas, seja pelos diversos cultivos na terra (hábitos e costumes) e da terra (agricultura familiar e renda direta).

Um último registro também se faz necessário, pela importância que tiveram nas pesquisas de campo, na obtenção de fontes e de documentos e no levantamento de dados, conforme segue: às agências do SICREDI do Alto Jacuí e demais envolvidas; à Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul e Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo – Porto Alegre/RS; à Central Única dos Trabalhadores/Departamento dos Trabalhadores Rurais-RS - CUT/DETR – Porto Alegre/RS; ao Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata – CEDEP-UFRGS; ao Centro de Assessoria Multiprofissional - CAMP/Porto Alegre; ao Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas - IEPE/UFRGS; à Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos - CORLAC/Porto Alegre; à Cooperativa Central Gaúcha de Leite Ltda. – CCGL; à Cooperativa Triticola de Espumoso Ltda.- COTRIEL; à Cooperativa Triticola Mista Alto Jacuí Ltda. – COTRIJAL; à Cooperativa Triticola Mista General Osório Ltda.- COTRIBÁ; à Cooperativa Triticola Taperense Ltda. – COTRISOJA; ao Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos – DIEESE/Porto Alegre; ao Departamento Sindical de Estudos Rurais - DESER/Curitiba; à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMATER/RS; à Escola Sul da CUT – Florianópolis/SC; à Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - FETAG/RS - Porto Alegre; à Fundação de Economia e Estatística (FEE) - Porto Alegre/RS; ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE/Rio de Janeiro; aos Produtos Alimentícios Colorado Ltda. - PROLAC/Colorado; e, aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos Municípios do Alto Jacuí.

Lista de abreviaturas e siglas

AAP	Acordo de Alcance Parcial
AAR	Acordo de Alcance Regional
ACE	Acordos de complementação Econômica
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração (TM-80)
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio (TM-60)
ALCA	Associação de Livre Comércio das Américas
ALECEU	Acordo de Liberação das Trocas Canadá-Estados Unidos
ALENA	Acordo de Liberação das Trocas Norte-Americano
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
ASPROLEITE	Associação Selbaquense dos Produtores de Leite com Melhoramento Genético (Selbach/RS)
PROLAC	Produtos Alimentícios Colorado Ltda.
CAI(s)	Complexo(s) Agroindustrial(is)
CAMP	Centro de Assessoria Multiprofissional (POA)
CAUCE	Convênio Argentino-Uruguai de Cooperação Econômica
CCGL	Cooperativa Central Gaúcha de Leite Ltda.
CCM	Comissão de Comércio do Mercosul
CCSCS	Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul
CEE	Comunidade Econômica Européia
CEDEP	Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata (UFRGS)
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (ONU)
CIES	Conselho Interamericano Econômico e Social
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores (BR)
CGT	Confederación General del Trabajo (AR)
CMC	Conselho do Mercado Comum
CONAPROLE	Cooperativa Nacional dos Produtores de Leite (UY)

CORLAC	Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos
COTRIBÁ	Cooperativa Triticola Mista General Osório Ltda.
COTRIEL	Cooperativa Triticola de Espumoso Ltda.
COTRIJAL	Cooperativa Triticola Mista Alto Jacuí Ltda.
COTRISOJA	Cooperativa Triticola Taperense Ltda.
CPC	Comissão Parlamentar Conjunta
CUT	Central Única dos Trabalhadores (BR)
CUT	Central Unitária de Trabajadores (PY)
DESEP	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos
DESER	Departamento Sindical de Estudos Rurais
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
EMATER/RS	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/RS
EUA	Estados Unidos da América
FCES	Foro Consultivo Económico-Social
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FETAG/RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura/RS
FMI	Fundo Monetário Internacional
FS	Força Sindical (BR)
GATT	Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio
GMC	Grupo do Mercado Comum
G-4	Grupo dos 4 do Cone Sul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai)
Ha. (ha.)	hectare
IA	Iniciativa para as Américas
IEPE	Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (UFRGS)
MCCA	Mercado Comum Centro-Americano
MCE	Mercado Comum Europeu
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA	Acordo Norte-Americano de Livre Comércio
NALADI	Nomenclatura da ALADI
NECs	Novos Países Exportadores
NEP	Nova Política Econômica (URSS-1921/29)
NICs	Novos Países Industrializados

OEA	Organização dos Estados Americanos
OIC	Organização Internacional do Comércio
OMC (WTO)	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PDS	Partido Democrático Social
PEC	Protocolo de Expansão Comercial
PIB	Produto Interno Bruto
PIT/CNT	Plenario Intersindical de Trabajadores/Convención Nacional de Trabajadores (UY)
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNB	Produto Nacional Bruto
POA	Porto Alegre
POP	Protocolo de Ouro Preto
PR	Paraná (BR)
RS	Rio Grande do Sul (BR)
SAA	Secretaria da Agricultura e Abastecimento (RS)
SAM	Secretaria de Administração
SANCOR	Sancor Cooperativas Unidas Ltda. (AR)
SC	Santa Catarina (BR)
SGT	Subgrupos de Trabalho
SICREDI	Sistema de Crédito Cooperativo
SP	São Paulo (BR)
SUDCOOP	Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda. (PR/Sudoeste)
TA	Tratado de Assunção
TEC	Tarifa Externa Comum
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
TICD	Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento
TM	Tratado de Montevidéu (1960)
TM-6o	Tratado de Montevidéu, de 1960
TM-8o	Tratado de Montevidéu, de 1980

Sumário

Introdução	21
<hr/>	
I	37
<hr/>	
Integração econômica e desenvolvimento latino-americano	
1.1 - Considerações sobre a integração econômica	38
1.2 – Raúl Prebisch: a insuficiência dinâmica e integração	48
II	92
<hr/>	
ALALC: a integração nos anos de 1960	
2.1 - O Tratado de Montevideu de 1960	101
2.2 - A agricultura na ALALC	113
2.3 - As vicissitudes da ALALC	125
2.4 - Da ALALC para a ALADI	142
III	147
<hr/>	
Mercosul: a integração nos anos de 1990	
3.1 – A CEPAL e o cenário externo e interno latino-americano	148
3.2 - CEPAL: a inserção competitiva e integração	160
3.3 - Nos caminhos do Mercosul	183
IV	236
<hr/>	
A mobilização dos trabalhadores no Mercosul	
4.1 - "Fazer nossa a integração"	246
4.2 - Considerações sobre o mundo do trabalho na produção leiteira - Região do Alto Jacuí/RS	289
Considerações finais	343
<hr/>	
Referências	353
<hr/>	
Anexo	372
<hr/>	
Anexo I: Organograma da estrutura institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto - 17/12/1994)	372
Anexo II: Mapa do Mercosul (de direito e de fato)	373
Anexo – III: Mapa do Rio Grande do Sul (a)	374
Anexo – IV: Foto: Mauro Schneider e Esposa	375

Introdução

Desde o ano de 1985 para cá, tem-se dado cada vez mais importância ao tema integração, e, em especial, ao processo de formação do *Mercado Comum do Sul (Mercosul) – Mercado Común Del Sur (Mercosur)* –, que, inicialmente, congregava os países do Cone Sul, da América do Sul: o Brasil, a Argentina, o Paraguai e o Uruguai. O projeto inicial de integração sub-regional do *Mercosul*, com suas diretrizes comercialistas, teve o *Tratado de Assunção*, assinado pelos presidentes dos quatro países, aos 26 dias do mês março de 1991, como seu principal marco normativo, institucional e intergovernamental.

Tornando-se “novidade”, tanto no que se referia às possíveis configurações integracionistas, quanto às eventuais implicações imediatas para o conjunto da sociedade, os questionamentos em torno da forma como o processo estava – ou não – sendo encaminhado (comercialista ou social) passavam a ser cada vez mais frequentes. As “incertezas” dos “setores sensíveis” à concorrência regional eram apresentadas, pelos governantes e mesmo empresários “competitivos”, como inevitáveis, pois, com as novas definições do Tratado de Assunção, o livre-mercado passava a ser a medida de todas as coisas. Mais do que isso, a “fragilidade” das economias pratenenses, seu “atraso” capitalista do “modelo” econômico voltado para dentro e os compromissos da dívida externa, dentre outros, “exigiam” medidas reguladoras liberalizantes no campo social e desreguladoras no âmbito dos Estados-Corporação, cabendo aos indivíduos particulares as iniciativas de readequação, atualização e competência competitiva diante da integração aberta e das novas fronteiras meridionais no Cone Sul.

A partir da preocupação com estas questões e suas implicações imediatas e concretas para os “setores sensíveis” do meio rural (notadamente os pequenos proprietários rurais – colonos, da agricultura familiar), dos três Estados sul-brasileiros, decorrentes da similitude das atividades produtivas agrárias e agroindustriais com a Argentina e Uruguai e das medidas livre-cambistas no futuro espaço do Mercosul, optou-se por questionar, em primeiro lugar, a real inexorabilidade do projeto neoliberal, como sendo o “melhor” e o “caminho mais acertado” para o Mercosul; em segundo lugar, relativizar os argumentos neoclássicos legitimadores da “exclusão” pelo mercado¹, apontando os custos sociais deste modelo e seus “sujeitos oficiais”; e, em terceiro lugar, apontar para novos referenciais éticos e sócio-históricos à integração, sem a inevitabilidade do “destino” à marginalidade econômica e política para os “setores sensíveis”.

A melhor forma para perspectivar esta opção política resultou na tarefa de pesquisar a história da própria integração latino-americana contemporânea, apontando suas contingências, porém partindo do universo existencial e das estratégias cotidianas dos interlocutores sociais. Nesse sentido, o Mercosul recolocou na ordem do dia a temática da integração sub-regional e a tarefa da mobilização social e popular como meio de intervenção política da sociedade civil nas esferas governamentais, em defesa do caráter social da integração no Cone Sul.

Após decorridas, praticamente, duas décadas da assinatura do segundo Tratado de Montevidéu, em 1980, e o abandono de suas metas no período seguinte, a ideia da integração começou a ocupar um destaque maior nas discussões sobre a realidade destes países e da própria América Latina, de forma mais ampla. Esta retomada, mesmo sendo curto o

¹ Só é competitivo quem apresenta os menores índices na equação custos/produção, ou seja, melhor produtividade, em nível do mercado. A produtividade, por sua vez, segundo esse raciocínio, só é garantida quando se tem a melhor tecnologia.

interregno, sugere o comentário que Adam Schaff (1964) apresentou a respeito das “velhas-novas idéias”². O principal propósito deste estudo vem a ser, justamente, o de apresentar as "velhas" e "novas" ideias sobre a integração latino-americana, no período de 1950 a 1995.

Assim, no presente estudo sobre a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o tema do desenvolvimento econômico e da integração e impactos em setores da agricultura de base familiar, em pequenas propriedades de terra, pretende-se discutir esses três eixos temáticos segundo as concepções (ideias/noções/propostas) no pensamento cepalino e nos (des)caminhos das experiências de integração no Cone Sul iniciadas a partir de 1960, com a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), passando pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e chegando até os primeiros anos do Mercosul.

A riqueza do enraizamento histórico-social dessas "velhas-novas" ideias, nascidas da teorização/ação de indivíduos e grupos sociais igualmente situados, incluindo-se nesse caso a própria Comissão Econômica para a América Latina, instiga a perguntar o que era/é o "velho-novo" e o que era/é o "novo-velho" (?).

A primeira e principal figura que aparece nesta cena é Raúl Prebisch, com suas ideias e seu envolvimento com as questões do desenvolvimento e da integração na América Latina. A partir desse comprometimento com a realidade periférica latino-americana, a "originalidade da cópia"³,

2 "Uma idéia nascida numa dada época e num dado meio, correspondendo a condições e a necessidades definidas do desenvolvimento da ciência, reaparece numa outra época e num outro meio, correspondendo a condições e a necessidades novas. (...) Mas é ao mesmo tempo uma idéia nova, porque novos são os conteúdos que a preenchem, porque novo é o seu contexto intelectual e social" (SCHAFF, 1964, p. 15).

3 Este ensaio pode ser encontrado na obra: CARDOSO, Fernando Henrique. "Originalidade da cópia: a CEPAL e a idéia de desenvolvimento" In: _____; *As Idéias e seu lugar*: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993. p. 27-80

apresentada por Fernando Henrique Cardoso, correspondia ao lugar do seu saber⁴.

O primeiro referencial relacionado a Prebisch é o princípio dualista, centro-periferia, em seu pensamento sobre o desenvolvimento econômico latino-americano que se tornou o marco teórico da CEPAL nos anos de 1950 e 1960. Mesmo sabendo das implicações que o referencial estruturalista (econômico) e a visão do tempo tecnológico sobre o desenvolvimento capitalista desse autor, relendo as "velhas ideias"⁵, a partir das novas condições, percebe-se muitos elementos que continuam provocativos e atuais. A retomada das discussões sobre a integração latino-americana, a partir de meados da década de 1990, estava trazendo à tona, novamente, os estudos de Raúl Prebisch. Numa releitura do pensamento prebischiano, quando confrontado com as "novas ideias" sobre a integração da CEPAL (nos anos de 1980/1990)⁶ e dos governos nacionais naquele período, relocala-se, no processo concreto da integração, muitos elementos balizadores da sua proposta de desenvolvimento que têm maior radicalidade social, se confrontados com os novos escritos (abordagens) e diretrizes (sugestões de metas e projetos).

Um dos pontos fundamentais para uma releitura de Raúl Prebisch está na clareza a respeito do que ele entendia por desenvolvimento. Em sua teoria sobre o desenvolvimento latino-americano é possível diferenciar, didaticamente, três sentidos (significados) particularizados dados ao termo desenvolvimento econômico, quais sejam: *crescimento econômico*, *modernização econômica* e *desenvolvimento social*. Se esta distinção não é

4 "Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção sócio-econômica e cultural" (CERTEAU, 1988, p. 18).

5 As principais fontes de Raúl Prebisch utilizadas nesse estudo foram: "O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas" (In: *Revista brasileira de economia*. FGV, set/1949. Ano 3, n.º 3. p. 47-95) e *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano* (São Paulo: Ed. Fundo de Cultura, 1964).

6 Para esse período as obras de maior destaque e importância na e da CEPAL foram: *Transformación productiva con equidad* (Santiago: ONU/CEPAL, 1990) e *Equidad y transformación productiva: un enfoque integrado* (Santiago: ONU/CEPAL, 1992).

perceptível em todos os seus escritos, uma vez que ele o define apenas em seu terceiro sentido, esta diferenciação didática contribuirá para a compreensão da perspectiva social da redistribuição de renda à população pobre (marginalizada), enquanto medida urgente a ser adotada nos países periféricos. Entretanto, ao comparar o pensamento de Raúl Prebisch (anos 1950/1960) com o pensamento cepalino dos anos de 1990, ou com as abordagens de outros economistas, esses três significados tornam-se mais evidentes, sendo até imprescindíveis, uma vez que apontam para conteúdos sociais distintos. Sua crítica ao mero crescimento econômico e à modernização tecnológica pode ser vista em sua obra *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano* (PREBISCH, 1964), na medida em que passou a discordar da possível modernização conservadora (periférica e excludente, marginalizadora) e seus agravantes sociais, sugerindo a concomitância entre o desenvolvimento econômico e a redistribuição de renda⁷.

Em Raúl Prebisch, um desses sentidos específicos sobre a vida econômica nacional pode ser compreendido enquanto mero *crescimento econômico*, correspondendo-lhe apenas situações de expansão econômica ou aumento da produção/riqueza, que pode ser constatado pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB), das exportações, da expansão do espaço agrícola (colonização) e mesmo pelo crescimento da população economicamente ativa no mercado (formal e informal)⁸. Por *modernização*

⁷ “As páginas deste trabalho estão penetradas de uma idéia dominante: a América Latina tem que acelerar seu ritmo de desenvolvimento econômico e redistribuir a renda em favor das massas populares. O cumprimento deste objetivo não poderá dilatar-se indefinidamente; nem caberia esperar que o *desenvolvimento econômico* se apresentaria e logo sobreviria, como consequência natural, o *desenvolvimento social*. Ambos devem cumprir-se de modo compassado. Para consegui-lo, é mister agir racional e deliberadamente sobre as forças do desenvolvimento, e este não poderá ser o resultado do jogo espontâneo dessas forças, como sucedeu na evolução capitalista dos países adiantados” (PREBISCH, 1964, p. 20 - grifo nosso).

⁸ O aumento não se limita ao seu crescimento quantitativo, mas, sim, à sua riqueza. O simples aumento do volume não representaria, necessariamente, maior valor econômico, haja vista as variações dos termos de intercâmbios. Um dos principais pontos da sua crítica à teoria das vantagens comparativas (clássica e neoclássica) do comércio internacional e da deterioração dos termos de intercâmbio esclarece esta questão.

econômica podem ser vistas as indicações que o autor fez em relação à aplicação de novas tecnologias nos processos produtivos que resultariam em uma maior produtividade dos fatores nos ramos primários e secundários, ou mesmo, nos setores de serviços (terciário). É desse significado que pode ser buscado a ideia, em Prebisch, de tempo e lugar tecnológico no desenvolvimento capitalista, sendo um dos principais elementos da realidade do dualismo no sistema centro-periferia que ele indicou. Em si, toda modernização econômica também corresponde a um crescimento econômico, embora o inverso não ocorra, necessariamente. A modernização econômica pode ser vista, por exemplo, na inovação tecnológica na agricultura (modernização agrícola) e nas indústrias. Porém, esta mesma modernização poderia ser *conservadora* ao preservar as mesmas estruturas socioeconômicas. O paradigma tecnológico, do progresso técnico moderno, em Prebisch, potencializa a solução da pobreza, mas, por outro lado, também pode agravá-la, como no caso da continuidade do latifúndio e da desocupação tecnológica na periferia. Por último, *desenvolvimento social* representava, para o autor, reais melhorias das condições de vida, principalmente para os “excluídos sociais” (massas pobres). Ao propor a superação do subdesenvolvimento latino-americano, Prebisch deixou claro que esta situação somente seria possível com redistribuição de renda, indicando, para tanto, a ruptura com o estrangulamento externo e interno, mediante ação intencional do Estado e da absorção produtiva das massas pobres no meio rural e em atividades econômicas nos centros urbanos, haja vista as migrações campo-cidade. O adjetivo não está colocado gratuitamente. Pelo contrário, avançando-se nessa discussão, poder-se-ia rediscutir o próprio estruturalismo do autor, pois ao acentuar as questões sociais regionais⁹ ele colocava na ordem do dia as enormes desigualdades

9 A categoria região, para Prebisch e a CEPAL, diz respeito a toda a América Latina, enquanto realidade periférica.

sociais internas, propondo impostergavelmente a redistribuição de renda como condição *sine qua non* ao desenvolvimento social. É por essa razão que a reforma agrária, mesmo nos termos de um programa de Estado modernizante, estava colocada na ordem do dia, pois romperia com o latifúndio improdutivo e o gargalo do minifúndio inviável¹⁰. Segundo Raúl Prebisch, para que uma modernização tecnológica resultasse num desenvolvimento, ela necessariamente teria que estar acompanhada da redistribuição de renda, isto é, responder pela *função social*, do contrário, seria *conservadora e agravante no subdesenvolvimento*. É este o sentido de modernidade em Prebisch e o foco de atenção sobre seu pensamento acerca do que representaria o desenvolvimento econômico e social latino-americano.

A organização do livro orienta-se em dois aspectos: o primeiro deles segue o próprio índice e tem por base o processo histórico, isto é, a apresentação do assunto pretende aproximar-se da realização histórica da integração e dos embates entre os interlocutores sociais; o segundo segue as temáticas do título (desenvolvimento econômico, integração e agricultura de base familiar) e procura interligar, diferenciar e confrontar as ideias/propostas, socialmente localizadas, acerca destes assuntos.

No Capítulo I - *Integração Econômica e Desenvolvimento Latino-Americano*, apresentam-se algumas considerações sobre a própria teoria da integração econômica, no que se refere ao ordenamento das relações econômicas internacionais (regramento do comércio, acordos supranacionais, etc.) e das implicações (modelares) das formas jurídicas de criação de espaços de integração ao conjunto de seus membros e para

10 Para este estudo não propomos uma abordagem aprofundada desta questão, porém, é preciso situar os programas de reforma agrária ao contexto da Aliança para o Progresso, de 1961, enquanto reação do governo estadunidenses à revolução cubana, de 1959, e os “problemas que a pobreza” poderia fomentar nos demais países latino-americanos. A CEPAL, por ser uma Secretaria da Organização das Nações Unidas (ONU), exerceu a função de assessoria junto à Aliança para o Progresso, guardadas, obviamente, certas diferenças e divergências.

com terceiros (subitem 1.1). Dos autores trabalhados sobre este assunto, destacam-se o clássico e liberal Bela Balassa, além de Sidney Dell, Raúl Prebisch, Miguel Wionczek, Jogdisch Bhagwati, Belter G. Copello, Alfredo M. Menezes, Flávia Mello, Gladys S. Cristaldo, Maria C. Couto e Baumann e Lerda (cf. as obras nas Referências Bibliográficas). O subitem 1.1, “Considerações sobre a integração econômica” não tem a pretensão de ser um referencial especializado, mas apenas uma introdução à teoria da integração econômica contemporânea.

A segunda parte do capítulo, “Raúl Prebisch: a insuficiência dinâmica e integração”, tem a finalidade de apresentar o seu pensamento sobre o desenvolvimento econômico, a integração regional e a agricultura na América Latina, para o período de 1950 a 1960. Caberá a esta parte do texto tratar da exposição, da discussão e mesmo da crítica dos(aos) pressupostos prebischianos sobre o modelo de desenvolvimento substitutivo das importações, seu dualismo sistêmico centro-periferia e o estrangulamento externo e interno latino-americano.

Raúl Prebisch compreendia que para avançar à segunda fase da industrialização substitutiva na América Latina, os mercados nacionais eram insuficientes, apontando, a partir disso, a integração como regionalização daquela forma de fomentar a industrialização interna, incluindo as mudanças nas estruturas internas que obstacularizavam a dinamização (atrasada e tradicional) da industrialização e das economias nacionais e regional. Como o quadro do capitalismo periférico local também refletia a insuficiência da própria iniciativa privada latino-americana, caberia ao Estado o papel e a função de sujeito histórico e agência da dinamização capitalista produtiva (industrialização) e social (marginalidade e pobreza). O Estado era visto por Prebisch como o principal agente modernizador no e do desenvolvimento social e fomentador da "racionalidade capitalista moderna", desobstruindo as estruturas produtivas e mesmo subjetivas do

protecionismo exagerado, da falta de poupança interna e dos hábitos de consumo improdutivo das camadas altas.

Ao discutir o *obstáculo da terra*, Raúl Prebisch centralizou a crítica às mudanças da estrutura agroexportadora, cabendo-lhe um dos papéis fundamentais para acelerar a modernidade social (onde se concentra a pobreza), mediante programas e plano de ação, a exemplo da redistribuição de terras (reforma agrária governamental). Nessa mesma perspectiva, Sidney Dell (1966, p. 52) comentava que à agricultura caberia solucionar a pobreza rural através da reforma agrária, produzir alimentos para o mercado interno e ser fonte arrecadadora de capital com as exportações (superávit comercial).

No subitem 1.2, também aparecem algumas ponderações sobre o pensamento de Raúl Prebisch acerca do desenvolvimento capitalista, porém a proposta de redistribuição de renda como primado da modernidade, com inclusão dos excluídos sociais, os mais pobres, permanece como ponto de discussão nos capítulos seguintes. Os principais autores pesquisados, considerados clássicos na historiografia latino-americana e brasileira sobre o desenvolvimento, foram: Raúl Prebisch, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Francisco de Oliveira, Sidney Dell, Francisco Weffort e Miguel Wionczek, além dos estudos mais recentes de Guido Mantega e Lígia Goldenstein.

No Capítulo II - *ALALC: a Integração nos Anos 60*, trata da primeira experiência de integração sub-regional da qual participaram os países do Cone Sul. Durante a década de 1950, a CEPAL projetava a integração regional como possibilidade de desenvolvimento dos países latino-americanos que resultaria, segundo Prebisch, numa ruptura da dependência comercial e do estrangulamento externo. A "ideia-força" cepalina de integração acabou influenciando os grupos sub-regionais como a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criada por meio do Tratado de

Montevideu (TM), assinado aos 18 dias do mês de fevereiro de 1960. Todavia, estas negociações em torno do conteúdo da integração passaram por uma lapidação (nem sempre qualitativa) entre os governos locais, a CEPAL, o GATT, o FMI e a OEA, resultando em uma mescla de orientações.

Os três princípios norteadores da ALALC – a gradualidade no processo de liberação, a reciprocidade nas concessões e o tratamento incondicional e ilimitado da nação mais favorecida (ALALC, 1961, p. 10) –, além do tratamento especial à agricultura (Art.27-31, TM), filiavam a Associação ao espírito prebischiano/cepalino do desenvolvimento social e dinâmico regional. Tal como na aceleração intencional a nível nacional, os Estados Parte tornar-se-iam os sujeitos demiurgos da aceleração intencional da industrialização, zelando por uma socialização dos ganhos e diminuição das assimetrias do desenvolvimento nacional entre os países membros.

Permanece na historiografia da integração latino-americana uma certa incompreensão (quando não leituras equivocadas e meramente teóricas) a respeito das razões pelas quais tal ideia/projeto da ALALC não frutificou, colocando, por vezes, em primeiro lugar a imagem do “modelo jurídico” como entrave e não sua realidade histórica. Diante dos impasses, mesmo operacionais da zona de livre comércio, a ALALC acabou sendo substituída, em 1980, pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), para a qual os propósitos de integração latino-americana passaram a ser visualizados somente a longo prazo e mediante medidas pragmáticas.

As discussões desse capítulo foram baseadas na leitura da documentação oficial e avaliativa da ALALC/ALADI, além de importantes obras de autores como Bela Balassa, Raúl Prebisch, Sidney Dell, Miguel Wionczek, Gustavo Magariños, Ernesto Guevara, Celson J. da Silva, Gladys S. B. Cristaldo e Alfredo da M. Meneses.

No Capítulo III - *Mercosul: a Integração nos anos 90*, a discussão foi delimitada a dois eixos centrais: - O pensamento da CEPAL nos anos 90; e - Nos caminhos do Mercosul.

As novas ideias da CEPAL da *Transformação Produtiva com Equidade*, com seu *Enfoque Integrado*, apontam para duas questões: a "década perdida" para a América Latina, nos anos 80; e, a inserção competitiva com aceleração tecnológica. Essas discussões tornam-se muito interessantes quando comparadas com o pensamento fundante do sistema centro-periferia e mesmo das possibilidades da integração regional de Raúl Prebisch, produzido nos anos de 1950 e 1960, pois algumas questões permanecem, entre as quais o caráter social da equidade, sob responsabilidade do Estado. Entretanto, as "novas ideias" da CEPAL também são velhas conhecidas de Prebisch sobre a divisão internacional do trabalho e as desigualdades entre o centro e a periferia no livre-comércio mundial.

O imperativo tecnológico continua presente na CEPAL/1990, todavia, dentro dos padrões da "terceira revolução industrial" do capitalismo competitivo. Na sua análise sobre o cenário externo e interno, já não existe mais a crítica à teoria das vantagens comparativas e à deterioração dos termos de intercâmbio. Na atual proposta cepalina da inserção competitiva (integração aberta), caberia aos países acelerar o progresso técnico para recuperar a "década perdida dos anos de 1980" (tempo tecnológico) para obter competitividade e eficiência no mercado internacional. A grande crítica que a CEPAL/1990 fez, exposta, principalmente, na obra *Equidad y Transformación Productiva* (CEPAL, 1992, p. 16-19), de caráter social, estava focada na aceleração da marginalização social resultante das medidas macroeconômicas de recessão, da "década perdida". A nova equidade do enfoque integrado centra-se em três elementos: a incorporação do progresso técnico segundo os padrões internacionais, a geração de empregos produtivos e os investimentos públicos em recursos humanos.

Diferentemente de Raúl Prebisch, a CEPAL/1990, em sua atual crítica, não foi até a raiz de alguns problemas estruturais, em especial quanto tratou da questão da terra (reforma agrária, mesmo partindo de programas oficiais de Estado) e da dívida externa. A grande novidade cepalina estava na aceitação de alguns princípios neoliberais presentes no GATT, particularmente a saída, enquanto única solução, do livre-mercado como a via para a retomada do crescimento econômico, da flexibilização nas relações de trabalho e no pacto social, apresentando um novo dualismo: protecionismo (atrasado) e livre concorrência (moderno). Neste aspecto distanciava-se da crítica prebischiana às vantagens comparativas. Quanto à integração sub-regional, a Comissão passou a vê-la como regionalização na globalização, ou seja, como meio para acelerar a eficiência produtiva, mediante os ganhos de escala e especialização, no entanto, voltada para o mercado externo na globalização, com a integração aberta.

Na última parte do capítulo, "Nos caminhos do Mercosul" (subitem 3.3), as atenções se direcionam para a relação entre o discurso integracionista governamental e a integração real. Para o estudo do processo recente de integração no Cone Sul, foi proposto uma divisão didática de períodos, compreendida em três momentos diferenciados, segundo os princípios, os objetivos, os projetos e o discurso oficial legitimador dos rumos no Mercosul. O que distinguirá o último momento dos anteriores foi a franca opção neoliberal e seu discurso voltado ao convencimento social, que propõe novos caminhos para a integração. Pelo Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), de 1986, o período de transição seria guiado pelo gradualismo, flexibilidade, simetria e equilíbrio. O Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (TICD), de 1988, previa 10 anos de transição, já o Tratado de Assunção, de 1991, sacralizou o projeto neoliberal pela opção da integração aberta e a aceleração do processo de desgravamento.

A análise do discurso neoliberal integracionista também tomou por base o Programa da "Iniciativa para as Américas", do Governo Bush, e da Cúpula das Américas, pois nas formações de blocos hegemônicos ou periféricos estavam evidenciadas a presença da matriz do livre-comércio nos casos de integração que estavam em andamento nesse Continente.

Considerando que o principal propósito desse capítulo foi o de apresentar o discurso da CEPAL e dos governos dos países membros do Mercosul, deu-se prioridade às fontes diretas desses interlocutores sociais: as publicações da CEPAL, a legislação e documentação oficial do Mercosul (Declarações, Atas, Acordos, Programas, Tratados, Protocolos e publicações) e da integração hemisférica.

O último texto, Capítulo IV - *A Mobilização dos Trabalhadores no Mercosul*, objetivou contribuir às discussões em dois sentidos e problematizações. O primeiro deles corresponde à apresentação da crítica socialmente enraizada (cf. KIELING, 1995, p. 21 ss) a partir do *ponto de vista dos trabalhadores*, do processo e do projeto neoliberal do Mercosul, com sua opção de integrar pelo mercado. A centralidade da posição dos trabalhadores compreendia a crítica à *dupla exclusão social* (política e econômica) localizada nos mesmos sujeitos sociais e a sua própria construção enquanto sujeitos reais e oficialmente reconhecidos no processo. Delgado *et alii* sintetizaram, com muita clareza, o caráter dessa posição e da crítica contundente do ponto de vista dos trabalhadores:

Não sendo reconhecidos pelo Estado como interlocutores e partícipes do processo, estes atores procuram, através de diferentes iniciativas, seu reconhecimento enquanto *atores sujeitos* do processo e não apenas como *atores objeto* (DELGADO, 1922, p. 115 - grifo nosso).

A Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), representante do movimento sindical e popular, manifestou, por várias vezes,

os propósitos desses "sujeitos excluídos" forjando sua inclusão e construindo o espaço democrático-popular na integração. Enquanto os caminhos oficiais do Mercosul optavam pela sujeitificação do mercado na integração real; os sujeitos "excluídos" – os trabalhadores, as centrais sindicais, os movimentos populares e alguns partidos de esquerda – eram os únicos interlocutores que mantinham a proposta de integração social¹¹.

A segunda parte deste capítulo segue o mesmo posicionamento em relação à abordagem da integração do ponto de vista dos trabalhadores. No estudo de caso sobre o mundo dos trabalhadores na agricultura de base familiar, em pequenas propriedades rurais, foram enfocados os aspectos e possíveis impactos negativos do Mercosul na produção leiteira na microrregião do Alto Jacuí, no Estado do Rio Grande do Sul (RS). A atenção voltou-se às condições de vida e de trabalho desses colonos estabelecidos em pequenos proprietários rurais e que tinham na produção de leite uma fonte de renda mensal, destinada às despesas cotidianas da casa.

Diferentemente da abordagem neoliberal, que parte do mercado para mensurar quem era (estava) "sujeito" na integração e quem ficou ao léu, ou, quem eram os "super sujeitos" do agro, os complexos agroindustriais (CAIs), a abordagem do mundo do trabalho sujeitifica os colonos ao apresentar as estratégias de vida no trabalho, na relação com os CAIs, no universo da diversificação da renda direta obtida da terra e nas relações interpessoais estabelecidas entre os membros da família camponesa.

A produção comercial do leite, em pequenas propriedades rurais, desempenhava uma função social estratégica e apresentava elementos originais nesse universo camponês. Ao compreender o mundo do trabalho

11 A CCSCS era formada pelas seguintes centrais sindicais: CUT-Brasil, CGT-Argentina, FS-Brasil, CUT-Paraguai, CGT-Brasil, PIT/CNT-Uruguaí. Dentre as fontes de pesquisa sobre esses sujeitos sociais, destacamos: "Correspondência da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul aos Presidentes dos Países do Mercosul", aos 17/12/94 (In: CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA. *Estratégias sindicais para a promoção da dimensão social do Mercosul*. São Paulo, Jun/1996, p. 26); CUT "Elementos para a estratégia da CUT no Mercosul" (In: CUT. *Mercosul e os direitos dos trabalhadores*. São Paulo: CUT, 1993. [Cadernos da CUT – Jurídico e relações sindicais, n.º 8]).

a partir das estratégias do(a)s trabalhadore(a)s e não do mercado ("ciclo-produto") e das agroindústrias, o universo da ação das pessoas perpassa pela realidade da renda familiar.

O objeto de maior atenção, nesse estudo de caso, foi o trabalho das mulheres, que, por "legado da tradição e dos costumes", eram responsáveis pelas tarefas de mãe, da cozinha, da casa e também como "mão-de-obra complementar na lavoura". A dupla jornada de trabalho era ampliada para a terceira em função das tarefas do leite na atividade da pecuária leiteira. Na região do Alto Jacuí/RS, a história das estratégias cotidianas e no âmbito da família das mulheres agricultoras recolocaram-nas nas relações interpessoais familiares e nos seus papéis sociais na família ("identidade" e gênero). Ao reivindicarem a participação nas decisões orçamentárias da família, a renda do leite representou às mulheres uma renda pessoal, pois, em muitas famílias, o dinheiro do pagamento passou a ser gerido e administrado pela(s) mulher(es), em especial, pela mãe. As estratégias de gênero e de mulheres nas relações interpessoais passaram a incorporar sentidos e significados especiais os quais foram incorporados à própria linguagem local como "*o cheque do leite da mãe*".

Esse capítulo também apresenta uma riqueza maior de fontes, pois seus sujeitos diferenciam-se, tanto em relação ao *Mercosul De Direito* quanto ao *Mercosul De Fato* (veja anexo - II e subitem 4.1). A abordagem da mobilização do(a)s trabalhadore(a)s contou com fontes documentais da CUT, da CCSCS, do DIEESE, da FETAG/RS, dos Sindicatos, da Assembléia Legislativa/RS, das Cooperativas, das Agroindústrias e das experiências de vida desses agricultores, proprietários de pequenas áreas rurais. Por outro lado, dos autores trabalhados destacam-se: Adam Schaff, Guillermo Rogel, Héctor-Hugo Barbagelata, Héctor Alimonda, Paulo R. Schilling, Haroldo Ribeiro, Rafael Freire Neto, Tarson Nuñez, Dinarte Belato e José Fernando Kieling, dentre outros.

A crítica do(a)s trabalhadore(a)s ao projeto oficial do Mercosul, construída a partir das entidades da CCSCS, não era contrária à integração, mas, sim, aos rumos, mecanismos, instrumentos oficiais e neoliberais propostos pelos governos dos Estados-Parte e a consequente opção pela exclusão social da grande maioria da sociedade civil, fundamentalmente das entidades sindicais urbanas e rurais e dos movimentos populares, no debate e na realidade da integração.

A opção pela integração horizontal e comercial, uniformizava os sujeitos sociais por cima (cf. OLIVEIRA, 1987) e na oficialidade, com recorte e seletividade à classe empresarial capitalista dominante, integrada à e na sociedade política no Brasil e nos demais países membros do Mercosul. Além disso, tratava esta seletividade como sendo a representação de todas as entidades sociais no processo de formatação jurídica do Mercosul.

No discurso do livre-mercado, a crítica ao protecionismo (direto e indireto) incluía as possíveis políticas de subsídios sociais que eram "pintadas" como desvirtuamento das regras do livre jogo do mercado, independentemente de se tratar de pequenos proprietários rurais ou grandes empresas multinacionais e transnacionais. O próprio social passou a ser medido pelo mercado e, a redistribuição de renda, um assunto exclusivamente privado, pois o Estado era transformado e tornava-se mínimo à esta questão.

Integração econômica e desenvolvimento latino-americano

“Um país em que somente uns poucos têm acesso à educação, não oferece igualdade de oportunidades no desenvolvimento econômico, ainda que proclame a universalidade da dita educação. O mesmo poderia dizer-se em matéria de inversão estrangeira: não haverá igualdade de oportunidade para a iniciativa nacional sem uma clara política que tende a corrigir sua inferioridade tecnológica e financeira”.

Raúl Prebisch (1970, p. 160)

Para tratar da integração econômica na América Latina, torna-se necessário fazer uma junção dessa proposta com a trajetória do desenvolvimento econômico da região. De forma particular, os temas integração e desenvolvimento devem ser apresentados como possibilidades interligadas, isto é, condições interdependentes enquanto perspectiva histórica contemporânea às economias latino-americanas.

A título de exemplo, convém citar Raúl Prebisch para se compreender, de imediato, esta inter-relação. Para este economista argentino, o subdesenvolvimento econômico latino-americano poderia ser superado mediante a integração econômica regional (PREBISCH, 1964). A integração regional dinamizaria a vida econômica, acabando com o subdesenvolvimento. Usando as palavras de Bela Balassa, poder-se-ia dizer que:

Os efeitos dinâmicos da integração serão provavelmente mais grandes na América Latina, se considerarmos que a reduzida magnitude dos mercados nacionais é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento das indústrias manufatureiras, e que um engrandecimento do mercado através da integração

pode proporcionar um poderoso estímulo ao crescimento (BALASSA, 1964, p. 130).

Antes de iniciar propriamente a discussão sobre a integração latino-americana e suas possibilidades de incremento ao e do desenvolvimento industrial local e regional (modernização), é oportuno abordar alguns elementos da própria teoria da integração econômica.

1.1 - Considerações sobre a integração econômica

Para que haja uma maior compreensão das discussões sobre a integração econômica, propriamente dita, é importante que se tenha presente alguns elementos fundamentais da sua teoria¹, que servem como referenciais teóricos normativos para os estudos dos processos históricos de integração. Esta preocupação com o conhecimento conceitual não pretende dar primazia ao teórico ou aos termos jurídicos da legislação, pois se assim fosse estar-se-ia caindo numa inversão idealista². Ao contrário, busca-se estabelecer novamente uma inter-relação entre a consistência da teoria da integração (interpretações dadas à determinados projetos e formas jurídicas de integração) e a realidade concreta desta integração (processo). Este discernimento é fundamental para o aprofundamento

¹ "... a teoria da integração econômica se interessará nos efeitos econômicos da integração em suas diversas formas e com os problemas gerados pelas divergências nas políticas nacionais de ordem monetária, fiscal e outras diversas" (BALASSA, 1964, p. 3).

² Para uma introdução à discussão da "inversão idealista" e do estruturalismo na pesquisa, confira a obra de Caio Prado Júnior (*O estruturalismo de Levi-Strauss - o marxismo de Louis Althusser*. São Paulo: Brasiliense, 1971) e a obra de Adam Schaff (*História e verdade*. 4. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1987).

Para Adam Schaff este assunto diz respeito à relação cognitiva (sujeito - objeto - conhecimento) e a natureza de cada elemento no processo do conhecimento. É preciso distinguir a organização do pensamento, do objeto pensado (realismo), pois quando da sua inversão, cai-se num racionalismo abstrato (idealismo/racionalismo) que desloca a origem e a essência do conhecimento do real concreto para o ideal em si.

Ao tratar da "objetividade" do conhecimento nas ciências sociais, Max Weber também discute esta relação entre *conceito* e *objeto* na investigação histórica ao tratar do tipo ideal: "Obtém-se um tipo ideal mediante a *acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista*, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos *isoladamente* dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de *pensamento*" (WEBER, 1986, p. 106 - grifo nosso).

desse estudos e, principalmente, às análises das interpretações (parciais) dadas à determinadas experiências de integração que não condizem com a teoria da integração econômica e com os processos integracionistas³.

Segundo Belter Garre Copello (1991, p. 17), para que haja a integração⁴ são necessários alguns elementos, como a interação e a interdependência entre os membros e a existência de propósitos comuns entre as partes envolvidas (autores da integração). O fenômeno da integração regional contemporânea, enquanto dinâmica das relações econômicas e institucionais internacionais, caracteriza-se pela prática de integrar "entidades políticas menores em outras maiores através da realização de atos internacionais de diversa natureza, dos mais simples aos mais complexos" (COPELLO, 1991, p. 18). A integração é possível porque, além da existência de relações políticas e econômicas (principalmente comerciais) entre as partes envolvidas, as respectivas autoridades constituídas passam a firmar acordos que estabelecem o conjunto das medidas cabíveis para tanto. Com o início de um processo de integração, estes países se propõem ampliar estas relações e criar um novo espaço econômico, também ampliado⁵, de acordo com a natureza dos tratados internacionais.

³ "... é necessário desfazer interpretações fantasiosas como a de que estaríamos assistindo à formação de um Mercado Comum. Esta visão triunfalista, descuidadamente propalada por autoridades compreensivelmente interessadas em inflar o alcance dos acordos e acriticamente veiculadas pela imprensa dos três países, deve ser substituída por uma caracterização realista que permita identificar da melhor forma possível os obstáculos a serem enfrentados no futuro" (BAUMANN e LERDA, 1987, p. 12).

⁴ Do "Aurélio" cabe destacar as seguintes definições do termo *integrar*: "Juntar-se, tornando-se parte integrante; reunir-se, incorporar-se" (FERREIRA, 1986, p. 955). Este significado, mesmo simples, também está presente na teoria da integração econômica, "a integração' significa a ação de juntar partes de um todo" (BALASSA, 1966, p. 38). Neste trabalho o termo integração econômica aproxima-se da definição apresentada por Baumann e Lerda: "o termo *integração* é reservado para caracterizar um processo político entre governos nacionais, visando reduzir, parcial ou totalmente, as barreiras (tarifárias ou não-tarifárias) que limitam o comércio recíproco" (BAUMANN e LERDA, 1987, p. 13).

⁵ A integração recente entre países não é algo inédito na história, pois, segundo Bela Balassa, "deve-se notar aqui a semelhança entre a integração atual das economias nacionais e o desenvolvimento de estados nacionais originais de unidades políticas e econômicas independentes, no século XIX, quando esse desenvolvimento requeria a abolição das barreiras tarifárias, das restrições nos movimentos de capital, etc." (BALASSA, 1966, p. 40).

Essa discussão também foi apresentada por Gustavo Magariños, segundo o qual, as próprias formações históricas dos Estados Nacionais modernos se constituíram em experiências de integração total. A criação do "zolverein", que

Os processos de integração atuais não se constituem em fenômenos de formações nacionais propriamente ditos (Estado Unificado), mas, sim, numa reengenharia destes, que modificava as bases nacionais e as relações comerciais recíprocas dos países-membros.

Para Bela Balassa (1964, p. 2), o processo de integração econômica tem por finalidade abolir as discriminações dentro de uma área: "vista como uma situação dos negócios, a integração vem caracterizar-se pela ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais" (BALASSA, 1964, p. 1). Estas discriminações dizem respeito, fundamentalmente, ao comércio internacional, ou melhor, os Estados nacionais, enquanto espaços econômicos, estabelecem políticas comerciais que regulam suas importações e suas exportações mútuas. Por manterem este espaço como mercado interno, instituem um conjunto de barreiras aduaneiras (medidas tarifárias e não-tarifárias) às importações⁶, protegendo a economia integrada (podendo chegar aos padrões do nacionalismo econômico) da concorrência estrangeira⁷.

Na perspectiva teórica liberal da integração – baseada nas vantagens comparativas da economia de mercado – a eliminação das barreiras (tarifárias e não-tarifárias) comerciais nacionais seriam efetivadas na integração internacional ou regional que otimizaria e maximizaria o comércio (livre circulação dos bens, serviços e fatores) e os benefícios sociais, conforme expôs Alfredo da Mota Menezes: "O comércio ideal, portanto, dentro de uma integração econômica, seria a busca do melhor produto

foi fundamental à unificação alemã, nada mais era do que a formação de uma *zona de livre comércio* e uma *união aduaneira* (Cf.: MAGARIÑOS, [1967], p. 11).

⁶ Para uma leitura mais específica sobre o comércio internacional, confira a obra de Jagdish Bhagwati, *Proteccionismo versus comércio livre* (Rio de Janeiro: Nórdica, 1989).

⁷ Uma diferença marcante entre a unificação nacional e a integração regional, numa economia de mercado, é que "a integração econômica internacional leva à abolição de alguns dos aspectos negativos da integração nacional" (BALASSA, 1966, p. 40).

pelo menor preço, em benefício do bem-estar geral das populações dos membros integrados" (MENEZES, 1990, 237)⁸.

Este projeto liberal de integração (vantagens comparativas) estava presente nas experiências ocidentais de formação de mercados regionais do pós-guerra (1945). O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) foi criado com o propósito de ser o organismo responsável pelo estabelecimento de regras e garantias do livre mercado (comércio ideal) no intercâmbio internacional e regional. Estas regras deveriam ser seguidas pelos países integrantes e compatibilizadas nos projetos de integração regional⁹.

No que se refere às formas de integração¹⁰ permanecem algumas polêmicas¹¹. Se por um lado existe uma elaboração teórica destas formas e os possíveis avanços comerciais e econômicos, por outro, os processos

⁸ As experiências de integração regional e internacional, não podem ser dissociadas da realidade mundial pós-guerra (1945), tampouco sua orientação liberal. "De 1953 a 1963, a renda mundial cresceu a uma taxa anual de 4.3 por cento, e o comércio internacional, a uma taxa de 6.1 por cento. Para o período de 1963 a 1973, a performance foi ainda mais dramática: 5.1 por cento e 8.9 por cento, respectivamente. (...) Se os cortes de tarifas produzem mais comércio, e mais comércio produz mais renda, e mais renda facilita mais cortes de tarifas, o resultado é um 'círculo virtuoso' que pode gerar o nível de prosperidade que vimos nas magníficas décadas de 50 e 70" (BHAGWATI, 1989, p. 12-13, 16).

⁹ O Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) constituiu-se no organismo multilateral responsável pelo comércio internacional. As negociações iniciais, em 1947, sobre os assuntos comerciais, giravam em torno da proposta de criação de uma Organização Internacional do Comércio (OIC), que fomentaria um regimento liberal para o intercâmbio. Como o assunto era bastante polêmico e as posições divergiam em muitos aspectos, a ideia da OIC acabou sendo postergada para um segundo momento. A última Rodada do GATT, iniciada no Uruguai, em 1986, teve como tema central a liberalização do comércio de produtos agrícola. A Rodada Uruguai acabou sendo, não somente a mais longa, mas também uma das mais polêmicas. A rodada só foi concluída no primeiro semestre de 1996, com o Protocolo da Marraqueche. A partir desse momento o Acordo Geral passa a ser compreendido como GATT/94 e os assuntos comerciais passaram à Organização Mundial do Comércio (OMC ou WTO). Sobre esse assunto confira a obra de Jagdish Bhagwati (1989) e o artigo "Resultados da Rodada Uruguai: uma tentativa de síntese" de Luiz Felipe Palmeira Lampreia (1995).

¹⁰ Desconsiderando-se as polêmicas em torno do que é cooperação e integração, as possíveis formas jurídicas de integração são: área de tarifas preferenciais, zona de livre comércio, união aduaneira, mercado comum, e, integração econômica total, ou união monetária ou econômica. Este assunto será tratado a seguir.

¹¹ Bela Balassa não inclui a área de tarifas preferenciais como forma de integração, pois nessa se adotam medidas para diminuir a discriminação e não para eliminá-la, "(...) a cooperação inclui várias medidas destinadas a harmonizar as políticas econômicas e *diminuir* a discriminação, o processo de integração econômica encerra medidas que obrigam à *supressão* de algumas formas de discriminação" (BALASSA, 1966, p. 40-41 - grifo nosso).

Ao tratar da teoria da integração Gustavo Magariños apresentou a discussão entre BALASSA e TAMANES. Este último difere do primeiro ao defender que a área de tarifas preferenciais também é uma forma primária de integração (Apud: MAGARIÑOS, [1967], p. 12).

concretos não seguem uma determinação etapista e linear, nem tampouco o texto normativo diplomático e jurídico. Ao atentar-se às discussões sobre os modelos teóricos da integração econômica, encontram-se abordagens evolucionistas (triumfalista do imperativo livre-cambista e finalista), expressas em conceitos como: fases, níveis, etapas, estágios, graus e ordem¹². Ora, o aprofundamento da integração, presente nas diferentes formas¹³ (veja Tabela - 01 adiante), não pode ser simplesmente entendido como uma necessidade imperativa ou linearidade pétrea do processo¹⁴. Caso assim o fosse, os resultados da integração regional latino-americana iniciada em 1960, com a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) "deveria" tomar outros rumos. Diferentemente desta visão, Belter Garre Copello discute a integração enquanto processo, criticando as propostas e visões finalistas¹⁵. Este mesmo entendimento foi apresentado por Gustavo Magariños:

a expressão integração econômica não se define como uma realidade estática, um feito consolidado e imutável ou pelo menos com tendência a permanecer; se refere fundamentalmente a um processo que quanto mais dinâmico melhor (MAGARIÑOS, [1967], p. 9)¹⁶.

Constituindo-se em acordos (convenções) internacionais firmados pelos governos dos países signatários e por sua natureza supranacional, cabe destacar que as formas de integração econômica, indissociadas da

¹² Para uma leitura introdutória deste assunto veja as seguintes indicações: BALASSA (1964 e 1966), BAUMANN e LERDA (1987), COPELLO (1991), CRISTALDO (1994), KITAMURA (1966), MAGARIÑOS [1967] e, ZAMBERLAM (1993).

¹³ "As várias formas de integração econômica representam níveis variados de integração" (BALASSA, 1966, p. 41).

¹⁴ "Daí se deriva a necessidade de especificar as distintas etapas que é preciso recorrer para alcançar esta meta, em forma gradual ainda que não linear. Estas etapas são a zona de livre comércio, a união aduaneira, o mercado comum e a união econômica" (COPELLO, 1991, p. 20).

¹⁵ Para esta discussão o autor se baseia em Isaac Cohn (COHN, Isaac. Apud: COPELLO, 1991, p. 20-23).

¹⁶ Para o autor a integração econômica é um processo passível, envolvendo componentes como: "a) o profundo conteúdo de mudança; b) sua clara condição de instrumento ou lema de ação; c) o objetivo de um alto grau de interdependência econômica" (MAGARIÑOS, [1967], p. 10).

constitucionalidade, concretizam-se em estruturas jurídicas¹⁷. Mesmo que em seu conteúdo (do Tratado) estejam estabelecidos objetivos e metas de curto, médio e longo prazo, a efetivação desses não segue uma linearidade. Como todo acordo jurídico a(s) própria(s) cláusula(s) de denúncia estabelece(m) mecanismo(s) de desistência.

Para finalizar este item, são abordados alguns elementos característicos das formas de integração, ressaltando em algumas delas as disposições do GATT. Conforme já afirmado anteriormente, o GATT constituiu-se – conjuntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento ou Banco Mundial (BIRD) – num dos organismos do tripé da ordem capitalista pós-guerra¹⁸, responsável pelo estabelecimento das regras de mercado no comércio internacional¹⁹. Por tratar especificamente do comércio, também caberia ao GATT compatibilizar os acordos regionais de integração às regras do mercado²⁰. Nesse sentido, Belter Garre Copello destacou que: "O Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio faz referência aos sistemas tarifários de preferências, às zonas de livre comércio e às uniões aduaneiras" (COPELLO, 1991, p. 27).

Os acordos (bilaterais ou multilaterais) que estabelecem *áreas de tarifas preferenciais*, apesar do alcance parcial, por poderem representar formas de protecionismo e de tratamento discriminatório, portanto,

¹⁷ "Se chegou assim a conclusão de que a *forma jurídica* mais apropriada para a convenção que subscreveriam os Estados membros poderia ser uma união aduaneira ou uma zona de livre comércio, conforme as definições e normas estabelecidas para elas no Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT)" (ALALC, 1961, p. 7 - grifo nosso).

¹⁸ Na reprodução da divisão internacional do trabalho e das relações centro-periferia, nos termos de Raúl Prebisch (1949).

¹⁹ Para uma leitura especializada sobre o assunto veja os seguintes autores e obras: BHAGWATI (1989), DELGADO (1992), MELLO (1992), PALLOIX (1981), SOARES (1993), SOCORRO e BATISTA (1990).

²⁰ Sendo o GATT um organismo internacional, seus membros se comprometiam a seguir seus princípios. Assim, nos acordos regionais de integração que contavam com países signatários membros do GATT, exigia-se adequação aos princípios e o crivo desta organização. A ALALC foi reconhecida pelo GATT por estar de acordo com o Art. XXIV deste organismo.

limitadoras do livre mercado (concorrência), não estavam na pauta do GATT como mecanismo de integração, em função da manutenção do princípio de nação mais favorecida.

Esta é a concepção sustentada no artigo XXIV do Acordo Geral Sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), cujo objetivo clássico é a eliminação de qualquer tipo de preferência discriminatória contra terceiros (eliminação do tratamento discriminatório entre as Partes Contratantes) posto em prática mediante a cláusula da nação mais favorecida (COPELLO, 1991, p. 21).

Já no que se referia à teoria da integração econômica, a *área de tarifas preferenciais*

é definida a partir de uma redução tarifária parcial, uniforme ou não, entre dois ou mais países. Tal redução não é necessariamente outorgada a todos os setores ou produtos, nem implica em mudanças de política tarifária dos países membros em relação ao resto do mundo (COPELLO, 1991, p. 27)²¹.

Para o GATT, os acordos que constituíam uma *zona de livre comércio* eram aqueles firmados por "um grupo de dois ou mais territórios aduaneiros entre os quais se eliminam os direitos de aduana e demais regulamentações comerciais, com respeito ao essencial dos intercâmbios comerciais dos produtos originários dos territórios constitutivos" (COPELLO, 1991, p. 27) dos países signatários. Numa *zona de livre comércio*²² ideal os países-membros eliminariam, em seu âmbito, as discriminações tarifárias e não-tarifárias, criando um espaço econômico tendente ao livre comércio ideal à produção local. Entretanto, as restrições

²¹ Segundo Tamames, as preferências aduaneiras são "uma forma de integração muito particular, baseada no fato de que um conjunto de territórios aduaneiros se concedem entre si uma série de vantagens aduaneiras, não extensíveis para terceiros, devido à suspensão internacional acertada da cláusula da nação mais favorecida" (TAMAMES, Apud: COPELLO, 1991, p. 27). Confira também a palestra de MAGARIÑOS ([1967], p. 13).

²² "... os membros eliminam as barreiras internas entre eles, porém mantêm suas tarifas externas para os demais países" (CRISTALDO, 1994, p. 41). Confira MENEZES (1990, p. 236).

ao comércio com terceiros países permaneciam sob responsabilidade de cada país-membro da zona.

As exigências do GATT para os acordos de criação de *zonas de livre comércio* e *uniões aduaneiras* também diziam respeito aos seguintes requisitos:

- a) No caso das uniões aduaneiras, as tarifas e outras regulações comerciais impostas ao comércio com terceiras partes não devem ser em sua totalidade mais altos ou mais restritivos que a incidência geral das tarifas e as regulações vigentes nos territórios constitutivos da união aduaneira antes do estabelecimento desta.
- b) No caso das zonas de livre comércio, os direitos de aduana e demais regulações restritivas devem ser eliminadas com respeito ao essencial dos intercâmbios comerciais dos produtos originários dos territórios constitutivos.
- c) Finalmente, todo acordo para alcançar qualquer das duas metas deve compreender um plano e um programa para o estabelecimento dentro de um prazo razoável do espaço econômico ampliado que se pretende implementar (COPELLO, 1991, p. 21)²³.

As exigências para se formar uma *união aduaneira*, segundo o Acordo Geral, eram:

- 1) que os direitos de aduana e as demais regulamentações comerciais restritivas, sejam eliminadas com respeito ao essencial dos intercâmbios comerciais entre os territórios constitutivos da união ou, ao menos, no que concerne ao essencial dos intercâmbios comerciais dos produtos originários de ditos territórios; e 2) que cada um dos membros da união aplique ao comércio com territórios que não estão compreendidos nela, direitos de aduana e demais regulamentações de comércio, que, em substância, sejam idênticos (COPELLO, 1991, p. 28).

²³ Pelo Tratado de Montevidéu, de 18/02/1960, em seu Art. 2º, para o aperfeiçoamento da ALALC era previsto um período não superior a 12 anos. Já no Tratado de Assunção, de 26/03/1991, que constituiu o MERCOSUL, o período de transição (Art. 3º) iria até 31 de dezembro de 1994.

Segundo esses modelos teóricos, que na realidade se constituíam em formas jurídicas e em direito internacional (regional), o avanço do processo de integração econômica, com a criação de uma *união aduaneira*, requeria que fosse estabelecida uma tarifa externa comum (TEC)²⁴. Esta, nos casos em que se manteria o protecionismo regional, garantiria o livre comércio interno e a discriminação para terceiros.

A formação de um *mercado comum*, por sua vez, necessitaria que em seu espaço econômico, como bem indicou Gladys S. Benegas Cristaldo: "os membros eliminam[em] as tarifas internas, adotam[em] uma TEC e também permitam[em] o livre movimento do capital e do trabalho entre eles" (CRISTALDO, 1994, p. 41). Para o livre movimento dos fatores produtivos, haverá que se ter uma harmonização dos códigos trabalhistas e dos direitos sociais²⁵. Entretanto, a realidade destes direitos trabalhistas dependerá da própria capacidade de organização destas categorias e da real e ampla participação da sociedade civil nos organismos gestores da integração econômica. Noutra perspectiva, as regras para a mobilidade do capital, como citaram Renato Baumann e Juan Carlos Lerda, requereria normativas específicas.

Por outra parte, a livre mobilidade do fator capital pressupõe uma legislação comum em matéria de investimentos e reinvestimentos estrangeiros, pagamento de royalties, tratamento tributário e repatriamento de lucros, impostos sobre o patrimônio, etc. (BAUMANN e LERDA, 1987, p. 15).

Por fim, no esboço da teoria, a forma jurídica da *integração econômica total* ou *união monetária ou econômica* tornar-se-ia realidade se se chegasse à total eliminação das discriminações e ao planejamento regional

²⁴ "Neste estágio de integração é indispensável um mínimo de harmonização das políticas fiscal, monetária e cambial entre os diversos membros da Comunidade" (BAUMANN e LERDA, 1987, p. 14).

²⁵ No momento da assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, no Anexo V - Subgrupos de Trabalho do Grupo Mercado Comum, não foi previsto a constituição de um Subgrupo do Trabalho.

do desenvolvimento. Para Gladys S. Benegas Cristaldo isso significava que: "Os membros unificam todas suas políticas econômicas e comerciais e estabelecem uma moeda comum" (CRISTALDO, 1994, p. 42)²⁶.

O conjunto de instituições e organismos supranacionais (Conselho, Grupo Mercado Comum, Secretaria Executiva, Comitê, Parlamento, Tribunal, etc.), necessários para o estabelecimento de um mercado regional (conforme cada formação jurídica acordada), configuraria uma nova estrutura constitutiva do espaço econômico regional, que em parte, passaria a desempenhar as funções até então exclusivas de cada Estado Nacional-Parte (país).

Neste sentido, a formação de unidades integradas, regionalmente, modificaria a estrutura e as funções dos Estados Modernos, a partir do momento em que se criariam estas entidades supranacionais instituídas de autoridade regional, e, responsáveis pela gestão desta nova reengenharia. No dizer de Belter Copello, isso implicaria que: "A integração econômica completa supõe uma política econômica global comum para todos os países participantes. A expressão máxima desta comunidade será a planificação e programação conjunta do desenvolvimento da mesma" (COPELLO, 1991, p. 28)²⁷.

Na Tabela - 01, a seguir, podem ser verificadas as formas teóricas da integração econômica e algumas das suas características correspondentes.

²⁶ Já Baumann e Lerda entendem que uma União Monetária ou Econômica somente seria superada com a criação de um novo país (BAUMANN e LERDA, 1987, p.15). Por sua vez, Alfredo da Mota Menezes argumentou que "na integração total juntam-se os dados e características de uma comunidade econômica, mais o estabelecimento de instituições, planos e decisões políticas de forma *una*, como país único" (MENEZES, 1990, p. 236).

²⁷ Esta abordagem que interliga integração e planejamento também está presente em Hiroshi Kitamura: "a integração econômica regional é, essencialmente, um assunto de planejamento regional" (KITAMURA, Hiroshi. "Teoria Econômica ... " (KITAMURA, 1966, p. 81).

TABELA - 01: MODELOS TEÓRICOS DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

CARACTERÍSTICAS CONTEMPLADAS		TIPOLOGIAS DA INTEGRAÇÃO				
		Áreas de Tarifas Preferenci- ais	Área de Livre Comércio	União Adua- neira	Mercado Comum	União Monetária ou Econômica
1	Redução de tarifas entre os mem- bros da Comunidade:					
	a) Parcial (alíquota nulas ou positi- vas para alguns ou todos os produtos transacionáveis)	X				
	b) Total (alíquota zero para todos os produtos)		X	X	X	X
2	Tarifas dos países-membros da co- munidade em relação ao resto do Mundo:					
	a) Diferenciadas	X	X			
	b) Iguais			X	X	X
3	Livre mobilidade de fatores de pro- dução dentro da Comunidade				X	X
4	Moeda Comum e Banco Central da Comunidade					X

FONTE: BAUMANN e LERDA (1987. p. 14). Uma tabela semelhante a esta pode ser encontrada em CRISTALDO (1994. p. 42) e ZAMBERLAM (1993).

O aprofundamento da integração econômica regional, conforme as informações apresentadas na tabela, também intensificariam a interdependência dos países-membros, pois necessitariam de planejamento conjunto e medidas de redução das possíveis assimetrias para que houvesse estabilidade no processo e, fundamentalmente, possibilidades de benefícios sociais à população envolvida. Sob este aspecto, a perspectiva do desenvolvimento, propiciado com a integração econômica, além de eliminar as discriminações em relação ao movimento dos fatores produtivos, poderia diminuir as discriminações sociais.

1.2 – Raúl Prebisch: a insuficiência dinâmica e integração

Após as considerações sobre a teoria da integração econômica, neste subitem apresentar-se-á o pensamento de Raúl Prebisch, no que diz

respeito ao desenvolvimento econômico latino-americano elaborado nos anos de 1950 e 1960. Cabe, portanto, sintetizar os principais pontos da *originalidade* do pensamento cepalino²⁸, especificamente de Raúl Prebisch²⁹, produzido na década de 1950 e início da de 1960. Duas questões centralizaram as discussões na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)³⁰ sobre o assunto: uma delas dizia respeito ao desenvolvimento econômico (industrialização) e seus "obstáculos"; a outra, à integração regional enquanto possibilidade de avanço do modelo substitutivo de importações. As principais referências para este assunto foram buscadas no próprio Raúl Prebisch e nos seguintes autores: Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Francisco de Oliveira, Guido Mantega, Lídia Goldenstein, Celso Furtado e Sidney Dell.

Antes de mais nada, cabe perguntar o porquê da centralidade do desenvolvimento econômico (industrialização) latino-americano na produção (pensamento) de Prebisch? Nas obras e artigos de sua autoria, pesquisados para a escrita dessa obra, ele entendia que o desenvolvimento, resultante da industrialização, tinha uma função social³¹, isto é, estava orientado para o bem-estar da coletividade. A aplicação das técnicas modernas na produção industrial e primária beneficiaria o conjunto da

²⁸ A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), Secretaria das Nações Unidas, foi criada em 1948, tendo como função principal tratar dos assuntos do desenvolvimento da América Latina e Caribe. Raúl Prebisch foi, sem dúvida, o Secretário Executivo que mais marcou o pensamento cepalino nos anos de 1950 e 1960. Sobre a vida de Prebisch e sua indicação para esta função na CEPAL, confira Celso Furtado, "O Manifesto dos Periféricos" (In: IBGE, 1993, p. 21-24) e "O Manifesto dos periféricos" (FURTADO, 1985, p. 53-63).

²⁹ Neste estudo não será separado o pensamento de Raúl Prebisch do cepalino, pois, pela historicidade, não haveria como fazê-lo na medida em que o pensamento da CEPAL teve na pessoa de Raúl Prebisch, seu principal idealizador. No entanto, optou-se por dar preferência à indicação de Prebisch. Celso Furtado fez um comentário fundamental sobre os caminhos da CEPAL e a contribuição de Raúl Prebisch no artigo "O Manifesto dos Periféricos" (cf. FURTADO, 1985, p. 53-63).

³⁰ Para uma leitura sobre a evolução do pensamento da CEPAL/Prebisch, assunto tratado a seguir, a obra de Jacqueline Haffner (1996, p. 85 ss).

³¹ "... uma das condições essenciais para que o desenvolvimento da indústria possa cumprir o fim social de elevar o nível de vida, é dispor dos melhores equipamentos de maquinaria e instrumentos, e aproveitar prontamente o progresso da técnica em sua regular renovação" (PREBISCH, 1949, p. 48-49).

sociedade com a elevação progressiva do nível de vida das massas. Essa era uma das ideias centrais do documento que Celso Furtado (1985), denominou de *O Manifesto dos Periféricos*, referindo-se ao texto original que Raúl Prebisch, recém indicado para o cargo de Secretário Geral da Comissão, apresentou na conferência da CEPAL, realizada no ano de 1949, tendo por local a cidade de Havana, capital de Cuba, *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas* (PREBISCH, 1949, p. 47-111).

É possível perceber, em Prebisch, o paradigma malthusiano³² do crescimento demográfico e o dilema da fome (crescimento insuficiente da produção)³³, enquanto condição humana da maioria da população latino-americana: "Na base de dados conjeturais poder-se-ia estimar que cerca da metade da população atual tem uma exígua renda média pessoal, de 120 dólares por ano" (PREBISCH, 1964, p. 11).

A resposta de Prebisch para esta realidade (situação histórica) foi buscada em outro paradigma da modernidade: o industrialismo, ou seja, a confiança na racionalidade e na potencialidade do fazer humano, sob o signo do progresso técnico industrial.

A industrialização seria a resposta para os problemas nacionais e regionais, contemporâneos, dos países latino-americanos que até então eram subdesenvolvidos. Esta proposta também foi buscada na modernidade europeia, isto é, na "revolução industrial" (desenvolvimento do capitalismo) como condição para a consolidação das economias

³² "... digo que a capacidade de crescimento da população é infinitamente maior do que a capacidade da terra de produzir meios de subsistência para o homem. (...) A população, quando não obstaculizada aumenta a uma razão geométrica. Os meios de subsistência aumentam apenas a uma razão aritmética" (MALTHUS, 1982, p. 57).

³³ "É certo que o aumento demográfico é extraordinário. Nos primórdios de século havia na América Latina 63 milhões de habitantes e esta densidade demográfica crescia na razão de 1.8 por cento anual. Agora somos 220 milhões e nos multiplicamos numa taxa anual de 2,9 por cento que parece elevar-se mais ainda" (PREBISCH, 1964, p. 11). Noutra obra de Raúl Prebisch, ele escreveu que: "No último quinquênio dos trinta, a taxa de crescimento demográfico era de 1.9% e a população tendia duplicar-se a cada 37 anos. Agora, no começo dos setenta, essa taxa tem passado para 2.9%, a qual significa duplicar-se a cada 25 anos" (PREBISCH, 1970, p. 27).

nacionais. Para Prebisch, o dilema malthusiano historicamente deixou de ser uma "angústia" e/ou utopia sem lugar:

a eliminação da pobreza e seus males inerentes, graças ao enorme potencial da tecnologia contemporânea e à possibilidade de assimilá-la num lapso de tempo muito mais curto do que aquele que se registrou na evolução capitalista dos países mais adiantados (PREBISCH, 1964, p. 12).

Ora, ao discutir o processo de desenvolvimento latino-americano, Raúl Prebisch retratou esta realidade do subdesenvolvimento³⁴ pela existência do problema populacional, da pobreza e de uma economia, em grande parte, ainda baseada no modelo agroexportador. Para o autor existia a insuficiência na dinâmica do desenvolvimento industrial, decorrente dos obstáculos externos (no intercâmbio comercial primário e industrial entre o centro e a periferia) e internos (estrutura social). Sua análise, portanto, objetivava apresentar um diagnóstico desta realidade, particularizando cada fator envolvido, e, dentro dos limites dados, propor historicamente uma ação dinâmica modificadora (modernizante).

Ao abordar o desenvolvimento, Prebisch centrava-se em seu processo sincrônico e diacrônico, na estrutura centro-periferia (internacional e regional) e na estrutura interna latino-americana, construindo uma explicação causal dos fatos. Os fatores estruturais produziram e reproduziram esta dependência centro-periferia (dualista)³⁵ e esta situação persistiria caso não ocorressem mudanças nestas estruturas. Sua crítica perpassava a teoria das vantagens comparativas sobre a

³⁴ "A preocupação básica da CEPAL era a de explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados centros desenvolvidos e encontrar as formas de superá-lo" (MANTEGA, 1992, p. 34).

³⁵ "Introduzindo pela primeira vez os conceitos de centro e periferia, Prebisch os define a partir da noção de desenvolvimento econômico, vinculada ao progresso técnico. Do centro fariam parte as economias nas quais não só as técnicas capitalistas de produção penetraram primeiro como se difundiram homogêaneamente para todos os setores produtivos, e da periferia, as economias que ainda usavam técnicas atrasadas de produção" (GOLDENSTEIN, 1994, p. 26).

especialização da produção e do comércio internacional, a deterioração dos termos de intercâmbio, o estrangulamento do comércio exterior dos países latino-americanos, a insuficiente acumulação de capital interno, a estrutura social tradicional, a estrutura fundiária, etc. Centrou sua proposta de mudança na ação dirigida e planejada do Estado, atribuindo-lhe o papel de sujeito das transformações nas estruturais produtivas (reforma agrária oficial e redistribuição de renda, principalmente) e da mobilidade social; da regulação dos investimentos de origem estrangeira e local; do consumo e da poupança interna; das relações de trabalho e da dinamização da economia (agente econômico estratégico).

A seguir, são apresentados os argumentos nórdicos do pensamento prebischiano, procurando historicizar algumas mudanças e complementos da abordagem nas diferentes etapas da formação de seu pensamento durante os anos de 1950 e 1960³⁶.

O ponto de partida do pensamento de Prebisch foi sua crítica à *teoria das vantagens comparativas* (clássica e neoclássica) do comércio internacional³⁷. Pela interpretação liberal, o comércio internacional deveria guiar-se pela liberdade de mercado (livre comércio e livre iniciativa privada). Na leitura de Fernando Henrique Cardoso (1993), para David Ricardo³⁸, cada país deveria se especializar na produção em que tivesse melhores condições, que para ele resultava do menor custo da mão-

³⁶ Raúl Prebisch produziu uma breve autobiografia sobre sua trajetória intelectual, "Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo" (PREBISCH, 1983, p. 1077-1096), publicado na revista *El trimestre económico*, no México. Este ensaio autobiográfico também foi publicado na obra da Comissão (CEPAL. *Raúl Prebisch: un Aporte al Estudio de su Pensamiento*. Santiago de Chile: CEPAL/Naciones Unidas, 1987a, p. 13-30) e na revista mexicana *Comercio Exterior (Comercio Exterior, México, Mayo de 1987b, vol. 37, núm. 5, p. 345-352)*. Para esta proposição foram consultadas outras fontes (obras) do próprio Prebisch e outros estudos realizados sobre Raúl Prebisch e a CEPAL.

³⁷ "Quando iniciei minha carreira como jovem economista e professor durante os anos vinte acreditava firmemente nas teorias neoclássicas. (...) Entretanto, a tremenda repressão da primeira grande crise do capitalismo - a depressão mundial - gerou em mim graves dúvidas sobre estas crenças" (PREBISCH, 1983, p. 1007; 1987a, p. 13; 1987b, p. 345).

³⁸ "O ponto de partida da teoria do comércio internacional é a 'lei das vantagens comparativas' formulada por Ricardo. Em termos simples, Ricardo assinala que o comércio internacional levará a especialização da produção por países de acordo com os custos relativamente menores da mão-de-obra e que este processo gerará ganhos para todos os países" (CARDOSO, 1993, p. 30).

de-obra. Com o comércio internacional, cada país acabaria ganhando, pois se tornaria competitivo em determinadas especialidades e compraria de outros países que também teriam o menor custo. Para outros autores (neoclássicos), no estudo comparativo das vantagens, devem ser incluídos os demais fatores de produção³⁹.

A partir deste raciocínio, os países com produção primária, portanto, especializados nestas atividades, também participariam dos benefícios do desenvolvimento, pois haveria uma socialização (internacional) dos ganhos tecnológicos (fatores de produção).

Segundo esta premissa, o fruto do progresso técnico tende a repartir-se igualmente em toda a coletividade, seja pela baixa dos preços seja pela alta equivalente das remunerações. Por meio do intercâmbio internacional, os países de produção primária obtêm sua parte nesse fruto. Não necessitam, portanto, de industrializar-se. Pelo contrário, sua menor eficiência fá-los-ia perder irremissivelmente as vantagens clássicas do intercâmbio (PREBISCH, 1949, p. 47)⁴⁰.

Ao contrário da teoria, a realidade do desenvolvimento capitalista não gerou a equivalência do desenvolvimento entre o centro e a periferia. Não só as "vantagens" do progresso técnico se concentraram nos países centrais, como a condição de periferia não melhorou o nível do progresso

³⁹ Para uma leitura da formação desta teoria (clássica e neoclássica) e as variantes dos autores, confira os ensaios reunidos na obra *As Idéias e seu lugar*, de Fernando Henrique Cardoso (1993, p. 30-32). Em outro ensaio Fernando H. Cardoso expôs que: "Mais tarde, os economistas neoclássicos refizeram e aprofundaram a teoria de Ricardo. Seria necessário comparar não apenas o custo do trabalho, mas também o do capital e o da terra para estabelecer as vantagens comparativas na produção entre os países" (CARDOSO, F. H. "Raúl Prebisch: um precursor da integração latino-americana" In: IBGE, 1993, p. 26).

⁴⁰ Para Prebisch, nesse ensaio, as vantagens do aumento da produtividade possibilitavam, por um lado, a redução do custo de produção, e, por outro, o aumento da remuneração dos trabalhadores e dos empresários. Para Lúcia Goldenstein, resumiu esse assunto na seguinte passagem: "O pensamento econômico dominante de então fundava sua análise na 'teoria das vantagens comparativas', cuja premissa básica era a de que os frutos do progresso técnico seriam repartidos igualmente entre os países através da queda dos preços dos bens em cuja produção houvesse incorporação de novas tecnologias. O corolário desta tese era que os países produtores de bens primários não só não precisavam como não deviam industrializar-se pois produziam com menor eficiência e perderiam as vantagens que o comércio lhes dava" (GOLDENSTEIN, 1994, p. 25 - nota 7).

técnico dos demais países periféricos e tampouco elevou-se a renda da população.

Conforme afirmaram Raúl Prebisch e Lúcia Goldenstein (1994), o corolário da teoria das vantagens comparativas, em pleno século XX, servia mais para legitimar a atual divisão internacional do trabalho (imperialista e monopolista), do que propor a viabilidade do desenvolvimento nos países periféricos, ao afirmar que nestes a industrialização (modelo urbano-industrial) não seria vantajosa, uma vez que não teriam condições de produzir manufaturas nos mesmos níveis do centro, inviabilizando sua competitividade no mercado internacional. Caberia à periferia importar tecnologia moderna e aplicá-la nas atividades primárias, pois somente nessas seriam competitivos (maior produtividade com menor custo dos fatores). Pela lógica da teoria, estaria aí a contrapartida e sua participação nos ganhos⁴¹. Ao referir-se a este assunto, Guido Mantega (1992) especificou que, para os defensores desta teoria as vantagens comparativas somente seriam possíveis com a livre concorrência (forças do mercado)⁴².

Para Prebisch, onde estaria o "xis" da questão? Havia uma difusão da tecnologia⁴³, inclusive na periferia, porém seus resultados divergiam da teoria liberal. Concretamente, os frutos do progresso tecnológico não eram usufruídos pelos países subdesenvolvidos.

A resposta a esta realidade estava em sua outra crítica à estrutura dualista, centro-periferia, do comércio internacional. Pelo movimento estrutural diacrônico, na circulação dos produtos no mercado internacional, as exportações primárias da periferia sofriam a deterioração

⁴¹ "... a teoria do equilíbrio estável é, muitas vezes admitida como dominante, no fato subsequente de que o conceito do equilíbrio está ligado ideologicamente às resistentes preferências da harmonia de interesses, do *laissez-faire* e do livre-câmbio" (MYRDAL, 1968, p. 226).

⁴² A abordagem neoclássica "ainda insistia na eficiência da livre concorrência para engendrar o equilíbrio econômico que deveria conduzir à alocação supostamente ótima dos recursos produtivos" (MANTEGA, 1992, p. 24).

⁴³ Sobre esta questão veja o comentário da concepção marxista sobre imperialismo feito por Fernando H. Cardoso (CARDOSO, 1993, p. 33).

dos seus preços em relação às importações de manufaturadas originárias do centro.

A *deterioração dos termos de intercâmbio* ou *da relação de preços* era, pois, o reflexo (o real) da desigualdade do desenvolvimento capitalista. Seu movimento a reproduzia. Na sua obra de 1949, Prebisch sistematizou esta tese:

Desta forma, se os preços houvessem baixado em harmonia com a maior produtividade, tal baixa teria sido menor nos produtos primários que nos industriais; de forma que a relação de preços entre ambos fosse melhorando persistentemente, em favor dos países da periferia, conforme se acentuasse a disparidade de produtividade.

Se houvesse ocorrido, esse fenômeno teria sido de profunda significação. Os países periféricos teriam aproveitado, com a mesma intensidade que os países cênicos, a baixa dos preços dos produtos finais da indústria. Assim, os frutos do progresso técnico ter-se-iam repartido, igualmente, em todo o mundo, *segundo a premissa implícita no esquema da divisão internacional do trabalho, e a América Latina não teria nenhuma vantagem econômica em sua industrialização. Pelo contrário, sofreria uma perda efetiva, enquanto não alcançasse eficácia produtiva igual à dos países industriais* (PREBISCH 1949, p. 55 - grifo nosso).

A deterioração dos preços retratava a realidade da relação centro-periferia. Ao estudar o desenvolvimento latino-americano, Prebisch apresentou a concretude estrutural deste tipo de intercâmbio⁴⁴.

⁴⁴ Confira na tabela abaixo as variações negativas dos preços dos produtos primários em relação aos industriais finais. É possível perceber uma acentuação da deterioração e não se pode deixar em branco uma associação com a dependência imperialista e, coincidência ou não, do avanço tecnológico (2ª Revolução Industrial). A grande queda no período de 1931-35, de 62.0%, é marca da grande depressão econômica que eclodiu em 1929. As duas guerras mundiais também resultaram num interregno do comércio e da "ordem" mundial.

TABELA - 02: DETERIORAÇÃO DOS TERMOS DE INTERCÂMBIO ENTRE PRODUTOS PRIMÁRIOS E INDUSTRIAIS FINAIS - DE ACORDO COM OS DADOS DO BORD OF TRADE (Base - 1876-80 = 100%)

PERÍODO	DETERIORAÇÃO (%)	PERÍODO	DETERIORAÇÃO (%)
1876-80	100.0	-- -- (*)	-- (*)

A deterioração dos termos de intercâmbio⁴⁵ deu consistência à crítica que Prebisch fez da teoria das vantagens comparativas. Portanto, não existia uma "transferência dos ganhos de produtividade dos países avançados para os atrasados, de modo a propiciar maior desenvolvimento destes últimos" (MANTEGA, 1992, p. 35). Pela perspectiva liberal da relação centro-periferia, o paradigma "utópico" da tecnologia destoava da "harmonia clássica dos sons". Cabe lembrar que, para Prebisch, o problema não estava na "Coruja de Minerva".

Mas, onde estaria, então, a origem da deterioração dos termos de intercâmbio? Raúl Prebisch foi buscá-la na dinâmica interna do desenvolvimento econômico em cada uma das partes da dualidade manifestas na divisão internacional do trabalho. Esta dinâmica envolvia a contingência da força de trabalho e sua força organizativa, a remuneração dos fatores de produção (salário e lucro) e o padrão tecnológico-produtivo (industrial e primário).

Durante a crescente, uma parte dos benefícios se foi transformando em aumento de salários, pela concorrência dos empresários uns com outros e pela pressão sobre todos eles das organizações operárias. Quando, *na minguante*, o benefício tem que comprimir-se, aquela parte que se transformou em ditos

1881-85	102.4	1921-25	67.3
1886-90	96.3	1926-30	73.3
1891-95	90.1	1931-35	62.0
1896-1900	87.1	1936-38	64.1
1901-05	84.6	-- -- (**)	-- (**)
1906-10	85.8	1946-47	68.7
1911-15	85.8		

FONTE: Apud: PREBISCH, Raúl. "O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas" In: *Revista Brasileira de Economia*. (1949, p. 94).

Obs.: Tabela readequada para este estudo.

(*) 1916-20: Período que envolveu a Primeira Guerra Mundial

(**) 1939-45: Período que envolveu a Segunda Guerra Mundial.

⁴⁵ "... os cálculos publicados pelas Nações Unidas em 1949, os quais estimavam em 40% a desvalorização dos produtos primários desde os fins do século XIX até a véspera da última guerra mundial" (EMMANUEL, 1981, p. 24).

aumentos perdeu, no centro, sua fluidez, em virtude da conhecida resistência à baixa dos salários. A pressão se desloca então para a periferia com maior força que a naturalmente exercível caso não fossem rígidos os salários e os benefícios no centro, em virtude das limitações da concorrência. Assim, tanto menos possam comprimir-se as remunerações, no centro, tanto mais terão que fazê-lo na periferia (PREBISCH, 1949, p. 59 - grifo nosso)⁴⁶.

Ao apresentar a realidade do centro (países desenvolvidos da Europa e Estados Unidos), Prebisch entendia que a deterioração tinha aí o seu cerne. O capitalismo moderno – expressão da "humanidade da tecnologia" (fruto e usufruto dos benefícios sociais) – melhora as condições de vida da sociedade cêntrica. Ele construiu uma lógica do capitalismo dinâmico: a distribuição dos frutos do progresso técnico, resultante da concorrência entre os empresários, do pleno emprego e da força de mobilização sindical dos operários. Esta dinâmica não enfrentava maiores problemas durante os períodos de crescimento econômico, porém, o complicador aparecia nos períodos de crise (de superprodução), pois os capitalistas não conseguiam impor o arrocho salarial dificultados pelas garantias, pela pressão sindical e por não existir um exército de mão-de-obra de reserva no centro. Ora, em função disso, a "socialização das perdas" (pressão cíclica) era transferida, exportada, para a periferia do sistema, a parte mais fraca da economia mundial.

A desorganização característica das massas operárias na produção primária, especialmente na agricultura dos países da periferia, impede-lhes de conseguir aumentos de salários comparáveis aos alcançados nos países industriais, ou de

⁴⁶ Nesta obra de 1949, Prebisch destacou o movimento ondulatório (crises de superprodução) do desenvolvimento capitalista nos países centrais, sendo que a retração dos salários encontrava seu limite na força organizativa do operariado. Celso Furtado também possuía um entendimento sobre essa relação entre capacidade organizativa dos trabalhadores e o poder aquisitivo dos salários, garantido ou não, justamente, a partir da força ou fragilidade da luta sindical. Ao tratar dessa visão Raúl Prebisch e de Celso Furtado, conforme o comentário de Mantega, estaria aí a mola mestra do avanço da produtividade e da redistribuição de renda: "a classe trabalhadora torna-se, digamos assim, a mola mestra do desenvolvimento à medida que obriga os capitalistas a procurar incessantemente novos métodos de produção, novas técnicas produtivas" (MANTEGA, 1992, p. 91).

conservá-los com a mesma efetividade. A compressão das remunerações – sejam benefícios, sejam salários – é, pois menos difícil na periferia (PREBISCH, 1949, p. 59 - grifo nosso)⁴⁷.

A deterioração⁴⁸ das relações de preços constitui-se no principal obstáculo externo ao desenvolvimento econômico latino-americano⁴⁹, e, à insuficiência dinâmica (estrutural), o obstáculo interno. Ao tratar da exportação da crise à periferia, Prebisch acentua novamente o papel da força de trabalho (pressão e salários), o que dá a entender que tanto a dinâmica quanto a insuficiência, retratam as condições do mundo dos trabalhadores⁵⁰. Todavia, além da deterioração, ou associado a este obstáculo, a periferia latino-americana também se defrontava com outros problemas no estrangulamento comercial.

Outro aspecto da deterioração, presente desde o início do século XX, vem agravando as importações e exportações dos países subdesenvolvidos, pois a queda dos preços dos produtos primários reduzia o poder aquisitivo das exportações e a capacidade de importação de tecnologia, por exemplo, exigindo uma quantidade cada vez maior dos primeiros para adquirir a mesma quantidade do segundo.

Em sua obra publicada em 1963, Raúl Prebisch (1964)⁵¹ tratou com mais detalhes o *estrangulamento exterior do e ou desenvolvimento latino-*

⁴⁷ Para Raúl Prebisch, o “exército industrial de reserva” constituía-se numa das contingências da periferia: “Ao contrário, nos países periféricos, a pressão relativamente forte da mão-de-obra deslocada, ou que procura deslocar-se dificulta consideravelmente a ação sindical” (PREBISCH, 1964, p. 103).

⁴⁸ Sobre esse assunto confira Eginardo Pires (“Deterioração dos termos de troca e intercâmbio desigual” In: *Revista de economia política*. Vol. 1, n.º 2, abril-junho/1981, p. 85-109).

⁴⁹ “... a capacidade de compra de exportações latino-americanas em termos de bens importados cresceu de apenas 23% de 1950 a 1962, ou seja, muito menos que 2% ao ano” (DELL, 1966^a, p. 20).

⁵⁰ “Nisto está a chave do fenômeno pelo qual os grandes centros industriais, não apenas retêm para si o fruto da aplicação das inovações técnicas à sua própria economia, mas, ainda, estão em posição favorável para captar uma parte do que surge no progresso técnico da periferia” (PREBISCH, 1949, p. 59). Cf. GOLDENSTEIN, 1994, p. 26; CARDOSO, 1993, p. 35; MANTEGA, 1992, p. 37; e, principalmente PREBISCH, 1964, p. 97-102.

⁵¹ A primeira edição brasileira, realizada no ano de 1964, foi a tradução da obra: CEPAL. *Hacia una dinámica del desarrollo latinoamericano*. Argentina, mayo de 1963.

americano no comércio periferia-centro, com "as tendências díspares da procura internacional, e as suas conseqüências sobre as exportações e sobre os seus preços relativos" (PREBISCH, 1964, p. 85). Na *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americana*⁵², o autor não voltou a tratar do movimento cíclico (crescente e minguante), mas das particularidades internas das economias dinâmicas (do centro)⁵³ e da insuficiência dinâmica do desenvolvimento na América Latina (obstáculos internos).

A dinâmica do capitalismo moderno (maior produtividade-renda) dos países centrais, no pós-guerra, acentuava a dependência comercial da periferia. Neles havia um menor crescimento populacional, uma menor procura de alimentos, pois seu crescimento era mais lento (vegetativo) e uma menor procura de matérias-primas resultante das inovações tecnológicas. Por outro lado, o desenvolvimento econômico na América Latina permaneceu condicionado às estruturas tradicionais do modelo agroexportador que freiam seu avanço dinâmico.

As mesmas razões que explicam a disparidade com que aumenta a procura interna de produtos primários nos nossos países, comparada com a de produtos manufaturados e serviços qualificados, conforme aumenta a renda por habitantes, manifestam-se também no âmbito internacional, embora com características particulares. Por um lado, a população dos grandes centros que adquirem produtos primários latino-americanos, cresce com maior lentidão que a dos nossos países, e isso influi sobremaneira na lentidão da procura. Por outro lado, a elasticidade da procura de alimentos é menor naqueles países do que entre nós, como também é menor a da procura de matérias-primas,

⁵² Sobre esta obra Fernando H. Cardoso fez o seguinte comentário: "As teses centrais permaneceram, voltando-se inclusive a falar do caráter *temporário* da necessidade de recursos externos. Não obstante, no documento que resume o pensamento cepalino dos primeiros anos da década de sessenta passam a ser introduzidos *aspectos sociais*. Contraditoriamente, o que poderia ter sido um *acrescentamento* à teoria, foi fator de perturbação quanto à análise da acumulação e do desenvolvimento" (CARDOSO, p. 1993, p. 61).

⁵³ Outra diferença significativa entre centro e periferia estava na mobilidade da mão-de-obra. No centro existia um deslocamento inter indústrias e uma absorção significativa e crescente da população economicamente ativa nas atividades industriais. "A segunda diferença essencial está em que, nos grandes centros industriais, a absorção de mão-de-obra proveniente da produção primária e de outras atividades expelentes avançou de maneira considerável, e a proporção de população ativa que ficou nessas atividades é relativamente pequena" (PREBISCH, 1964, p. 102).

devido às transformações técnicas, que diminuem ou eliminam e emprego de matérias-primas naturais, ou as utilizam melhor (PREBISCH, 1964, p. 85)⁵⁴.

Prebisch não desconsiderava que a maior *elasticidade-renda* dos produtos manufaturados seja específica da relação centro-periferia. Como pode ser visto em seu argumento, esta também ocorria no mercado interno dos países periféricos e centrais⁵⁵. Porém, nestes últimos (Estados Unidos e Europa Ocidental), não haviam obstáculos à absorção da população deslocada da agricultura e, ao mesmo tempo, o estabelecimento de garantias à produção primária, mediante fixação de preços internos mínimos, subsídios e medidas protecionistas que garantiriam a estabilidade econômica no setor (PREBISCH, 1964, p. 104-105).

Após a grande depressão e a Segunda Guerra Mundial foi estabelecida uma nova ordem no comércio mundial⁵⁶, que iria combinar práticas protecionistas⁵⁷ a nível dos mercados centrais e a liberalização do comércio no sentido centro-periferia⁵⁸.

⁵⁴ Maria da Conceição Tavares especificou a natureza e as formas do estrangulamento externo: "uma de caráter 'absoluto', que corresponde a uma capacidade para importar estancada ou declinante, e outra de caráter 'relativo', que se identifica com uma capacidade para importar que cresce lentamente a um ritmo inferior ao do produto. A primeira forma de estrangulamento será geralmente relacionada com as contrações do comércio internacional pelas quais têm passado os produtos primários. A segunda, por sua vez, está associada às tendências de longo prazo das exportações dos mesmos" (TAVARES, 1983, p. 36).

⁵⁵ "A própria situação da produção agrícola nos grandes centros industriais, apesar do seu desenvolvimento, o está demonstrando. Também ali se nota uma tendência para a deterioração da relação de preços, que não é incompatível com a aptidão dos salários industriais para captar o incremento de produtividade, em detrimento das atividades primárias" (PREBISCH, 1964, p. 104).

⁵⁶ "O período de pós-guerra assiste a um grande crescimento da economia mundial, em resposta a uma profunda internacionalização do capital produtivo (e posteriormente financeiro) e a uma prolongada integração dos mercados à escala global. Este processo é liderado pela grande empresa norte-americana e pelo sistema de filiais internacionais a ela associado e representa uma difusão para o resto do mundo - primeiro para a Europa e depois para a periferia - dos padrões de produção (industrial e agrícola) e de consumo já implementados e em consolidação na sociedade norte-americana" (DELGADO e outros, 1992, p. 6).

⁵⁷ Com matiz keynesiano, isto é, o Estado passa a ser um agente regulador da economia, seja para intervir nas relações de trabalho, seja para "socializar" as perdas ou direcionar os interesses privados. Caberia ao Estado evitar a anarquia da produção e as crises de realização do capital.

⁵⁸ "Na realidade, esta política, desfavorável para os países periféricos, começa com a *grande depressão mundial*, porque, antes dela, nem o protecionismo era exagerado (...) nem havia restrições diretas ou excedentes que liquidar" (PREBISCH, 1964, p. 86 - grifo nosso).

A crítica a este tipo de estrangulamento exterior era parte integrante da crítica à *teoria das vantagens comparativas*, pois se os países latino-americanos mantivessem sua especialidade agroexportadora, dificilmente obteriam as vantagens do progresso técnico. A saída para esta situação de deterioração e estrangulamento era justamente a viabilização da industrialização, eliminando sua insuficiência⁵⁹, e uma nova relação de intercâmbio.

Desde a formação dos estados nacionais até a década de 1960, a história econômica latino-americana passou por duas orientações (modelos) distintas de desenvolvimento: o modelo agroexportador ("para fora")⁶⁰; e, o modelo de substituição de importações ("para dentro").

No primeiro, predominava a produção primária (agrícola e mineradora) voltada para o mercado externo, principalmente o europeu e na passagem do século XIX ao XX, também o norte-americano. O crescimento da economia dependia basicamente da renda das exportações⁶¹. A industrialização moderna teve seus primeiros passos nas últimas décadas do século XIX, crescendo em determinados setores (bens de consumo e prestação de serviços) nas primeiras décadas do XX. Por sua vez, as técnicas modernas eram empregadas juntamente nas atividades primárias e na infraestrutura necessária à sua comercialização forânea (ferrovias e portos), além de outras na prestação de serviços urbanos (energia, comunicações,

⁵⁹ "... a solução para este problema consiste em corrigir a insuficiência dinâmica do desenvolvimento, sem deixar de seguir uma política de remunerações que reflita o incremento de produtividade nas atividades primárias" (PREBISCH, 1964, p. 107).

⁶⁰ Com estruturas socioeconômicas "herdadas" do sistema colonial que na visão cepalina foram consideradas atrasadas.

⁶¹ "... as importações deviam cobrir faixas inteiras de bens de consumo terminados e praticamente o total dos bens de capital necessários ao processo de investimento induzido pelo crescimento exógeno da Renda" (TAVARES, 1983, p. 31).

etc.)⁶². No caso brasileiro, parte do capital para esta incipiente "modernização localizada" teve sua procedência, origem, dos seguintes grupos sociais (internos e/ou externo): a aristocracia cafeeira (no Sudeste), a burguesia comercial associada, os novos grupos sociais (burocratas, profissionais liberais e imigrantes) e o capital estrangeiro⁶³.

O sistema oligárquico-exportador com sua configuração política, burguesia local associada aos grupos imperialistas, caracterizava esta estrutura "tradicional"⁶⁴. As mudanças mais marcantes a nível econômico e político foram contextualizadas entre a primeira guerra mundial, a crise dos anos trinta, a segunda guerra mundial e os primeiros anos de reconstrução das economias dos países ocidentais diretamente envolvidos neste conflito.

Este período marcou, na América Latina, a "crise" no desenvolvimento e nas relações de poder (no Estado e na sociedade civil) do modelo agroexportador⁶⁵. "A crise prolongada dos anos trinta, no entanto, pode ser encarada como o ponto crítico da ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador" (PRADO, 1986, p. 11-12)⁶⁶. A formação do

⁶² "... a tecnologia dos centros havia penetrado principalmente na exportação primária e nas atividades relacionadas, o que respondia a suas necessidades; em mudanças, não havia penetrado nas outras atividades onde era muito baixa a produtividade de uma grande parte da força de trabalho" (PREBISCH, 1983, p. 1080).

⁶³ Um estudo de referência sobre as alianças político-sociais na América Latina contemporânea é a obra de Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto (1970).

⁶⁴ "Sustenta-se que as sociedades latino-americanas pertenceriam a um tipo estrutural denominado geralmente "sociedade tradicional" e que se está produzindo a passagem a outro tipo de sociedade chamada "moderna" (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 16-17).

⁶⁵ "Essa emergência se torna possível no momento de crise aguda do sistema liberal-oligárquico que explode com a crise de 1929, e propicia uma ruptura da hegemonia política oligárquica. Essa crise de hegemonia, quando nenhuma fração de classe tem força suficiente para assumir o poder, oferece a possibilidade do surgimento dos regimes populistas na América Latina" (PRADO, 1986, p. 11-12).

⁶⁶ "Essa transição está diretamente ligada às crises econômicas e políticas do capitalismo mundial, com a Primeira Grande Guerra, a depressão econômica iniciada em 1929 e a Segunda Grande Guerra, além de outras de menor vulto" (IANNI, 1989, p. 107).

populismo é identificada como a nova configuração do Estado (keynesiano)⁶⁷ no Brasil e em outros países latino-americanos⁶⁸. Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto, com certa pertinência, abordaram esta crise e a arquitetura das relações de poder: "a crise do sistema oligárquico-exportador, com duplo propósito de assinalar em que forma configuraram-se as novas alianças político-social interna do sistema de poder e a crise da economia mundial" (CARDOSO e FALETTTO, 1970, p. 55).

O novo modelo de desenvolvimento substitutivo de importações privilegiaria a atividade urbano-industrial e destinava sua produção para o mercado interno, fundamentalmente durante o período de 1930 ao pós-1945⁶⁹. A política econômica estatal desenvolvimentista (paradigma da modernidade) viabilizava o fomento industrial, seja orientando e financiando a iniciativa privada, ou tornando-se agente econômico e regulador (legislador) dos fatores produtivos. Ao Estado caberia a função diretiva e propulsora na "transição" do "capitalismo agrário" (atrasado) ao "capitalismo industrial" (moderno).

O modelo substitutivo de importações, adotado nos países de "industrialização tardia", no dizer de Lúcia Goldenstein (1994, p. 62), não podia ser visto como projeto de desenvolvimento nacionalista fechado e xenófobo⁷⁰. O

⁶⁷ O Estado Populista, planejador e principal agente do restabelecimento do crescimento econômico, apresenta-se, ideologicamente, acima das classes e grupos sociais (pacto social). "Segundo a nova ótica keynesiana, as forças de mercado, deixadas a si mesmas, estariam longe de promover a alocação ótima de recursos, causando, pelo contrário, capacidade ociosa, desperdício e desemprego. Nesse sentido, fazia-se necessária a intervenção mais decidida do Estado na economia ..." (MANTEGA, 1992, p. 25).

⁶⁸ Para uma leitura introdutória à "crise" do modelo agroexportador e do estado oligárquico latino-americano confira as seguintes indicações: Fernando Mires (1988), Maria Lúcia Prado (1986) e Octavio Ianni (1995). Para o caso do Brasil, confira Francisco Weffort (1980).

⁶⁹ "Nos anos em que persistiram os efeitos da grande depressão, e no após-guerra - para não mencionar o próprio conflito mundial - não se pôde pensar que os grandes países industriais abrissem as suas portas à exportação de manufaturas periféricas. Nem tampouco que os países latino-americanos estivessem dispostos a lutar pelo mercado externo, uma vez que a fácil substituição de importações lhes oferecia um mercado interno crescente e seguro, amparado por toda a espécie de defesas contra a importação. Não se apresentava, pois, o problema da necessidade vital das exportações industriais" (PREBISCH, 1964, p. 88-89).

⁷⁰ Para Mantega o nacionalismo e a hostilidade ao capital estrangeiro limitava-se ao discurso político (MANTEGA, 1992, p. 39).

estrangulamento externo e as dificuldades de importações durante as guerras e a depressão, contribuíram para o incentivo da produção local. Maria da Conceição Tavares trata deste assunto da seguinte forma:

Nada está tão longe da realidade, porém, quanto a esse *desideratum*. Em primeiro lugar, porque o processo de substituição não visa diminuir o *quantum* de importação global; essa diminuição, quando ocorre, é imposta pelas restrições do setor externo e não desejada. Dessas restrições (absolutas ou relativas) decorre a necessidade de produzir internamente alguns bens que antes se importavam. Por outro lado, no lugar desses bens substituídos aparecem outros e à medida que o processo avança isso acarreta um aumento da demanda derivada por importações (de produtos intermediários e bens de capital) que pode resultar numa maior dependência do exterior, em comparação com as primeiras fases do processo de substituição (TAVARES, 1983, p. 39)⁷¹.

Francisco de Oliveira criticou a visão estruturalista (dualismo centro-periferia) do desenvolvimento substitutivo⁷², que parte do princípio do "vazio no abastecimento" (necessidade de consumo) gerado pela queda das importações. A substituição, desta forma, cobriria este espaço e a industrialização representaria a cristalização da modernidade econômica (moderno: industrial x atrasado: agroexportador). Ora, para o autor "a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação, e não às do consumo" (OLIVEIRA, 1987, p. 27).

Parece, assim, que a industrialização substitutiva de importações funda-se numa necessidade do consumo e não numa necessidade da produção, *verbi gratiae*, da acumulação; além disso, as formas de consumo impostas de fora para dentro parecem não ter nada que ver com a estrutura de classes, com a

⁷¹ "Na realidade, o termo "substituição de importações", adotado para designar o novo processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, é pouco feliz porque dá a impressão de que consiste em uma operação simples e limitada de retirar ou diminuir componentes da pauta de importações para substituí-los por produtos nacionais" (TAVARES, 1983, p. 38).

⁷² "... toda a questão do desenvolvimento foi vista sob o ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações" (OLIVEIRA, 1987, p. 12).

forma da distribuição da renda, e são impostas em abstrato: começa-se a produzir bens sofisticados de consumo, e essa produção é que cria as novas classes, é que conforma padrão de distribuição da renda, é que "perverte" a orientação do processo produtivo, levando no seu paroxismo à recriação do "atrasado" e do "moderno" (OLIVEIRA, 1987, p. 27).

Para compreender a discussão que Prebisch fez do modelo substitutivo de importações, isto é, da sua insuficiência dinâmica na América Latina, convém frisar algumas diferenças na implantação dos tipos de plantas industriais, ramos produtivos e até suas implicâncias a nível de relação de trabalho e da realização do capital no mercado interno. Tavares distinguiu duas fases neste processo: a primeira, que vai até 1945, foi a fase da substituição fácil⁷³ e "se caracterizou, sobretudo, pela substituição dos bens não-duráveis de consumo final" (TAVARES, 1983, p. 37), ou bens de consumo salarial e alguns ramos de bens de capital (empresas estatais)⁷⁴; a segunda, "que abrange o primeiro decênio depois da guerra, transcorreu em condições de menores limitações da capacidade para importar" (TAVARES, 1983, p. 37), e encontrou maiores problemas na substituição dos bens de consumo duráveis, bens intermediários e bens de capital que exigiam elevadas quantidades de capital, tecnologia e mão-de-obra qualificada.

À medida porém que se avança no processo de substituição e se entra, em particular, nas faixas de bens duráveis de consumo, o crescimento relativo do mercado passa a dar-se basicamente em termos verticais, ou seja, explorando o poder de compra das classes de altas rendas. Isto se deve a dois motivos fundamentais: 1) a alta densidade de capital por unidade de investimento e de

⁷³ Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto chamaram este período de "auge da substituição fácil de importações" (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 124).

⁷⁴ "A substituição inicia-se, normalmente, pela via mais fácil da produção de bens de consumo terminados, não só porque a tecnologia nela empregada é em geral, menos complexa e de menor intensidade de capital, como principalmente porque para estes é maior a reserva do mercado, quer a preexistente quer a provocada pela política de comércio exterior adotada como medida de defesa" (TAVARES, 1983, p. 42).

produto impede a absorção de grandes quantidades de mão-de-obra; 2) o alto valor unitário dos bens produzidos só permite a incorporação aos mercados consumidores de reduzidas camadas da população (TAVARES, 1983, p. 49-50).

Na crítica à teoria das vantagens comparativas e à deterioração dos termos de intercâmbio, Prebisch enfatiza a determinação das estruturas externas (divisão internacional do trabalho) sobre o desenvolvimento da América Latina. O outro núcleo da sua crítica pode ser entendido como crítica às estruturas internas da própria periferia, porém não cindidas das anteriores (dualismo).

Sua crítica às condições internas no *manifesto dos periféricos* de 1949, Raúl Prebisch⁷⁵, voltou-se ao círculo vicioso da *triade deficitária*: falta de produtividade, falta de capital e falta de poupança interna. "Com efeito, a *produtividade* é, nesses países, muito baixa, porque *falta capital*; e falta capital por ser muito estreita a *margem de poupança*, em razão dessa baixa produtividade (PREBISCH, 1949, p. 72).

Cada uma destas partes da estrutura deficitária⁷⁶ teriam, segundo ele, as seguintes origens circulares: - a produtividade, decorria da falta de progresso técnico que por sua vez se refletia nos níveis de remunerações e falta de capital (investimentos produtivos); - o capital, pela "escassez típica de poupança" (PREBISCH, 1949, p. 73) interna; - a poupança, pela baixa produtividade e as formas impróprias de utilização do capital⁷⁷, pois as camadas superiores têm "formas de consumo próprias de países de alta produtividade" (PREBISCH, 1949, p. 73).

⁷⁵ Em relação a segunda etapa na formação de seu pensamento, cf.: PREBISCH (1983, p. 1078-1084). O próprio título da obra é sugestivo em relação ao pensamento de Raúl Prebisch sobre as vicissitudes do modelo de substituição de importações. A industrialização estava em andamento, porém alguns problemas teriam que ser resolvidos.

⁷⁶ Para uma discussão sobre os "juízos de valor" implícitos numa visão deficitária de determinada sociedade (cultura), confira Pierre Clastres (1990, p. 132-152).

⁷⁷ "Poupar significa deixar de consumir e, portanto, é incompatível com certas formas peculiares de consumo em grupos com rendas relativamente altas" (PREBISCH, 1949, p. 73).

As soluções para esta estrutura deficitária com seus problemas seriam: uma, empréstimos de capital estrangeiro "para suprir a deficiência de poupança nacional" (PREBISCH, 1949, p. 72), desde que bem encaminhados; outra, a ação do Estado no que se refere ao planejamento econômico (fomentar indústrias dinâmicas), a captação do capital estrangeiro, "estimular a inversão de grande parte dos lucros e remunerações" (PREBISCH, 1949, p. 75), através dos impostos, controle cambial e das importações, da inflação⁷⁸, etc.

A América Latina estava encontrando problemas em seu desenvolvimento econômico. Portanto, caberiam medidas para fazer avançar o processo, aumentar a produtividade e a renda média⁷⁹. Estava faltando dinâmica ao modelo substitutivo das importações.

Raúl Prebisch criticava a insuficiência (falhas) do modelo de substituição das importações e, indiretamente, o caráter conservador do desenvolvimento (industrialização) que não resolveu o problema da melhoria das condições de vida das massas⁸⁰.

Por uma parte, era claro que este processo (pelo menos nos países periféricos mais avançados), havia esgotado quase por completo as possibilidades de substituição de importações para o mercado interno dos bens de consumo não duráveis. Em conseqüência, era necessário a iniciação de formas de industrialização mais complexas e difíceis em bens intermediários, de capital e de consumo durável que requerem mercados mais amplos (PREBISCH, 1983, p. 1007).

⁷⁸ Nesta época Prebisch vê a "inflação como instrumento de poupança coletiva" (PREBISCH, 1949, p. 77).

⁷⁹ "O aumento da renda média, por habitante, só poderá ser conseguido de dois modos, *Primeiro* pelo aumento da produtividade e, *segundo*, dada uma determinada produtividade, pelo aumento da renda, por homem, na produção primária, com respeito às rendas dos países industriais que importam parte dessa produção" (PREBISCH, 1949, p. 79).

⁸⁰ Também aí se percebe sua visão positiva de desenvolvimento (progresso). A tecnologia moderna resolveria o paradigma malthusiano.

Sua análise também se voltou ao cenário internacional, entendendo que havia a necessidade de um redirecionamento e uma implementação da pauta das exportações dos países periféricos no comércio internacional (exportar para outros países)⁸¹.

Por outra, a reconstrução da economia mundial havia se completado com a reorganização do sistema internacional de comércio e pagamentos, baseado em considerações de eficiência econômica. Em consequência, surgiram algumas possibilidades novas para a periferia e eu aconselhei uma política de estímulo para a exportação de manufaturas dirigidas para os centros, além de fortalecer as relações comerciais dentro da periferia (PREBISCH, 1983, p. 1084; 1987a, p. 19; 1987b, p. 348).

A crítica mais acentuada às estruturas internas que obstaculizavam⁸² o desenvolvimento foi apresentada de forma mais detalhada em sua obra *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano*, publicada pela primeira vez em 1963, especialmente na segunda parte: "os fatores estruturais internos" (PREBISCH, 1964, p. 32-82). Se em 1949 o desenvolvimento enfrentava *problemas* externos e internos, em 1963, esses fatores foram vistos como *obstáculos*. Em outras palavras, na sua análise, as estruturas externas⁸³ e internas freavam o desenvolvimento "normal" do capitalismo na América Latina. Somente com mudanças profundas nas estruturas seria possível eliminar esses obstáculos internos⁸⁴.

⁸¹ "Este incentivo às exportações industriais, bem como às de produtos primários, não poderia circunscrever-se à órbita dos mercados existentes. É indispensável modificar a estrutura geográfica do intercâmbio, além de sua composição" (PREBISCH, 1964, p. 16).

⁸² "É chegado o momento de abandonar a atitude tão freqüente de atribuir somente a fatores externos o ritmo insuficiente do desenvolvimento latino-americano, como se não existiram fatores internos muito importantes que o obstaculizaram" (PREBISCH, 1970, p. 10).

⁸³ Já foram trabalhadas no início desta parte. São elas: a divisão internacional do trabalho (centro-periferia) exposta na crítica à teoria das vantagens comparativas, e, à deterioração dos termos de intercâmbio.

⁸⁴ "Esta foi sobretudo uma etapa de crítica para fins dos anos cinquenta e princípios dos sessenta; crítica da política e das idéias econômicas, em resposta as mudanças que estavam ocorrendo no processo de desenvolvimento e para minha melhor compreensão de seus problemas" (PREBISCH, 1983, p. 1084; 1987a, p. 19; 1987b, p. 348).

Os males que afligem a economia latino-americana não correspondem a fatores circunstanciais ou transitórios. São expressões da crise da ordem de coisas existentes e da escassa aptidão do sistema econômico – por falhas estruturais que não soubemos ou pudemos corrigir – para lograr e manter um ritmo de desenvolvimento que corresponda ao crescimento da população e às suas exigências de rápido melhoramento (PREBISCH, 1964, p. 11).

O modelo de desenvolvimento substitutivo de importações, a via tupiniquim da transição ao capitalismo moderno, não estava avançando suficientemente para atingir a modernidade. Prebisch tinha presente que a transição ao capitalismo dinâmico exigiria um certo tempo. Entretanto, a premência na solução dos problemas da pobreza, necessitaria de soluções saudáveis na esfera do capitalismo (função social da tecnologia moderna), antes que a saída tomasse rumos radicais⁸⁵. A transição normal à modernidade, isto é, a "via" espontânea e natural da concorrência entre os capitalistas, tardaria muito, cabendo então a possibilidade de *acelerar a dinâmica econômica*.

Para que a industrialização resultasse na equidade social (melhoria da renda das massas) era preciso, por um lado, "acelerar o ritmo de desenvolvimento" (PREBISCH, 1964, p. 43), através da utilização racional dos fatores produtivos (mão-de-obra/empregos, capital/poupança, terra/reforma agrária); por outro, redistribuir a riqueza (renda, terra e tecnologia). Em ambas as questões era peremptória a ação do Estado.

⁸⁵ A partir de 1959, a Revolução Cubana passou a ser outro referencial de mudança social, política e econômica. A "modernização" passou a ser uma preocupação norte-americana, que apresentou aos seus periféricos, a proposta da Aliança para o Progresso, em 1961.

Era impostergável dar um *salto qualitativo à forma de desenvolvimento* (capitalismo moderno)⁸⁶. Para ele, historicamente, era possível pensar e realizar a aceleração do desenvolvimento⁸⁷.

A necessidade do salto dinâmico (capitalismo social) pode ser vista como uma crítica aos limites do desenvolvimento conservador. Algumas estruturas da sociedade tradicional permaneceram e obstruíram os novos avanços na industrialização, ou seja, o desenvolvimento alcançado até então manteve grande parte da sociedade excluída da riqueza socialmente produzida e até agravou a marginalidade social e democrática.

A tríade, apresentada anteriormente, foi retomada e acrescida de elementos estruturais e da inadiabilidade da mudança. Um primeiro núcleo de obstáculos eram: a insuficiente absorção da mão-de-obra, da

⁸⁶ Após o período de “estado de guerra” na revolução soviética, o próprio Lenin considerava necessário uma política de recuperação da economia do país, sob orientação do Estado, mas sem um caráter específico do “modelo” socialista. Essa proposta resultou na Nova Política Econômica (NEP), levada a efeito de 1921 a 1929, e vista como possibilidade de “transição” ao socialismo (um passo em frente, dois passos atrás). Primeiro era preciso deixar “renascer” o comércio privado para restabelecer o crescimento econômico rural (agrário) e urbano (industrial) e a respectiva circulação dos produtos (comércio), para, após isso, estabelecer uma organização estatal da economia, com seus planos quinquenais e a prioridade industrial (cf. CARR, 1981).

Segundo Prebisch, a América Latina, para avançar em seu desenvolvimento, teria que *saltar para frente*, mas sem voltar passos atrás.

⁸⁷ No pensamento de Prebisch esta celeridade se distingue de uma possível acumulação primitiva de capital ao nível das nações (modelo clássico capitalista ou revolução industrial). A própria *origem do capital* (acumulação primitiva), segundo Marx, não pode ser reduzida às condições econômicas em si (economicismo), mas, sim, conforme seu próprio texto, num estudo de caso da gênese do modo de viver capitalista, na Grã-Bretanha. Ele se propôs estudar, portanto, o processo das transformações históricas, das condições sociais dos indivíduos e da gênese de novas formas e funções das relações sociais. Enfim, seu estudo trata, nada mais nada menos, do que a *contingência humana*. No conjunto das mudanças históricas, alguns indivíduos passaram a encontrar-se enquanto despossuídos e/ou expropriados dos meios mínimos à vida (sobrevivência), enquanto trabalhadores livres (proprietário somente de si e da sua prole); outros, enquanto proprietários de significativas quantidades de meios de produção, transformaram-nos em capital (relação), segundo as novas formas e funções de uso. Cf. MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. Liv. 1, vol. II - cap. XXIV-XXV. Segundo Thomas Morus, no início dos tempos modernos, na Grã-Bretanha, “as ovelhas devoraram seres humanos” (MORUS, Thomas. *A Utopia* Apud: MARX, 1988, p. 835).

Fernando Antônio de Novais, em sua inversão idealista (estruturalista), anacrônica, ao tratar de outra dinâmica, superestima o papel do mundo colonial no processo da acumulação primitiva, argumentando, inclusive, que a exploração colonial acelerou a realização histórica da revolução industrial. O autor utiliza-se da obra de Marx para sustentar sua argumentação. Porém, Marx acentuou a dinâmica interna europeia (Inglaterra), isto é, o sistema colonial fazia parte do mundo moderno, mas não era o centro das mudanças sociais geradoras da “acumulação primitiva”. O sistema colonial tampouco poderia acelerar o que estava em processo: a própria realização histórica da acumulação originária (novas relações entre indivíduos). Além do mais, Novais, ao fazer a leitura das *categorias históricas* “acumulação primitiva” ou “origem do capital”, de Marx, com sua inversão racionalista, comprometeu-as de tal maneira, que abstrai delas todo sentido real, histórico e social marxiano (cf. NOVAIS, 1985).

acumulação de capital e da estrutura fundiária. A visão deficitária era complementada com a análise da concentração da riqueza.

A insuficiente *absorção produtiva da mão-de-obra* era resultante dos desníveis entre o crescimento populacional (deslocamento da população economicamente ativa) e o crescimento econômico.

A exígua taxa de cerca de um por cento anual, com que vem crescendo desde meados do decênio anterior a renda por habitante no conjunto da América Latina é prova concludente da insuficiência dinâmica do desenvolvimento latino-americano (PREBISCH, 1964, p. 33)⁸⁸.

Esse desnível agravava a exclusão social e a marginalização econômica que poderia ser sintetizada nos problemas do desemprego e da pobreza: “Uma proporção sensível do aumento da população ativa não se absorve satisfatoriamente no processo produtivo: permanece à margem do desenvolvimento econômico” (PREBISCH, 1964, p. 33). Uma certa releitura do paradigma malthusiano, nessa relação entre marginalização, pobreza e desemprego.

Este agravante encontrava na estrutura fundiária sua origem básica (latifúndio agroexportador e baixa renda). A demografia latino-americana ainda se caracterizava pela concentração rural no qual, inclusive, seu crescimento era maior⁸⁹. O deslocamento da população rural para os centros urbanos, causado pela deterioração dos termos de intercâmbio na economia interna e a aplicação de tecnologia substitutiva de mão-de-obra nas atividades primárias, aumentava o problema estrutural da absorção

⁸⁸ Ao analisar a trajetória do pensamento de Raúl Prebisch, Fernando H. Cardoso fez o seguinte comentário sobre o conteúdo da obra de 1970: “Prebisch conseguiu, num de seus textos mais ecléticos (*Transformación y Desarrollo: la gran tarea de América Latina*, de 1970), tragar várias modas: a questão do excesso de população e de seu crescimento acelerado, os malefícios relativos da tecnologia *capital-intensive*, a dependência, as deformações da ocupação, etc.” (CARDOSO, 1993, p. 69).

⁸⁹ “Ali o crescimento demográfico é possivelmente maior do que a porcentagem geral anual de 2,9 por cento. Porém só permaneceu na atividade agrícola na casa dos 1,5 por cento no último decênio” (PREBISCH, 1964, p. 33).

(exército industrial de reserva)⁹⁰. Ao mesmo tempo, no meio urbano, já havia a exclusão de parcela da mão-de-obra produtiva nas atividades absorventes (indústria, construção civil e mineração) e indícios de inchaço nos serviços (atividades não-produtivas), sem contar com seu próprio crescimento vegetativo.

O êxodo rural já manifestava aspectos do tipo e da forma de uso da tecnologia nas atividades agrícolas (modernização), sem mudança na estrutura fundiária. Pelos dados apresentados na Tabela - 03, sobre a América Latina, num período de 39 anos (1930-1969) houve a transferência de 21% da força de trabalho do meio rural para o meio urbano, de 63% caiu para 42%, respectivamente. Isto, é bom lembrar, numa região periférica e subdesenvolvida.

TABELA - 03: IMPORTÂNCIA RELATIVA DA FORÇA DE TRABALHO AGRÍCOLA TRANSFERÊNCIA CAMPO-CIDADE (ÊXODO RURAL)

PAÍSES	ANOS EM QUE REPRESENTAVA		
	63%	42%	Duração do processo de diminuição (em anos)
	(Sobre a força de trabalho total)		
Estados Unidos	1855	1890	35
Suécia	1890	1924	34
América Latina	1930	1969	39
Itália	1860	1950	90
França	1827	1921	94

FORTE: Para Estados Unidos, Suécia, Itália e França: Simón Kuznets. *Industrial distribution of National Product and Labour Force: Economic Development and Cultural Change*, Suplemento al vol. V, n.º 4, Chicago, julho 1957; Para América Latina: ILDES. Apud: PREBISCH, Raúl. *Transformación e desarrollo...* (1970, p. 33)

Esta rapidez no movimento demográfico do êxodo rural latino-americano pode ser comparada, com pouca diferença, com o mesmo processo nos

⁹⁰ Sobre o significado do exército industrial de reserva e sua relação com a ocupação da mão-de-obra e dos salários, porém não na perspectiva de Prebisch, cf. MARX: *sociologia* (1987, p. 125-132). Para Raúl esse processo era visto como "... o deslocamento de camponeses para as cidades e a forma precária em que lá são absorvidos" (PREBISCH, 1964, p. 34).

Estados Unidos (35 anos) e Suécia (34 anos). Pelos mesmos dados, da referida tabela, na América Latina e período enfocado do êxodo rural foi bem mais curto do que na própria Itália (90 anos) e França (94 anos). No entanto, observa-se que existe uma diferença marcante no período histórico de realização desse movimento. Enquanto que nos EUA, Suécia, Itália e França ele teve início e até a conclusão, durante a segunda metade do séc. XIX, na América Latina, o mesmo iniciou praticamente no final dos demais⁹¹.

Para Prebisch (1964, p. 36), esta “congestão da mão-de-obra excedente é uma característica do desenvolvimento latino-americano”, cuja explicação está na insuficiência dinâmica do sistema. Esta reflete o “desequilíbrio entre a produtividade e os investimentos” (PREBISCH, 1964, p. 38).

Aqui retorna o círculo vicioso: o nível de ocupação da mão-de-obra nas atividades absorventes era negativo, pois não existia capital acumulado (poupança) suficiente para ser investido na geração de empregos compatíveis ao crescimento da força de trabalho; o capital era insuficiente porque havia uma concentração da renda e o consumo improdutivo das camadas superiores; ocorriam casos de investimentos em tecnologia substitutiva de mão-de-obra que agravava a exclusão⁹².

Para que ocorresse um salto de produtividade com “justiça social”, segundo Raúl Prebisch, era preciso:

De um lado, mediante uma mais intensa acumulação de capital e a melhor utilização do capital existente. Por outro, com o emprego mais racional do capital nas aplicações mais vantajosas do ponto de vista da absorção de potencial humano (PREBISCH, 1964, p. 42).

⁹¹ Compare este processo latino-americano com os demais casos apresentados na tabela abaixo. Além de ser “tardia” se comparada com os exemplos utilizados, houveram grandes diferenças no processo de desenvolvimento entre os países latino-americanos e os Estados Unidos, Suécia, Itália e França.

⁹² “O consumo nas camadas superiores da sociedade dirige-se também com frequência a produtos de indústrias que absorvem relativamente pouca mão-de-obra e muito capital, enquanto que no resto da população ocorre o contrário” (PREBISCH, 1964, p. 41).

A insuficiente *acumulação de capital*, já levantada como um problema no círculo vicioso, exigia medidas compulsórias de poupança e restrições ao consumo. As camadas superiores representavam em torno de 5% da população e consumiam quase três décimos (3/10), os 50% mais pobres consumiam dois décimos (2/10) e as camadas médias, 45% da população, consumiam os outros cinco décimos (5/10) (PREBISCH, 1964, p. 43). Esta concentração de renda e do consumo demonstrava que os 5% mais ricos consumiam, em termos gerais, 15 vezes mais do que os 50% mais pobres. Logo, seria urgente uma redistribuição de renda⁹³.

Diante desta situação, para acelerar o ritmo de desenvolvimento, fazia-se necessário a “contribuição temporal de recursos internacionais, até que a substituição e o aumento das exportações permitam[issem] o emprego interno e externo da maior reserva que se obtenha[ria] através da limitação do consumo” (PREBISCH, 1964, p. 44). Outrossim, não bastaria simplesmente a limitação do consumo, em si, para acumular internamente capitais – que para Prebisch correspondia à poupança (acúmulo de dinheiro) interna –, também se fazia necessário investir recursos financeiros adequadamente. O livre jogo das forças do mercado também era insuficiente neste salto.

O *obstáculo da terra* foi um dos elementos novos no pensamento de Prebisch para explicar a insuficiência. O campo representava a realidade mais crônica do subdesenvolvimento latino-americano e o fim da cadeia do estrangulamento externo e interno (exportação/importação). Seu lado mais pobre, tradicional e excludente. Na agricultura concentrava-se a metade mais pobre dos pobres⁹⁴ e onde os trabalhadores eram mais

⁹³ “Calcula-se que 2% da população do continente possuem mais da metade da sua riqueza, enquanto que a maioria do restante vive em condições de mais extrema pobreza” (DELL, 1966a, p. 12).

⁹⁴ “A tremenda desigualdade na posse da terra latino-americana é uma das causas básicas da sua pobreza e tensão social. Calculam alguns que cerca de três quartos de todas as fazendas da região têm menos de 20 hectares, representando menos de 4% da área total arável. Por outro lado, 1,55 de todas as fazendas têm mais de 1.000 hectares e

explorados. As leis trabalhistas também não “chegavam” até o campo. Os trabalhadores rurais sofriam a discriminação previdenciária e seu grande número dificultava a luta sindical. Sem força de pressão, não conseguiam melhorar seus salários. O campo era a periferia da periferia.

Três “problemas” refletiam esta situação: “o regime de posse da terra, que dificulta[va] a assimilação da técnica, a ação deficiente do Estado, para adaptar e difundir essa técnica, e a precariedade de investimentos” (PREBISCH 1964, p. 18).

Para Prebisch, a eliminação deste obstáculo teria que passar inevitavelmente, pela reforma agrária (redistribuição de renda) e pela modernização da produção agrícola, utilizando, porém, tecnologia adequada, pois também no campo a simples introdução de tecnologia moderna substitutiva de mão-de-obra acabaria acelerando a própria insuficiência.

A reforma agrária é necessária impostergavelmente por três razões primordiais: a) realizar uma mudança estrutural que permita aproveitar intensamente o potencial de poupança e promova a mobilidade social, com importantes consequências econômicas, sociais e políticas; b) satisfazer a procura de uma população que cresce rapidamente e tem que melhorar sua dieta, e c) elevar o nível de vida das massas rurais (PREBISCH, 1964, p. 52).

A mudança da estrutura fundiária teria que atingir, mediante a reforma agrária, o latifúndio improdutivo que não desempenhava a função dinâmica (social), e, o minifúndio “anti-econômico”, que Prebisch julgava inviável.

Novamente o Estado deveria desempenhar a função diretiva e técnica na desobstacularização da insuficiência da terra. Ao Estado caberia agir

representam 65% da terra cultivável. É o maior grau de concentração de propriedade existente no mundo em território de semelhante extensão” (DELL, 1966a, p. 12).

racional e deliberadamente na realização da reforma agrária, no incentivo aos produtores diretos, na difusão e uso da tecnologia adequada, e, na defesa da relação de preços na redistribuição geográfica da renda), para que a “agricultura possa[pu]desse] reter o fruto de seu progresso técnico” (PREBISCH, 1964, p. 18)⁹⁵.

Na análise da insuficiência também é possível perceber a crítica à forma conservadora de desenvolvimento expressa na preservação da estrutura social agroexportadora, com seus privilégios nas atividades econômicas e nas relações políticas. "O movimento de industrialização não modifica de maneira radical essa ordem de coisas" (PREBISCH, 1964, p. 58).

Parte da insuficiência era originária da falta de mobilidade social. A grande discrepância que existia entre as camadas sociais (altas 5%, baixas 50% e médias 45%) e a notada concentração da riqueza, já eram, em si, fatores estruturais que inviabilizavam o potencial criativo dos elementos dinâmicos individuais. Esta estratificação social se reproduzia nos quadros dos elementos dinâmicos da época. "Desperdiçamos um potencial humano considerável, pois muito poucos são os elementos dinâmicos que surgem de baixo, das camadas sociais inferiores e médias da sociedade" (PREBISCH, 1964, p. 60).

A liberação dos elementos dinâmicos seria viabilizada pela igualdade de oportunidades na educação⁹⁶. A educação, portanto, seria um dos meios para a ascensão social destes elementos dinâmicos provindos das camadas

⁹⁵ Cabe lembrar que Raúl Prebisch fazia reservas à solução colonizadora (expansão das fronteiras agrícolas) para o problema da terra, pois não atacaria a necessidade da redistribuição de renda, da correção da deterioração dos preços e, acima de tudo, manteria o poder do latifúndio intacto (privilégio e o mando e desmando político). Em trecho adiante da obra *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*, ele expõe que: “Não seria fácil seguir esta tendência extensiva [expansão da fronteira agrícola]; primeiro, porque tem diminuído a quantidade de terra facilmente acessível e, segundo, pelo enorme investimento que significa incorporar novas terras e prepará-las produtivamente. Além disso, para que fazê-lo se são muito grandes as possibilidades de aumentar a produção nas terras já ocupadas?” (PREBISCH, 1964, p. 50).

⁹⁶ "O ponto de partida para alcançar esta mobilidade social está na educação" (PREBISCH, 1964, p. 60).

médias e inferiores. Todavia, o maior obstáculo à mobilidade, segundo Prebisch, continuava sendo a estrutura distributiva de renda.

O conservadorismo da "modernização" também garantia os privilégios nas atividades econômicas ligadas à terra e à indústria. A reprodução dos privilégios nas atividades agrícolas decorria da preservação da estrutura fundiária pretérita que obstacularizava seu incremento dinâmico.

Sabemos que as grandes desigualdades na propriedade do solo agrícola conspiram contra a aplicação das técnicas modernas de exploração intensiva: a grande propriedade, porque dá renda vultosa sem fazê-lo; e a propriedade muito pequena por sua ineficiência (PREBISCH, 1964, p. 61).

Os privilégios na indústria, diferentemente dos da terra, que tinham origem pretérita, eram mais recentes, ou melhor, circunscreviam-se ao modelo de substituição de importações. "Na indústria também se debilitaram os incentivos ao progresso técnico em virtude do privilégio da proteção exagerada" (PREBISCH, 1964, p. 61). Durante a primeira fase do processo substitutivo a proteção (adequada) do mercado interno da concorrência estrangeira era salutar para sua consolidação. Entretanto, uma vez atingido este nível inicial, a proteção deveria ser reduzida para que, na livre concorrência, o dinamismo do progresso técnico habilitasse a indústria nacional para competir no comércio internacional. "Livre iniciativa e competência são dois aspectos inseparáveis, porque aquela sem esta debilita-se fatalmente no privilégio", afirmava Raúl Prebisch (1964, p. 63).

Também assinalou, ele, que a falta de competitividade da indústria local tinha, na proteção exagerada, nas práticas limitadoras da concorrência e, às vezes, até nas combinações virtuais do tipo monopólio, as bases do seu privilégio (PREBISCH, 1964, p. 62). Enquanto que esses privilégios fossem mantidos na produção, a insuficiência marcaria o desenvolvimento conservador e não se atingiriam os níveis dinâmicos das indústrias (bens

de consumo duráveis, bens de capital e bens intermediários). Enfim, manter-se-ia o círculo vicioso do subdesenvolvimento (estagnação, inflação, déficit comercial e restrição ao orçamento público).

A crítica da insuficiência revela a dualidade entre o tradicional e o moderno da economia latino-americana. Ao combinar estes dois elementos, na abordagem prebischiana, o capitalismo (técnica moderna) não conseguiu resolver os problemas na América Latina, revelando sua ambiguidade dual. Ou conforme analisou Maria Conceição Tavares:

Parece-nos, pois, que se aqueles objetivos não forem deliberadamente perseguidos, o processo poderá conduzir a um agravamento ainda maior da dualidade estrutural básica das economias latino-americanas, ou seja, a um alargamento da brecha existente entre o "setor capitalista" relativamente desenvolvido e o "setor de subsistência" extremamente subdesenvolvido. Isto não só impedirá que aquela atue como motor dinâmico do sistema como um todo, como muito provavelmente, acabará por frear o seu próprio dinamismo interno (TAVARES, 1983, p. 58).

Este conservadorismo, da época do desenvolvimento para fora, também era marca da forma de ação do capital estrangeiro na América Latina, com seus investimentos enclavistas ou apenas voltados para fora. Na falta de poupança interna, produtividade e consumo improdutivo de capital, a ajuda do capital estrangeiro (empréstimos e investimentos) era fundamental para o impulso inicial, porém, desde que voltado à solução dos problemas da insuficiência. Conforme Guido Mantega, a crítica ao imperialismo era feita à sua forma comercial (MANTEGA, 1992)⁹⁷. Retomando as ideias de Raúl Prebisch, para romper com a insuficiência "a empresa estrangeira tem que ser um núcleo de irradiação

⁹⁷ "... a doutrina da CEPAL adquire uma coloração nacionalista, orientada para promover a acumulação capitalista em bases locais e com natural hostilidade em relação ao imperialismo comercial e financeiro, baseado na exploração agro-exportadora" (MANTEGA, 1992, p. 39).

tecnológica"(PREBISCH, 1964, p. 70)⁹⁸, voltada aos interesses nacionais e respeitando as práticas salutares de concorrência no mercado interno⁹⁹.

Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto, ao tratarem do desenvolvimento nos anos de 1950, mostraram que o período foi marcado pela participação produtiva e dinâmica do capital estrangeiro na América Latina:

na década de 50, o movimento internacional de capitais caracterizou-se por um fluxo – de curta duração – de transferência de capitais do centro para a periferia; as corporações industriais passaram a atuar como investidoras, o que constitui uma novidade com respeito ao esquema anterior de aplicações claramente financeiras ou de empréstimos à infra-estrutura; houve, portanto, "pressões em favor de novos investimentos" (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 112)¹⁰⁰.

Outra forma de privilégio era vista, ou encontrada, na própria estrutura do Estado que não se modernizou. Formas pretéritas eram perceptíveis na prática do clientelismo e na falta de uma burocracia moderna (elementos dinâmicos)¹⁰¹. A insuficiente absorção da mão-de-obra

⁹⁸ "Ao atuar nesta forma como agente de propagação nacional do progresso técnico, a empresa estrangeira cumpriria no desenvolvimento latino-americano um papel muito diferente do que realizou no passado, sem desconhecer toda a importância que seu desempenho teve no desenvolvimento para fora" (PREBISCH, 1964, p. 72).

⁹⁹ Para evitar a competição desigual entre a iniciativa privada local e a estrangeira, Prebisch sugeriu a parceria entre ambos. "Aqui, como em todas as outras atividades industriais, a associação da iniciativa estrangeira com a latino-americana pode ser uma solução muito conveniente, do ponto de vista da irradiação tecnológica, assim como da melhor conveniência com os interesses nacionais" (PREBISCH, 1964, p. 72).

Por mais que esta questão esteve muito clara no pensamento prebischiano e cepalino dos anos de 1950/1960, não é difícil encontrar discussões do "radicalismo nacionalista" dos governos populistas desenvolvimentistas. Este "equivoco" se deve a indissociação dos discursos propagandísticos de caráter populista dos governos com os efetivos projetos de desenvolvimento urbano-industrial. Guido Mantega esclarece muito bem esse assunto: "Para não dizer que a CEPAL era totalmente liberal com o capital estrangeiro, deve-se enunciar as restrições que ela postulava, concernente à participação de empresas estrangeiras em transporte ferroviário, energia e demais setores de serviços públicos ou de segurança nacional" (MANTEGA, 1992, p. 41).

¹⁰⁰ "A partir de 1950, mais ou menos, os investimentos estrangeiros serão feitos também no setor produtivo orientado para o mercado interno, o que imporá novas limitações e dará novas possibilidades ao desenvolvimento" (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 90).

¹⁰¹ Sobre esse assunto veja, de Max Weber, o texto "Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima" (WEBER, 1986, p. 128-131).

nas atividades produtivas, inchava os setores de serviços, incluindo o próprio Estado (administração pública) e a economia informal. Entretanto, ao Estado caberia a função de solucionar estes problemas através do planejamento e da orientação da iniciativa privada e não da sua própria reprodução, no caso, da insuficiência.

Mas, por que caberia ao Estado a tarefa, "de Prometeu", de libertar a sociedade latino-americana das correntes (obstáculos externos e internos) da dependência periférica? A resposta a essa interrogação pode ser buscada na concepção de Estado em Raúl Prebisch/CEPAL. Para o economista argentino e para a Comissão, "o Estado é tido como o pivô do desenvolvimento, pairando acima dos interesses específicos das classes e sendo o principal agente da política econômica da Nação" (MANTEGA, 1992, p. 42-43). Ele, o próprio Estado, é o sujeito do desenvolvimento e regulador dos fatores de produção. É o mediador dos interesses particulares e coletivos no desenvolvimento.

Ora, para Prebisch a correção da insuficiência dinâmica da industrialização era tarefa do Estado, pois, "*é mister agir racional e deliberadamente sobre as forças do desenvolvimento*, e este não poderá ser o resultado do jogo espontâneo dessas forças, como sucedeu na evolução capitalista dos países adiantados" (PREBISCH, 1964, p. 20 - grifo nosso).

Na América Latina, a insuficiência também estava na própria iniciativa privada: "o empresariado era 'fraco' para, sozinho, liderar o processo de industrialização do país" (GOLDENSTEIN, 1994, p. 62)¹⁰². O simples jogo das forças do mercado (interesses particulares) não era suficiente para dinamizar a industrialização global com redistribuição de renda. De certa forma essa neutralidade conservadora dizia respeito a

¹⁰² "O problema das industrializações tardias é o de copiar uma estrutura produtiva resultante da 'segunda revolução industrial', que tem como base a indústria pesada que não pode ser implantada passo a passo, como o foi no caso das indústrias leves. A indústria pesada tem de ser implantada em bloco, com uma escala mínima e um determinado padrão tecnológico, obrigando à realização de vultosos investimentos simultâneos" (GOLDENSTEIN, 1994, p. 62).

própria "fraqueza" do mercado, mas também resultava da opção da iniciativa privada pelos ganhos de privilégio e imediatos das altas taxas de lucro, ao preferirem investir em tecnologias substitutiva de mão-de-obra.

Na economia também caberia ao Estado desempenhar o papel estratégico, suprimindo as lacunas da iniciativa privada, ou financiando-a, transferindo renda e tornando-se agente produtivo de base, seja investindo nos setores de "bens e serviços estratégicos (...), onde os investimentos demoram um tempo relativamente grande para frutificar" (PREBISCH, 1964, p. 79); ou mesmo sendo necessários esses investimentos nesses setores que não interessavam à iniciativa privada.

Em suma, ao Estado caberia a função estratégica de viabilizar e conduzir o desenvolvimento dinâmico.

* * *

Uma vez apresentadas as ideias sobre a insuficiência dinâmica do desenvolvimento latino-americano, tratar-se-á da outra preocupação de Raúl Prebisch e da CEPAL: a integração regional enquanto possibilidade de avanço do modelo substitutivo de importações.

A partir da segunda metade da década de 1950, a integração passou a ser um dos temas centrais da Comissão e projetada como alternativa à industrialização dinâmica. Os "anos dourados" do crescimento substitutivo não voltavam mais¹⁰³. No centro, o capitalismo atingia novos padrões produtivos com seus reflexos na ordem internacional: "a

¹⁰³ No texto/capítulo de Miguel S. Wionczek, a "História do Tratado de Montevideú", esse assunto pode ser visto na seguinte passagem: "No decorrer do período 1945-1955, a América Latina sofreu um processo rápido de desenvolvimento econômico que, apesar de ter criado uma taxa crescente de crescimento demográfico, permitiu à região como um todo manter o crescimento do produto per capita em 2,7% anualmente. A expansão econômica satisfatória foi possível devido, em parte, ao crescente poder aquisitivo das exportações, numa alta taxa idêntica. Este importante fator foi ajudado pelo processo de substituição das importações através da industrialização, e uma considerável entrada de capital estrangeiro permitiu a aumento contínuo do volume de investimento requerido pela rápida taxa de crescimento econômico da região" (WIONCZEK, 1966, p. 97-98).

reconstrução da economia mundial havia se completado com a reorganização do sistema internacional de comércio e pagamentos, baseado em considerações de eficiência econômica" (PREBISCH, 1983, p. 1084). A própria integração regional dos países europeus, centro do sistema capitalista, concretizada na formação do Mercado Comum Europeu (MCE), em 1957, e seus bons resultados econômicos serviram de exemplo aos países latino-americanos, bem como refletiram nos fluxos comerciais externos destes com a adoção de medidas restritivas no bloco central.

Na América Latina, a integração passou a ser defendida pela CEPAL como alternativa ao estrangulamento externo e saída à insuficiência dinâmica (estrangulamento interno) da segunda fase do modelo substitutivo de importações: "o mercado comum se impõe como outra das medidas para a correção da tendência para o estrangulamento exterior, e para promover a economia daquele processo industrializador" (PREBISCH, 1964, p. 110)¹⁰⁴. No ensaio sobre "A Originalidade da cópia", incluído na obra *As Idéias fora do Lugar*, Fernando H. Cardoso tratou da incorporação do tema da integração na agenda da Comissão.

Mais tarde, por volta do fim da década, a CEPAL incorporou à sua luta pela industrialização e pela programação econômica a idéia da integração. Passou a propor e a implementar a formação de "mercados comuns" latino-americanos: a ALALC e o Mercado Comum Centro-Americano. Não é difícil perceber que por trás destes esforços permanece a mesma idéia da estreiteza do mercado – a busca da ansiada escala para os investimentos – e a noção política de que através de "blocos" talvez fosse mais fácil contrapor-se aos interesses do Centro (CARDOSO, 1993, p. 56).

¹⁰⁴ "É difícil acreditar (...) que este processo de substituição possa ser obtido com a fragmentação da economia latino-americana em vinte mercados nacionais individuais" (PREBISCH, 1964, p. 98).

Para Prebisch, os fatores do estrangulamento externo e interno do desenvolvimento latino-americano poderiam obstacularizar a formação do mercado regional. Como uma boa inspiração keynesiana, sua proposta de integração combina práticas salutares de mercado e planejamento governamental. Na primeira, estaria sua almejada lapidação da iniciativa privada (elementos dinâmicos) que, uma vez submetida à concorrência ("motor" do progresso técnico) no mercado regional, poderia obter ganhos de produtividade dinâmicos (relação capital/trabalho)¹⁰⁵. A formação de "um mercado de extensão regional tornará possível obter as vantagens de grandes economias de escala e especialização regional" (DELL, 1966a, p. 33).

Se tivesse ocorrido a redistribuição de renda no meio rural (reforma agrária) e urbano (absorção produtiva da mão-de-obra) nos países de maior desenvolvimento na América Latina (Brasil, Argentina, México e Venezuela, principalmente), ou em todos eles, pela lógica, as indústrias dinâmicas não precisariam ser direcionadas às camadas altas, pois as vantagens da economia de escala já seriam realidade ou já estariam colocadas em seus mercados internos. Em parte, a integração era vista, apontada, como alternativa de expansão da economia de escala para esses setores.

A integração não poderia ser uma saída conservadora na modernização. Ao pensá-la, Prebisch também não pretendia reproduzir regionalmente a estrutura da relação centro-periferia (deterioração dos termos de intercâmbio). Ao contrário. Toda a crítica ao estrangulamento externo e interno foi incorporada à proposta de substituição regional das importações¹⁰⁶. E é nesta questão que o autor recoloca a ação dos Estados latino-americanos na estruturação do mercado regional.

¹⁰⁵ "... a inferioridade técnica e econômica da iniciativa latino-americana, em confronto com a proveniente dos grandes centros industriais (...) A formação do mercado comum oferece uma oportunidade muito propícia para abordar a solução deste aspecto" (PREBISCH, 1964, p. 121).

¹⁰⁶ "Os países da Associação Latino-Americana de Comércio Livre produzem praticamente todas as matérias-primas básicas, (...). Se eliminassem os direitos de importação para estas matérias-primas básicas, e elaborassem uma tarifa

Os que pretendem entrar diretamente no Mercado Comum com total liberação de direitos esperam que o livre jogo das forças econômicas resolva todos os problemas, sem qualquer *ação planejadora*. Mas essa ação não é incompatível com a competição, que é indispensável à eficácia do sistema econômico em que vivemos. Embora pareça paradoxal, é necessária uma intervenção no livre jogo, *para criar condições adequadas ao funcionamento da competição*. Intervenção impessoal do Estado, que oriente, ampare e estimule, mas que não perturbe nem impeça arbitrariamente a conduta dos indivíduos na vida econômica (PREBISCH, 1964, p. 113-114 - grifo nosso).

Onde caberia a ação planejadora do Estado? Na condução do processo de integração setorial da economia com suas reduções tarifárias internas e na equidade dos ganhos para todos os países (princípio de reciprocidade). Nesse sentido, Prebisch (1964, p. 114; 1966, p. 164) destacou três setores: a agricultura, as indústrias de crescimento vegetativo e as indústrias dinâmicas.

As assimetrias no desenvolvimento dos países latino-americanos exigiam medidas governamentais equilibradas para cada caso, pois o simples jogo das forças do mercado poderia agravar as desigualdades e eliminar os avanços conseguidos até então com o modelo substitutivo.

Nas atividades agrícolas, era importante manter a produção tradicional voltada ao mercado externo, pois continuavam sendo uma das fontes superavitárias financiadoras das indústrias substitutivas, além da importância destes produtos na pauta de exportações.

Já sua produção, voltada para o mercado interno regional, teria que passar por um período de harmonização das assimetrias. As grandes diferenças das terras cultivadas (fertilidade natural do solo) da agricultura nestes países (produtividade e renda da população rural) deveriam passar

comum para terceiros países, poderiam obter uma importante substituição de importações de fora da Zona" (PREBISCH, 1964, p. 116).

por um programa de desgravação tarifária de médio prazo. As “leis do livre-mercado” poderiam incentivar a aplicação de tecnologias substitutivas de mão-de-obra que agravaria o êxodo rural (modernização conservadora).

Na agricultura, os produtos de exportação tradicionais estão sujeitos a um compromisso de abolição total das tarifas, que deverá realizar-se nos próximos dez anos. Mas não basta tomar um compromisso dessa natureza e deixar que tudo se arranje por si só. É necessário formular programas de distribuição racional da produção dentro da zona, que não somente levem em conta a presente demanda, mas, também, o considerável crescimento da demanda futura que obrigará a cultivar as terras de produtividade muito desigual (PREBISCH, 1966, p. 164).

As indústrias de crescimento vegetativo, "em que a demanda só aumenta paulatinamente com o crescimento da população" (PREBISCH, 1966, p. 164), principalmente as setorizadas nos bens de consumo não-duráveis e salariais, que orientavam sua produção para o mercado interno, poderiam encontrar, no mercado regional, possibilidades de crescimento, contudo, ter-se-ia que corrigir a proteção exagerada com desgravamento escalonado. "É certo que a redistribuição da renda daria notável impulso a estas indústrias, facilitando a sua adaptação às exigências do mercado comum" (PREBISCH, 1966, p. 164).

No entanto, igual à agricultura, o livre-cambismo em uma economia de escala poderia incentivar os empresários a investirem em tecnologias mais avançadas, substitutiva de mão-de-obra, para aumentarem seus lucros.

A formação do mercado regional, com sua economia de escala, poderia dar um grande impulso às indústrias dinâmicas (bens de consumo duráveis, intermediários e de capital), requisito que Raúl Prebisch julgava

necessário para o avanço do modelo de substituição de importações, ou seja, alcançar o capitalismo dinâmico.

A regionalização da substituição de importações nos ramos dinâmicos, necessitaria de planejamento com a complementação intra-indústrias, otimizando os investimentos, evitando a duplicidade de plantas industriais e programando a instalação das novas indústrias dinâmicas.

A fim de obviar esse obstáculo, talvez fosse conveniente que os acordos de complementações fossem preparados e negociados simultaneamente para uma gama ampla e variada de atividades industriais, de forma que cada país tivesse maior facilidade em obter a indispensável reciprocidade no desenvolvimento de novas indústrias capazes de competir no mercado comum (PREBISCH, 1964, p. 119)¹⁰⁷.

Por serem o núcleo do dinamismo industrial, estes setores, para se tornarem competitivos, não poderiam ser beneficiados pelo protecionismo exagerado. Para estes produtos, as tarifas alfandegárias internas deveriam passar por uma desgravação mais rápida para igualá-los aos níveis internacionais.

O mercado regional daria base à ruptura do estrangulamento externo, além disso, habilitaria a produção regional à concorrência no mercado internacional com exportações de produtos tecnológicos para o centro do sistema capitalista.

Raúl Prebisch compreendia o mercado regional como meio para a redução das assimetrias no desenvolvimento. O princípio da reciprocidade tinha como propósito evitar a deterioração e o estrangulamento dos países

¹⁰⁷ "O que está acontecendo na indústria automotriz é bem ilustrativo. Não só há vários países tratando de fazer o mesmo, como há também uma proliferação inaudita de projetos anti-econômicos num mesmo país"(PREBISCH, 1964, p. 118). Acrescenta, ele, que: "O mercado latino-americano para automóveis de passageiros - estimado em pouco mais de 300.000 unidades anuais - deverá dividir-se por um número próximo aos 40 fabricantes atuais e potenciais, ao passo que cada um dos principais fabricantes europeus entrega ao mercado de 250 a 500.000 unidades anuais" (PREBISCH, 1964, p. 118-Nota 2).

de menor desenvolvimento econômico. "Nenhum país associado poderia pretender derivar da Zona mais vantagens do que as que concede" (PREBISCH, 1964, p. 119; 1966, p. 168).

* * *

Apesar de não ser o objetivo deste subtema, cabe apresentar algumas críticas ao pensamento de Raúl Prebisch e da Comissão (CEPAL).

Maria da Conceição Tavares contestou o ponto de partida de Raúl Prebisch em relação à insuficiência interna, pois "não aponta[va] para as diferenças entre os interesses dos grupos dominantes na América Latina e o interesse nacional" (TAVARES, 1983, p. 157).

Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto, ao discutirem a dependência e desenvolvimento, discordaram da determinação externa na relação centro-periferia: "a análise da dependência significa que não se deve considerá-la como uma `variável externa', mas que é possível analisá-la a partir da configuração do sistema de relação entre as diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes" (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 31). Também discordavam do referencial "etapista" do sistema produtivo na definição de economia desenvolvida ou subdesenvolvida (dualismo centro-periferia), propondo a inclusão, na discussão, da "função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição" (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 26).

Fernando H. Cardoso (1993, p. 40-52), em "A originalidade da cópia", apresentou uma síntese da crítica liberal e marxista das ideias cepalinas que merece indicação. Ao comentar o pensamento de Prebisch/CEPAL, em 1949, o mesmo autor, em outro ensaio - "O desenvolvimento na Berlim", também incluso na obra dos ensaios *As Idéias e seu lugar* -,

destacou que "a preocupação central não era com uma 'teoria do desenvolvimento', mas com a explicação de desigualdades entre economias nacionais que se estavam acentuando através do comércio internacional" (CARDOSO, 1993, p. 183). Cardoso também indicou a deficiência da concepção cepalina que compreendia que a exploração ocorria ao nível do comércio (deterioração dos termos de intercâmbio) e não nas mediações sociais no processo produtivo (mais-valia) (CARDOSO, 1993, p. 198)¹⁰⁸.

Contudo, uma das críticas mais contundentes ao pensamento dualista produzida nos anos de 1970, foi feita por Francisco de Oliveira, que vai contestar desde a visão moralista do desenvolvimento¹⁰⁹, até as ideias de subdesenvolvimento¹¹⁰ e da dependência.

Ao enfatizar o aspecto da *dependência* – a conhecida relação centro-periferia – os teóricos do "modo de produção subdesenvolvido" quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista sob o ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações (OLIVEIRA, 1987, p. 12 - grifo nosso)¹¹¹.

¹⁰⁸ Para uma leitura introdutória, mas ao mesmo tempo limitada, da diferenciação entre o ponto de partida da crítica da divisão internacional de trabalho da tese da deterioração dos termos de intercâmbio e da troca desigual confira a obra: PALLOIX, Christian e outros. *Imperialismo e comércio internacional* (a troca desigual). São Paulo: Global, 1981.

¹⁰⁹ "Prebisch espera que os países industrializados 'reformem' seu comportamento elevando seus pagamentos pelos produtos agropecuários que compram da América Latina e rebaixando o preço dos bens que vendem" (OLIVEIRA, 1987, p. 10-11/Nota 2).

¹¹⁰ "... o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado 'moderno' cresce e se alimenta da existência do 'atrasado'" (OLIVEIRA, 1987, p. 12).

¹¹¹ Uma definição mais realista das categorias *dependência*, *subdesenvolvimento*, *centro* e *periferia* foi feita por Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto: "A noção de *dependência* alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômica e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de *subdesenvolvimento* caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo (...) sem acentuar as pautas e controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo etc.) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial etc.). As noções '*centro*' e '*periferia*', por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência" (CARDOSO e FALETTO, 1970, p. 27 - grifo nosso).

Na mesma perspectiva segue a crítica que Guido Mantega faz sobre o pensamento cepalino em relação à concepção de capitalismo e da dinâmica da apropriação da riqueza:

Assim, para a CEPAL, se havia responsáveis pela miséria e pelo atraso das populações periféricas, deveriam ser localizados nos latifúndios feudais ou arcaicos, ou em quaisquer outras atividades pré-capitalistas associadas com o imperialismo comercial. O subdesenvolvimento nada mais é, portanto, do que a *ausência* de capitalismo e não o *seu resultado*. Persiste, no entanto, silêncio a respeito da luta de classes ou das possíveis contradições entre a burguesia industrial e o proletariado, as duas classes fundamentais do novo modo de produção que se propõe consolidar (MANTEGA, 1992, p. 42 - grifo nosso).

O que Guido Mantega (1992), Francisco de Oliveira (1987) e Francisco Weffort (1980) deixaram claro foi que o ponto de partida à discussão da apropriação da riqueza (mais-valia, ou melhor, mais-valor / valor a mais) deve ser o processo produtivo, as relações imediatas e mediatizadas do trabalho com o capital e suas relações de classe.

Mas, por que este ponto de partida não estava presente no pensamento de Raúl Prebisch? Sua concepção de desenvolvimento nos países periféricos "de industrialização tardia" – mesmo ele não sendo simpático aos pressupostos livre-cambistas, mas, ao contrário, um renomado crítico da teoria das vantagens comparativas e da deterioração dos termos de intercâmbio –, seu pensamento se inseria dentro da ordem capitalista, ou melhor, sua crítica não era contestatória do capitalismo. A saída latino-americana keynesiana apresentava-se como a via de transição ao desenvolvimento, onde o Estado teria um papel essencial.

A crítica ao pensamento de Raúl Prebisch não se limitava, simplesmente, ao seu ponto de partida no estudo do desenvolvimento (industrialização como necessidade de demanda), mas entre suas proposições e a realidade concreta, à sua concepção humanizaste do capitalismo.

Sua idéia a respeito da função social dos ganhos de produtividade nas remunerações (salários e lucros), da tecnologia moderna e do capital (externo e interno), conflitam com a perspectiva que ele próprio almejava: superar a insuficiência. Em outras palavras, a industrialização gerava, enquanto parte e conjunto do processo de desenvolvimento e modernização capitalista, concentração e pobreza, independentemente da inversão idealista do pesquisador (MANTEGA, 1992, p. 77-133)¹¹².

Para ele, o imperativo capitalista era universal e universalizante. O avanço tecnológico levaria, normalmente, todos os países e/ou regiões para um estado de desenvolvimento industrial dinâmico, isto é, do capitalismo moderno resultaria, naturalmente, às melhorias das condições de vida da população (distribuição de renda no conjunto social). Só que, na periferia, por motivo do seu atraso tecnológico e dos obstáculos externos e internos (no e do sistema centro-periferia), o caminho para o desenvolvimento dinâmico seria distinto do centro, cabendo ao Estado a função de ser o sujeito histórico da dinamização industrial (progresso) e da desobstacularização, e não ao livre jogo dos interesses individuais. Para Raúl Prebisch o imperialismo se reduzia a diferença do desenvolvimento e suas vantagens produtivas (deterioração dos termos de intercâmbio e estrangulamento externo e interno). Uma vez igualando-se os níveis de produtividade tecnológica, estabelecer-se-ia um equilíbrio na distribuição de renda no mercado internacional, via intercâmbio.

Portanto, a exploração imperialista centro-periferia não era a cara do capitalismo internacionalizado, mas apenas uma etapa do seu desenvolvimento tecnológico ainda desigual. O maior problema da periferia estava na sua dependência tecnológica do centro. Não produzindo "sua tecnologia", seu progresso produtivo dependia da compra de tecnologia exógena.

¹¹² Sobre a influência do pensamento cepalino no Brasil e o ecletismo (miscelânea) a-histórico produzido pelo ISEB, confira o livro de Caio Navarro de Toledo (*ISEB: fábrica de ideologias*. 2. ed., São Paulo: Ática, 1982).

A dependência permaneceria vigente enquanto a própria periferia não fosse capaz de produzi-la ou não conseguisse acompanhar sua incessante inovação¹¹³.

Também se aplica à concepção de Prebisch a observação que Francisco Weffort fez sobre o pressuposto teórico do nacional e do internacional na teoria da dependência¹¹⁴, ou quem sabe, como ele mesmo indicou, das classes sociais no imperialismo (?).

Por fim, outras interrogações que podem ser feitas a este pensamento dizem respeito à concepção de classe social, de Estado¹¹⁵ e suas imbricações nas teias do processo produtivo e no conjunto das relações de poder entre os interlocutores sociais.

A pergunta mais instigadora sobre esse assunto refere-se ao questionamento acerca de quem são, para Prebisch, os construtores da história social. Com certeza, o intelectual argentino deveria conhecer a crítica do capitalismo na perspectiva marxiana ou "marxista". Todavia, em Prebisch não está presente a dimensão da diversidade orgânica dos indivíduos em relação à geração social da riqueza e do "lado" excludente na construção da hegemonia política (relações de poder entre os sujeitos sociais) e social.

¹¹³ O "motor" da inovação tecnológica estava na organização e pressão dos operários que lutavam por melhores salários e suas garantias sociais. Estas melhorias só eram possíveis com a inovação técnica que compensava a transferência de renda aos salários pela redução dos custos de produção, mantendo as taxas de lucros dos empresários. A periferia estruturalmente estaria prejudicada pela sua insuficiência nesse jogo.

¹¹⁴ "... de fato, a `teoria da dependência' gira em torno de algum tipo de *teoria do imperialismo*. A questão é saber: que tipo de teoria? Socialista ou pequeno-burguesa radical?" (WEFFORT, 1980, p. 177).

¹¹⁵ As discussões destas concepções não fazem parte do presente estudo.

II

ALALC: a integração nos anos de 1960

As experiências de integração econômica (regional e sub-regional) levadas a efeito na América Latina, da década de 60 em diante, estavam intrinsecamente ligadas ao pensamento cepalino do subdesenvolvimento regional e às suas propostas de superação desta condição histórica do desenvolvimento capitalista periférico na região. Os estudos sobre o subdesenvolvimento latino-americano, sua formação histórica e seus obstáculos internos e externos à mudança, avançavam no sentido de a CEPAL pensar e projetar a aceleração do desenvolvimento econômico destes países a nível regional, mediante a integração dos mercados latino-americanos¹. Subdesenvolvimento e integração eram, basicamente, os dois núcleos da "escola desenvolvimentista" nos anos de 1950 e 1960. O projeto de integração pensado pela Comissão objetivava romper, ou melhor, desobscurecer, sincronicamente e diacronicamente o subdesenvolvimento. Ao tratar dessa relação, Alfredo da Mota Menezes considerou que: "Se a integração econômica progredisse, haveria maior auto-suficiência da região e menor dependência externa" (MENEZES, 1990, p. 17).

Qualquer pesquisa histórica sobre as experiências de integração econômica latino-americana teve ter, portanto, o projeto cepalino como ponto de partida. Porém, mesmo entre a utopia cepalina e a realidade latino-americana está a contingência histórica.

As ideias de integração elaboradas pela CEPAL estavam inseridas naquele contexto histórico, na realidade do desenvolvimento econômico da

¹ "A CEPAL tem sido a primeira instituição em expressar muitas idéias iniciais no estudo do processo de crescimento nos países subdesenvolvidos, porém nenhuma de maior potencial que a idéia da integração econômica como estímulo dinâmico ao progresso destas nações" (DELL, 1966b, p. 9).

região (estagnação resultante da contração da capacidade de importação, deterioração dos termos de intercâmbio², estrangulamento externo e interno, limites ao modelo substitutivo de importações, etc.) vivido na década de 1950, ou seja, nos impasses entre o subdesenvolvimento ou o "salto" ao capitalismo dinâmico.

A estagnação das exportações não permite importar maquinaria e equipamento, no volume requerido pelas necessidades de investimento da região. Além disso, o processo de substituição de importação de bens de consumo praticamente já chegou a seu fim, e cabe pensar que os avanços que se pretendam alcançar no desenvolvimento dependerão das possibilidades existentes de produzir bens de capital (GALVEAS, 1966, p. 254).

Gladys Cristaldo, ao referir-se à integração na década de 50, comenta que esta "foi vista como um veículo para reduzir a dependência nas exportações de matérias-primas e minerais e para facilitar a industrialização necessária para acelerar o processo de desenvolvimento da região" (CRISTALDO, 1994, p. 5).

Para a CEPAL, um mercado regional garantiria, como já foi tratado no capítulo anterior, ganhos de economia de escala, progresso tecnológico, dinamização industrial (bens de capital e intermediários), competitividade regional no mercado internacional, bem-estar social e poder multilateral de barganha com terceiros países e organismos internacionais. As economias nacionais latino-americanas, com seus mercados reduzidos, obstacularizavam a modernização industrial. Assim, com a integração dos vários mercados unitários dos países, garantir-se-ia um mercado de escala suficiente para acelerar a modernização industrial.

Todavia, a criação de um mercado regional não seria suficiente para acelerar o desenvolvimento, caso, ao mesmo tempo, não ocorressem

2 " ... para a América Latina em especial chegou a 21%" (DELL, 1966a, p. 19).

mudanças nas estruturas internas, principalmente da fundiária e da distribuição de renda, tal como expôs Sidney Dell: "A maioria da população tem ganho pouco ou nada com o desenvolvimento econômico nas últimas décadas" (DELL, 1966b, p. 16).

Coerentemente com a sua crítica à condição dos países subdesenvolvidos diante da divisão internacional do trabalho (com seu desenvolvimento desigual), a CEPAL projetava um desenvolvimento equilibrado entre os países latino-americanos, ou pelo menos, entre os países signatários da integração. Para esta divisão regional do trabalho, segundo Prebisch, Dell e Menezes, caberia a ação planejadora no avanço da industrialização, não cabendo simplesmente ao livre jogo do mercado³. Este princípio cepalino olvidava diminuir as assimetrias existentes entre economias industrializadas como a do Brasil, da Argentina e do México, comparadas, cada qual, com a do Equador, do Paraguai e do Uruguai.

A formação de um mercado regional toma corpo na CEPAL a partir de 1955, quando, por decisão da Conferência deste organismo, foi criado o Comitê de Comércio: "O conceito de cooperação regional, baseado em preferências de comércio como meio de aceleração do crescimento econômica da América Latina, aparece, pela primeira vez, em estudos elaborados em 1956-1957 pelo Comitê de Comércio da CEPAL" (WIONCZEK, 1966, p. 93)⁴. Em seu ensaio sobre os antecedentes históricos da integração, Celso da Silva também se referiu à criação e implantação do Comitê de Comércio da Comissão.

3 "Através do planejamento, do crédito, do incentivo fiscal e outros fundos dever-se-ia buscar uma mais justa localização geográfica das novas fábricas, dentro da área integrada. Os governos da região deveriam tentar isto de todas as maneiras possíveis, em benefício do futuro da integração. Dever-se-ia, neste caso, retirar do mercado a decisão compulsória da localização das fábricas" (MENEZES, 1990, p. 25).

4 Neste livro Miguel S. Wionczek também participou com o capítulo "História do Tratado de Montevidéu" (WIONCZEK, 1966, p. 85-124). O autor informa neste texto que o Comitê de Comércio foi criado em 1956.

Criado em 1955, o Comitê e Comércio só foi efetivamente constituído em novembro de 1956, quando, a pedido dos governos latino-americanos, foram criados dois grupos de especialistas: um para trabalhar sobre o gradual estabelecimento de um sistema multilateral de pagamentos e outro para definir as características do mercado regional (SILVA, 1990, p. 39; cf. MENEZES, 1990, p. 31).

Coube ao Grupo de Trabalho, do Comitê de Comércio, elaborar uma proposta para o futuro mercado regional de acordo com a visão cepalina de integração⁵.

Os princípios gerais a serem seguidos por um Mercado Comum Latino-Americano devem ser os seguintes, segundo as propostas do Grupo de Trabalho da CEPAL, apresentadas em 1959:

1. A adesão ao mercado regional deve ser aberta a todos os países latino-americanos.
2. A finalidade última do mercado regional deverá ser a inclusão de todos os artigos produzidos dentro da área; isto não significa, contudo, que o mercado regional se tornará eficaz imediatamente para todos esses artigos.
3. Os países menos adiantados deverão gozar de tratamento especial que lhes permita, através da industrialização progressiva e de um fortalecimento total de suas economias, usufruir, da melhor maneira, os lucros de um mercado regional.
4. Seria aconselhável estabelecer, posteriormente, uma tarifa aduaneira comum em relação ao resto do mundo.
5. A especialização das indústrias e de outras atividades, que é um dos objetivos dos acordos, deve resultar do jogo livre das forças econômicas.
6. Para maior eficiência, o mercado regional deve possuir um sistema especial de pagamentos multilaterais conducentes à maximização de reciprocidade de intercâmbio intra-regional.
7. Os países membros terão direito a impor restrições temporárias à importação.

⁵ Para uma leitura específica a respeito do andamento dos trabalhos realizados pelo grupo de especialistas ligados à CEPAL e às modificações das diretrizes dos projetos confira: MENEZES (1990); SILVA (1990); WIONCZEK (1966); e VERSIANI (1987, p. 26-42).

8. Os países participantes deverão ter direito, também, de restringir a importação de produtos agrícolas.
9. Devem-se estabelecer regras de concorrência para impedir que o comércio de um país-membro prejudique as atividades dos outros participantes do mercado regional.
10. O mercado regional deve ser equipado com um sistema eficiente de crédito e assistência técnica.
11. Um corpo consultivo, constituído de membros do governo, deve ser estabelecido, bem como um sistema de arbitragem.
12. Durante a formação do mercado regional seria altamente aconselhável especificar-se a cooperação ativa da livre empresa latino-americana (WIONCZEK, 1966, p. 94-95; cf. MENEZES, 1990, p. 33).

Alguns objetivos e princípios norteadores da proposta cepalina dizem respeito a inclusão de todos os países da região, a abrangência da totalidade do comércio, o tratamento diferenciado, a projeção para uma união alfandegária, a reciprocidade de intercâmbio, o gradualismo, um período de transição, o tratamento especial à agricultura, o sistema do pagamento intra-regional e o multilateralismo.

Todavia, a definição do projeto final passou por várias negociações a nível da CEPAL, dos governos latino-americanos e, principalmente do GATT, FMI, OEA e do governo norte-americano. Além da proposta do Grupo do Comitê de Comércio, surgiram projetos sub-regionais para a América Central e o Cone Sul da América do Sul⁶. Esta tendência sub-regional refletia a necessidade de compatibilização do mercado regional às regras de comércio do GATT. O grupo de especialistas dos países do Cone Sul (G-4: Argentina, Brasil, Chile e Uruguai) teve como propósito elaborar "um programa de liberalização comercial dentro da área" (SILVA, 1990, p. 42) compatível com as regras do GATT. Há de se convir que a CEPAL não

6 "... de modo paralelo aos estudos e aos trabalhos do Comitê de Comércio, formou-se um grupo de especialistas em política comercial, da Argentina, do Brasil, do Chile e do Uruguai, os quais, na qualidade de Consultores da CEPAL, reuniram-se pela primeira vez de 26 de agosto a 1º de setembro de 1958" (SILVA, 1990, p. 42).

tinha força suficiente para bancar uma integração regional sob sua orientação e direção, além do mais, vários países latino-americanos eram membros do GATT.

Em reunião realizada entre os especialistas do G-4 e consultores da CEPAL, nos dias 6 e 7 de abril de 1959, ocorrida na sede desta entidade, foi definida a forma jurídica da integração no Cone Sul: "decidiu-se definitivamente pela fórmula da *área de livre comércio* " (SILVA, 1990, p. 42 - grifo nosso). Acrescenta-se a isso a análise feita a partir da ALALC.

Elegida a forma jurídica de zona de livre comércio, teve que levar-se em conta a compatibilidade entre esta e os compromissos contraídos no GATT por quatro dos países interessados no estabelecimento da Associação Latino-Americana de Livre Comércio: Brasil, Chile, Peru e Uruguai, os quais, como membros do Acordo Geral, estão obrigados a estender às partes contratantes do mesmo qualquer concessão que outorguem a outro país (ALALC, 1961, p. 7)⁷.

De acordo com Sidney Dell (1996b, p. 315-318), esta compatibilidade diz respeito ao Artigo XXIV do Acordo Geral, que estabelecia algumas condições às uniões aduaneiras e zonas de livre comércio, notadamente, os requisitos liberais para a nova ordem do comércio internacional no pós-guerra de 1945. A preferência pela zona de livre comércio, portanto, não dependeu exclusivamente da vontade cepalina, mas da necessidade de se "seguir as normas do referido órgão" (WIONCZEK, 1966, p. 100), inclusive para se obter a aprovação do Tratado de Montevidéu no âmbito do GATT.

A criação do mercado regional também teria que passar por negociações com o FMI (sistema de pagamentos e moedas conversíveis) que mantinha uma posição fechada em relação ao sistema de crédito compatível com a moeda norte-americana. Agrega-se à questão financeira, nos anos da década de 1950, a situação de dependência financeira dos

⁷ Em 1959, dentre os países do G-4, apenas a Argentina não era filiada ao GATT.

países latino-americanos. Isto é, naqueles anos, a dívida externa já havia se tornado um problema estrutural.

Inclui-se, ainda, neste cenário internacional o peso da postura do governo norte-americano nos assuntos geopolíticos, nos rumos da OEA e no subdesenvolvimento da parte Sul do Rio Colorado no continente americano.

Todos estes "agravantes" externos tendenciaram na definição da forma jurídica do território aduaneiro sub-regional. Um elemento permeava a posição destes três "atores estrangeiros", capitaneados pelo GATT: a orientação liberal-comercialista. Para Miguel Wionczek esses meandros dos organismos internacionais e as discussões acerca do mercado regional dizia respeito ao fato de:

o Tratado de Montevideu tornou-se um curioso instrumento legal aparentemente satisfatório para todos: não somente os países signatários, mas também todos os demais, desde o benevolente GATT até ao austero Fundo Monetário Internacional, cujas abordagens aos problemas de desenvolvimento coincidiavam, até há bem pouco tempo, com as da comunidade de bancos privados da Suíça (WIONCZEK, 1969, p. 39).

Todavia, esta orientação não foi determinada apenas pelos fatores externos (visão estruturalista centro-periferia), senão que também pelos internos ao G-4, segundo a abordagem da teoria de dependência e segundo os esclarecimentos de Miguel Wionczek, apresentados na passagem anterior. Nesse sentido, a escolha do modelo integracional de zona de livre comércio interessava, principalmente, aos setores exportadores tradicionais (primários) do Cone Sul.

Para avançar nesta discussão, torna-se necessário antes comentar a orientação livre-cambista definida no Artigo XXIV do GATT em relação ao

comércio internacional. A tese central do GATT ao avaliar os acordos bilaterais e multilaterais de formação de territórios comerciais⁸, passava pela implicância destes no movimento do comércio, ou seja, nas exportações e importações dos signatários entre si e com países terceiros e da sua possível criação ou desvio do comércio⁹.

Num território aduaneiro, a criação de comércio poderia ser viabilizada por meio da redução das tarifas alfandegárias e pela expansão do mercado no âmbito da área. Já o desvio de comércio ocorreria nos casos em que se estabelecem preferências aos produtos internos da área e no estabelecimento de tarifas externas a terceiros países como mecanismo de proteção da produção local. Neste último caso, isto poderia representar um crescimento do comércio intrazona, mas, por sua vez, reduziria o externo em função das práticas discriminatórias.

Segundo Jagdish Bhagwati, as regras livre-cambistas do GATT "permitiriam às partes contratantes obterem ganhos do comércio segundo os princípios da teoria da vantagem comparativa" (BHAGWATI, 1989, p. 11)¹⁰. Ao sustentar-se na liberdade de mercado e na eficiência da concorrência no comércio internacional, este organismo constituía-se num baluarte do desenvolvimento desigual, numa "GATTástrafe", conforme a leitura da Flávia Mello (1992, p. 14).

A influência do Acordo Geral foi fundamental para o estabelecimento da ordem (regras) liberal no mercado mundial. Organismo regulador do

8 O Artigo XXIV, do GATT, conforme já foi especificado no item 1.1 do capítulo anterior, normatizava o comércio internacional a respeito da aplicação territorial, do tráfico fronteiriço, as uniões aduaneiras e as zonas de livre comércio. O GATT tinha o seguinte entendimento sobre o que seria um território aduaneiro: "Para os efeitos do presente Acordo, se entenderá por território aduaneiro todo território que aplique uma tarifa distinta ou outras regulamentações comerciais distintas a uma parte substancial de seu comércio com os demais territórios" (DELL, 1966b, p. 315).

9 A tese da criação ou desvio de comércio foi elaborada por Jacob Viner: "Viner chega a sua famosa conclusão de que o saldo de vantagens e desvantagens de uma união aduaneira dependerá do volume de comércio que se cria e daquele que se desvia" (VINER, Apud: DELL, 1966b, p. 32). Cf. também Bela Balassa (1964, p. 23 ss).

10 Reveja a crítica de Raúl Prebisch/CEPAL à teoria neoclássica (item 1.2).

comércio internacional e sob a influência norte-americana (livre-cambismo), o Acordo Geral manteve a desigualdade na divisão internacional do trabalho (deterioração dos termos de intercâmbio) e na troca desigual. A teoria neoclássica das vantagens comparativas servia de pressuposto teórico-ideológico para a defesa da nova ordem, desconsiderando completamente a diversidade das economias. Seu principal objetivo consistia na eliminação das discriminações no mercado mundial. As negociações realizadas no âmbito do Acordo Geral procuravam adequar os acordos com sua orientação de reduzir as tarifas discriminatórias e as práticas de subsídios, no intuito de aumentar o volume e o valor das transações comerciais internacionais no mercado livre.

Na avaliação de Argemiro Brum (1992, p. 209-234), o Acordo Geral também era contra o protecionismo (práticas de subsídios, reserva de mercado e garantias de preços), tanto ao nível da produção como da comercialização interna e externa. Fazia restrições aos projetos de áreas aduaneiras que desviassem o comércio pré-existente mediante adoção de barreiras tarifárias e não-tarifárias (administrativas). Porém, conforme Brum, sua atuação era mais "ortodoxa" quando o assunto dissesse respeito aos países do Terceiro Mundo.

Defendendo as vantagens comparativas para o movimento comercial, o GATT contrapunha-se à CEPAL na sua crítica ao subdesenvolvimento e fazendo reservas à proposta de integração latino-americana da Comissão.

Dentre as várias formas jurídicas de integração, a zona de livre comércio era a que, potencialmente, mais se coaduna com a visão livre-cambista e a que garantia a continuidade estrutural da transferência de renda dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos (América Latina) para os desenvolvidos (Europa e América do Norte).

Por quê se está afirmando isso? Na medida em que, numa zona de livre comércio, os países signatários estabelecessem tarifas reduzidas intra-área

e não fixassem uma tarifa externa comum (união aduaneira), optariam pela livre concorrência com terceiros países. Mantendo individualizadas as tarifas para terceiros, o movimento do comércio tendencialmente seguiria às vantagens comparativas/competitivas do mercado (livre-mercado). Isto preservaria, por exemplo, os fluxos comerciais de importação (bens de capital e intermediários) e de exportação (produtos primários) em relação a terceiros, não desviando o comércio naquele movimento.

Mas, faz jus lembrar que a perspectiva de integração cepalina não se resumia à área de livre comércio. Conforme este item, tratado mais adiante, os acordos firmados nos anos de 1960 projetavam avanços nas formas jurídicas (união aduaneira e mercado regional) de integração e na dimensão espacial regional latino-americana. Afinal, independentemente da lógica (convencimento) do argumento, a realidade do subdesenvolvimento exigia que os primeiros passos fossem dados de acordo com o tamanho das pernas. Ao menos em termos de integração, pensada regionalmente, intencionava-se fomentar a modernização industrial-dinâmica (aquisição e geração de tecnologia avançada) e/com desenvolvimento social (mudança das estruturas internas, redistribuição de renda e melhores condições de vida). Como apontou Alfredo da Mota Menezes (1990, p. 13): "A Cepal propunha a industrialização como base primeira para o desenvolvimento".

2.1 - O Tratado de Montevidéu de 1960

Em 1960 foram assinados dois tratados sub-regionais na América Latina, com assessoria da CEPAL: - Tratado de Manágua que estabeleceu o Mercado Comum-Centro Americano (MCCA), assinado no dia 13 de dezembro (cf. DELL, 1966b, p. 318-330)¹¹; - Tratado de Montevidéu que criou o mercado no Cone Sul, assinado no dia 18 de fevereiro.

¹¹ O Tratado foi assinado por El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua. Além destes, Celso da Silva informou que também houve a inclusão de Costa Rica: "Em 23 de julho de 1962, Costa Rica aderiu ao Tratado" (SILVA, 1990, p. 58).

O Tratado de Montevideu deu origem à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). O acordo foi firmado na "segunda reunião da Conferência Intergovernamental para o Estabelecimento de uma Zona de Livre Comércio na América Latina" (ALALC, 1961, p. 25, 74). Os países signatários foram: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai¹². E em maio e junho de 1960, o Tratado foi apresentado na "XVI Seção das Partes Contratantes do GATT" (ALALC, 1961, p. 26).

Os instrumentos de ratificação do Tratado foram depositados junto ao governo do Uruguai no dia 2 de maio de 1961, exceto o Paraguai que entregou no dia 21 de junho (ALALC, 1961, p. 27). Conforme o disposto no Art. 57, o Tratado entraria em vigor "30 dias depois do depósito do terceiro Instrumento de Ratificação"¹³. Os demais países latino-americanos que aderiram à ALALC, conforme Art. 58, foram: "Colômbia (1961), Equador (1961) e Venezuela (1966). A Bolívia só assinou o Tratado em 1967" (SILVA, 1990, p. 45)¹⁴.

Após estas considerações sobre a "lapidação" das propostas de formação deste mercado regional, pretende-se, num primeiro momento, fazer uma leitura das duas possibilidades (cepalina e neoliberal) imbricadas no próprio Tratado de Montevideu, e, em seguida, apresentar algumas ponderações a respeito dos caminhos da ALALC¹⁵.

12 A reunião foi acompanhada por observadores da "Colômbia, Panamá e Venezuela, assim como da CEPAL, CIES, FMI e FAO" (ALALC, 1961, p.25).

13 As citações textuais do Tratado de Montevideu (TM), protocolos e outros documentos serão retiradas de Sidney Dell (1966a, p. 219-229), intitulada "Mercado comum latino-americano". Para evitar repetições cabe indicar apenas os artigos e/ou partes do Tratado. A íntegra do TM e demais documentos também podem ser encontrados em ALALC (1961, p. 39-58).

14 Os termos de adesão da Bolívia foram definidos na Resolução n.º 11, de 18 de fevereiro de 1960, porém esta só foi concretizada anos mais tarde, nos seguintes termos: "CONSIDERANDO que a Bolívia participou com elevado espírito de colaboração, das negociações para a conclusão do Tratado que estabelece uma zona de livre comércio e institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, (...) / RESOLVE conceder um prazo de 4 (quatro) meses ao Governo da Bolívia para que assinie o Tratado" (DELL, 1966a, p. 238).

15 "O fato de que o Tratado de Montevideu se formulara com intenção de acatar os regulamentos do GATT com respeito as zonas de livre comércio, tem feito, possivelmente, que se pusera demasiada atenção na redução das barreiras comerciais e demasiado pouca em outras formas de cooperação, sobretudo no terreno da planificação conjunta do desenvolvimento" (DELL, 1966b, p. 173).

Sobre o conteúdo do Tratado de Montevideu convêm frisar seus propósitos, a dinâmica (período de transição e programa de desgravamento), seus mecanismos institucionais (Conferência, Comitê e Secretaria) e seus princípios nórdicos.

Iniciando com o próprio preâmbulo do Tratado, verifica-se que os governos dos países signatários apresentaram os motivos que os levaram a encampar a ALALC, destacando no segundo parágrafo, a premência da ampliação dos mercados nacionais como meio para acelerar o desenvolvimento econômico:

Persuadidos de que a ampliação das atuais dimensões dos mercados nacionais, através da eliminação gradual das barreiras ao comércio intra-regional, constitui condição fundamental para que os países da América Latina possam acelerar seu processo de desenvolvimento econômico, de forma a assegurar um melhor nível de vida para seus povos (TM).

A expansão horizontal externa dos mercados (nos marcos da zona) tornava-se peremptória para obter-se uma economia de escala suficiente para dimensionar o modelo substitutivo de importações a nível regional. Com a expansão de mercado otimizar-se-ia o desenvolvimento através do "melhor aproveitamento dos fatores de produção disponíveis e uma melhor coordenação dos planos de desenvolvimento dos diferentes setores de produção" (TM). Tanto Raúl Prebisch (1964, p. 118), quanto Sidney Dell (1966b, p. 42-43) e Miguel Wionczek (1969, p. 50) fizeram referência à ociosidade tecnológica existente na América Latina em decorrência dos reduzidos mercados nacionais, inclusive nos setores de bens de consumo duráveis, como era o caso das indústrias automobilísticas da Argentina, do Brasil e do México¹⁶. Por outro lado, os ganhos de escala poderiam, por sua

¹⁶ Sobre a linha de produção de veículos e seleção do consumidor da Volkswagen no Brasil, cf.: OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 5. ed., Petrópolis: Vozes, 1987, p. 29 (nota 19)

vez, expandir verticalmente os mercados internos nacionais (BALASSA, 1964, p. 188 ss).

No preâmbulo do Tratado também foram apresentados os princípios norteadores do processo de implantação da Associação (metas, passos e formas). Essa metodologia seguia a orientação cepalina.

Pelo Tratado, a integração seria gradual, progressiva e seus resultados recíprocos, conforme se observa na seguinte passagem do acordo: "Animados do propósito de unir seus esforços em favor de uma progressiva complementação e integração de suas economias com base numa efetiva reciprocidade de benefícios ..." (TM).

Côncios das diferenças no desenvolvimento entre as Partes Contratantes, previu-se um sistema de desgravação tarifária que permitiria flexibilidade aos membros. A primeira etapa da integração corresponderia ao aperfeiçoamento da zona de livre comércio (forma jurídica) e seria alcançada "num período não superior a 12 (doze) anos" (Art. 2º), porém de forma gradual (Art. 3º): "as Partes Contratantes eliminarão, gradualmente, para o essencial de seu comércio recíproco, os gravames e as restrições de toda ordem que incidam sobre a importação de produtos originários do território de qualquer Parte Contratante" (TM)¹⁷.

O desgravamento seria feito "por meio de negociações periódicas" (Art. 4º) entre as Partes Contratantes, conforme cada categoria de lista: - as Listas Nacionais "com reduções anuais de gravames e demais restrições" (inciso "a" do Art. 4º); - a Lista Comum com negociações a cada triênio (Art. 7º) e inclusão na "relação dos produtos cujos gravames e demais restrições as Partes Contratantes se comprometem, por decisão

17 "Durante as consultas que conduziram para a aprovação do Tratado de Montevideu os representantes latino-americanos pensaram que 'o essencial' significava 80%. Isto se baseou em um precedente proporcionado pela CEE. (...) Além disso, quando mais tarde o GATT pediu aos países da ALALC que definissem este termo de acordo com o contexto do Tratado de Montevideu, responderam que implicava 'entre 75% e a totalidade do comércio'" (DELL, 1966b, p. 61 [nota 3]).

coletiva, a eliminar integralmente para o comércio intrazonal" (inciso "b" do Art. 4º).

Para as Listas Nacionais, cada país estava comprometido com as seguintes medidas do Art. 5º:

cada Parte Contratante deverá conceder, anualmente, às demais Partes Contratantes reduções de gravames, equivalentes, pelo menos, a 8% (oito por cento) da média ponderada dos gravames vigentes para terceiros países, até alcançar a eliminação dos mesmos para o essencial de suas importações da Zona, de acordo com as definições, métodos e cálculo, normas e procedimentos que figuram em Protocolo (TM)¹⁸.

Sobre a Lista Comum não incidiria desgravação, mas sim, a relação dos produtos que constariam a cada triênio seguiria determinados percentuais na "participação no valor global do comércio entre as Partes Contratantes" (Art. 7º). Estes índices corresponderiam, pelo menos, às seguintes percentagens na ordem trienal: 25% no primeiro triênio, 50% no segundo, 75% no terceiro e o essencial no quarto. Para o cálculo das percentagens das Listas Nacionais e Comum (8% e 25%), "tomar-se-á por base a média anual do valor do intercâmbio no triênio precedente ao ano em que se realize cada negociação" (Art. 9º). Os coeficientes das Listas Nacionais passariam a vigorar, exceto no primeiro ano, a cada 1º de janeiro (Art. 6º).

Essa descrição técnica do cronograma de desgravação, numa visão superficial, não traz nada de especial. Entretanto, uma vez que as Listas Nacionais poderiam ser programadas por cada país, o desgravamento avançaria nos setores mais competitivos da economia nacional em relação

18 A fórmula para o cálculo das médias ponderadas às negociações das Listas Nacionais foi definida no protocolo n.º I (DELL, 1966a, p. 230-231). A referida fórmula tinha a seguinte base de cálculo: $t \leq T(1 - 0,8n)$, com as seguintes correspondências: - T: Média ponderada para terceiros países; - t: Média ponderada máxima para a Zona; e, - n = Número de anos de vigência do Tratado.

à zona, ou seriam postergados nos setores mais sensíveis à concorrência intra-área¹⁹. Todavia, esta não seria a única possibilidade de preservar o equilíbrio da balança comercial e as diferenças competitivas no mercado regional.

Nos artigos 8º, 10, 11, 12 e 13 do acordo de 1960, pode ser observado o imbricamento das propostas cepalina e liberal no Tratado de Montevideu. Enquanto que a "inclusão de produtos na Lista Comum é definitiva e as concessões outorgadas sobre tais produtos são irrevogáveis" (Art. 8º), o mesmo não aconteceria com as Listas Nacionais. Os produtos "que só figurem nas Listas Nacionais, a retirada de concessões poderá ser admitida por negociações entre as Partes Contratantes e mediante adequada compensação" (Art. 8º).

Ora, nenhuma integração é confiável se cada membro tem a liberdade de voltar atrás nas concessões e desgravamentos. Em parte, esta incerteza não passava pelo Tratado, pois os estados membros firmavam compromissos sobre a totalidade do acordo. No entanto, dois aspectos faziam parte das condições de ambas as listas.

Um deles previa que se em função das Listas Nacionais ou outras circunstâncias um país tivesse prejuízo "em consequência das concessões outorgadas, ocorrerem desvantagens acentuadas e persistentes no comércio" (Art. 11 e 12), a Parte prejudicada poderia solicitar das demais Partes, a adoção de medidas "de caráter não restritivo" (Art. 11), não-tarifárias, com o objetivo de corrigir o desequilíbrio. Esse mecanismo, certamente, favoreceria os países de menor desenvolvimento econômico relativo, sendo esta uma ideia cepalina.

19 "Os países membros, em lugar de comprometer-se a um programa rígido previamente estabelecido, têm grande espaço de manobra na escolha dos produtos para negociar anualmente, como também no montante das reduções que poderão conceder para cada ano um desses produtos" (ALALC, 1961, p. 14).

Em contrapartida, a retirada de concessões ou a adoção de medidas equilibradoras de reciprocidade requeriam, por sua vez, que se mantivesse uma compensação, para que as demais partes envolvidas não saíssem perdendo, ou, que não gerassem desvio de comércio.

A preocupação com a reciprocidade apresentada no Capítulo II, do Tratado de Montevideu, era complementada com as cláusulas de salvaguarda ou escape (Capítulo VI). Pela importância destas disposições de exceções, convém apresentar alguns artigos.

Art. 23. As Partes Contratantes poderão autorizar qualquer Parte Contratante a impor, em caráter transitório e em forma não discriminatória, sempre que não signifiquem uma redução do consumo habitual no país importador, restrições à importação, quando ocorram importações em quantidades ou em condições tais que causem ou ameacem causar prejuízos graves a determinadas atividades produtoras de significativa importância para a economia nacional (TM).

Art. 24. As Partes Contratantes procuração fazer com que a imposição de restrições em virtude da situação do balanço de pagamentos não afete, dentro da Zona, o comércio de produtos incorporados ao programa de liberação (TM).

O princípio de reciprocidade refletia a grande preocupação em preservar o equilíbrio comercial de cada parte no conjunto das transações intra-área. Mais do que isto, as cláusulas de exceções eram "válvulas de pressão" que possibilitariam o tratamento diferenciado entre diferentes. Não existe redundância nesta colocação, pois as diferenças primeiras diziam respeito às várias realidades dos processos de industrialização dos países latino-americanos, anteriores a ALALC (parque industrial diversificado, tecnologias mais modernas, mercado nacional, estabilidade financeira, PIB, renda *per capita*, etc.), e, as segundas, às diretrizes cepalinas no planejamento do desenvolvimento regional.

As cláusulas de salvaguarda somadas às medidas em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo (Art. 32) - "um sistema preferencial dentro de outro sistema preferencial" (DEL, 1966a, p. 51)²⁰ - garantiam o respeito às diferenças no desenvolvimento entre os países. A ALALC, na concepção cepalina de integração, visava "estimular o crescimento econômico e a diversificação dos mercados de todos os países-membros, em base de uma especialização racional e reciprocidade, e não acentuar as grandes diferenças existentes no nível de desenvolvimento (REYNOSO, 1966, p. 182).

A reciprocidade não se limitava aos fluxos comerciais ou pagamentos, mas avançava no sentido de, futuramente, diminuir as diferenças entre as economias nacionais das partes.

Por meio do conteúdo destas medidas em favor dos países de menor desenvolvimento, visualizava-se que sua proposta de integração não seguia piamente as "leis" das vantagens comparativas no comércio regional. Ao projetar o avanço da integração (mercado comum)²¹, esses pressupostos balizariam uma nova divisão regional do trabalho e outros princípios para o movimento dos fatores de produção (pensamento cepalino).

O princípio de reciprocidade estabelecido no Tratado de Montevideú era mais "pé no chão". Em outras palavras, prescrevia os dispositivos de escape na contingência da forma jurídica da zona de livre comércio: "expandir e diversificar o intercâmbio, assim como promover a progressiva complementação das economias dos países da Zona" (Art. 10).

20 O autor, ao considerar as diferenças no desenvolvimento, verificadas entre os países da ALALC, classificou-os em três grupos: - países de maior desenvolvimento: Argentina, Brasil e o México; - países de desenvolvimento intermediário: Chile, Colômbia, Peru e Uruguai; - os países de menor desenvolvimento: Equador e Paraguai [e Bolívia] (DELL, 1966a, p. 122).

21 Art. 61. "Expirado o prazo de doze (12) anos, contado a partir da data da entrada em vigor do presente Tratado, as Partes Contratantes procederão ao exame dos resultados obtidos em razão de sua aplicação e iniciarão as negociações coletivas necessárias para a melhor consecução dos objetivos do Tratado e, se oportuno, *para adaptá-lo a uma nova etapa de integração econômica*". (grifo nosso)

Pelo Art. 32, os países de menor desenvolvimento econômico relativo²², além das cláusulas de salvaguarda, poderiam obter "vantagens não extensivas às demais Partes Contratantes, a fim de estimular a instalação ou a expansão de determinadas atividades produtoras" (inciso "a"), "cumprir o programa de reduções de gravames e outras restrições em condições mais favoráveis" (inciso "b"), adotar "medidas adequadas com o objetivo de proteger a produção nacional de produtos incorporados ao programa de liberação, que sejam de importância básica para seu desenvolvimento econômico" (inciso "d"), fomentar dentro da Zona a industrialização de suas economias (inciso "e") e a produtividade nos setores estratégicos (inciso "f").

Se as disposições sobre os países de menor desenvolvimento relativo expressavam a coerência da crítica cepalina ao capitalismo desigual, incluída no Tratado de Montevideú, o Art. 52, fecha-o com "chave de ouro" na perspectiva livre-cambista do GATT: "Nenhuma Parte Contratante poderá favorecer suas exportações mediante subsídios ou outras medidas que possam perturbar as condições normais de concorrência dentro da Zona"²³.

Voltando ao assunto do movimento comercial intrazonal, a expansão do comércio interno, além de objetivar sua criação (maior volume do comércio externo das partes voltadas à Zona), o TM de 1960 pretendia ampliar a lista da agenda comercial com a diversificação dos produtos que seriam incluídos nas Listas Nacionais (concessões) e na Lista Comum (percentuais de produtos sobre o total). "A reciprocidade (...) refere-se à expectativa de correntes crescentes de comércio entre cada Parte Contratante e o conjunto das demais, relativamente aos produtos que

22 "... os países relativamente menos desenvolvimento merecem atenção preferencial e tratamento especial, principalmente sob três aspectos fundamentais: política comercial, assistência técnica e financeira e política de investimento regional" (HERRERA, F., SANTAMARIA, C. S., MAYOBRE, J. A., PREBISCH, R. "Propostas de criação do Mercado Comum Latino-Americano" In: DELL, 1966a, p. 259).

23 Maria do Perpétuo Socorro e Paulo Nogueira Batista Jr. fizeram um estudo aprofundado a respeito da dualidade do GATT, mostrando a dicotomia entre o discurso livre-cambista para o comércio mundial, sua exigência para os países do Terceiro Mundo e as práticas protecionistas dos EUA e Europa (Cf. SOCORRO e BATISTA Jr., Out/90, p. 116-126).

figurem no programa de liberação e aos que lhe forem incorporados posteriormente" (Art. 13).

No programa de desgravação tarifária do comércio interno da ALALC, a reciprocidade orientava-se à equidade entre as vantagens concedidas e recebidas por cada Parte Contratante em relação às demais. Ao negociar a sua lista nacional com um ou mais países da Zona, cada Parte Contratante, dentro do possível, deveria zelar pela estabilidade comercial resultante das concessões (balança comercial e pagamentos). Assim,

nenhuma Parte Contratante pode pretender maior benefício que os que efetivamente outorga; assim mesmo, se suas aspirações não chegarão a cumprir-se, se prevêem os meios de correção necessários para lograr o devido equilíbrio de conveniências (ALALC, 1961, p. 11).

As cláusulas de salvaguarda não isentavam as Partes solicitantes da obrigação de resolverem os desequilíbrios. O caráter transitório de 1 (um) ano e as medidas não discriminatórias (restrições não-tarifárias) não poderiam resultar em desvio de comércio ou gerar redução do consumo habitual no país. As práticas de exceções também não poderiam transgredir as "condições normais de concorrência" (Art. 29), nem privilegiarem internamente atividades produtivas anti-econômicas em detrimento do comércio zonal.

Se por acaso as cláusulas de salvaguarda resultassem num subconsumo (redução do comércio) ou em benefício das atividades anti-econômicas não estratégicas ao desenvolvimento econômico da Parte Contratante – e neste caso incluindo os países de menor desenvolvimento relativo – as demais Partes prejudicadas poderiam recorrer às instâncias da Associação "a fim de que estes examinem a situação apresentada e, se for o caso, formulem as recomendações para que se adotem as medidas adequadas" (Art. 31).

A igualdade no tratamento dos fatores de produção, nos limites da Zona, foi garantida mediante o princípio de nação mais favorecida, isto, para o conjunto dos Estados-Parte. O tratamento unitário-regional abrangia a política de liberação comercial (Art. 18)²⁴, excetuados os casos com "terceiros países, a fim de facilitar o tráfico fronteiriço" (Art. 19), a determinação da origem nacional-regional²⁵ dos produtos incluídos no programa de liberação (Art. 14, 21 e 22) e o capital (Art. 20).

A aceleração do desenvolvimento econômico, a partir do mercado regional, dependeria, em grande medida, da mobilização das Partes para "incorporar às Listas Nacionais o maior número possível de produtos que já sejam[eram] objeto de comércio entre as Partes Contratantes" (inciso "b" do Art. 14), "acrescentar a essas Listas um número crescente de produtos que ainda não participem[avam] do comércio recíproco" (inciso "c" do Art. 14) e nos resultados da harmonização dos "seus regimes de importação e exportação, assim como os tratamentos aplicáveis aos capitais, bens e serviços procedentes de fora da Zona" (Art. 15).

Os Art. 14, 15, 16 e 17 explicitavam o eixo central do potencial de desenvolvimento: a *complementação industrial*. A inclusão de produtos nas Listas Nacionais e Comum, logicamente, iniciariam com a agenda comercial *a priori*, porém, era impostergável a inclusão de produtos industriais no comércio zonal e, uma vez alcançada a competitividade, no mercado mundial. Os passos seguidos nesta direção seriam os mesmos do desenvolvimento econômico e da integração. A idéia cepalina do imperativo histórico da industrialização passava exatamente pela implantação multilateral do modelo substitutivo de importações.

24 "Art. 18. Qualquer vantagem, favor, franquia, imunidade ou privilégio, aplicado por uma Parte Contratante em relação a um produto originário de ou destinado a qualquer outro país, *será imediata e incondicionalmente estendido ao produto similar originário de, ou destinado ao território das demais Partes Contratantes*" (TM - grifo nosso).

25 Sobre os requisitos exigidos para determinar a origem nacional ou regional da ALALC dos produtos, cf. Felipe Herrera (1966, p. 249-250).

A base estratégica do setor industrial no desenvolvimento latino-americano tornar-se-ia possível, na ALALC, pela promoção "gradual e crescente coordenação das respectivas políticas de industrialização" (inciso "a" do Art. 16) e a celebração de "ajustes de complementação por setores industriais" (inciso "b" do Art. 16), através da celebração de acordos de complementação inter/intra-setores industriais na Zona.

Segundo Felipe Reynoso (1966, p. 187), os acordos de complementação industrial, por sua vez, poderiam transferir e desenvolver novas tecnologias. Segundo o autor, os técnicos da CEPAL visualizavam três tipos de acordos: - setorial, em ramos completos da indústria; - complementar, com importação/exportação de componentes não produzidos nos respectivos países; - de transferência de tecnologia (inter e intra-indústria).

O Capítulo IX do Tratado de Montevideu de 1960 apresentava a estrutura orgânica da ALALC, que se resumia nos três órgãos básicos: a Conferência das Partes Contratantes, o Comitê Executivo Permanente e a Secretaria.

A Conferência era o "órgão máximo da Associação", cabendo-lhe a função de tomar "todas as decisões sobre os assuntos que exigirem deliberação conjunta das Partes Contratantes" (Art. 34). Era o órgão deliberativo da ALALC, dirigida pelo Presidente e dois Vice-Presidentes eleitos, e formada por delegações de todas as Partes. Cada delegação tinha direito a um voto (Art. 35). Pelo sistema de votação "as decisões da Conferência serão[iam] tomadas com o voto afirmativo de, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Partes Contratantes e sempre que não haja[houvesse] voto negativo" (Art. 38).

O Comitê, como o próprio nome diz, era o órgão executivo e permanente da Associação, "encarregado de velar a aplicação das disposições do presente Tratado" (Art. 39).

A Secretaria, "dirigida por um Secretário-Executivo" (Art. 41), estava subordinada ao Comitê e era responsável pela operacionalização dos trabalhos, comunicação e documentação. Junto à Secretaria estava lotado o conjunto dos funcionários internacionais da ALALC (Art. 41, 42 e 47).

Ao Secretário-Executivo cabia exercer a função de Diretor e Secretário-Geral da Conferência, sendo responsável pela organização dos trabalhos, elaboração de projetos e formação do quadro funcional (Art. 41).

O Comitê também poderia contar com os Comitês Consultivos Setoriais nas negociações e, principalmente, no acompanhamento dos trabalhos para celebração dos acordos de complementação. Os Comitês Consultivos Setoriais tinham, justamente, a função consultiva e eram formados pelas forças vivas da sociedade.

O Comitê também poderia contar com a assessoria da CEPAL e do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), da OEA (Art. 44). Pelo Art. 46 (TM) a ALALC "gozará de completa personalidade jurídica", personificada em seus órgãos e com sede em Montevidéu.

2.2 - A agricultura na ALALC

Considerando um dos focos do presente estudo e as disposições especiais sobre a agricultura constantes no Tratado de Montevidéu, este tema/assunto merecerá uma abordagem específica.

O tratamento especial da agricultura no Tratado de Montevidéu (Capítulo VII) refletia os problemas estruturais rurais dos países latino-americanos apontados por Raúl Prebisch e a Comissão nos primeiros ensaios publicados sobre o desenvolvimento latino-americano. Noutra perspectiva, a condição da agricultura também refletia seus níveis de desenvolvimento e era uma das bases socioeconômicas e políticas da aliança hegemônica (donos do poder) no subdesenvolvimento. Para Che Guevara o domínio da terra era um elemento crucial: "O latifúndio e sua relação com

o imperialismo determina por completo o chamado 'subdesenvolvimento', gerando os baixos salários e o desemprego" (GUEVARA, 1988, p. 46).

Na apresentação do pensamento de Raúl Prebisch/CEPAL (item 1.2) discutiu-se os obstáculos internos ao desenvolvimento e acentuou-se a relevância da *questão agrária* na dinamização da modernização necessária à sociedade latino-americana, mesmo em seu aspecto módico reformador e modernizante.

A agricultura era um dos setores mais sensíveis da economia na integração. Os países de menor desenvolvimento econômico relativo, além da "fragilidade" de suas indústrias e seus mercados mais reduzidos e protegidos, também encontravam no setor primário o "calcanhar de Aquiles" para o programa da liberação na ALALC. Essa era, justamente, uma das principais preocupações de Prebisch ao discutir o obstáculo da terra no desenvolvimento regional.

O obstáculo da terra e sua superação modernizadora também diziam respeito às possibilidades de formação dos mercados sub-regionais, fazendo parte das discussões acerca da sua inserção na ALALC. Conforme Sidney Dell, esta realidade agrícola latino-americana apresentava-se como um obstáculo à integração, ou pelo menos, às expectativas de dinamização das economias locais, caso não ocorressem mudanças substanciais em suas estruturas.

Durante as discussões que precederam a adoção do Tratado de Montevideu foi salientado que a agricultura latino-americana necessitava de ser submetida a grandes reformas – incluindo divisão de terras e aplicação de técnicas modernas – antes de enfrentar as pressões da competição regional (DELL, 1966a, p. 49)²⁶.

26 Para o autor a eliminação dos obstáculos na agricultura – via reforma agrária e a modernização dos processos produtivos –, deveria passar pelo planejamento público regional: "Uma agricultura latino-americana próspera depende da reforma agrária e de muitas outras mudanças radicais para elevar a produtividade: as forças livres do mercado dificilmente podem fomentar este processo, e de fato é muito possível que o impeçam" (DELL, 1966b, p. 125-126).

Todavia, ao pensarem a agricultura na integração regional, caberia a esta um papel estratégico no desenvolvimento. Segundo Herrera, Santa-maria, Mayobre e Prebisch, sobre "as costas", ao encargo da agricultura estariam os seguintes objetivos e metas sócio-econômicas: "aumento da produção para melhorar a dieta do povo e fornecer matéria-prima para a indústria; redução da proporção de alimentos e matérias-primas importados para consumo interno; e encorajamento das exportações agrícolas como meio de ajudar a eliminar o engarrafamento externo" (HERRERA; SANTA MARIA; MAYOBRE; PREBISCH, 1966, p. 256)²⁷.

Segundo a própria ALALC, a agricultura necessitava de tratamento especial: "É desnecessário destacar a importância fundamental que dentro da Zona tem a agricultura, produção básica essencial em alguns dos países membros. Tendo em conta essa circunstância, o Tratado contém normas especiais de aplicação exclusiva ao intercâmbio de produtos agropecuários" (ALALC, 1961, p. 18).

Esta preocupação estava manifesta no Art. 27 do Tratado de Montevideo, de 1960:

As Partes Contratantes procurarão coordenar suas políticas de desenvolvimento agrícola e de intercâmbio de produtos agropecuários com o objetivo de alcançar o melhor aproveitamento de seus recursos naturais, elevar o nível de vida da população rural e garantir o abastecimento normal de cada Parte Contratante.

27 Trata-se do documento "Propostas de criação do Mercado Comum Latino-Americano", elaborado por Felipe Herrera, Carlos Sanz de Santa Maria, José Antônio Mayobre e Raúl Prebisch veio a ser a resposta que a Comissão apresentou à Carta que o presidente do Chile, Eduardo Frey (trata-se de carta datada em 06/01/1965) havia encaminhado a eles como demanda sobre os problemas existentes relacionados à integração latino-americana e sub-regional. O autor Sidney Dell (1966a) incluiu este documento no conjunto de fontes selecionadas e incluídas no Apêndice II do livro.

Prevedo a maior concorrência intrazonal no comércio de produtos agropecuários, as cláusulas de exceções poderiam ser adotadas por qualquer Parte Contratante desde que "não signifiquem[cassem] diminuição de seu consumo habitual, nem incremento de produções antieconômicas" (Art. 28). Pelo Art. 28, as medidas poderiam destinar-se a "limitar as importações ao necessário para cobrir os déficits de produção interna" (inciso "a"), e "nivelar os preços do produto importado aos do produto nacional" (inciso "b"), garantindo a reconversão ao nível regional.

A urgência da modernização na agricultura, no entanto, não poderia obstaculizar o comércio de produtos primários. Para o déficit do mercado intrazonal dar-se-ia "prioridade aos produtos originários dos territórios de outras Partes Contratantes, em condições normais de concorrência, tomando sempre em consideração as correntes tradicionais do comércio intrazonal" (Art. 29).

As cláusulas de salvaguarda que incidiam sobre o comércio primário também não poderiam gerar subconsumo ou resultar em medidas de proteção exagerada de atividades antieconômicas (Art. 30), prejudicando as exportações das outras Partes Contratantes (Art. 31).

Segundo a CEPAL, o desenvolvimento agrário passaria necessariamente pela mudança da estrutura fundiária e pela introdução de técnicas modernas nas práticas produtivas (aumentar a produtividade). Essa proposta não se resumia, simplesmente, a projetos de colonização, expansão das fronteiras agrícolas sobre as terras devolutas públicas (seja da União ou de Estados ou Províncias), ou à modernização do latifúndio (empresa rural)²⁸, mas impreterivelmente, à mudança da política agrícola (produção de alimentos para o mercado interno) e à redistribuição de renda entre a

28 Para uma leitura introdutória sobre a questão fundiária e os limites de uma mera modernização, bem como de algumas ações de mobilização popular e conquista da terra, via projetos de reforma agrária, realizadas na década de 1960, no Brasil, confira a cartilha popular da Pastoral de Juventude Rural/RS e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/RS. *Reforma agrária com os pés no chão*. Passo Fundo: Gráfica Berthier/PJR, 1986. p. 33

população rural. O próprio Raúl Prebisch temia muito a modernização conservadora que manteria intacta a estrutura fundiária e agravaria as diferenças sociais com a importação de tecnologia substitutiva de mão-de-obra no meio rural. Na América Latina a modernização deveria ser dinâmica, segundo ele.

Ocorrendo esta modernização agrária proposta pela CEPAL, este setor alavancaria ainda mais o desenvolvimento geral das economias latino-americanas aumentando as exportações primárias e o saldo da balança comercial. Esses preciosos recursos (capitalização ou poupança interna do setor público e privado) eram fundamentais para a importação de tecnologia.

Em outro rumo e perspectiva social, tendo por referência as ações realizadas em Cuba após a vitória da revolução de 1959, para Che Guevara (1988, p. 46-47) a reforma agrária romperia a aliança do subdesenvolvimento local (latifúndio-imperialismo), redistribuiria diretamente a renda e a terra (em termos de acesso, ocupação, posse ou forma de propriedade direta), resolveria o problema estrutural do desemprego, melhora os salários e acabaria com a *fome do povo*.

Segundo Raúl Prebisch, a desobstaculização da questão da terra, impreterivelmente, teria que passar pela reforma agrária, social e economicamente modernizante.

Entretanto, ao defender a reforma agrária de cunho modernizante (ampliação do acesso social à terra e modernização da produção) a CEPAL colocava uma "pedrinha no sapato" nas relações de poder da dependência. Esta dependência, entendida tanto ao nível interno da sociedade latino-americana, quanto do capital estrangeiro (imperialismo) e da aliança de classes, conforme apontaram Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970).

Avançando na discussão acerca da emergência das mudanças na estrutura fundiária, como condição para o desenvolvimento econômico e

social latino-americano, bem como sua importância nos caminhos do mercado regional e da geopolítica nos anos de 1950 e início d década de 1960, poder-se-ia apresentá-la como enigma da esfinge do subdesenvolvimento: *reforma-me ou revoluciono-me* [devoro-te](?)

Industrialização e reforma agrária eram, pois, duas "necessidades" latino-americanas para o desenvolvimento nos marcos capitalistas. A própria CEPAL foi criada como Secretaria da Organização das Nações Unidas (ONU) encarregada para o estudo das condições históricas do desenvolvimento latino-americano e para propor medidas modernizantes às suas economias.

Assim, reforma e revolução aparecem sorrateiramente na proposição geopolítica da bilateralidade do pós-guerra (guerra fria), ao se pensar a hegemonia nesta área de influência. Todavia, a América Latina, até fins dos anos de 1950, não havia se tornado centro dessas atenções e tensões bipolares.

Os rumos tomados pela CEPAL, mesmo pensando o desenvolvimento, não chamavam a atenção para os projetos de reconstrução capitalista no pós-guerra (Plano Marshall). No bojo das questões, da modernização e da integração, enquanto possibilidades cepalinas de superação do subdesenvolvimento, incorporaram-se outras preocupações enquanto resposta ao "enigma da esfinge".

Sobre este assunto Miguel Wionczek discorreu, com pertinência, sobre a mudança das atenções do governo norte-americano em relação à integração, nos anos de 1950, e à ALALC, de 1961 em diante. O autor diferenciou, didaticamente, três fases da política externa dos EUA em relação ao tema cepalino, das quais atentar-se-á para a última.

O terceiro período iniciou-se em grande parte por causa de Cuba, sendo que os acontecimentos desse período têm relação direta com as atitudes norte-americanas para com a ALALC. Documentos oficiais dos Estados Unidos e os escritos de renomados peritos estadunidenses em assuntos hemisféricos se

acham refertos de provas circunstanciais no sentido de que, até meados de 1960, os Estados Unidos encaravam os esforços de integração com um misto de desaprovação ideológica e profundas suspeitas, intimamente relacionadas com a desconfiança geral na filosofia desenvolvimentista da CEPAL e do papel deste órgão como concorrente das entidades econômicas internacionais (WIONCZEK, 1969, p. 90-91)²⁹.

Desenvolvimento, integração e reforma agrária tornaram-se, pois, a partir da revolução cubana, assuntos de interesse à segurança hemisférica. Novas cores foram dadas a este mosaico. Além da histórica CEPAL, que já fazia escola, surgiram na cena da modernização a "ala radical" dos guevaristas/castristas e os "confetes" da Aliança para o Progresso.

Para Raúl Prebisch (1964, p. 24) a integração se apresentava como caminho democrático ao desenvolvimento, a via tranquila. Não tencionava nem soluções autoritárias (golpes de Estado e ditaduras militares, a exemplo da Guatemala, em 1954), nem radicais (a exemplo da Cuba, em 1959).

Um "outro" fórum de discussão sobre os caminhos da modernização passou a ser a Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo caleidoscópico reunia no debate, por um lado, progressismo e desenvolvimentismo, reforma e revolução; por outro, contrapunha retórica e práxis, receitas tecnocratas e contingências multifacetadas.

O "xis" da questão veio à tona nas discussões acerca da iniciativa "filantrópica" do governo norte-americano apresentada na OEA, nos marcos da Operação Pan-Americana, em 1961, cujo documento final passou a ser denominado *Carta de Punta Del Este*, que estabeleceu a "redentora" *Aliança para o Progresso*.

29 Continuando sua abordagem, Miguel Wionczek indicou que: "A Carta de Punta Del Este, o instrumento legal da Aliança para o Progresso, reconheceu o Tratado de Montevidéu e o Tratado Geral Sobre a Integração Econômica Centro-Americana como instrumentos eficientes para acelerarem o desenvolvimento da América Latina" (WIONCZEK, 1969, p. 91).

O conteúdo do texto da Carta de Punta Del Este, ao "radiografar" a realidade latino-americana, reproduziu exatamente os pontos da CEPAL, todavia, não manteve seus princípios históricos. Nela estavam presentes as receitas reformistas para o progresso das economias subdesenvolvidas. Porém, estas boas intenções pelas reformas também eram postas enquanto saídas à revolução. Usando os termos duais de Raúl Prebisch dos anos de 1950, poder-se-ia dizer que o subdesenvolvimento "deixava" de ser um assunto para os "periféricos", tornando-se também preocupação do centro hemisférico.

No preâmbulo da Carta de Punta Del Leste, vislumbra-se o espírito modernizante com seus pressupostos liberais: "As Repúblicas americanas proclamam sua decisão de associar-se em um esforço comum, para alcançar progresso econômico mais acelerado e justiça social mais ampla para seus povos, respeitando a dignidade do homem e a liberdade política" (In: EISENHOWER, 1962, p. 167).

As mudanças eram necessárias para garantir, em outros níveis, a continuidade da dependência sem ruptura radical, já que a pobreza era vista como a "mãe das revoluções"³⁰. A leitura da realidade histórica latino-americana, expressa na Carta, não deixava de observar os problemas estruturais do subdesenvolvimento local: sua falta de dinamismo industrial e a estrutura fundiária.

Para tornar concreto o dinamismo industrial, olvidava-se, de acordo com o item 4, da Carta:

acelerar o processo de uma industrialização racional, para aumentar a produtividade global da economia (...). Dentro desse processo de industrialização, prestar atenção especial ao estabelecimento e à expansão das indústrias produtoras de bens de capital (In: EISENHOWER, 1962, p. 169).

³⁰ "As condições objetivas para a luta eram dadas pela fome do povo e pela sua reação a esta fome, que gerava o terror, e a onda de ódio desencadeada pela reação para silenciar a revolta" (GUEVARA, 1988, p. 47).

A dinamização poderia ser alcançada com a "filantropia" externa, obtendo-se "suficiente assistência financeira do exterior, inclusive parte substancial em condições flexíveis em matéria de prazos e condições de amortização" (In: EISENHOWER, 1962, p. 171)³¹. Nota-se a semelhança desta com a avaliação que Raúl Prebisch fez em relação à falta de poupança interna. Além disso, outra deficiência das economias latino-americanas estava no tamanho de seus mercados isolados.

Sobre esse assunto, a Aliança para o Progresso apoiava a iniciativa da integração econômica como meio para se atingir o dinamismo, a competitividade e o bem-estar social. Novamente a integração aparecia como forma de acelerar o processo de desenvolvimento econômico latino-americano, conforme o texto da Carta de Punta Del Este.

Fortalecer os acordos de *integração econômica*, a fim de chegar-se ao objetivo final de realizar a aspiração de criar-se um mercado comum latino-americano que amplie e diversifique o comércio entre os países da América Latina e contribua, desta maneira, para o crescimento econômico da região (In: EISENHOWER, 1962, p. 170 – grifo nosso).

Dentre as reformas "modernizantes", ou melhor, progressistas, na ótica da Aliança, o que mais chama a atenção é o item 6 dos seus objetivos: *o programa de reforma agrária*. Não fosse o engodo conservador – pensar as reformas antes que elas fossem resultantes de mobilizações populares e radicais – poder-se-ia vê-la como proposta genuinamente prebischiana.

Impulsionar, respeitando as particularidades de cada país, programas de *reforma agrária integral* encaminhada à efetiva transformação, onde for necessária, das estruturas e dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a

³¹A ajuda financeira externa estava orçada em US\$ 20 bilhões nos dez anos seguintes (In: EISENHOWER, 1962, p. 171).

fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição dos seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha, em base da sua estabilidade econômica, fundamento do seu crescente bem-estar e garantia de sua liberdade e dignidade (In: EISENHOWER, 1962, p. 170 – grifo nosso)³².

Aqui aparecia novamente o "espírito" cepalino do obstáculo da terra ao desenvolvimento e a necessidade histórica do rompimento das estruturas tradicionais (coloniais e neocoloniais). O caráter geopolítico e conservador, no entanto, perpassava a Aliança para o Progresso, ao afirmar o ideário camponês da liberdade e dignidade na propriedade moderna, tecnicizada e com produção "racional" (entenda-se mercantilizada).

Outros elementos liberais do progressismo estavam manifestos na problemática do analfabetismo, da saúde da população, do saneamento, da habitação e da inflação. Quanto ao efetivo dinamismo da modernização, a Carta de Punta de Leste, além de apontar para a integração e as indústrias tecnológicas, passou por cima da questão básica do eixo cepalino da divisão internacional do trabalho. A Carta resumia-se em propor a eliminação do protecionismo indevido à produção local, da reserva de mercado e a necessidade de mobilização regional, como meio de pressão à eliminação das restrições aos produtos primários nos mercados internacionais³³. Estas últimas medidas seguiam exatamente as orientações do GATT.

32 Dentre as análises presentes nos ensaios reunidos na obra "As Idéias e seu lugar", Fernando Henrique Cardoso tratou da relação entre a Comissão e a Aliança para o Progresso: "A reunião da OEA de Punta del Este em 1961 representa a ponto mais esplendoroso do afa reformista político-social americano em seu encontro com a crítica cepalina. Houve a legitimação de temas antes perigosos, como reforma agrária, reforma dos impostos, planejamento etc. Mas houve também o esquecimento momentâneo das questões estruturais de base: os termos de intercâmbio, a disparidade do progresso técnico e dos níveis salariais reais entre Centro e Periferia" (CARDOSO, 1993, p. 60).

33 "Fazer com que se ponha termo a acordos preferenciais e outras medidas que limitam o consumo mundial de produtos primários latino-americanos e seu acesso aos mercados internacionais, em especial os dos países em processo de integração econômica na Europa Ocidental e dos países de economia centralmente planejada" (In: EISENHOWER, 1962, p. 182).

Para fechar esta discussão sobre a questão agrária e a integração, na perspectiva progressista conservadora da Aliança, nada melhor do que um dos seus críticos mais contundentes e testemunho ocular direto do fato, Che Guevara³⁴.

Antes de mais nada, Che criticou o entendimento reducionista dos tecnocratas que apontavam soluções (receitas) meramente econômicas (sanitárias, das latrinas) ou financeiras para a superação do subdesenvolvimento. Em seu discurso na plenária da Conferência, no dia 08 de agosto de 1961, Che Guevara apontou, com muita perspicácia, que não era possível dissociar a "economia da política" (GUEVARA, 1987, p. 11), que a "filantropia" não era gratuita ou neutra, mas geopolítica³⁵ e imperialista. Como frisou em durante sua manifestação enquanto delegado de Cuba na Conferência da OEA, Che falou que: "Cuba é [era] a galinha dos ovos de ouro" (GUEVARA, 1987, p. 22) para os demais países latino-americanos. A Aliança, por sua vez, poderia ser apresentada como uma modesta versão tupiniquim do Plano Marshall, sem fundo, à América Latina.

Che Guevara também fundamentou sua crítica nos limites dessa proposta de reforma e nas suas reais possibilidades de desenvolvimento econômico. Fernando H. Cardoso também esclareceu a radicalidade dessa ideia guevarista, apresentando a essência da crítica que Che fez à Aliança, resumindo-a na "revolução das latrinas" (CARDOSO, 1993, p. 18). Para Guevara o progresso da Aliança jamais poderia ser visto como contribuição externa ao desenvolvimento latino-americano. O canto da sereia perdia seu encanto.

34 Ernesto Guevara foi o delegado de Cuba na Conferência do Conselho Interamericano Econômico e Social da OEA que discutiu a Aliança para o Progresso, em agosto de 1961. Em seus pronunciamentos colocava às claras o projeto livre-cambista da Aliança: "Esta Aliança para o Progresso é uma tentativa de buscar solução dentro dos marcos do imperialismo econômico" (GUEVARA, 1987, p. 40).

35 "... a Aliança para o Progresso não está com Cuba, mas contra ela, e não se pretende dar um centavo a Cuba -, mas, sim, a todos os demais delegados" (GUEVARA, 1987, p. 21). Além das retaliações à Cuba na Aliança para o Progresso e sua expulsão da OEA, em 1962, a própria ALALC rechaçou o pedido de adesão de Cuba à zona de livre comércio (Cf. DELL, 1966b, p. 70 ss).

Se dão dólares para fazer estradas, se dão dólares para abrir caminhos, se dão dólares para fazer esgoto; senhores, como que se constrõem os esgotos? Não é necessário ser um gênio para isso. Por que não dão dólares para equipamentos, dólares para maquinarias, dólares para que nossos países subdesenvolvidos, todos, possam converter-se em países industriais e agrícolas de uma vez? Realmente é triste (GUEVARA, 1987, p. 21).

Neste mesmo sentido, Guevara criticou o programa de reforma agrária da Aliança para o Progresso em relação à agricultura regional. A partir de Che, observa-se que, para a Aliança, as possíveis tensões na luta pela terra dos movimentos sociais no campo, poderiam ser contornadas com a colonização. Quanto ao atraso econômico neste setor, a Aliança propunha simplesmente a tecnificação, sem mudança significativa da estrutura fundiária, não mexendo na hegemonia política e social das oligarquias agrárias³⁶. A função social da terra não se resumia, para Che, na improdutividade do latifúndio, ou na inviabilidade da tecnologia moderna para o minifúndio.

Para Guevara, a pobreza agrária somente seria rompida com "uma real melhoria dos níveis de vida de todos os seus duzentos milhões de habitantes" (GUEVARA, 1987, p. 22).

Os especialistas sugerem substituição de ineficientes latifúndios e minifúndios por propriedades bem equipadas. Nós dizemos: querem fazer Reforma Agrária? Tomem a terra de quem tem muita e dêem a quem não a tem. Assim se faz Reforma Agrária. O resto é canto de sereia. (...) a Reforma Agrária é feita liquidando os latifúndios, não indo colonizar mais além (GUEVARA, 1987, p. 23).

De certo modo, mantendo as diferenças entre Raúl Prebisch e Che Guevara, mas observando suas abordagens sobre a questão agrária e, principalmente, a estrutura fundiária, é perceptível, tanto em Prebisch

³⁶ "Este projeto implicava em que os Estados Unidos se comprometessem, inclusive, com a política de reforma agrária, para neutralizar a secular insatisfação camponesa contra as oligarquias" (SCHILLING, 1984, p. 51).

(1964), no texto *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano*, quanto em Che Guevara, nos discursos em Punta del Este, guardadas as diferenças, é claro, uma insistência com relação à perspectiva histórico-social e indicação da compreensão da necessidade de enfrentamento da estrutura agrária (latifúndio e pobreza), como condição às mudanças na sociedade latino-americana (desenvolvimento com modernidade social), para o economista argentino Raúl Prebisch, e o enfrentamento da pobreza no subdesenvolvimento e o imperialismo, para o médico argentino Che Guevara.

Outra possível leitura aproximativa de ambos autores pode localizar-se na crítica à saída tecnicista. Também para ambos, o simples progressismo tecnológico não resolveria as agudas desigualdades no desenvolvimento e na redistribuição de renda.

2.3 - As vicissitudes da ALALC

Como último assunto de estudo deste capítulo cabe apresentar alguns dados e comentários acerca do andamento da ALALC, algumas críticas e avaliações do projeto de integração, seus resultados e limites. Para tanto, são trabalhadas as obras e textos de Bela Balassa, León Bieber, Gladys Cristaldo, Sidney Dell, Alfredo Menezes, Raúl Prebisch, Celso da Silva, Flávio Versiani e Miguel Wionczek, dentre outros.

Celso da Silva faz referência à euforia da integração latino-americana e à distância entre o mercado regional pensado, enquanto "solução milagrosa e salvadora" (SILVA, 1990, p. 32), e sua realização concreta. Já León Bieber (1994), em seu estudo comparativo entre o processo de integração europeu, da Comunidade Econômica Européia (CEE), e o latino-americano, principalmente da ALALC, acentuou, com pertinência, as condições notadamente diferentes dos projetos e das formações históricas de ambas regiões. Ele também destacou as vicissitudes entre a integração pensada e seus diversos contornos no seio da sociedade latino-americana.

Da avaliação desse autor, convém destacar o anseio impulsionador da industrialização regional da CEPAL³⁷ e suas dificuldades em caminhar rumo à integração, em meio a tantos outros interesses divergentes. Entre essas divergências estavam o peso do nacionalismo, a não constituição de organismo regionais com poderes supranacionais, o não envolvimento dos setores populares, a não visualização dos benefícios coletivos da integração por parte da sociedade, a dinâmica e os mecanismos utilizados nos tratados sub-regionais, e os diferentes interesses dos grupos dominantes locais de cada Estado-Membro por determinado modelo de desenvolvimento³⁸.

Gladys Cristaldo, ao resumir os principais argumentos levantados pelos estudiosos da integração regional sobre os percalços da ALALC, relacionou os seguintes pontos:

- a) a grande disparidade no nível de desenvolvimento econômico entre os membros; b) a distribuição desigual dos benefícios entre os membros; c) a falta de vontade política; d) os benefícios da integração que recaíam unicamente em empresas multinacionais; e) o déficit na balança de pagamento; f) a técnica de negociação adotada; e g) a falta de apoio institucional (CRISTALDO, 1994, p. 15 ss).

Alguns destes pontos estavam diretamente ligados à forma jurídica adotada para a ALALC, no Tratado de Montevidéu de 1960. Outros, ao amálgama do projeto cepalino e às exigências do GATT, também refletidos nesta zona de livre comércio e nas condições dos países membros. Mas,

37 "Na América Latina o projeto de formação de blocos econômicos foi entendido desde o seu início como um meio para forçar a industrialização, fato que, no pensamento de Prebisch e da Cepal, era necessário devido à monopolização dos benefícios do progresso técnico pelos países desenvolvidos" (BIEBER, 1994, p. 35).

38 "Praticamente desde que se iniciou a fase de substituição de importações, os grupos dominantes na América Latina ficaram divididos em duas funções: uma voltada para os mercados de exportação tradicionais e a outra voltada para o mercado nacional e regional" (BIEBER, 1994, p. 36).

por outro lado, os condicionantes históricos do avanço da integração também dependeram do conjunto teórico da CEPAL, ao pensar o dinamismo para o desenvolvimento latino-americano.

Porém, para não se buscar ou ver utopias na realidade, percebe-se que muitos estudos sobre a ALALC, procuraram compreender seus resultados como simples realização histórica.

Em outras palavras, algumas avaliações da ALALC não partiram de dentro dela mesma e da sociedade latino-americana, mas, sim, dos "modelos" teóricos da teoria da integração econômica, ou até mesmo dos "sucessos" da CEE. De certa forma, León Bieber, ao comparar os dois processos de integração e mostrar as diferentes realidades históricas, manteve e preservou suas especificidades.

Ora, justamente por serem diferentes não teriam que chegar "necessariamente" aos mesmos resultados. Caso contrário, restaria à ALALC um conjunto de fracassos, deficiências, falhas e faltas, além do "modelo ideal europeu" a ser seguido.

Bela Balassa e Sidney Dell, ao tratarem dos resultados da ALALC, partiram do movimento comercial interno e externo da zona, cujos índices refletiam os avanços da integração.

Bela Balassa compreendeu que esta mensuração somente seria pertinente e compreensível se tiver como referência a realidade anterior do comércio, além de pontuar as distâncias geográficas e econômicas existentes entre seus países-membros (BELASSA, 1964, p. 46 ss).

Sidney Dell, por sua vez, acrescentou que o "Tratado de Montevidéu não foi implantado em situação de crescimento e prosperidade, e sim de atraso e estagnação (DELL, 1966c, p. 127).

Tal como a questão da terra, Raúl Prebisch (1964) entendia que a estrutura do movimento comercial latino-americano teria que mudar. Sua

crítica à teoria das vantagens comparativas apontava para um dos obstáculos estruturais a ser superado.

Outro aspecto que Sidney Dell apontou dizia respeito à realidade da balança comercial e da pauta dos produtos de exportação e importação teriam que passar por uma mudança significativa. Uma delas dizia respeito a sua geografia, pois "nove décimos do comércio latino-americano ainda é [era] feito com a América do Norte e a Europa Ocidental, e que esta distribuição geográfica provavelmente continuará por algum tempo" (DELL, 1966c, p. 127).

Gustavo Magariños também tratou de aspectos do comércio regional, interno à ALALC, como um elemento à crítica dos resultados alcançados: "A pequena importância do comércio intrazonal (salvo no que se refere aos intercâmbios de certos produtos entre dois países determinados) torna difícil desviar em grau razoável, para a estrutura regional, as transações comerciais com o resto do mundo" (MAGARIÑOS, 1966, p. 146).

A integração apresentava-se como possibilidade de ruptura desta dependência comercial e, para tanto, a CEPAL propunha um novo modelo de desenvolvimento regional voltado para dentro da zona.

TABELA - 04: COMÉRCIO TOTAL ENTRE OS PAÍSES DA ALALC

(\$ dólares milhões: exportações F.O.B., importações C.I.F.)

ANO	COMÉRCIO ENTRE OS PAÍSES DA ALALC				Parcelas de Intra-comércio no Comércio Total dos Países da ALALC
	Exportações	Importações	Total	Tabela (1952=100)	
1952	359	449	808	100	8.4
1953	509	525	1.034	128	11.3
1954	495	539	1.034	128	10.3
1955	508	574	1.082	134	11.0
1956	358	408	766	95	7.6
1957	396	441	837	104	8.1
1958	374	403	777	96	8.2
1959	324	355	679	84	7.2
1960	340	375	715	89	6.9
1961	299	360	659	82	6.0
1962	354	420	774	96	7.0
1963	425	525	950	118	8.4
1964	558	646	1.203	149	10.1

FONTE: Documentos da ALALC CEP/Repatrio 376/64 e CEP/Repatrio 472.

Apud: DELL, S. *Mercado comum* ..., p. 215.

Uma das primeiras observações referente ao movimento comercial do período 1952 a 1964, conforme os dados apresentados na tabela - 04, tanto na coluna total, quanto na da ALALC, é a variação ondulante que vai crescendo até a metade dos anos de 1950 e tende a diminuir até o início da década de 1960. Esses dados também correspondiam ao período da "chamada" estagnação do modelo substitutivo de importações, e, no qual, estava inserida a proposta da integração como alternativa para a superação da "crise", sendo projetada como uma base (uma âncora) para a industrialização dinâmica. Os primeiros anos da ALALC também foram marcados, a partir de 1961, pelo crescimento do comércio.

Durante os primeiros quatro anos da ALALC o comércio total intra-zona cresceu. Se tomar o índice 100.0% do comércio interno para o ano de 1960, este caiu para 92.17% em 1961, mas subiu para 108.25% em 1962, 132.87% em 1963 e saltou para 168.25% em 1964.

Esses mesmos índices variam se o índice de 100.0% for utilizado para o ano de 1952. Neste caso, somente em 1964, o índice de 149%, superou os valores de 1953 (128%), pois para o ano de 1954 foi de 128% e em 1955 representou 134%.

Esse movimento mostrou que, em 1960, o percentual do comércio intra-zona do comércio global dos países da ALALC correspondeu a 6.9%, baixando para 6.0% em 1961, aumentando para 7.0% em 1962, 8.4% em 1963 e chegando a 10.1% em 1964.

Mas, não se pode esquecer que estes denominadores são gerais e não refletem a condição de cada país da ALALC (Tabela - 5), muito menos a realidade dos indivíduos e grupos sociais (população) e setores econômicos. Pelos indicadores da participação de cada país no comércio total da ALALC, verifica-se que cada país apresentou uma realidade específica, independentemente do seu nível de desenvolvimento econômico relativo. Argentina, Brasil e México possuíram, cada qual, participação distinta. Os países de menor desenvolvimento econômico relativo mantiveram uma participação adequada às suas economias e o México foi o país que mais cresceu proporcionalmente no comércio total.

TABELA - 05: PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO TOTAL ENTRE OS PAÍSES DA ALALC (Porcentagem)

PAÍS (*)	1959-1961	1962	1963	1964
Argentina	36.0	31.6	30.2	32.3
Brasil	25,7	26.4	25.2	25.0
Chile	16.3	15.4	17.8	15.2
Peru	9.3	12.1	11.7	10.2
Uruguai	5.2	5.4	4.9	5.3
Paraguai	2.6	2.2	2.1	2.2
Colômbia	1.9	2.6	2.9	3.7
México	1.5	3.0	3.9	4.3
Equador	1.5	1.3	1.3	1.8
Total	100.0	100.0	100.0	100.0

FONTE: Documentos da ALALC CEP/Repartido 376/64 e CEP/Repartido 472. Apud: DELL, S. *Mercado comum* ..., p. 217.

(*) Em ordem decrescente de participação no período 1959-1961.

Entretanto, o México, considerado um dos países mais desenvolvidos da zona, mesmo aumentando sua participação de 1.5% em 1959/61, para 4.3% em 1964, permaneceu bem abaixo do Peru, com seus 9.3% e 10.2%, respectivamente. Já a Argentina e o Brasil, mesmo diminuindo a participação, continuaram responsáveis por mais da metade do índice: 61.7% em 1959/61, 58.0% em 1962, 55.4% em 1963, e, 57,3% em 1964.

Outro problema enfrentado pelos países da ALALC foi o desequilíbrio da balança comercial no comércio interno da zona. As assimetrias do desenvolvimento e dos mercados internos, somados aos déficits da balança comercial de alguns países, recrudesciam as medidas defensivas, questionando-se, com isso, a "força" do princípio de reciprocidade³⁹, que acabava

39 Gustavo Magariños retratou a realidade do intercâmbio comercial ao nível da ALALC e seu contraste com os princípios do Tratado de Montevidéu.

TABELA - 06: EVOLUÇÃO DAS CORRENTES DE COMÉRCIO DA ALALC (em bilhões de dólares)

Quinquênio	Argentina	Brasil	Colômbia	Chile	México	Uruguai
1957-61	- 38	48	- 22	- 169	10	déficit
1962-66	160	- 160	- 91	- 339	71	crônico
1957-66	122	- 112	- 113	- 508	81	

FONTE: MAGARIÑOS, Gustavo. "ALALC e as possibilidades da formação do Mercado Comum Latino-Americano" In: ALMEIDA, Manoel Lurado de (apres.). *Difusão e Promoção da ALALC*. Porto Alegre: Banco Nacional do Comércio, [1967]. (Estudos Banmércio) p. 20-21

OBS.: Tabela elaborada a partir dos dados apresentados no texto.

dificultando as negociações dos produtos da Lista Comum e das exceções nas Listas Nacionais.

Outro foco polêmico sobre os "sucessos e fracassos" comerciais da ALALC discutidos por alguns autores, referia-se à composição do comércio regional, às negociações das Listas Nacionais e da Lista Comum, aos acordos de complementação setoriais e à metodologia de desgravamento estabelecida no Tratado de Montevidéu.

Em relação à composição da pauta comercial intra-zona, Bela Balassa (1966, 1964) não se iludiu ao radiografar as condições dos países subdesenvolvidos diante da ALALC e da realidade de suas economias. Conforme Halperin Donghi, a "estrutura neocolonial" (com sua nova aliança de classes e inserção livre-cambista na economia internacional), consolidada na segunda metade do século XIX, ainda predominava no início do terceiro quartel do século XX (DONGHI, 1975, p. 128).

Retomando a análise de Bela Balassa, cabe destacar:

Para a maior parte das economias latino-americanas suas exportações se referem a matérias-primas, combustíveis líquidos e alimentos sem processar, e suas importações, procedentes dos países industrializados, são de produtos industriais leves e pesados. As exportações da área aos países desenvolvidos são as mesmas que interessam ao comércio inter-regional; assim, o comércio com alimentos chega a ser de 45 a 50 por cento, em combustíveis líquidos de 20 a 25 por cento e em matérias-primas 20 por cento do total do comércio interno da zona, enquanto que o comércio em produtos industriais é realmente insignificante (BALASSA, 1964, p. 60).

Para Balassa, as negociações das Listas Nacionais e, especialmente, da Lista Comum não poderiam apresentar um quadro diferente da situação comercial anterior. Isso tanto no que corresponderia ao volume/valor, à natureza e à diversidade dos produtos até então comercializáveis.

Como indicou Sidney Dell, nas primeiras negociações da Lista Comum, os produtos incluídos eram, na sua grande maioria, de natureza primária e tradicionais nas exportações latino-americanas:

como sob o Tratado de Montevideu a lista tinha que conter itens responsáveis por pelo menos 25% do intra-comércio no período 1960-2, não havia possibilidade de evitar a inclusão dos itens agrícolas, pois os itens não-agrícolas eram de pouca monta no comércio então existente (DELL, 1966a, p. 93 – nota 25).

Para Raúl Prebisch, ao prognosticar os resultados positivos da integração, avaliou que esse quadro tenderia a melhorar. No momento em que a industrialização alcançasse o dinamismo nos setores de bens de capital e intermediários, na pauta comercial dos países da região, estaria incluída as exportações de produtos tecnológicos. A partir desta mudança se estaria eliminando a tradicional deterioração dos termos de intercâmbio, desfavorável a esta área periférica. Porém, até chegar àquele momento/condição, a balança comercial tecnológica permaneceria negativa.

Na Tabela - 7 estão relacionados os principais produtos que foram incluídos nas concessões e que integraram a pauta comercial interna da ALALC.

TABELA - 07: COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO ENTRE OS MEMBROS
DA ALALC, 1960-2 (% total de intra-comércio)

PRODUTOS	PERCENTUAL(%)
Cereais	19,3
Madeira e produtos madeiros	11,4
Café, chá, mate e especiarias	9,6
Gado	8,1
Algodão (<i>in natura</i>)	4,6
Combustíveis minerais e óleos	4,5
Açúcares e produtos derivados	3,4
Ferro e produtos derivados	3,6
Cobre	2,4
Cacau e produtos derivados	1,7
Vegetais	1,6
Minérios e resíduos metálicos	1,5
Gorduras e óleos	1,4
Lã e cabelo	1,4
Papel e produtos derivados	1,3
Carne	1,3
Outros produtos	16,6
TOTAL	100,0

FONTE: Baseado nas estatísticas da ALALC citadas na publicação do Banco Nacional de Comércio Exterior. *Tres años en el camino e la integración*. pp. 84-85 Apud: DELL, S. *Mercado comum ...*, p. 88

Segundo Sidney Dell, na primeira negociação da Lista Comum, "dos 25% do comércio regional incluído na lista que foi adotada, mais de 14% respondia por quatro itens: café, algodão, cacau e banana; e grande parte dos itens restantes era também agrícola" (DELL, 1966a, p. 92). Já a segunda etapa das negociações da Lista Comum, conforme tratou Ricardo FfrenchDavis, não chegou a ser concluída, "não logrando-se em 1967 acordo em relação à segunda formação da Lista Comum" (FFRENCH-DAVIS, 1982, p. 123).

Em si, esta situação não representava uma integração preferentemente primária, ao contrário, a dinamização do desenvolvimento regional era projetada e planejada estrategicamente para o setor urbano-industrial, a médio e longo prazo. Entretanto, imediatamente, não haveria como criar

comércio de manufaturados, pelo menos não de bens de capital ou de tecnologia originários da zona.

As críticas ao sistema de negociação e desgravação das Listas Nacionais e da Lista Comum já se faziam presentes desde os primeiros momentos de implantação da ALALC.

Desde o primeiro ano de aplicação do Tratado, isto é, desde 1962, houve iniciativas, a primeira do Brasil, para modificar o sistema de negociação e empregar outro mecanismo que responda a este conceito de desgravame programado, isto é, abandonar a negociação, produto por produto e ir para a formação do mercado através de um regime fixo, ordenado, automático e que, por ser possível, abarque todos os produtos à redução das tarifas alfandegárias (MAGARIÑOS, 1967, p. 19).

Segundo José Mindlin, o sistema de negociação da ALALC, baseado na metodologia de inclusão dos produtos de forma individualizada na Lista Comum, era ineficaz, pois dependia "sempre da vontade, ou da má vontade das partes contratantes" (MINDLIN, 1967, p. 55). Para o autor, a solução para esse problema já havia sido apontada pelo Brasil: "a instituição de um sistema de desgravação *linear e automática*, abrangendo a totalidade, ou a quase totalidade dos produtos objeto do intercâmbio e negociando-se apenas as exceções que circunstâncias especiais tornem aconselháveis ou imperativas" (MINDLIN, 1967, p. 55 - grifo nosso).

Esta proposta de alteração da metodologia simplesmente eliminaria, de forma completa, qualquer tentativa de integração gradual, equitativa, equilibrada e recíproca, sacralizando o projeto liberal e tornando as intenções cepalinas, já comprometidas, definitivamente, uma simples retórica.

Já foi mencionado no capítulo anterior que a zona de livre comércio tende mais para o livre jogo do mercado, do que práticas planejadas conjuntamente pelos membros, pois, neste formato jurídico, cada país

permanece com sua política cambial e tarifária, não se exigindo estabilidade econômica na zona integrada.

O questionamento da forma jurídica instituída pelo Tratado de Montevideu, a zona de livre comércio, apontava para o estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC), tão necessária às economias subdesenvolvidas, enquanto instrumento de controle do déficit comercial externo de cada país e da concorrência desleal intra e extra-zonal. O propósito desta crítica era avançar na integração mediante o estabelecimento de uma *união aduaneira*.

O Tratado de Montevideu cogita de dois tipos de processos para atingir as metas propostas. Um é a liberalização do comércio recíproco através de negociações, levando à formulação das Listas Nacionais e da Lista Comum. O outro tem maior importância, pois envolve a coordenação de políticas de desenvolvimento agrícola e industrial, a elaboração de uma Tarifa Externa Comum e a levar à criação de um mercado comum sem esquecer as características individuais dos nossos países (DELL, 1966a, p. 239)⁴⁰.

Havendo uma tarifa externa comum aos membros de uma área integrada, seria possível avançar na adequação das assimetrias, no planejamento setorial do desenvolvimento, pois, teoricamente, a partir do momento em que todos os países-membros possuísem uma única taxa de importação para terceiros, o mercado regional estaria, num primeiro momento, estrategicamente protegido, possibilitando melhores condições regionais para o desenvolvimento da indústria local/regional.

Outra crítica presente na historiografia que trata das experiências de integração latino-americana, relacionada especificamente às práticas da ALALC se referia ao abandono do princípio do multilateralismo.

40 A texto da citação consta no documento "Declaração apresentada pela delegação do Chile à Segunda Sessão Especial da Conferência da ALALC em Montevideu em maio de 1964" (In: DELL, 1966a, p. 239), que o autor incluiu no Apêndice II desta obra.

Para Gladys Cristaldo (1994), a mudança dos rumos do multilateralismo para o bilateralismo nos acordos complementares – apesar de estratégicos se planejados a nível regional na perspectiva da industrialização dinâmica –, ao invés de beneficiar as empresas latino-americanas ou sua parceria com o capital estrangeiro, favoreceu estas últimas enquanto empresas integradas.

Para Celso da Silva, os "grandes conglomerados multinacionais, que contam com filiais em vários países, estão em condições de tirar maior proveito da área integrada do que o empresário nacional" (SILVA, 1990, p. 71). Mais do que as discussões teóricas sobre esse assunto, os próprios acordos de complementação firmados no âmbito da ALALC, manifestaram esta tendência: "O primeiro acordo, firmado em julho de 1962 pela Argentina, Brasil, Chile e Uruguai, se referia a máquinas de estatísticas e análogas de cartolinas perfuradas e alguns materiais e componentes, cuidadosamente definidos, necessários para sua produção e funcionamento" (DELL, 1966b, p. 184).

Para Eduardo Galeano (1987), nos caminhos da crítica às veias abertas da América Latina, este acordo não passou dos limites intra-firmas de filiais da IBM nos países-membros da ALALC (cf. VERSIANI, 1987, p. 34). Conforme Sidney Dell, já o "segundo acordo, firmado em fevereiro de 1964 pela Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai, se ocupava de válvulas para rádios e aparelhos de televisão, além das suas partes e componentes" (DELL, 1966b, p. 185; cf. REYNOSO, 1966, p. 187).

Voltando ao enfoque cepalino dos "caminhos" da ALALC, enquanto via ao desenvolvimento latino-americano e, particularmente, ao pensamento prebischiano, a integração era apresentada como um dos meios à dinamização. A integração era, portanto, uma das possíveis alternativas de saída (superação) da condição de subdesenvolvimento. Raúl Prebisch não

a sobrevalorizava, nem a apontava como redentora. Ao contrário, inseria-a no conjunto das rupturas estruturais internas e externas.

Apesar das "boas intenções" cepalinas dos anos de 1950 e início da década de 1960, não caberia inverter a realidade jurídica do projeto com a concretude do processo histórico. As vicissitudes da integração, isto sim, encontravam-se na relação entre ambas. Além do mais, a CEPAL era um dentre os diversos sujeitos históricos, no caso, uma das agências supranacionais, envolvidas no processo, não seu demiurgo.

Sidney Dell e Miguel Wionczek retomaram, com muita consistência, esse pressuposto. Ao apresentar a relação entre desenvolvimento e integração, Dell, faz o seguinte comentário:

É certo que dentro de um contexto em que se mobilizam todas as forças em favor do desenvolvimento econômico e do crescimento, a integração econômica pode desempenhar um papel vital na América Latina. Mas, não cumprindo o requisito da reforma agrária, não se adotando ajustes apropriados para o planejamento econômico, e não sendo tomadas muitas outras medidas que fazem falta para vincular os recursos e as energias da região aos próprios problemas de desenvolvimento, o Tratado de Montevideu e os procedimentos que pôs em prática estão destinados a permanecer estereis e improdutivos (DELL, 1966c, p. 144).

Continuando nessa perspectiva, Miguel Wionczek colocou cores em cada tinta deste mosaico. Quanto aos obstáculos enfrentados pela ALALC e os seus "insucessos", o autor apresenta dois enfoques. O primeiro deles referia-se às "ambiciosas metas geográficas da ALALC" (WIONCZEK, 1981, p. 71), que pretendia organizar um mercado regional reunindo economias muito díspares em uma zona de livre comércio, "sonhando" com um certo voluntarismo em si (reciprocidade, equilíbrio e justiça social).

No segundo enfoque dos obstáculos, Wionczek foi ao âmago da questão, isto é, na avaliação histórica que a CEPAL elaborou sobre os limites do desenvolvimento substitutivo de importações nos marcos nacionais:

O segundo obstáculo tinha suas raízes nas falhas da doutrina da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), a qual havia servido como motor inicial para o estabelecimento, em 1960, de uma zona latino-americana de livre comércio. Por essa época, a CEPAL sustentava, ainda que os progressos nacionais subseqüentes na industrialização das principais repúblicas latino-americanas tenham demonstrado seu erro, que os países latino-americanos deviam integrar-se porque a substituição das importações a nível nacional havia-se concluído já em meados dos anos cinquenta " (WIONCZEK, 1981, p. 71 - reveja o item 1.2).

Acresce-se a este comentário, a visão cepalina do capitalismo social. A solução para o problema da desigualdade e das injustiças sociais estaria na dinamização do desenvolvimento. A modernização tecnológica, com fins sociais, resultaria no bem-estar da população.

Partindo do entendimento de que as vicissitudes refletem, única e exclusivamente, a contingência histórica e não um dever imperativo, Miguel Wionczek apresentou um dos comentários mais realistas a respeito das dificuldades encontradas na integração latino-americana. Para o autor, estas experiências de formação de mercados regionais indicavam:

primeiro, que não existe uma via fácil e sem tropeços para a integração econômica no contexto do subdesenvolvimento; segundo, que a integração não pode substituir as reformas das antiquadas estruturas sociais e produtivas a nível nacional; e terceiro, que seu êxito depende em grande parte da capacidade e vontade dos países membros para planejar um conjunto de mecanismos regionais que garantissem uma distribuição equitativa dos lucros

e perdas que resultam da cooperação econômica regional, dando a devida importância às grandes diferenças iniciais no nível de desenvolvimento dos países participantes (WIONCZEK, 1981, p. 73).

Nos comentários sobre os obstáculos e dificuldades enfrentadas pelas experiências de integração sub-regionais, nos anos de 1960, permanece um certo silêncio em relação aos golpes de Estado e às ditaduras militares estabelecidas em vários países-membros de projetos integracionistas.

Particularmente, a década de 1960 foi um dos períodos mais marcantes nos confrontos ideológicos (populismo, socialismo e capitalismo) na América Latina. A militarização das corporações governamentais, a lei de segurança nacional e o desenvolvimentismo deixaram marcas profundas nestes países.

Embora as ditaduras militares latino-americanas tenham mantido o ideário desenvolvimentista, industrialismo com modernização conservadora, elas enfocavam os problemas estruturais a partir de uma perspectiva completamente diferente.

Além das diferenças marcantes no tratamento às questões sociais, também era notória a orientação liberalizante da economia, tanto para os setores produtivos tradicionais, como no tratamento dado ao capital estrangeiro e o marco nacional da industrialização (empresa nacional), isso, principalmente nos países de maior desenvolvimento econômico relativo da região.

No caso do Brasil, o "discurso ideológico do milagre econômico", acompanhado da socialização das perdas, foi um dos exemplos mais significativos do projeto de potência emergente sub-regional. Neste país, durante os governos militares, o próprio Estado fomentou a geração de tecnologia nacional nos setores industriais de ponta: a energia nuclear e a informática. Para efetivar este projeto, mesmo comprando a geração desta

tecnologia já superada nos países desenvolvidos, enfrentou muitas pressões externas, principalmente dos EUA, e a desconfiança regional⁴¹.

Para Wolf Grabendorif, boa parte das indicações das vicissitudes da integração, também podem ser aplicadas num estudo comparativo com as "ditaduras de desenvolvimento" (GRABENDORIF, 1982, p. 68)⁴².

Ao apresentar um histórico do Pacto Andino, Celso da Silva, tratou da implicância da ditadura Pinochet, que assumiu o governo chileno a partir do golpe de Estado realizado no dia 11 de setembro de 1973, nos andamentos posteriores do mercado sub-regional andino. Por ser a principal economia do Grupo Andino, a saída do Chile do Pacto Andino, em 1976, comprometeu o futuro daquela experiência de integração sub-regional latino-americana. As diferentes opiniões acerca do tratamento do capital estrangeiro e a orientação liberalizante na política econômica nacional (redução das tarifas alfandegárias e abertura ao capital externo), foram argumentos suficientes para o governo ditatorial de Augusto Pinochet sair do grupo, após a "turbulência socialista" do governo da Unidade Popular⁴³.

A partir de 1966 consolidou-se a tendência sub-regional e o bilateralismo nos acordos de integração latino-americana. O Acordo de Cartagena⁴⁴, assinado pelos países centro-andino, em 26 de maio de 1969, instituiu o Pacto (Grupo) Andino. No mesmo ano, foi assinado o Protocolo

41 Para uma leitura inicial destes assuntos, sugerimos os seguintes autores e artigos: Maria Regina Soares de Lima e Gerson Moura ("A trajetória do pragmatismo - uma análise da política externa brasileira" In: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 1982. n.º 3, vol. 25. p. 349-363) e Gerson Moura, Paulo Kramer, Paulo Wrobel ("Os caminhos (difíceis) da autonomia: as relações Brasil-EUA" In: *Contexto internacional*. Rio de Janeiro: IRI/PUC/RJ, jul-dez/1985. Ano 1, n.º 2, p. 35-52).

42 "Também as atuais ditaduras de desenvolvimento, primordialmente militares, somente podem oferecer estabilidade por tempo limitado. Até a data nenhum dos regimes autoritários têm logrado assegurar o crescimento econômico e ao mesmo tempo propulsar a integração social" (GRABENDORIF, 1982, p. 68).

43 Sobre este assunto, vejam também os textos de Celso da Silva (1990) e de León Bieber (1994). Para uma leitura introdutória do significado do golpe de Estado e da ditadura Pinochet no Chile, cf. os livros de Emir Sader (1992), de René Armand Dreifuss (1987) e de Fernando Mires (1988).

44 O Acordo da Cartagena foi assinado pela Colômbia, Bolívia, Chile, Equador e Peru (cf. JUNTA DO ACORDO DE CARTEGENA, 1982, p. 189-272).

da Caracas que postergou as negociações da segunda Lista Comum da ALALC para dezembro de 1974⁴⁵.

Em vista dos crescentes obstáculos para a liberação do comércio – o que levou os signatários da ALALC a propor, em 1969, o estabelecimento de uma zona latino-americana de livre comércio até 1980, e logo, em 1974, obrigou-os a retardá-lo indefinidamente – apareceram no final dos anos sessenta dois esquemas sub-regionais de cooperação na América do Sul: em 1969, surgiu no norte o Mercado Comum Andino através do acordo de Cartagena, e o grupo da Bacia do Prata foi organizado de forma concorrente, na zona sul do sub-continente (WIONCZEK, 1981, p. 69).

2.4 - Da ALALC para a ALADI

No dia 12 de agosto de 1980, por decisão do Conselho de Ministros da ALALC, foi assinado um novo Tratado de Montevidéu que estabeleceu a *Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)*, composta inicialmente pela Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Conforme o preâmbulo do próprio Tratado de Montevidéu-1980, os países-membros manifestavam seus propósitos em acrescer a cooperação econômica regional, no intuito de retomar e dar continuidade ao processo de integração latino-americana (MRE/DACLA, 1982, p. 32)⁴⁶. Dentre os objetivos da ALADI, destacava-se o conteúdo do Art. 1º: "Pelo presente Tratado, as Partes Contratantes dão prosseguimento ao processo de integração encaminhado a promover o desenvolvimento econômico-social, harmônico e equilibrado, da região ..." (MRE/DACLA, 1982, p. 33).

45 As tentativas de negociações foram sendo prorrogadas até 1976. "A reunião de Ministros foi adiada de 1976 para 1977 e acabou sendo postergada indefinidamente" (SILVA, 1990, p. 47).

46 O texto do novo Tratado de Montevidéu de 1980 pode ser localizado na publicação do Ministério das Relações Exteriores/DACLA, *MERCOSUL: origem, legislação, textos básicos* (MRE/DACLA, 1992). Todas as referências textuais do Tratado da ALADI foram retiradas desta coletânea (MRE/DACLA, 1982, p. 32-54).

A partir de 1980 a ALADI substituiu definitivamente a ALALC que, a esta altura, estava praticamente esquecida. Suas expectativas dos anos de 1960 não chegaram a realizar-se, ou acabaram ficando aquém das metas teóricas do desenvolvimento regional. Todavia, estes "descaminhos" foram resultantes das próprias vicissitudes do processo, como comentado anteriormente. Entretanto, os rumos almejados pela nova *Associação* nasceram em meio à fusão dos "antigos" e novos ares históricos e teóricos latino-americanos, em analogia a Adam Schaff (1964).

Constituída enquanto herdeira da ALALC, a ALADI apresentava, ao mesmo tempo, elementos do Tratado de 1960 e do pensamento cepalino, novas perspectivas ou reavaliações à cooperação econômica e à integração regional, bem como diferentes proposições.

Do Tratado de Montevideu, de 1960, e do pensamento cepalino, a ALADI reafirmou a necessidade de estabelecer reais condições favoráveis aos países de menor desenvolvimento econômico relativo e mediterrâneos (Bolívia e Paraguai), conforme tinha sido estabelecido no preâmbulo, e nos Art. 15 a 23, do Capítulo III, especialmente, e nas orientações dos acordos de alcance parcial. Os princípios norteadores, expressos no Art. 3º, também seguiam o Tratado de 1960, além de acrescentar outros, tais como: pluralismo, convergência, flexibilidade, tratamento diferenciado e múltiplo.

As novas perspectivas e reavaliações diziam respeito à contribuição das experiências anteriores de integração e ao realismo das dificuldades da industrialização dos países em desenvolvimento. Esse realismo pode ser observado no aprendizado histórico, quanto aos objetivos e aos mecanismos. Os propósitos da retomada do processo integracionista não estabeleciam metas finais com programas e cronograma pré-fixados. Para a ALADI, "esse processo terá como objetivo a longo prazo, o estabelecimento, em forma gradual e progressiva, de um mercado comum latino-americano" (Art. 1º).

Este realismo do aprendizado também pode ser visto na indicação da forma jurídica da integração e seus mecanismos, definidos no Art. 4º: "Para o cumprimento das funções básicas da Associação, estabelecidas pelo artigo 2º do presente Tratado, os países-membros estabelecem uma *área de preferências econômicas*, composta por uma preferência tarifária regional, por acordos de alcance regional e por acordos de alcance parcial" (TM-80 - grifo nosso).

A meta a longo prazo do mercado comum latino-americano tinha seu início imediato nos acordos de alcance regional, que incluíam todos os países-membros da ALADI (Art. 6º), e os de alcance parcial, que não incluíam a totalidade dos países-membros, mas convergentes à multilateralidade regional (Art. 7º), podendo iniciar com dois países ou grupos sub-regionais. Os acordos setoriais de alcance regional ou parcial já estavam previstos na ALALC (acordos de complementação). Pode-se dizer que o realismo desta reavaliação estava na "opção em começar por onde é mais fácil".

Por fim, cabe ponderar sobre algumas diferentes proposições, umas tendentes ao realismo e outras enquanto diferenciação do projeto de integração. Entre as primeiras estava a concepção inversa do regionalismo e sub-regionalismo. O Tratado de Montevideu, de 1980, pode ser visto como um *tratado guarda-chuva* fomentador do multilateralismo regional a partir do bilateralismo e do sub-regionalismo, no "estilo em desenvolvimento tartaruga" (devagar, mas sempre avançando). A própria ALADI estava aberta para adesões (Art. 58º), tendo o propósito de incluir todos os países da América Latina e Caribe.

Uma das diferenças mais marcantes entre o Tratado constitutivo da ALALC para o da ALADI, consistia na orientação comercialista ou livre-cambista "made In GATT". O que mais chama a atenção não era o desgravamento tarifário, pois este também estava presente na zona de livre

comércio da ALALC, mas, sim, a readequação às diretrizes do GATT em sua "*cláusula de habilitação*", de 1979,⁴⁷ e a preferência pela *cooperação horizontal* na criação de comércio.

Estes dois elementos estavam claros no próprio preâmbulo do Tratado de Montevidéu, de 1980:

Convencidos da necessidade de contribuir para a obtenção de um novo esquema de *cooperação horizontal* entre países em desenvolvimento e suas áreas de integração, inspirado nos princípios do direito internacional em matérias de desenvolvimento.

Considerando a decisão adotada pelas Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, que permite a celebração de acordos regionais ou gerais entre países em desenvolvimento, com a finalidade de *reduzir* ou *eliminar* mutuamente os entraves a seu comércio recíproco (TM-80 - grifo nosso).

Outra diferença entre a ALALC e a ALADI, em nível e grau, foi o tratamento especial à agricultura. Os acordos de alcance parcial previstos para o sensível setor agropecuário latino-americano, apenas "arranhavam" nas desigualdades (Art. 12º), sem fazer qualquer referência aos problemas da estrutura fundiária, tão acentuados por Raúl Prebisch, e que em 1980 permaneciam praticamente inalterados.

Numa análise comparativa entre os tratados do ano de 1960 e o de 1980, é mister retornar à primeira fonte cepalina: os estudos, postulados e orientações de Raúl Prebisch pesquisados para este estudo.

47 "... além disso existe uma decisão do Acordo Geral, a Decisão L/4903, de 28 de novembro de 1979, pela qual as Partes Contratantes, mediante a chamada 'cláusula de habilitação' autorizam os países em desenvolvimento a estabelecer entre si acordos tendentes à redução e eliminação das barreiras ao comércio entre os próprios países em desenvolvimento. Isto se denomina *cooperação horizontal entre países em desenvolvimento*" (BERTHET, Miguel. Apud: COPELLO, 1991, p. 34 - grifo nosso).

Uma diferença relevante, para início de conversa, está na perspectiva histórica. Prebisch estava mais preocupado com o desenvolvimento latino-americano e não apenas com a cooperação horizontal.

Raúl Prebisch também marcou com todas as letras sua crítica às práticas protecionistas nos mercados nacionais latino-americanos, que, em parte, eram geradoras da falta de dinamismo. Entretanto, o problema do protecionismo na primeira fase da industrialização substitutiva de importações estava no seu *exagero estrutural*. Passada a fase importante do fortalecimento da industrialização, o protecionismo deveria diminuir para que as indústrias dinâmicas passassem pelo crivo da concorrência internacional. Ao pensar a integração como regionalização do modelo substitutivo, ele também compreendia a função estratégica, porém temporária e programada, do protecionismo regional.

Já no Tratado da ALADI, em seu Art. 13º, o protecionismo não-tarifário era pintado com certos tons livre-cambistas do GATT: "Os acordos de promoção do comércio referir-se-ão a matérias não-tarifárias e tenderão a promover as correntes intra-regionais" (TM-1980). Apesar de tratar do comércio intra-regional, é bom lembrar que o aumento das restrições não-tarifárias no comércio internacional, durante os anos de 1970, diziam respeito ao protecionismo europeu e norte-americano, não latino-americano ou no sentido periferia-centro.

Finalizando com Prebisch, numa leitura atenta do Tratado da ALADI, não se percebe o estrangulamento externo e interno, nem o modelo substitutivo de importações.

III

Mercosul: a integração nos anos de 1990

“Os presidentes coincidiram na análise das dificuldades pelas quais atravessa a economia da região, em função dos complexos problemas derivados da dívida externa, do incremento das políticas protecionistas no comércio internacional, da permanente deterioração dos termos de intercâmbio, e da evasão de divisas que sofrem as economias dos países em desenvolvimento”.

Declaração de Iguazu

Após a substituição da ALALC pela ALADI, não houve maiores novidades (avanços) na integração regional latino-americano ou sub-regional do Cone Sul, até a metade dos anos de 1980. De certa forma, neste período, a ALADI permaneceu em banho-maria. As orientações nacionais no desenvolvimento econômico ainda marcavam os anos de 1970 e início da década de 1980. As negociações na ALADI resumiam-se no estabelecimento de certas normas comerciais aos produtos (origem e concessões) e inclusão destes na Nomenclatura da Associação (NALADI).

Antes de abordar a integração durante e entre as décadas de 1980 e de 1990, caberia alguns comentários acerca da realidade histórica e, em particular, do desenvolvimento econômico regional no contexto dos anos de 1970 e 1980.

Compreendendo o desenvolvimento regional nos marcos do capitalismo dependente e/ou da categoria cepalina centro-periferia, porém sem sua determinação estruturalista, as economias dos países locais, durante este período, mantiveram-se na condição de subdesenvolvidas. Mais do

que isso, houve um agravamento estrutural da dependência, tanto a nível interno, quanto externo.

A "fragilidade" do modelo substitutivo de importações diante das mudanças radicais do sistema financeiro, econômico, comercial e político internacional, bem como da "inércia voluntária" das estruturas históricas (modernização conservadora) e a continuidade das alianças de classes da e na dependência, repercutiram significativamente para os anos de estagnação e recessão.

As mudanças mais marcantes, e por isso abordadas na grande maioria dos estudos sobre a realidade latino-americana daqueles anos, dizem respeito à dívida externa, ao crescente aumento dos índices inflacionários, à estagnação econômica, ao aumento da pobreza, à "crise" do modelo substitutivo de importações e à "busca de saídas" com recessão.

A própria CEPAL denominou os anos de 1980 como a "década perdida" às economias latino-americanas, considerando que os indicadores de crescimento econômico, no final daqueles anos, eram iguais aos dos últimos anos de setenta¹.

Portanto, nada mais sugestivo do que trabalhar com as referências da própria CEPAL (obras fundamentais publicadas nos anos de 1990) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para descrever e analisar esta realidade, ou seja, aquele contexto.

3.1 – A CEPAL e o cenário externo e interno latino-americano

Alguns indicadores econômicos levantados pela CEPAL mostram o desempenho da América Latina no comércio mundial, refletindo a deterioração das exportações e a falta de dinamismo no seu desenvolvimento.

¹ "Em rigor, ao final de 1989, o produto interno bruto médio por habitante na região foi inferior em 8% ao registrado em 1980, e equivalente ao de 1977" (CEPAL, 1990, p. 21).

Em 1960, o valor das exportações totais da América Latina e do Caribe representava ao redor de 7.7% das exportações mundiais. Vinte anos mais tarde, esta cifra se havia reduzido a 5,5% e em 1988 caiu para 3.9%. Por sua vez, a participação das importações baixou de 7.6% em 1960 para 5.9% em 1980 e a 3.3% em 1988. As cifras revelam não só a contração no nível de atividade econômica, senão também a deterioração na capacidade negociadora dos países da região (CEPAL, 1990, p. 24).

Todavia, uma abordagem dessa situação ficaria prejudicada se não levasse em consideração o cenário externo, ou conforme o BID e a CEPAL, as mudanças que ocorreram no centro capitalista mundial, no início dos anos de 1970, e suas repercussões à periferia: "As medidas adotadas para freiar o processo inflacionário nos países centrais devido, sobretudo, à elevação do preço do petróleo, provocaram uma recessão que se transmitiu aos países da região" (BID/INTAL, 1993, p. 1) ².

Segundo Moniz Bandeira, em fins da década de 1970, o déficit da balança comercial dos EUA "aproximava-se dos US\$ 200 bilhões" (MONIZ BANDEIRA, 1987, p. 73), o que levou o governo Reagan a elevar os juros dos títulos públicos no intuito de captar "moeda forte" (eurodólares e petrodólares) no mercado internacional para cobrir o déficit interno. Uma outra medida adotada pelo mesmo governo estadunidense foi a valorização do dólar. Estas duas medidas, por sua vez, repercutiram em todo o sistema financeiro internacional e nas demais moedas nacionais, além de mudar completamente o tratamento da dívida externa, o padrão dólar estabelecido em Bretton Woods (CEPAL, 1990, p.41-42) e a orientação do FMI:

com o que elevou brutalmente os serviços da dívida externa do chamado Terceiro Mundo. Este fato, o choque dos juros, que se seguiu ao segundo choque do petróleo, em 1979, contribuiu decisivamente para aprofundar, entre 1982 e

² Trata-se da primeira "crise" do petróleo, em 1973, e da segunda, em 1979, quando houve a elevação do preço desta fonte de combustível não-renovável e seu efeito dominó em praticamente todos os demais produtos, do déficit comercial e consequente desvalorização monetária nos países dependentes da importação do produto.

1984, a forte recessão, que afetava, sobretudo, a América Latina (MONIZ BANDEIRA, 1987, p. 73).

Raúl Prebisch já comentava, nos anos de 1960, que a dívida externa era um agravante externo para o desenvolvimento latino-americano. Somados os novos empréstimos externos, realizados na década de 1970, e a elevação dos juros a partir do final daquela década, a dívida externa tornou-se o principal agravante da dependência, pois somente o pagamento dos serviços e dos juros sobre o principal da dívida, comprometia o superávit comercial, quanto não permaneciam no vermelho e o negativo era incorporado ao principal.

O círculo vicioso, "bola de neve", da dependência da dívida externa latino-americana pode ser verificado pelo seu movimento crescente, em bilhões de dólares: 1978, US\$ 150,8; 1979, US\$ 181,9; 1980, 221,0; 1981, US\$ 275,4; 1982, US\$ 315,3; 1983, US\$ 340,9; e, 1984, US\$ 360,1 (CEPAL Apud: GRIFFITH-JONES, 1990, p. 29).

Os países devedores iniciaram a década de 1980 com a obrigação de pagar os serviços e o principal da dívida externa às custas do superávit comercial, recessão econômica e arrocho salarial. Ao invés de manter o crescimento econômico e/ou os déficits comerciais por conta dos empréstimos externos, a América Latina passou a transferir renda para o sistema financeiro internacional privado (FMI):

em 1985, a transferência líquida de recursos da América Latina para os Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão superou o nível de US\$ 100 bilhões. Somente o Brasil, de 1980 a 1986, remeteu efetivamente para o exterior, como renda líquida, US\$ 64 bilhões, dos quais US\$ 56 bilhões, a títulos de juros da dívida externa. Seu déficit com os Estados Unidos, no item de serviço subiu da média anual de US\$ 2,8 bilhões, entre 1978 e 1981, para US\$ 5,5 bilhões, entre 1982 e 1986, praticamente duplicando (MONIZ BANDEIRA, 1987, p. 73).

Do conjunto enorme de informações que mostram as repercussões da dívida externa na economia latino-americana e nas condições de vida da população, particularmente para aqueles que pagam a conta interna e externa (recessão, arrocho salarial e controle dos preços mínimos dos produtos agrícolas), cabe destacar alguns referentes ao Brasil, principal economia latino-americana e o país com o maior montante da dívida.

A realidade brasileira pode ser observada pelo movimento de alguns indicadores econômicos, conforme Tabela - 08, a seguir:

TABELA - 08: BRASIL - INDICADORES ECONÔMICOS 1980/1992

ANO	INFLAÇÃO (%)		PIB US\$ bilhões (dez/93)	Dívida Interna US\$ bilhões (1) (dez/93)	Saldo Balança Comercial US\$ bilhões	Dívida Externa US\$ bilhões	Reservas Internacionais US\$ bilhões (2)	Sal. Mínimo US\$/unid.(3) (dez/93)
	IGP	ICV						
1980	110	94	400,2	16,8	-2,8	64,2	5,9	118,83
1981	95	88	382,7	30,2	1,2	74,0	6,7	118,88
1982	100	103	384,8	33,0	0,8	85,3	4,0	120,02
1983	211	173	371,4	21,2	6,5	93,6	4,0	106,86
1984	224	203	391,3	36,4	13,1	102,0	12,0	99,16
1985	235	264	422,4	51,5	12,5	105,1	11,6	104,78
1986	65	97	454,4	44,3	8,3	111,2	6,8	105,59
1987	416	398	470,9	53,3	11,2	121,2	7,5	84,72
1988	1.038	921	470,5	60,0	19,2	113,5	9,1	88,55
1989	1.783	1.947	486,0	63,7	16,1	115,5	9,7	90,93
1990	1.477	1.850	464,6	15,1	10,7	123,4	10,0	64,22
1991	480	500	469,7	14,2	10,6	123,9	9,4	62,41
1992	1.158	1.128	465,5	40,8	15,5	133,8	23,8	65,70
1993	2.708	2.703	488,8(a)	41,7	13,1		32,2	74,33

FONTE: Inflação: IGP-FGV, ICV-DIEESE; PIB: IBGE - Contas Nacionais, Banco Central; Dívida Interna: Banco Central, FGV; Saldo Balança Comercial: Boletim do Banco Central; Dívida Externa: Banco Central, IBGE - Contas Nacionais; Reservas Internacionais: Boletim do Banco Central; Salário Mínimo: MTB, DIEESE/SEADE, PED, DIEESE, IBGE (Infrator: INPC, Elaboração DESEP/CUT). Apud: CUT/DESEP. Indicadores DESEP - 1994.

(a) Estimativa do Banco Central.

(1) Inflacionado pelo IGP-DI centrado.

(2) Conceito de liquidez internacional (FMI).

(3) Em US\$ de dezembro de 1993.

Novamente era chegada a hora da socialização das perdas. Afinal, na dependência, quem ganha não são apenas os grupos econômicos do centro, como expôs Lídia Goldenstein:

O setor privado começa fugindo do endividamento externo, repassando suas dívidas dolarizadas para o Banco Central, consegue ajustar-se a ponto de tornar-se líquido e prescindir até de crédito interno e passa a financiar o governo que, em um caminho inverso, assume a dívida externa do setor privado, continua aumentando o seu endividamento externo para conseguir fechar o balanço de pagamentos – cujo rombo cresce com a elevação das taxas de juros internacionais e a deterioração dos termos de troca – e, além disso, é obrigado a aumentar seu endividamento interno, por intermédio da dívida pública, tornando-se o grande tomador de recursos do sistema (GOLDENSTEIN, 1994, p. 124-125).

Especialmente os índices da inflação e do salário mínimo eram os mais representativos da recessão e do arrocho na socialização dos custos sociais da dívida externa e interna. A acentuada variação nos primeiros anos da década demonstra que houve a exportação da "crise" à periferia.

Segundo a CEPAL, em uma de suas obras de referência dos anos de 1990, *Transformación Productiva con Equidad*, os novos custos da dependência transformaram a América Latina em exportadora líquida de recursos financeiros, através do pagamento dos serviços e juros da dívida externa. Além da histórica deterioração dos termos de intercâmbio, levantada por Prebisch, a região passava a ser exportadora de capital financeiro, sendo a marca da nova dependência estrutural, na década de 1980. Segundo a entidade, "nos últimos oito anos [1982/90] se calcula que essa transferência acumulada ascendeu a mais de 200 bilhões de dólares" (CEPAL, 1990, p. 47)³.

Além dos aspectos econômicos da inflação, da recessão e da dívida externa, a CEPAL apontou para outras mudanças ocorridas, nas últimas décadas, no cenário internacional e latino-americano.

3 Na década de 1980, as discussões sobre a dívida externa marcaram, principalmente, a esquerda latino-americana que elaborou, com mais pertinência, uma crítica histórica da legitimidade da dívida, da atuação dos organismos internacionais (FMI, BIRD, governo dos EUA, etc.) e da subserviência dos governos locais. A bandeira do não pagamento da dívida externa, baseada em pressupostos políticos, sociais, históricos e éticos, teve em Fidel Castro, um dos principais defensores (cf. CASTRO, 1986).

Os avanços científicos e tecnológicos aplicados nos processos produtivos, no comércio, no sistema financeiro e nas comunicações, identificam o que se convencionou chamar a "terceira revolução industrial". Segundo Theotônio dos Santos (1994), a geração dessas novas tecnologias potencializou a transformação, dentre outras coisas, da organicidade dos processos produtivos (tecnologia, informação, trabalho, automatização) e do comércio mundial, da concentração e centralização da economia mundial com a formação de empresas globais, da relação tempo/trabalho produtivo e lazer, do redimensionamento dos fatores produtivos e dos novos paradigmas da ciência pura aplicada à produção (SANTOS, 1994, p. 27-32)⁴.

Para a Comissão, outra tendência na "nova ordem" internacional, já iniciada desde o pós-guerra (1945) na Europa e acentuada no início dos anos de 1990, foi a "consolidação ou surgimento de grandes blocos econômicos no mundo desenvolvido" (CEPAL, 1990, p. 42), principalmente na Europa (CEE), na América do Norte (EUA, Canadá + México) e no Sudeste asiático, além das iniciativas sub-regionais nas regiões periféricas na América Latina, na África e na Ásia.

Estas tendências à regionalização-globalização não eram e são homogêneas, tanto em termos de constituição jurídica, quanto no que dizia respeito à reengenharia do Estado, pacto social, concorrência internacional, complementaridade produtiva, protecionismo interno e externo, abertura comercial e direito comunitário.

Seguindo a avaliação cepalina, a década de 1980 também foi marcada pela "distensão política entre o leste e o oeste" (CEPAL, 1990, p. 42). A bipolarização geopolítica, com seu referencial ideológico e bélico (corrida armamentista), "ruiu", deixando alguns eufóricos pelo "triumfalismo

4 Sobre a composição científico-tecnológica, o autor faz o seguinte comentário: "A nova onda de alta tecnologia, iniciada na década de 1970 e composta de novos materiais, da biotecnologia e da engenharia genética, da fusão nuclear, da supercondutividade, dos lasers, da tecnologia espacial, é ainda mais intensa e umbilicalmente ligada à evolução e à aplicação imediata do conhecimento científico" (SANTOS, 1994, p. 27).

capitalista", outros sem supostos paradigmas do "socialismo real", e, outros mais, sem "função social" a serviço da guerra fria e à defesa contra o inimigo externo e interno.

A distensão também apresentava possibilidades de alteração do movimento de capital e investimentos no sentido centro e determinadas áreas periféricas.

Nos anos de 1970 e 1980, a maior parte deste movimento já se orientava no sentido centro-centro, conforme indicado por Lígia Goldenstein: "Os investimentos têm sido realizados 'intratríade', ou seja, entre Japão, EUA e Comunidade Econômica Européia, países que no fim da década de 80 receberam 80% tanto dos fluxos como dos estoques de investimento direto" (GOLDENSTEIN, 1994, p. 101).

A distensão Leste-Oeste trouxe outras perspectivas para um possível rearranjo no movimento centro-periferia, para estas novas economias em fase de abertura, não mais às tradicionais áreas, dos anos de 1950 e 1960, como a América Latina. A reunificação alemã, a abertura soviética (ex-URSS), a Europa do Leste e a China atraíram maior atenção e interesse, do que os países em desenvolvimento substitutivos de importações, conforme a avaliação da Comissão.

De uma parte, a distensão elevará o comércio mundial e a inversão. De outra parte, no entanto, a Europa do Leste absorverá capitais para sua própria transformação produtiva e, portanto, competirá com a região na obtenção de recursos (CEPAL, 1990, p. 42)⁵.

Por fim, a CEPAL apresentou outra tendência, não dissociada das demais, do desenvolvimento capitalista nos anos de 1990, a nova

⁵ "A América Latina caiu de 12% para 7% no total mundial e 49% para 38% dentre os países em desenvolvimento" (GOLDENSTEIN, 1994, p. 110).

bipolaridade Norte-Sul, ou na avaliação de Raúl Prebisch, a permanência e até crescente diferenciação entre centro e periferia de capitalismo tardio.

Se a relação dualista era "velha" para a América Latina, as recentes novidades vinham de outras duas experiências de inserção e/ou padrões para o desenvolvimento capitalista. Uma delas ocorreu na própria Europa, com a inclusão de Portugal, Espanha e Grécia, os "primos pobres", à CEE, a partir de 1983⁶. Para alguns autores (notadamente liberais) esta experiência deu certo (!), mas com auxílio de investimentos a fundo perdido da própria CEE, custos sociais, principalmente desemprego, e investimentos privados externos em setores improdutivos (turismo e serviços) e produtivos que apresentavam vantagens comparativas, baseadas nos recursos naturais e na mão-de-obra existente nestes países.

Do outro lado do Atlântico e no início dos anos de 1990, outra adesão de um "primo pobre", seguindo o mesmo modelo europeu, teve outro desdobramento. No caso do México, o "sonho" de pertencer ao primeiro mundo logo acabou, tornando-se um "pesadelo" para quem teve que pagar a conta.

O outro novo padrão de inserção periférica indicado pela CEPAL provinha da experiência dos novos países industrializados (NICs) do Sudeste Asiático: Taiwan, Coréia do Sul, Hong-Kong, Singapura e, ultimamente, Tailândia e China. Eram os chamados "Tigres Asiáticos"⁷.

Na abordagem cepalina, nas últimas duas décadas, estes países periféricos, os quatro Tigres Asiáticos, se desenvolveram com base nos novos padrões tecnológicas da terceira revolução industrial (informática, uso de metais não-ferrosos e sintéticos, etc.), com economias abertas ao mercado externo e competitivos nos setores dinâmicos mais recentes⁸.

6 Para uma leitura da experiência espanhola, especialmente a reconversão agrícola, aos padrões e exigências da CEE, confira a obra de Fernando Sanz-Pastor (1988).

7 Para uma leitura introdutória dos NICs, confirmam a obra da CEPAL (1990), da Lúcia Goldenstein (1994, p. 133-161) e de Samuel Sérgio Salinas (1985) sobre o bando dos quatro.

8 "No caso dos principais NICs asiáticos, Coréia e Taiwan, sua grande virada, que criou as condições para se tornarem atrativos, deu-se antes da década de 80, quando a estrutura básica do paradigma tecnológico e organizacional

Todavia, o exemplo já "clássico" de desenvolvimento capitalista "pós-moderno" era o japonês. Como é tratado mais adiante, o novo padrão (modelo) de crescimento econômico proposto pela CEPAL aos países latino-americanos para a década de 1990 em diante, seria justamente o dos países asiáticos (NICs e Japão).

Se estas foram algumas das tendências do contexto mundial, dos anos de 1970 em diante, na avaliação da CEPAL, a realidade interna latino-americana também passou por algumas transformações positivas.

Os agravantes da dependência da dívida externa já foram frisados. Cabe, ademais, alguns comentários a respeito da gradual e segura transição para governos democráticos.

Os difíceis caminhos da democracia política, a versão tupiniquim da "perestroika", foi, para a CEPAL, o principal avanço da sociedade latino-americana, nos anos de 1980: "é que o decênio também foi testemunho de alguns avanços: acaso parciais e precários no âmbito econômico, porém consideráveis no político, o qual (...) constitui também uma parte central da experiência do desenvolvimento" (CEPAL, 1990, p. 21).

No entendimento cepalino, esta "aprendizagem dolorosa"⁹ era um elemento *sine qua non* à consolidação de "sociedades plurais e participativas, (...) a desideologização no debate político e econômico" (CEPAL, 1990, p. 11), fundamentais ao crescimento econômico com equidade. Para a Comissão a estabilidade político-social daria, assim, legitimidade às impostergáveis mudanças, inclusive às novas iniciativas de integração sub-regional.

permaneceu constante e o sistema tecnológico internacional permitia a compra de tecnologia estrangeira. Mais ainda, esses países contaram com um acesso à poupança e investimento externo e defrontaram-se com um comércio internacional ainda aberto o suficiente para permitir que exportassem produtos industrializados para mercados-chave da OCDE" (GOLDENSTEIN, 1994, p. 112).

9 Para uma leitura crítica da transição conservadora, da ditadura à Nova República – sem o "trauma" das quarteladas militares – e as particularidades da abertura na Argentina, confira o artigo de Sônia de Camargo (1989), o breve ensaio de Florestan Fernandes (1986), o artigo de Mônica Hirst (1988) e o ensaio de Luiz Alberto Moniz Bandeira (1987).

No aspecto social, em particular, o movimento demográfico e algumas melhorias na qualidade de vida foram indicados como outros elementos positivos, que a CEPAL destacou no seu estudo sobre *Equidad y transformación productiva: un enfoque integrado*, de 1992. Resumidamente, seriam eles: - a redução da taxa do crescimento demográfico (de 2.4% entre 1970/80, para 2.1% entre 1980/90); - a redução do número de analfabetos (de 44.0% entre 1950/55, para 15.3% em 1985/90); - o aumento da esperança média de vida ao nascer (de 51.8 anos no período de 1950/55, para 66.7 em 1985/90); - a redução do número de mortalidade infantil para cada 1.000 nati-vivos (de 127.7 no período de 1950/55, para 59,8 em 1985/90); - a redução da taxa global de fecundidade por mulher (de 5.91 entre 1950/55, para 3.25 em 1985/90) (CEPAL, 1992, p. 32, 36, 42 e 189 - cf. tabelas); e, - o aumento da participação das mulheres adultas no total da população economicamente ativa (CEPAL, 1990, p. 36).

Já na avaliação do comportamento geral da economia latino-americana, permanecia o pessimismo cepalino da "década perdida", pontuado nos seguintes elementos:

Primeiro, a perda de dinamismo econômico, segundo, o caráter radical dos desequilíbrios macroeconômicos; terceiro, a natureza regressiva do ajuste; quarto, o mercado debilitamento do setor público; e, finalmente, o retrocesso registrado em matéria de formação de capital (CEPAL, 1990, p. 24).

O urbanismo e a falta de dinamismo dos setores absorventes da mão-de-obra, como já havia colocado Raúl Prebisch (197) nos seus estudos sobre *Transformación y desarrollo: la gran tarea de América Latina* (PREBISCH, 1970), havia concentrado ainda mais a pobreza no espaço urbano, agravando as condições de vida da população marginalizada. Segundo a CEPAL, a mudança na geografia da demografia urbano-rural, apresentou os seguintes indicadores: "a população urbana aumentou de

65% da população total da América Latina, em 1980, a 71% em 1990, enquanto que no Caribe se elevava de 53% a 60% durante o mesmo período" (CEPAL, 1992, p. 32).

Por fim, caberia uma observação crítica sobre a construção cepalina da categoria "década perdida". Ao ser elaborada a partir dos indicadores macroeconômicos gerais, genéricos e abstratos, a categoria não incorporou a realidade mais concreta das diferenças sociais, isto é, as desigualdades, a concentração e centralização da renda e de seus meios (de produção e capital acumulado) e o aumento da pobreza.

Num estudo comparativo, a "década perdida" ainda mantinha e expressava a visão estruturalista, economicista e dualista do desenvolvimento capitalista da outra categoria cepalina "centro-periferia", construída nos anos de 1950/60.

Ambas categorias introjetavam uma compreensão da origem das desigualdades no desenvolvimento capitalista a partir das diferentes situações e localizações de cada realidade no tempo/movimento (linear) do capitalismo. Este movimento, por sua vez, tinha seu eixo, ou mola propulsora, no progresso técnico. Na medida em que os países (a referência ainda era o nacional) de desenvolvimento tardio (noção de tempo daquilo que está atrasado) viabilizavam os meios e atingiam o momento tecnológico do capitalismo de ponta (noção de localização), estes passavam a estar em sincronia (tempo) com o relógio-histórico (melhor tempo e lugar: primeiro mundo), superando o atraso ou compensando a partida tardia (lugar e tempo). Com base nesse pressuposto, seria possível acelerar ou parar no desenvolvimento. Desta forma, se um país não acompanhasse o ritmo (noção de tempo e movimento) do progresso técnico, iria parar no tempo e no lugar. Na concepção (neo)liberal a *competição* era o móbil da iniciativa privada, individual e empresarial, em cada espaço e lugar de arranjo do *mercado* (local, nacional ou internacional). Já na competição, a

vantagem era *medida* pela intensidade tecnológica (progresso técnico) dos produtos vendidos (a lei da oferta e da procura, da mão invisível do mercado). O *mercado livre*, o palco e espaço convergente de todas as medidas, era o "Olimpo" desta representação/realização/acumulação.

Assim, baseado no pressuposto mais rico das diferenças e não simplesmente dos denominadores comuns, seria importante situar socialmente *quem ganhou e quem perdeu*, no dizer de Maria Soares, durante a "década perdida". A nível mundial, a realidade das diferenças poderia ser observada nos seguintes dados apresentados por Rudolf Strahm:

os 20% mais ricos da população mundial detêm 82.7% do produto nacional bruto, 81.2% do comércio mundial, 94.6% dos empréstimos comerciais, 80.6% da poupança doméstica e 80.5% do investimento nacional. (...) Existem hoje, só nos países da OCED cerca de 35 milhões de desempregados e a tendência à flexibilização e redução dos direitos dos trabalhadores se manifesta em praticamente todo o mundo (STRAHM, 1991, p. 25)¹⁰.

No cenário latino-americano, o Brasil era novamente o palco das desigualdades. Maria Soares (1993) apresenta os seguintes dados:

- a dívida externa, a despeito da maciça transferência [de] recursos para o exterior subiu de 64 para 115 bilhões entre 1980 e 1989;
- aumentou a concentração de renda no país: os 10% mais pobres que em 1981 detinham 0.9% da renda nacional, chegaram a 1989 com apenas 0.7%; a participação dos 50% mais pobres reduziu-se de 14.5% para 11.2%.
- a percentagem de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza passou de 24% em 1980 para 39% em 1988;
- o salário mínimo real caiu 40% entre 1980 e 1989;

¹⁰ Rudolf Strahm apresentou um estudo comparativo entre as diferenças internas na distribuição de renda, com alguns países desenvolvidos e em desenvolvimento, isto, ainda no período de 1970-1980, e os resultados apontaram para o seguinte quadro comparativo: "Na Índia, o consumo dos 20% mais ricos da população é 8 vezes superior ao consumo dos 20% mais pobres. No México, esta relação é de 20 para 1; no Quênia, de 22 para 1; e no Brasil, de 33 para 1. (...) [na] França (...) é de 9 para 1" (STRAHM, 1991, p. 25).

- os salários, que se apropriavam de mais de 50% da renda nacional no fim da década de 70, passaram a deter, no início dos anos 90 apenas 35% (SOARES, 1993, p. 3-4)¹¹.

Partindo da compreensão de Che Guevara (1988, p. 46), poder-se-ia perguntar se esta realidade histórica seria uma distorção (anormalidade, anomalia) ou atraso? Ou, quem sabe, poderia ser simplesmente a genética (seus agentes de origem), no seu sentido mais radical e específico possível daquilo que poderia ser caracterizado como do "em desenvolvimento", do "subdesenvolvimento" e do "desenvolvido"?

Para a CEPAL dos anos de 1990, a América Latina permanecia atrasada, ou destoada da sincronia (tempo e lugar) e da sinfonia (harmonia e progresso técnico) do capitalismo dinâmico.

3.2 - CEPAL: a inserção competitiva e integração

Após tratar da avaliação cepalina referente às mudanças levadas a efeito, durante as últimas décadas, no capitalismo mundial e a realidade latino-americana diante deste conjunto, procurar-se-á apresentar o pensamento e enfoque propositivo da CEPAL à região, sistematizada entre fins da década de 1980 e o início dos anos de 1990. Neste sentido, este subitem aproxima-se do 1.2 e, em parte, pretende apontar as semelhanças e diferenças do pensamento da Comissão nestes dois momentos históricos.

Além das ponderações apresentadas anteriormente sobre as categorias "centro-periferia" e "década perdida", uma outra diferença clara e imediata que se percebe entre os "problemas e obstáculos ao desenvolvimento e a insuficiência dinâmica", de Prebisch/CEPAL, elaborados nos anos de 1950/60 (PREBISCH, 1949 e 1964), em relação à proposta cepalina da "inserção competitiva" (CEPAL, 1990 e 1992), nos anos de 1990, diz

¹¹ Para uma leitura sobre a concentração da renda no Brasil, confira a obra de Paulo R. Schilling (1992, p. 130) *Mercosul: integração ou dominação?*

respeito às perspectivas de cada uma delas. Ou melhor, tanto em 1950/60, como em 1980/90, a América Latina nunca chegou a ser o centro capitalista. Sobre este entendimento não existe alteração no pensamento cepalino.

As diferenças, porém, podem ser vistas nas propostas apresentadas para a superação da condição periférica, olvidando-se, para tanto, a dinamização da industrialização (tecnologia moderna). Novamente, permanece o mesmo propósito. As mudanças na concepção ou enfoque cepalino, basicamente, podem ser vistas na forma, no o que fazer e como fazer (?).

Dois aspectos se destacam sobre este assunto. O primeiro deles pode ser percebido, inclusive, na linguagem dos escritos. Enquanto que nos escritos de 1950/60 contavam categorias como *desenvolvimento* e *mudanças nas estruturas internas* (obstáculo da terra, insuficiência dinâmica, redistribuição de renda, acumulação de capital nacional) e *externas* (teoria das vantagens comparativas, deterioração dos termos de intercâmbio, capital externo) da sociedade latino-americana; nos escritos dos anos de 1990 apareceu termos como *crescimento econômico com equidade*, porém sem propostas mais significativas de *mudança nas estruturas internas e externas da dependência*. Um exemplo desta “suavização” teórico-histórica foi o tratamento da dívida externa. Outro era o da reforma agrária modernizante.

Ainda sobre a terminologia conceitual presente nos escritos, percebe-se diferenças em relação ao significado social da *modernização*. Enquanto que para Raúl Prebisch, a modernização não era a simples aplicação de tecnologia moderna nos processos produtivos, mas, sim, desenvolvimento (social) com redistribuição de renda; nos escritos da CEPAL de 1990, a

modernização esteve presente, mas com sentido muito "soft" e o crescimento econômico guiava-se pelo progresso técnico e as vantagens competitivas.

Nos escritos de 1990 não apareceu uma discussão do sentido da modernidade e quase não foi incluído o próprio termo "desenvolvimento econômico", mas sim, "crescimento econômico".

O segundo aspecto corresponde ao modelo de industrialização que se queria. Raúl Prebisch foi um intelectual orgânico¹² do veio a ser, posteriormente, definido como “modelo substitutivo de importações”, o “hacia dentro” (voltado para dentro), onde a primeira e principal atenção orientava-se para o mercado interno de cada país e/ou no âmbito da região, com a integração latino-americana. No caso da política agrícola, seria a de produzir alimentos à população nacional. Suas críticas à insuficiência dinâmica e ao protecionismo exagerado, diziam respeito à primeira fase da industrialização substitutiva, seus efeitos distorcivos no fomento tecnológico local e na formação de capital (poupança), mas não ao conjunto da proposta.

Já nos escritos dos anos de 1990, a CEPAL propôs o crescimento econômico interno voltado para fora. Na avaliação da CEPAL/90, foi justamente o modelo substitutivo de importações que resultou na atual falta de competitividade latino-americana no comércio internacional.

Mas, também surge outra interrogação: qual o sentido dessas mudanças no pensamento cepalino? Sem procurar o certo ou o errado, um entendimento plausível delas, pode partir das mudanças na própria história, na relação entre realidade histórica, pensamento (enfoque),

12 Uma leitura sobre "elites orgânicas", também vinculada aos intelectuais orgânicos (organizações da sociedade civil, principalmente empresarial e partidárias da dependência) na América Latina pode ser vista no texto de René Dreifuss (1987, p. 21-31).

conhecimento histórico e linguagem (SCHAFF, 1964). E ainda mais, na ontogênese dos indivíduos sociais e suas ações volitivas na sociedade e nas próprias instituições, no caso, os intelectuais orgânicos da CEPAL¹³.

Nas páginas seguintes se pretende apresentar a proposta cepalina à dinamização latino-americana, elaborada nos primeiros anos da década de 1990. Na parte inicial deste capítulo já foram sintetizadas as transformações ocorridas nas últimas décadas, no cenário mundial e regional. Assim, o tema do novo enfoque da Comissão complementa este cenário e contexto.

Todas estas mudanças científico-tecnológicas da terceira revolução industrial, modificaram profundamente as bases produtivas, tornando-se num novo paradigma ao desenvolvimento capitalista. Ora, para a CEPAL, a América Latina permaneceu à margem destas inovações, e, mais do que isto, estagnou seu crescimento econômico, distanciando-se cada vez mais dos padrões competitivos internacionais. Sua industrialização ainda mantinha como referência o nacional e as indústrias pesadas (metalurgia e siderurgia), dos padrões da segunda revolução industrial, incluindo os diversos aspectos da insuficiência dinâmica.

Neste contexto, a América Latina e o Caribe, como região em desenvolvimento semi-industrializada, continua ocupando uma posição periférica na especialização produtiva mundial, com mais de 70% de suas exportações (incluindo os combustíveis) compostas por produtos primários (CEPAL, 1990, p. 43).

A reprodução da condição periférica também esteve relacionada ao modelo substitutivo de importações, com suas práticas protecionistas do

13 Para uma leitura desta questão da condição do ser social, confirmam os textos de Adam Schaff (1982, p. 73-96; 1967), Michel de Certeau (1988, p. 17-48) e Paul Veyne (1988, p. 49-63).

mercado interno, inibidoras do progresso tecnológico e da salutar concorrência internacional, nos termos do novo enfoque da transformação produtiva cepalina. A crítica mais marcante do modelo substitutivo diz respeito à sua prática protecionista: "ao prolongar-se mais além do que o necessário, a dita orientação desincentivou a incorporação e difusão do progresso técnico como variável relevante do desempenho econômico das empresas" (CEPAL, 1990, p. 84).

Para mudar esta situação, nos anos de 1990, seria preciso transformar as bases produtivas das economias locais, inserindo-as no mercado mundial, e também, melhorar as condições de vida dos setores marginalizados da sociedade, conforme o complemento do enfoque: transformação produtiva com equidade.

Na década de 1990 a América Latina se encontrava, pois, diante da "necessidade impostergável de corrigir a assimetria da inserção internacional da região" (CEPAL, 1990, p. 11). Esta proposta pode ser encontrada nos principais estudos institucionais e institucionalizados na Comissão: *Transformación Productiva con Equidad* (1990) e *Equidad y Transformación Productiva: um enfoque integrado* (1992)¹⁴.

Do conjunto das questões levantadas pela proposta cepalina da transformação e inserção produtiva, algumas merecem destaque. São elas: a opção pela equidade, o enfoque integrado e sua visão sistêmica, a forma e a função do Estado, o novo pacto social e as relações de trabalho, a opção pelo livre mercado interno e externo, a integração na inserção, e, a realidade da agricultura.

A CEPAL projetou a transformação produtiva permeada pelo *princípio da equidade*. Segundo este princípio, um dos resultados imprescindíveis ao crescimento econômico deveria ser a incorporação dos

14 O primeiro deles foi o "documento da Secretaria da CEPAL para o 23º período da Sessões da CEPAL", o segundo, para o "24º período de Sessões da CEPAL" (CEPAL, 1992, p. 13).

setores marginalizados da sociedade, através da criação de empregos produtivos e obtenção de melhorias gerias na distribuição de renda. A orientação ortodoxa das políticas macroeconômicas estabilizadoras (combate da inflação e pagamento da dívida externa e interna), adotadas nos anos de 1980, não trouxe resultados compensatórios de cunho social, pois, além de não recuperar sequer o crescimento econômico, pautavam-se na recessão socialmente localizada (estratos mais desprotegidos da população), inclusive, aumentando a pobreza, conforme apontamentos da própria Comissão: "O custo social do ajuste (...), de maneira desproporcionada, sobre os trabalhadores e os estratos de ingresso médio, que absorveram o grosso dos sacrifícios associados à síndrome de estancamento com inflação" (CEPAL, 1990, p. 36).

Nas últimas décadas houve um agravamento da pobreza na América Latina. O aspecto estrutural da exclusão social dos mais pobres entre os pobres, chegou a tal ponto que esta condição se reproduz pelo legado hereditário entre gerações diretas. Criou-se, ademais, um "círculo vicioso da pobreza, que se transmite de geração em geração" (CEPAL, 1992, p. 23).

Uma melhor equidade seria possível se, com o crescimento econômico e a ação do Estado, fossem: reduzidos os índices de exclusão social; viabilizada uma maior igualdade de oportunidade entre os desiguais, procurando-se eliminar toda e qualquer forma de discriminação social; e, garantida a socialização dos ganhos do crescimento para a geração atual e as futuras (CEPAL, 1992, p. 15).

Um segundo elemento que se destacou na inserção produtiva foi seu enfoque integrado e sua visão sistêmica. Para a CEPAL o enfoque integrado correspondia à seguinte relação entre os aspectos econômico e social da transformação produtiva:

Implica, por uma parte, preferir aquelas políticas econômicas que favoreçam não só o crescimento, senão também a equidade e, por outra, destacar na política social o efeito produtivo e de eficiência, e não só da equidade (CEPAL, 1992, p. 16).

A Comissão estabeleceu, no enfoque integrado, uma direção comum entre política econômica (transformação produtiva) e política social (crescimento econômico com equidade e eficiência), retomando aspectos da necessidade de haver desenvolvimento econômico e social enfocados nos anos de 1960, quando a Comissão produziu uma revisão crítica interna, porém a equidade aparecia, praticamente, como sendo as boas intenções. Esta relação foi justamente a sua visão sistêmica.

Seguindo-se este postulado da integração e sincronia na transformação produtiva, a CEPAL entendia que os resultados da equidade teriam que ser simultâneos, indicando, para tanto, medidas de "aumento do emprego produtivo, de investimentos em capital humano e das transferências" (CEPAL, 1992, p. 16). Nisto a Comissão não concordava com a visão monista (ortodoxa) de que primeiro é necessário fazer o "bolo crescer, para depois sim, dividir", a exemplo do "milagre econômico" adotado no Brasil, e da visão que cindia o aspecto econômico do político (CEPAL, 1992, p. 15-16 ss).

Assim, a visão sistêmica, conjunta, do enfoque integrado da transformação e inserção produtiva, centra-se na trilogia: *progresso técnico, emprego produtivo e investimentos em recursos humanos* (CEPAL, 1990, p. 16-19).

Para superar as distâncias econômicas entre os países centrais e periféricos, a CEPAL havia proposto, para os últimos, a aceleração

tecnológica (*progreso técnico*). Para isso, os países latino-americanos teriam que adotar um outro modelo de desenvolvimento¹⁵, substituir a industrialização substitutiva de importações e reestruturar as bases produtivas tradicionais, mediante a "incorporação deliberada e sistemática do progresso técnico" (CEPAL, 1992, p. 109). Enfim, sintonizar-se com a competitividade internacional, crescendo voltados para fora e "entrar" na terceira revolução tecnológica, a exemplo dos NICs que, mesmo sendo de desenvolvimento tardio, reduziram a distância (tempo tecnológico) entre suas economias e as dos países centrais.

Além do atraso tecnológico, nos últimos anos, os países latino-americanos enfrentavam o novo protecionismo (subsídios internos e medidas não-tarifárias) dos principais mercados internacionais (CEE e EUA)¹⁶, a globalização e regionalização do movimento dos fatores produtivos e da organização das empresas globais, a liberação do comércio mundial (Rodada Uruguaí do GATT) e os novos paradigmas da competitividade (mercado global/regional e ritmo das mudanças tecnológicas) (CEPAL, 1990, p. 24; 1992, p. 109).

O segundo aspecto do enfoque integrado da transformação produtiva com equidade seria a necessidade de criação de *empregos produtivos* para aumentar a participação dos salários na renda nacional (PIB) e diminuir os índices de pobreza (CEPAL, 1992, p. 18). Com a criação de empregos produtivos obter-se-ia uma gradual distribuição de renda às camadas mais pobres e se evitaria a recessão setorializada. Incorporaria um maior número de pessoas marginalizadas da população economicamente

15 Para Lúcia Goldenstein (1994, p. 58) esta mudança referia-se a um novo padrão de financiamento.

16 "Ao mesmo tempo, durante o período de 1973-1983, os países desenvolvidos aumentaram de modo importante seus subsídios diretos ao setor industrial e a partir de então tendem a repassá-los por medidas protecionistas aplicadas às importações, especialmente naqueles ramos que interessam muito aos países em desenvolvimento. Entre essas medidas se destacam as restrições quantitativas à importação e os encargos e impostos que recaem sobre as mesmas. (...)

As barreiras comerciais dos países desenvolvidos tendem a ser maiores em relação às importações de manufaturas dos países em desenvolvimento, do que dos países desenvolvidos" (CEPAL, 1990, p. 45).

ativa nas ocupações do mercado formal em detrimento das "alternativas" da economia informal (CEPAL, 1990, p. 36) e elevaria a produtividade do trabalho com as inovações tecnológicas, desde que não fossem substituívas de mão-de-obra, mesmo em se tratando da reestruturação produtiva nos padrões atuais.

O terceiro aspecto central do enfoque referia-se aos *investimentos em recursos humanos*. Para que houvesse uma transformação produtiva com inserção internacional competitiva, era necessário corrigir a deficiência do capital humano e atingir um nível eficiente de produtividade.

A necessidade urgente de aumentar e otimizar os investimentos em recursos humanos, a grande função social do Estado, para a América Latina, passaria, impreterivelmente, por programas de melhoria nas condições reais de satisfação das necessidades básicas da população mais pobre (saúde, saneamento, alimentação básica, moradia, etc.) e, principalmente, na destinação de significativas somas de recurso público em programas de ampliação da rede educacional e na qualidade do ensino (ciência, tecnologia e inovação) (CEPAL, 1992, p. 19). A qualificação da mão-de-obra era fundamental à transformação produtiva, nas condições da terceira revolução industrial.

Prosseguindo na análise da proposta cepalina da inserção produtiva às economias latino-americanas, para os anos de 1990, um outro elemento que mereceu destaque no enfoque foi o papel que o Estado nacional deveria desempenhar na transformação produtiva com equidade. Não se trata somente do papel do Estado em si, mas, sim, da nova *forma* e da nova *função* que a corporação política deveria ter, e, a partir destas, do novo papel do Estado nacional no desenvolvimento capitalista. O próprio Estado teria que passar por certas reformas (ou contrarreformas), na avaliação da Comissão.

Ao analisar as propostas de reforma do Estado, percebe-se que o pensamento cepalino está afinado com o neoliberal¹⁷, embora isto não apareça afirmativamente nos textos da Comissão. Em nenhum momento ela identificava suas propostas como sendo neoliberais, mas isso não descaracteriza seu caráter neoliberal mais amplo, pois sua afinidade estava no conteúdo das reformas do Estado, e mais, na transformação produtiva com equidade e seu enfoque integrado. Da mesma forma, a CEPAL não expressava textualmente sua aproximação com a qualidade total nas relações de trabalho, no entanto, isto não significava que seu ponto de referência deixava de ter elementos da qualidade total.

Como dizia Mariano F. Enguita, há que se observar o "discurso da qualidade e a qualidade do discurso" (ENGUITA, 1994, p. 93-110).

Ao propor um novo papel para o Estado na aceleração produtiva, a CEPAL entendia que este não poderia desempenhar as mesmas funções que exerceu no processo de industrialização substitutiva de importações (CEPAL, 1990, p. 14 ss; 1992, p. 25-26). Para começar, o enfoque cepalino apontava que não competia ao Estado ser um agente produtivo, ser um Estado industrial, por exemplo. Uma das reformas da corporação deveria ser, justamente, a de sair da esfera produtiva através da *privatização das empresas estatais*, tanto do setor básico (indústrias, infraestrutura e energias), quanto dos serviços. Ao Estado competia ser um agente social, não econômico!

Quanto à nova forma do Estado, ele deveria ser um Estado leve na esfera econômica e do mercado, e, um Estado do Bem-Estar Social, na esfera pública, isto é, na sua relação com a população. Ser um Estado previdenciário às camadas mais pobres. No que concerne à função, esta

17 Neste sentido é possível apontar que a CEPAL estava "afinada" com o FMI, BID, BIRD e GATT.

passaria a ser definida a partir do seu papel estratégico às mudanças produtivas. Para a Comissão isso representava que: "Hoje, com mudança, as duas tarefas cruciais para o Estado consistem em participar na superação das carências acumuladas nos âmbitos da equidade e da competitividade internacional" (CEPAL, 1990, p. 154; cf. 1992, p. 25-26).

Com sua nova reestruturação, a função estratégica do Estado seria a de se tornar, na área econômica, o principal agente fomentador da transformação produtiva, projetando a "melhor inserção internacional, articulação produtiva e interação criativa entre os agentes públicos e privados" (CEPAL, 1990, p. 101), e na área social, garantir a equidade. Portanto, espera-se

que assuma de forma mais vigorosa certas funções-chaves, como são a direção macroeconômica, a inversão social e distributiva, o apoio da inserção internacional e a incorporação do progresso técnico ao processo produtivo, e a defesa do meio ambiente (CEPAL, 1992, p. 26).

Esta função do Estado tinha inspiração no modelo dos NICs, pois, como já foi frisado, estes países eram de industrialização tardia, mas inseridos competitivamente na ordem mundial. Na América Latina, o Estado deveria combinar sua ação "fraca" e "forte" para corrigir tantas assimetrias econômicas, tecnológicas e sociais.

Enquanto fomentador da aceleração produtiva, da modernização capitalista e das novas relações sociais, a intervenção do Estado também abrangia novas temáticas e atuações econômicas, como: - informações sobre mercados e tecnologias; - redução de riscos comerciais; - proteção ao consumidor; - proteção da propriedade industrial e fomento da transferência tecnológica; - relações entre empresários e trabalhadores; e, - estratégia ativa de inserção externa (CEPAL, 1990, p. 157-158).

Segundo a CEPAL, os Estados "tupiniquins" também teriam que "acertar" nas políticas macroeconômicas, resolver o problema do déficit público, enxugar a máquina pública, transferir benefícios para as camadas sociais mais desprotegidas, investir de forma adequada na qualidade da educação, modernizar seu sistema tributário (CEPAL, 1992, p. 23-27)¹⁸ e consolidar a participação política da sociedade, fortalecendo a democracia (legitimidade e credibilidade dos governos). Resumindo: seguir o receituário do FMI!

Seguindo os caminhos neoliberais da CEPAL, para ocorrer a transformação produtiva com equidade e uma inserção internacional competitiva seria preciso estabelecer um novo pacto social, incluindo todos os segmentos sociais (trabalhadores e empresários) e as esferas pública e privada. Este pacto dizia respeito a uma nova harmonia no mundo do trabalho e no tecido social.

Assim, enquanto no passado predominou o paradigma cujos motores de crescimento eram os setores automotor, petrolero e de produtos químicos, acompanhados de sistemas gerenciais centralizados e estruturas institucionais especializadas, o paradigma emergente constitui uma verdadeira revolução. Este último combina a revolução microeletrônica originada nos Estados Unidos, com o modelo flexível de organização e gestão desenvolvido com maior plenitude no Japão (CEPAL, 1992, p. 111)¹⁹.

18 A CEPAL (1992, p. 59) não faz referência ao pagamento da dívida externa nos anos de 1980, porque, como comentou na obra, nos anos mais recentes em alguns países este assunto não era mais relevante.

19 Já é de longa data as discussões sobre as mudanças orgânicas que as inovações científico-tecnológicas são capazes de introduzir na organização e realização dos processos produtivos. Mais do que isso, como Charles Chaplin reproduziu no cinema, o que as novas tecnologias potencializaram na organização, disposição, disciplina e ritmo do trabalho; o taylorismo e o fordismo constituíram-se em modelos empresariais de administração e gestão do processo produtivo, baseados na racionalidade "científica".

Conforme Adam Schaff, as inovações recentes nos padrões tecnológicos eram tão marcantes que, inclusive, apresentavam mudanças na própria formação de novas categorias de trabalhadores e na importância do controle da informação (cf. SCHAFF, 1990).

Segundo comentário de Theotônio dos Santos, a nova organização da administração e gestão dos processos produtivos foi definida como a passagem do "fordismo" ao "toyotismo" (SANTOS, 1994, p. 28).

Ora, este novo modelo flexível de organização e gestão das relações de trabalho na empresa vigente no Japão, é mais conhecido, por estas bandas latino-americanas, na versão da *qualidade total* empresarial²⁰. Para a CEPAL a transformação produtiva necessitava de novas práticas e convenimentos nas relações de trabalho e aos colaboradores na empresa, de um novo pacto social, de um novo sindicalismo e de uma nova mentalidade empresarial, para concretizar o salto produtivo-tecnológico com equidade no mundo tupiniquim.

A incorporação do progresso técnico e a complexidade do conhecimento exigiam um determinado nível de qualificação da mão-de-obra. Esta compatibilidade entre tecnologia e capacitação permanente do trabalhador (CEPAL, 1992, p. 141) garantia, por sua vez, a produtividade e, esta, por sua vez, a competitividade no mercado internacional que, cada vez mais, se caracterizava pela crescente participação de produtos com alta composição tecnológica na pauta comercial: "as exportações novas incorporam cada vez mais valor agregado" (CEPAL, 1992, p. 21).

Para a CEPAL, o pacto na empresa correspondia a um novo código nas relações de trabalho. O capitalismo dinâmico, das novas tecnologias, materiais e produtos, exigia novas forma de comportamento e tratamento entre empresário e trabalhador, "um clima de crescente colaboração e não de confrontação entre capital e trabalho, que conduzia a uma negociação coletiva de maior benefício social" (CEPAL, 1992, p. 158). Para que o enfoque integrado se tornasse realidade, com a incorporação do progresso técnico, criação do pleno emprego produtivo e qualificação permanente da mão-de-obra, também se fazia necessário uma nova mentalidade e capacidade empresarial e a participação do trabalhador.

20 Alguns aspectos das relações de trabalho no Japão, como o emprego vitalício e a participação do trabalhador na vida da empresa, estão permeados de elementos culturais locais e não podem ser compreendidos dissociados deste contexto japonês.

Modernizar as relações de trabalho neste sentido implica, por uma parte, que a empresa trate os trabalhadores como *sócios colaboradores*, mais do que meros fatores de produção. Por outra parte, supõem um movimento sindical tecnificado, consciente de que seu *'adversário'* não é tanto o *empresário* como a *competição* e que, portanto, seus objetivos também devem incluir a melhora da *produtividade* (CEPAL, 1992, p. 23 – grifo nosso).

Para a CEPAL, no ambiente da empresa tecnológica do capitalismo dinâmico, na modernização das relações de trabalho, além de se considerar o trabalhador como sócio colaborador da empresa, no novo pacto social, seu espaço na empresa deveria ser ampliado. Sua participação também envolveria a gestão direta e uma maior cooperação entre trabalhadores e empresários. Sendo considerado sócio colaborador e tendo mais espaço, melhorando o ambiente de trabalho e o incentivo à criatividade, o trabalho na empresa passaria a ser visto como equipe. Outra forma de modernizar as relações de trabalho seria a adoção de incentivos salariais de produtividade e participação na empresa. Enquanto sócio colaborador, o rendimento do trabalhador medir-se-ia pelo salário participativo (produtividade, gestão e inteligência).

Em efeito, o rendimento do trabalhador – diferente de uma máquina – não é nem automático, nem uma simples função do tempo, e, tampouco depende somente da energia com que trabalha, senão da *inteligência* que aplica, de sua *vontade de colaborar* e do *espírito de equipe* que se consegue criar dentro da empresa (CEPAL, 1992, p. 151 – grifo nosso).

Esta cultura do compromisso (CEPAL, 1992, p. 157) daria estabilidade ao novo pacto social a nível da empresa e contribuiria para a coesão social a nível da nação. Este novo pacto social também seria integrado pelo novo sindicalismo, através do qual os trabalhadores, preocupados em colaborar

ativamente com a solução ideal dos problemas macroeconômicos, contribuiriam "renunciando ao uso indevido do instrumento microeconômico a seu alcance, em troca de que todos os demais façam o mesmo" (CEPAL, 1992, p. 161)²¹.

Redimensionada, esta cultura do compromisso garantiria a coesão social do crescimento econômico com equidade integrada: estabilidade macroeconômica (monetária e crescimento econômico) e sócio-política (governos eleitos e coesão) (CEPAL, 1990, p. 41).

A inserção produtiva do enfoque integrado, ao colocar o mercado internacional e seus padrões competitivos como meta a ser alcançada, não questionava, a exemplo de Prebisch, a teoria das vantagens comparativas e nem a divisão internacional do trabalho presente no comércio mundial, como espaço de reprodução das desigualdades entre economias centrais e periféricas, e enquanto espaço de realização das trocas desiguais.

A opção pela abertura do mercado interno e a inserção competitiva no mercado externo, eram, portanto, outros elementos do pensamento livre-cambista da CEPAL no novo enfoque elaborado nos anos de 1990. Imediatamente, o propósito da inserção era de o adquirir competitividade internacional "pela via das exportações dinâmicas de crescente complexidade" (CEPAL, 1992, p. 21).

As vantagens comparativas seriam viabilizadas pela incorporação de progresso técnico. Todavia, a importação de tecnologia competitiva poderia resultar num sério déficit da balança comercial. Já a abertura rápida e generalizada, como era proposto pelos neoliberais, com elementos da visão tradicional neoclássica (CEPAL, 1990, p. 84), resultaria em

21 Um dos instrumentos microeconômicos ao alcance do trabalhador para garantir, por exemplo, a reposição das perdas salariais, era o sindicato da categoria. Já uma das formas de luta microeconômica seria a greve. Para o novo pacto social, estas práticas microeconômicas do sindicalismo mais combativo e classista não resolveriam o problema da transformação produtiva, afinal, o salário real era secundário na qualidade total!

significativas perdas sociais, inclusive em relação às medidas mais abrangente de redistribuição de renda²².

Todavia, em termos teóricos, para a inserção internacional aberta das economias latino-americanas, a CEPAL diferenciava dois tipos das vantagens: as comparativas e as competitivas.

As vantagens comparativas ou estáticas estariam baseadas nos menores custos dos recursos naturais e da mão-de-obra (CEPAL, 1992, p. 109). Estas seriam as vantagens que mais se identificavam com os novos países exportadores (NECs) de industrialização tardia, mas substitutiva de importações. Em termos dualistas, eram as vantagens comparativas tradicionais e primárias, do "capitalismo selvagem", que garantiriam preços competitivos internacionalmente das exportações destas economias. A própria CEPAL definia estas vantagens como tradicionais. As vantagens comparativas seriam mantidas, portanto, às custas de baixos salários, preços mínimos e desvalorização da moeda (inflação). A pauta comercial de exportação destes NECs seria composta, principalmente, por produtos primários (agrícolas e minerais) e semi-manufaturados, ou melhor, produtos com baixa intensidade tecnológica, ou, baixo valor agregado, como Raúl Prebisch (1949 e 1964) já havia cabalmente demonstrado. Nas últimas décadas, os mercados para estes produtos estavam diminuindo, tanto pela prática protecionista direta e indireta, quanto pelo uso de novos materiais e pela própria demanda estática do mercado. Nessa condição se encontrava a grande maioria dos países latino-americanos.

Ora, as vantagens comparativas tradicionais não interessavam, segundo a CEPAL, à transformação produtiva e inserção aberta no mercado internacional, interessa-lhe acelerar a incorporação de novas tecnologias para obter vantagens competitivas, atingir a competitividade autêntica

22 Nenhum dos países desenvolvidos, tampouco a CEE, EUA e Japão, optaram por uma abertura rápida e generalizada da sua economia.

(CEPAL, 1990, p. 91). Esse foi o processo de inserção dos NICs asiáticos, que servia de referencial histórico à proposta cepalina para os países latino-americanos.

Na proposta da CEPAL, a transformação produtiva se sustenta em uma incorporação deliberada e sistemática do progresso técnico, conducente para elevar a competitividade internacional. Se trata de uma competitividade autêntica que conduz para elevar o nível de vida. Competitividade e inserção internacional, progresso técnico e equidade recebem um tratamento integrado (CEPAL, 1992, p. 109).

Também era desta experiência de transformação produtiva dos NICs asiáticos que a CEPAL visualizava a dinâmica à transferência de tecnologia de ponta (progresso técnico) para a América Latina. Como nos NICs, também aqui o Estado ocupava uma função estratégica (enfoque integrado).

Para a Comissão, a competitividade autêntica somente seria possível no mercado livre, sem restrições e sem apoio de subsídios. Além disso, nos anos de 1990, no mercado internacional, a concorrência autêntica só ocorreria entre produtores que tinham incorporado novas tecnologias aos processos produtivos. As vantagens dos custos do produto, portanto, resultavam mais da sua intensidade tecnológica (produtividade), da mão-de-obra altamente qualificada e do atendimento das exigências do consumidor (marketing).

O cerne da competitividade autêntica está na trilogia: tecnologia de ponta, mão-de-obra qualificada e mercado exigente²³.

23 O discurso da qualidade na produção e do consumidor exigente, ou, sobre a importância da qualidade do produto num mercado competitivo e da associação entre qualidade e tecnologia avançada (progresso técnico), de que qualidade era sinônimo de tecnologia, e vice-versa, mas também eram elementos centrais do discurso neoliberal e da qualidade total.

O discurso da CEPAL sobre progresso técnico, vantagens competitivas e eficiência, como se percebe, estava muito afinado com o discurso da qualidade total e do neoliberalismo. Ao apontar as vantagens competitivas como norte da transformação produtiva (capitalismo moderno), a CEPAL, no início dos anos de 1990, constatava a continuidade da relação centro-periferia, porém não questionava sua permanência histórica. Ao modernizar as economias latino-americanas projetava seu "lugar ao sol". A visão sobre o comércio internacional continuava baseada na deterioração

A realidade de cada economia e/ou setor produtivo, na competitividade autêntica, seria medida pela sua posição e eficiência no mercado internacional, principalmente, na Europa e EUA²⁴. A especialização apresentava-se como a melhor forma de inserção competitiva para os países latino-americanos, em função do tamanho dos mercados. Sendo, na sua maioria, países pequenos com mercados reduzidos, a especialização se apresentava como perspectiva na inserção. A concentração dos recursos humanos e financeiros, com "máxima otimização", nos setores mais próximos das atuais exigências dos mercados abertos, poderia resultar em ganhos de escala na inserção internacional e/ou integração regional (CEPAL, 1990, p. 105).

Para a CEPAL, o novo paradigma das vantagens competitivas se diferenciava do modelo substitutivo de importações. Para a Comissão, ao ser fomentada a transformação e inserção produtiva voltada para fora, o nível de concorrência internacional também beneficiaria o mercado interno, pois também o transformava num espaço de competitividade autêntica, na medida em que se diminuía ou se eliminava o protecionismo. Por outra parte, a transformação produtiva nas economias periféricas (NECs), tendiam à especialização (eficiência em determinados ramos), diferentemente dos modelos de desenvolvimento globais da segunda revolução industrial.

Os países latino-americanos que realizassem a transformação produtiva, com equidade, potencializar-se-iam, como competidores

dos termos de intercâmbio e não na troca desigual. A busca de um bom posicionamento e alta eficiência às economias regionais, de certa forma, repetia o discurso da qualidade, da eficiência, do mercado exigente e da corrida pelo tempo tecnológico.

Pablo Gentili propôs um outro ponto de partida para a discussão do tripé: qualidade-mercado-eficiência, nos seguintes termos: "Lembremos sempre que os empresários estão para acumular e não para demonstrar suas aptidões em campeonatos que meçam excelência. É sempre bom lembrar também que, muito além de qualquer enganosa retórica eficientista, se estes campeonatos existem é porque eles contribuem para hierarquizar, ordenar e classificar os melhores acumuladores de capital" (GENTILI, 1994, p. 141-142).

24 "Por posicionamento se entende o dinamismo relativo de um ramo determinado nas importações da OCDE, qualificando-o de 'favorável' quando dita participação aumenta, e de 'desfavorável' quando ela diminui. Por eficiência se entende a participação relativa do país em um ramo determinado, considerando-la 'alta' quando dita participação nas importações da OCDE aumenta e 'baixa' quando diminui" (CEPAL, 1992, p. 113).

internacionais, nos seus setores internos mais dinâmicos, situando-se nelas a possibilidade para obterem um posicionamento favorável e alta eficiência. Também se apresentariam como ramos excelentes à especialização, a partir do salto (incorporação) tecnológico (última geração) e a sincronia com o relógio tecnológico (corrida competitiva) (CEPAL, 1990, p. 164).

A proposta cepalina da transformação e inserção produtiva também faz referência à integração regional e sub-regional latino-americana.

A exemplo de Raúl Prebisch, a Comissão também apontava a integração como um meio para solucionar o problema dos reduzidos mercados nacionais, da maioria dos países latino-americanos, que não possibilitavam os ganhos de economia de escala. Por outro lado, tal como a proposta de transformação produtiva e seu enfoque integrado, concebia-a orientada para o mercado internacional (integração aberta).

Enquanto que na década de 1960 a integração era pensada como a regionalização do modelo substitutivo de importações e meio para acelerar o dinamismo industrial (bens de capital e intermediários), através da ampliação do mercado regional, na década de 1990, a CEPAL visualizava a integração como suporte à inserção competitiva e questionava o modelo e os resultados das experiências anteriores. Esta crítica se baseava nos seguintes elementos:

Primeiro, porque no passado se postulou a integração como um instrumento funcional para uma estratégia de industrialização, cuja finalidade fundamental era abastecer a demanda interna. Faltaria agora demonstrar que a integração pode ser igualmente funcional para estratégias tendentes a alcançar maior competitividade internacional. Em segundo lugar, porque depois de vinte anos de ensaios de integração sub-regional, e não obstante a importantes ganhos, nem se haviam cumprido, até o final dos anos setenta, as expectativas cifradas no processo, nem sequer como instrumento de industrialização derivado do

propósito original de facilitar o processo de substituição de importações. Finalmente, caberia perguntar-se por quê persiste a grande distância entre a vontade política mostrada pelos governos da região, no sentido de fortalecer a integração (...) e a aplicação de medidas concretas tendentes a elevar o nível de interdependência econômica recíproca (CEPAL, 1990, p. 163).

Tendo em vista o conjunto das mudanças ocorridas nas últimas décadas, no cenário mundial e, por outro lado, a "inércia" econômica latino-americana, a integração que estava em andamento, pensada pela CEPAL, visava responder aos "desafios" dos anos de 1990. Como já foi colocado anteriormente, no cenário mundial, o movimento da globalização seguia dois sentidos: um, o da liberação do comércio mundial, capitaneado pelo GATT (Rodada Uruguai); o segundo, o da formação de blocos econômicos regionais, com tendência em manter certas práticas restritivas às importações, como era o caso da CEE.

A transformação produtiva iria ao encontro destes desafios que a Comissão pretendia superar. Assim, a integração regional e/ou sub-regional fazia parte da inserção internacional, sendo, ao mesmo tempo, resposta ao movimento de globalização e de regionalização, uma vez que ambos não eram excludentes. Neste sentido, a formação de blocos econômicos na América Latina era pensada enquanto resposta à competitividade inter-blocos.

O esforço de integrar agrupações ou "blocos" de países poderia interpretar-se como uma resposta parcial e seletiva, entre países com maior afinidade de políticas entre si, às exigências institucionais do fenômeno da globalização da atividade econômica (CEPAL, 1992, p. 50).

Em outra medida, ao tratar da integração no cenário latino-americano, a CEPAL inseria-a na proposta de transformação produtiva com equidade, podendo contribuir, reforçar e acelerar a estratégia do enfoque

integrado do crescimento econômico e da inserção internacional²⁵. As principais contribuições da integração alavancariam as vantagens competitivas, com a incorporação do progresso técnico²⁶, os ganhos de economia de escala, uma maior interdependência econômica intra-regional, a complementaridade e especialização produtiva e a redução dos custos médios em determinados ramos (CEPAL, 1990, p. 166-167).

Ao invés de continuar sendo projetada como regionalização do modelo de industrialização substitutiva de importações, na década de 1990, a integração permanecia, no pensamento cepalino, como o aspecto regional. Acabavam-se aí as semelhanças, pois na proposta da transformação produtiva se pensava a regionalização como apoio para uma melhor e mais rápida inserção internacional aberta.

Ao pensar uma integração aberta (voltada para fora), os blocos econômicos constituíam-se em bases ampliadas para atingir as vantagens competitivas no comércio internacional. A complementaridade tecnológica nos setores mais avançados poderia resultar num melhor posicionamento e eficiência no mercado externo e interno.

Tanto o mercado interno como o regional serviriam de base para exportar para terceiros mercados. Se criaria assim, uma relação entre a satisfação de necessidades do mercado local através do abastecimento de produtos com preços baixos, e as exportações, que contribuiria para seu fortalecimento recíproco (CEPAL, 1990, p. 168-169).

Por fim, cabe apresentar a avaliação cepalina da realidade da agricultura e do uso da terra e sua inserção na transformação produtiva, no enfoque produzido nos anos de 1990.

25 As políticas básicas propostas pela CEPAL, nos anos 90, à integração regional na transformação produtiva seriam: "fortalecer a capacidade de competir nos mercados regionais e internacionais. (Investigação e desenvolvimento, comercialização, comunicações)" (CEPAL, 1990, p. 102).

26 "... na aprendizagem e difusão da tecnologia disponível a nível internacional" (CEPAL, 1990, p. 164, 166).

As mudanças no meio rural não haviam avançado muito nas últimas décadas na América Latina. A estrutura agrária praticamente era a mesma descrita por Raúl Prebisch, principalmente, para as camadas mais pobres do campo, os camponeses e trabalhadores rurais (CEPAL, 1990, p. 61). Por um lado, havia a expansão da agricultura comercial moderna e uma maior integração da população rural na sociedade e na economia nacional (CEPAL, 1990, p. 61). Porém, a modernização conservadora não resultou na ruptura dos obstáculos da terra, como pretendia Prebisch. Seus resultados foram contrastantes:

a modernização agrícola, ao permitir que os proprietários de terras ampliassem sua escala de produção, ao mesmo tempo, contribuiu para reduzir o acesso dos agricultores camponeses à terra patronal que arrendavam ou cultivavam em parceria. O acesso à terra continuou sendo fundamental, porém o complexo latifúndio-minifúndio tendeu a desaparecer, rearticulando-se a relação entre empresários agrícolas e camponeses ou trabalhadores agrícolas, pela via do mercado de trabalho (CEPAL, 1992, p. 43).

A histórica concentração fundiária da terra e a permanência das dificuldades do acesso a este meio de sobrevivência, por parte dos mais pobres²⁷, reproduzia também a pobreza no mundo rural, a evasão de parcela destas pessoas para os centros urbanos e a crescente tensão e violência no campo (CEPAL, 1992, p. 181)²⁸.

Não bastasse isto, segundo a CEPAL, ainda persistiam sérios problemas ao acesso à terra: - irregularidades na titulação das terras,

27 "... 75% das famílias rurais da região não dispõem de terra ou padecem uma aguda escassez deste recurso produtivo, o que obriga a seus membros a ocupar-se fora de sua propriedade para poder subsistir" (CEPAL, 1992, p. 181).

28 "... tradicionalmente o acesso a terra se tem efetuado por quatro vias: a herança, que é a mais freqüente; a cedência temporária de direito (parceria e arrendo); a ocupação de terras públicas, e a aquisição no mercado" (CEPAL, 1992, p. 181-182).

principalmente das áreas indígenas e de posseiros; - inexistência de instituições e política agrária que dessem condições ao acesso facilitado à população rural; e, - um sistema tributário que beneficiava a improdutividade das grandes propriedades (CEPAL, 1992, p. 182).

As propostas cepalinas para esta situação seriam: - a regulação dos títulos; - a implantação de um sistema tributário diferenciado da terra; - a criação de um sistema financeiro que facilitasse a compra de terra no mercado, dirigido aos camponeses; - o estabelecimento de serviços de assistência técnica que observasse a realidade ecológica e fomentasse a incorporação de tecnologias que contribuíssem à elevação da produtividade e demanda da mão-de-obra (CEPAL, 1992, p. 182-183). Além disso, a CEPAL havia proposto a criação de "programas de ampliação de fronteiras agrícolas e de reforma agrária" camponesa (CEPAL, 1992, p. 183) e o "fortalecimento da articulação da agricultura com a indústria e com os serviços" (CEPAL, 1990, p. 135), dos complexos agroindustriais. Percebe-se que as propostas eram bem mais simples daquelas indicadas por Raúl Prebisch, de 1960. Da mesma forma, algumas destas simplesmente reproduziriam a modernização conservadora.

A transformação produtiva na agricultura também seguia as diretrizes do enfoque integrado e da inserção internacional, bem como do Banco Mundial (mercado de terra). A participação dos produtos primários nas exportações latino-americanas era significativa, não apresentando vantagens comparativas modernas. A solução para este problema estaria na incorporação de novas tecnologias.

O comércio de produtos agrícolas no mercado internacional, apesar das negociações no âmbito da Rodada Uruguaí do GATT (cf. LAMPREIA, 1995, p. 247-260), foi marcado pela prática de subsídios à produção e exportação, protecionismo (EUA, CEE, Japão) e muita competição e redução dos preços (CEPAL, 1992, p. 138). Todavia, ocorrendo uma transformação

produtiva, os países latino-americanos poderiam incrementar a produção e se tornariam competitivos no mercado internacional de produtos agrícolas, combinando progresso técnico, biotecnologia e engenharia genética, e especialização.

Diversificação, flexibilidade e competitividade são os elementos básicos para conseguir uma boa inserção internacional agro-exportadora, pois facilitam ganhos de posicionamento e eficiência no comércio internacional (CEPAL, 1992, p. 138).

Fugindo um pouco da contingência histórica e aceitando a lógica da proposta cepalina, seria possível imaginar um "grande salto tecnológico" que tornaria os países latino-americanos nos dinâmicos "NICs agro-exportadores"!

Não fosse a realidade da proposta, poder-se-ia aceitá-la como sendo consistente na área agrícola. Acaso sua equidade resolveria o problema da redistribuição de renda à população rural? Entretanto, a ausência de comentário a respeito de uma política agrícola diferenciada, com subsídios a curto e médio prazo, no período de transformação à agricultura camponesa, esclarece sua opção competitiva da empresa agropecuária e aos complexos agroindustriais voltados ao mercado internacional.

Estabelecida a síntese do pensamento cepalino sobre a realidade externa e interna latino-americana, nas décadas de 1980 e 1990, e o papel de integração para as mudanças produtivas e insertivas no mundo "globalizado e competitivo", destacar-se-á, no subitem seguinte, o andamento dos acordos de formação do bloco sub-regional no Cone Sul.

3.3 - Nos caminhos do Mercosul

A experiência de integração no Cone Sul, da América do Sul, do Mercado Comum do Sul (Mercosul), vinha apresentando novos elementos aos

projetos de formação de mercados regionais, pensando-os e abordando-os, em grande parte, a partir das mudanças ocorridas nas últimas décadas. Neste subitem, as principais fontes de estudo e leitura se referem aos tratados, acordos, declarações, atas, protocolos e comunicados oficiais constitutivos e constituídos do(n) Mercado Comum do Sul (Mercosul ou Mercosur, em espanhol).

Optou-se pela documentação governamental do Mercosul por ser ela o marco normativo, isto é, *constitutivo* da dita integração. A realidade dos Estados Partes, através dos seus governos nacionais, foram e continuarão sendo, ao mesmo tempo, atores-sujeitos e ponto normativo da construção do Estado de Direito do Mercosul. Em outras palavras, do ponto de vista legal e jurídico (Direito Nacional e Internacional) cabe somente ao Estado-Corporação, mediante seu Representante-Governo, assinar acordos, atas, tratados e outros atos que visam estabelecer uma relação intra-Nações.

Ora, todos sabem que a Lei e o Direito não são exatamente o reflexo da realidade (ou vice-versa), mas, sim, sua prescrição normativa. Também é sabido que a própria Lei e o Direito são construídos historicamente, enquanto resultantes das relações mediadas e imediatas estabelecidas entre os vários e diversos sujeitos da sociedade civil e, do conjunto desta, com o Estado-Corporação. Portanto, a prescrição também está incluída nesta historicidade. O Estado-Governo não é o único sujeito ou o determinante exclusivo da integração, mas, querendo ou não, é seu marco normativo. Mesmo a criação de uma nova Corporação Supranacional, enquanto novo marco normativo, partirá, como foi o caso das Instituições da Comunidade Européia, do consenso do conjunto dos Estados-Partes. O grupo supranacional torna-se uma nova Corporação, porém formada por várias Unidades-Nação. Esta tomada de decisão interna de cada Estado-Parte, por sua vez, pode ser legitimada democraticamente pela sociedade civil, mesmo se for restrita, ou ampla e popular.

É a partir desta compreensão dialética que se guiará a abordagem e a crítica do projeto de integração presente na documentação governamental do Mercosul²⁹. Não só o processo de integração é construído historicamente, mas, nesta abordagem, a documentação oficial também é *constituída*, ou melhor, construída enquanto expressão de determinado(s) projeto(s) de integração. Assim, na própria constituição do marco normativo regional, o discurso integracionista pode apresentar conflitos, exclusões, consensos ou convencimentos.

Nesta perspectiva, a abordagem guiar-se-á tanto no sentido de apresentar o caminho da documentação oficial, com as respectivas arquiteturas e configurações da integração no Cone Sul, quanto nos caminhos apontados no texto desta. Estas observações podem ser resumidas em duas perguntas bem conhecidas: como ocorreu a formação do Mercosul? Para quem foi e está sendo realizada a integração?

No estudo histórico estas duas questões não podem ser separadas, mas, a título de esclarecimento, convém colocar alguns indicativos particulares e suas interligações, conforme segue o texto neste subitem.

Para tratar da primeira questão, apresentar-se-á uma proposta didática de periodização da integração sub-regional recente (décadas de 1980 e 1990) e os principais documentos governamentais, correspondentes a cada momento diferenciado da configuração do Mercosul. Já a segunda

29 Estas mediações dialéticas *também* podem ser entendidas enquanto relações de embates e contrapontos na construção do poder, inclusive nas bifurcações mais imediatas da teia social. Florestan Fernandes deu o seguinte tom para esta questão: “A luta de classe caminha em duas direções principais. Primeiro, na da conquista de uma consciência social de classe límpida, que permita entender objetivamente as premissas práticas da presente relação contraditória dos trabalhadores com o desenvolvimento capitalista ‘multinacional’ e com as burguesias nacional e estrangeira. Segundo, na conquista de técnicas especialmente políticas de luta de classes, seja na esfera econômica, seja na esfera da organização da sociedade civil e do Estado (o que move as reivindicações fundamentais para a área das liberdades políticas, dos direitos civis e das garantias sociais, que irão regular a participação dos trabalhadores nos grandes processos históricos atuais de transformação do Brasil, da América latina e do mundo contemporâneo)” (FERNANDES, 1989, p. 157).

Para uma leitura inicial sobre os fundamentos éticos da relação entre as Corporações - Estado, Sociedade Civil e Indivíduo - na teoria do direito de Hegel, cf. Tarcílio Ciotta (1994). Para outra leitura inicial sobre a relação entre consciência, classe, indivíduo e sujeitos coletivos, cf. Agnes Heller (1970) e Eder Sader (1988).

questão exigirá um questionamento do conteúdo desta documentação governamental e o apontamento das implicações que este mesmo conteúdo confere à condução do processo de integração. Entende-se, pois, que as mudanças de argumentos, princípios, objetivos e mecanismos nos acordos e tratados, expressaram as diferentes concepções político-sociais dos governos envolvidos, bem como suas implicações concretas na democratização e nos custos sociais da integração.

Além destes critérios específicos da oficialidade nos caminhos do Mercosul, outros elementos intrínsecos à sociedade civil e ao Estado dos países do Cone Sul contribuem para pontuar, didaticamente, a proposição dos três momentos, conforme a exposição abaixo.

O primeiro período da indicação didática do processo correspondeu desde meados da década de 1970 até 1985, englobando os seguintes atos e mudanças no Cone Sul: - os acordos de complementação econômica (ACE) entre Argentina-Uruguai, de 1974, e o ACE entre Brasil-Uruguai, de 1975, ainda no âmbito da ALALC e reafirmados nos marcos da ALADI³⁰; - o acordo tripartite Brasil-Argentina-Paraguai, de 1979, sobre o uso dos rios e construções de hidrelétricas na Bacia do Prata; - a distensão externa nas relações geopolíticas sub-regional entre o Brasil e a Argentina, de 1979 a 1985; e, - o processo de abertura política (distensão interna), iniciado de forma direta na Argentina, em 1983, seguido pelo Brasil, de forma indireta, em 1985, no Uruguai no mesmo ano, só que de forma direta, e, mais adiante no Paraguai, em 1989.

O segundo período iniciou no final de 1985 e foi até meados de 1990. Teve seu início marcado pelas negociações bilaterais Brasil-Argentina (eixo central do que viria a ser o Mercosul), com a *Declaração de Iguazu*, assinada em 29/11/85, até as negociações quadripartites Brasil-Argentina-

30 Pelo Tratado de Montevidéu, de 1980, estavam previstos dois tipos de acordos de cooperação na ALADI: o acordo de alcance regional (AAR) e o acordo de alcance parcial (AAP). Rever subitem 3.3.

Paraguai-Uruguai, em fins de 1989 e 1990. Todavia, a característica balizadora deste período foi a mudança de rumo do projeto de integração, ou melhor, as mudanças dos objetivos e princípios que passaram a nortear os acordos e tratados posteriores.

Se não existem maiores dúvidas quanto ao ato inicial para este período, por outro lado, a indicação do seu marco final pode gerar alguns questionamentos. Neste estudo, optou-se por indicar a *Ata de Buenos Aires*, assinada em 06/07/1990, como sendo o ato intergovernamental do seu fechamento, pois seu conteúdo propôs uma mudança no delineamento dos futuros caminhos à integração no Cone Sul³¹.

Aqueles anos também foram marcados por algumas sucessões presidenciais no Cone Sul: no Brasil, do governo Sarney (1985/89) para o governo Collor (1990/92); na Argentina, do governo Alfonsín (1983/88) para o primeiro mandato do governo Menem (1989/94); no Uruguai, do Governo Sanguinetti (1985/89) para o governo Lacalle (1990/94); e, no Paraguai, pelo início do governo civil de Andrés Rodríguez (1989).

Já no cenário internacional outras novidades marcaram esse período. Além da "perestroika do Leste europeu" e da distensão Leste-Oeste, destacaram-se as definições e avanços da CEE e o acordo bilateral EUA-Canadá (1989).

Este período também foi muito rico em termos de firmamento de atos governamentais (declarações, atas, acordos, tratados, protocolos, etc.), de pesquisas, estudos e revisões do assunto da integração e do Mercosul realizados pelas entidades públicas e privadas, pelos órgãos governamentais dos países-membros e pelas entidades de classes, incluindo-se a realização de eventos, divulgação, publicações e, principalmente,

³¹ Além da *Ata de Buenos Aires*, os presidentes Collor e Menem também divulgaram um Comunicado Conjunto, elaborado durante o encontro realizado nos dias 5 e 6/07/90, que tornou público e oficial, a intenção de acelerar e redirecionar o processo de integração (cf.: BID/INTAL, 1990, p. 21 ss).

pelos primeiros passos na avaliação, posicionamento e mobilização dos sujeitos sociais (movimentos sociais e populares, sindicatos de trabalhadores e centrais sindicais) diante da nova experiência de integração no Cone Sul.

A partir das leituras realizadas para esta pesquisa e a título de exemplificação, em meio a essa pululação de estudos, revisões acadêmicas e/ou historiográficas, eventos, avaliações e posicionamentos, percebeu-se, ao menos nos estudos especializados sobre as relações internacionais no Cone Sul, bem como algumas publicações de Eventos (ambos realizados e/ou produzidos entre 1985/89), uma abordagem favorável à nova iniciativa integracionista. Este pragmatismo estava mais localizado nos temas que dizem respeito à diplomacia do Itamaraty na distensão no Prata e na política externa relacionada à Guerra das Malvinas e ao Atlântico Sul (primeiro período - 1979/85), e, mesmo aos objetivos e princípios de gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria, expressos nos programas e tratados firmados até aquela data (segundo período - 1985/89)³².

O terceiro e último período, iniciou justamente com a *Ata de Buenos Aires*, em julho de 1990, e vai até a *configuração final do Mercosul*, estabelecida pelo *Protocolo de Ouro Preto*. Este novo marco jurídico-institucional foi aprovado na *VII Reunião do Conselho do Mercado Comum* (CMC), realizada naquela cidade brasileira, e assinado na data de 17/12/1994, em conformidade com o disposto no Artigo 18, do *Tratado de Assunção*, de 26/03/1991³³.

32 Para uma leitura sobre este contexto no Cone Sul, é oportuno ver os artigos da Sônia de Camargo. (Brasil-Argentina: a integração em questão, 1989); Mônica Hirst (Contexto e estratégia do programa de integração Argentina-Brasil, 1988); Maria Regina de Lima e Gerson Moura, Gerson (A trajetória do pragmatismo - uma análise da política externa brasileira, 1982); Gerson Moura, Paulo Kramer e Paulo Wrobel (Os caminhos (difíceis) da autonomia: as relações Brasil-EUA, 1985).

33 "Antes do estabelecimento do Mercado Comum, a 31 de dezembro de 1994, os Estados Partes convocarão uma reunião extraordinária com o objetivo de determinar a *estrutura institucional definitiva* dos órgãos de administração do Mercado Comum, assim como as atribuições específicas de cada um deles e seu sistema de tomada de decisões" (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1992, p. 10 - grifo nosso).

A principal característica deste período foi, e continuo sendo no período seguinte, o caráter assumidamente *neoliberal da integração*. Dois aspectos se destacaram nessa nova orientação político-institucional do Mercosul. O primeiro deles foi o próprio discurso, obviamente, construído na "lógica" neoliberal e centrado no tripé, mercado-competitividade-eficiência (qualidade) que resultaria no bem-estar da população. Esse discurso esteve presente, tanto no texto normativo dos tratados e acordos firmados no período, quanto no "marketing" do negócio, isto é, na propaganda veiculada na "mídia global", que procurava formar a opinião ao seu favor ("a alma de todo negócio"). Dentre as mais variadas formas e meios da construção do convencimento social em torno da proposta, convém destacar os pronunciamentos dos próprios governos e governantes, principalmente do brasileiro e argentino. Da afirmação dessa "opção" pela via neoliberal na integração, desdobrou-se o segundo aspecto da orientação, que foi a concretização do discurso na realidade do processo de formação do mercado sub-regional. Volta-se, portanto, novamente àquelas interrogações: *como integrar? E integrar para quem?*

O neoliberalismo tomou corpo nos princípios e objetivos dos tratados firmados, na estrutura institucional transitória do processo, nas metas, programas e cronogramas estabelecidos. Disto derivava uma trilogia norteadora da integração: redução tarifária (eixo), aceleração (tempo) e competitividade (via). Esta trilogia teve alguma semelhança com a proposta cepalina da transformação produtiva com equidade. A desgravação tarifária acelerada e competitiva respondia, a sua maneira, às duas interrogações do parágrafo anterior.

Foi exatamente a partir desta nova orientação e/ou rebuscada da imposterável necessidade de aceleração, para não parar no tempo tecnológico, que se optou por indicar a *Ata de Buenos Aires* como ponto

inicial deste terceiro período. Com isso, não se está desconsiderando a importância do Tratado de Assunção e suas novidades. Este tratado passou a ser visto como sacralização do projeto político neoliberal encabeçado arrojadamente pelos governos Collor de Mello e Carlos Menem, no estilo parabólico "duella a quem duella"!

Mas, estes ventos não eram apenas "Minuano". Dir-se-ia que eram o próprio "El Niño" da era da globalização, nos anos de 1990.

Dentre as novidades do cenário internacional, neste período, a que teve maior repercussão para a América Latina, foi, sem dúvida, o pronunciamento do Governo Bush ao Congresso estadunidense, realizado no dia 27 de junho de 1990, quando anunciou o Programa "*Iniciativa para as Américas*". Nove dias depois deste fato, reunidos, na capital argentina, os presidentes Collor e Menem fizeram seus pronunciamentos conjunto, comunicando: "A coincidente e positiva apreciação sobre a importância política que possui a "Iniciativa para as Américas", recentemente anunciada pelo Presidente dos Estados Unidos da América" (BID/INTAL, 1990, p. 23). No mesmo "espírito" livre-cambista da Iniciativa Bush, assinaram a *Ata de Buenos Aires*.

Nesse período também ocorreram o estabelecimento do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), entre EUA, Canadá e México; a definição do Mercado Comum Europeu (1992); e as aproximações bilaterais ou de áreas sub-regionais da América Latina com os EUA.

Após esta sugestão didática para o estudo da recente experiência de integração no Cone Sul e na sequência da discussão, são pontuadas as mudanças nos conteúdos (objetivos, princípios e metas) apresentados na documentação governamental, em cada um dos três momentos.

Os conteúdos integracionistas que marcaram a década de 1970 e a primeira metade dos anos de 1980 convergiram para dois aspectos desse

processo. Um deles correspondeu à esfera da integração física e o outro à institucional.

Luiz A. Moniz Bandeira (1987), em sua obra sobre o eixo Brasil-Argentina, destacou a presença comercial do Brasil no cenário sul-americano e a integração física dos seus mercados. O mesmo autor apresentou alguns indicadores comerciais e observou que nos anos de 1960 e 1970 também foram construídas várias vias de acesso fronteira/internacional (pontes e rodovias). A crescente participação das exportações e importações entre os países da parte Sul do continente teve seu grande peso em vista da presença brasileira, no intercâmbio comercial e financeiro. Todavia, o elemento que mais chamou a atenção, na integração física intra-Nações, foi a presença de migrantes brasileiros nas faixas fronteiras dos países vizinhos. No que se refere ao Brasil, esta expansão horizontal do espaço físico seguiu os movimentos humanos Nordeste/Sudeste/Centro-Oeste intimamente ligado ao mundo e à cultura do trabalho assalariado dos nortistas nos cafezais; e, por outro, o sentido Sul/Sul-Noroeste/Centro-Oeste, que seguiu os caminhos da expansão das fronteiras agrícolas internas, com a presença de ascendentes de imigrantes europeus, principalmente das etnias italiana, alemã e polonesa, sulistas do RS e SC. Ambos movimentos já eram notáveis nos anos de 1940 e 1950 em diante MONIZ BANDEIRA, 1987, p. 59 ss; cf. também WAGNER, 1995).

A modernização agrícola, com a mercantilização da produção e sua inserção no conjunto da vida econômica nacional e internacional, ultrapassou as fronteiras nacionais, em busca de terras de negócio e/ou ofício a serviço de outrem. Muitos brasileiros buscaram nos outros lados da fronteira nacional do país, o que era mais acessível (terra ou trabalho remunerado). Segundo Moniz Bandeira (1987) e Paulo Schilling (1992), o Uruguai, a Argentina e, principalmente, o Paraguai, se tornaram espaços

"sem fronteira" ao movimento humano³⁴. Nos anos de 1980 em diante, somaram-se a Bolívia, a Venezuela e mesmo as Guianas como novos destinos à migração além fronteira nacional.

Os assuntos institucionais da integração paratense, nos anos de 1970, resumiram-se aos acordos bilaterais de complementação econômica (ACE), firmados ainda no âmbito da ALALC. Os principais objetivos desses acordos diziam respeito à expansão comercial e à complementaridade setorial. O primeiro acordo bilateral foi o Convênio Argentino-Uruguaio de Cooperação Econômica (CAUCE), assinado na data de 20 de agosto de 1974, e o segundo, o Protocolo de Expansão Comercial (PEC), firmado entre o Brasil e o Uruguai, aos 12 dias do mês de janeiro de 1975, conforme registrou Belter Garre Copello (1991, p. 42).

Para Moniz Bandeira, esses acordos visavam incrementar o comércio, prescrevendo-se no universo da teoria da integração, enquanto áreas de preferências tarifárias. Pelos dispositivos do Tratado de Montevideu, de 1980, tanto o CAUCE, quanto o PEC, podiam ser qualificados enquanto acordo de alcance parcial (AAP).

Durante quase toda a década de 1970, as relações externas entre os países do Prata permaneceram sob tensão e desconfiança. Segundo Mônica Hirst (1988), a distensão geopolítica sub-regional foi significativa para as futuras negociações. As rivalidades entre as ditaduras, com suas pendengas

34 Segundo Moniz Bandeira, o Paraguai foi o país que recebeu o maior número de migrantes brasileiros: "Enquanto, em 1972, os brasileiros, descendentes, na maior parte, de alemães dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, representavam 18%, eles já constituíam 2/3 dos habitantes daquela região. E os 360 mil brasileiros, instalados no leste do Paraguai, eqüivaliam a 11% do total da população daquele país. De acordo com outras fontes, esse número, em 1980, era bem maior, da ordem de 500 mil pessoas, compondo seguramente 1/6 do total de sua população" (MONIZ BANDEIA, 1987, p. 59).

No início dos anos de 1980, a presença de brasileiros no Paraguai gestou um dos movimentos mais singulares e recentes na história dos movimentos sociais no campo: os "brasiguaios". O movimento dos brasiguaios, os *mais pobres do campo*, os *excluídos*, representou uma experiência completamente diferente de integração, colocando na pauta de discussão diplomática, um dos aspectos mais importantes desse processo, que muitas vezes era relegado e/ou engavetado: a *cidadania*. Para uma leitura do movimento dos brasiguaios, enquanto resistência à exclusão social e as mais variadas formas de discriminação e enfrentamento a partir do cotidiano, das suas condições de existência, da valência e suas reivindicações em termos de garantias à cidadania e à territorialidade, cf. a pesquisa realizada por Valdemir José Sonda (1996).

em torno da supremacia bélico-militar e de segurança nacional (defesa das fronteiras), acabaram esfriando. Todavia, foi o Acordo Corpus-Itaipu, assinado entre o Brasil, a Argentina e o Paraguai, no dia 19/10/1979, que selou a política da boa vizinhança no Prata, resolvendo as questões sobre energia, uso dos rios e construções de hidrelétricas binacionais (parcerias).

Um último aspecto importante desse período e que estava enfaticamente presente no "espírito" da vontade dos governos, nos atos bilaterais, foi a distensão interna nas relações político-institucionais, a "perestroika" meridional e latino-americana. As ditaduras mais recentes, implantadas durante a década de 1970, particularmente no Chile, em 1973, e na Argentina, em 1976, conforme Juan Carlos Lerda e Carlos Mussi (1987) e Moniz Bandeira (1987), reorientaram a política econômica, segundo as diretrizes liberais, com abertura do mercado interno, redução das tarifas alfandegárias e benefícios ao capital estrangeiro³⁵; por outro lado, procuraram enfraquecer o movimento operário. O caso argentino, parceria da caserna com a oligarquia agrária, foi firmado com o pacto agropastoril. Essas medidas mudaram significativamente o quadro social na pressão desmanteladora da mobilização peronista e a perspectiva da (des)industrialização.

O golpe militar de março de 1976 não somente rompeu o processo democrático mas, principalmente, a concepção da formulação da política econômica. Estabeleceu-se a partir deste período um diagnóstico liberal-ortodoxo da economia, onde a proteção à indústria, a organização sindical e a intervenção estatal no sistema econômico-financeiro não faziam parte das propostas de um governo favorável ao livre funcionamento dos mercados (LERDA e MUSSI, 1987, p. 47).

35 "A junta militar, sob a orientação de Martínez de Hoz, transferiu para o setor privado, entre 1976 e 1980, cerca de 120 empresas industriais e comerciais (...). A contribuição da indústria para o PIB, da ordem de quase 30% em 1974, decaiu para 25%, em 1980, e 23%, em 1982, em consequência do declínio da produção de quase ou praticamente todos os setores manufatureiros" (MONIZ BANDEIRA, 1987, p. 64).

A busca de um inimigo externo, na Guerra das Malvinas, e a mobilização das *Mães da Praça de Maio* – *Las Madres de la Praza de Mayo* –, que denunciavam a violação dos direitos humanos e questionavam o desaparecimento de seus filhos, deram fim à militarização da sociedade (MONIZ BANDEIRA, 1987, p. 70). Em termos de relações externas continentais, a Guerra das Malvinas pôs, às claras, a debilidade e a demagogia do projeto continental Norte-Sul, do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), pois os EUA, obviamente, apoiaram a Inglaterra naquela guerra que teve por disputa o território do arquipélago das Ilhas Malvinas (ou Falklands), localizada no Atlântico Sul antártico. Já, no circuito meridional, houve uma maior aproximação entre Brasil e Argentina, fato confirmado, inclusive, pelos dois presidentes civis, na *Declaração de Iguazu*³⁶.

Finalmente, os ares democráticos, segundo Moniz Bandeira (1987, p. 69), teriam mais legitimidade para encarar os desafios de retorno ao crescimento econômico e à própria integração. A transição na Argentina, não só iniciou antes, mas também foi mais tensa do que a brasileira. O governo de Raúl Alfonsín, iniciado em 1983, deparou-se diante de sérios problemas. Houveram várias tentativas de novos golpes militares (quarteladas) liderados pela ala direta ou indiretamente envolvida com os crimes cometidos nos anos da ditadura.

A intranqüilidade dos generais argentinos, de certa forma, serviu de exemplo para o pacto da "transição sem ressentimento", no estilo "esqueçam de mim", mas sem Tribunais da Justiça Comum ou mesmo Militar. No Brasil, o primeiro governo civil foi eleito indiretamente, entretanto, em

36 "A respeito da questão das Ilhas Malvinas, o presidente Sarney reiterou o histórico apoio do Brasil em favor dos direitos de soberania argentina sobre o arquipélago (...). O presidente Alfonsín, manifestou sua satisfação pela posição, expressou o reconhecimento do seu governo pela atuação do Brasil, em seu caráter de potência protetora dos interesses argentinos diante do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte" (*Declaração de Iguazu* In: BID/INTAL, 1990, p. 4).

decorrência da morte de Tancredo Neves, antes da posse, coube ao vice-presidente eleito, José Sarney (ex filiado ao Partido Democrático Social - PDS e então recém filiado no Partido Democrático Brasileiro - PMDB), assumir o cargo. Em homenagem à pessoa desse mineiro, Tancredo Neves, o ato que selou o reinício da integração bilateral entre Brasil e Argentina foi marcado com a inauguração da Ponte internacional "Tancredo Neves": "a Ponte Presidente Tancredo Neves representa um ato significativo no processo de integração física entre os dois países, constituindo um testemunho a mais da capacidade de cooperação bilateral" (Declaração de Iguazu In: BID/INTAL, 1990, p. 3).

A *Declaração de Iguazu* marcou o início do segundo período, que seguiu até a assinatura da *Ata de Buenos Aires*, em 06/07/1990. A atual integração sub-regional no Cone Sul passou a adquirir corpo a partir dos acordos bilaterais Brasil-Argentina. Esses primeiros, no entanto, foram firmados no interior da ALADI (Tratado guarda-chuva), com o intuito de incrementar o comércio.

Os principais atos e acordos firmados entre 1985 e 1990, orientadores e constituidores das áreas de preferência tarifária bilateral, foram: a *Declaração de Iguazu*; o *Programa de Integração e Cooperação Econômica* (PICE) exposto na *Ata para a Integração Brasileiro-Argentina* e na *Ata de Amizade Brasileiro-Argentina, Democracia, Paz e Desenvolvimento*; e, o *Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento* (TICD).

Enquanto que a Declaração e as Atas particularizam-se pela apresentação dos princípios e objetivos norteadores, o Programa, PICE, e o Tratado, TICD, materializaram-os. Mantendo o propósito da abordagem dos conteúdos e caminhos do Mercosul, através da documentação governamental, passar-se-á para os comentários de cada um desses atos-documentos.

A *Declaração de Iguazu*, sendo a divisora de águas, pode ser vista mais como um manifesto dos presidentes. O conteúdo do documento seguia a radiografia da situação latino-americana, e, principalmente, pratese. Tendo em mente os comentários já apresentados sobre ela, o diagnóstico pode ser resumido nos seguintes pontos: a constante marginalização latino-americana no cenário mundial, a permanência da deterioração dos termos de intercâmbio, o problema estrutural da dívida externa e os agravantes sociais do pagamento dos seus serviços para os países devedores, os efeitos negativos do novo protecionismo dos países centrais no comércio internacional e o voto de confiança à redemocratização.

Como pode ser percebido, essa avaliação, teoricamente, mantém alguns pontos de referência do estrangulamento externo prebischiano. Isso também se repetia em alguns encaminhamentos.

O ponto de partida foi a condição periférica desses países e as propostas alternativas e concentração de esforços para a superação da marginalidade. Ambos os presidentes concordaram que, para mudar esta condição, tornava-se necessário somar os esforços nas seguintes questões: para o enfrentamento do peso da dívida externa, posicionar-se conforme o Consenso de Cartagena que propôs a corresponsabilidade entre devedores e credores, partindo do princípio de que não se podia sacrificar o crescimento econômico e, principalmente, a sociedade, em detrimento do pagamento dos juros e serviços da dívida externa ("uma vez que também estava se tornando eterna!"); unificar posição nos fóruns internacionais, reforçando o poder de barganha e a autonomia regional; e, fomentar a cooperação e a integração regional.

Qual seria o caminho? Acelerar o processo de integração bilateral e formar um espaço econômico regional latino-americano: "Dentro desse espírito expressaram sua firme vontade política de acelerar o processo de integração bilateral" (BID/INTAL, 1990, p. 5). Para que esta proposta fosse

levada adiante, propuseram a criação de uma Comissão Mista com calendário e funções iniciais.

Com essa finalidade, decidiram a criação de uma Comissão Mista de alto nível de cooperação e integração econômica bilateral, presidida pelos seus ministros de relações exteriores e integração por representantes governamentais e dos setores empresários dos dois países, para examinar e propor programas, projetos e modalidades de integração econômica (BID/INTAL, 1990, p. 5)³⁷.

A Declaração de Iguazu também indicava, à Comissão Mista, os setores estratégicos ao projeto de integração: "as áreas de complementação industrial, energia, transporte e comunicações, desenvolvimento científico-técnico, comércio bilateral e com países terceiros" (BID/INTAL, 1990, p. 5). Para que a integração trouxesse os resultados esperados, os presidentes chamaram para participar dos estudos da Comissão, e do processo efetivo, os empresários (iniciativa privada) e as empresas estatais de ambos os países. Convém observar que, ao nível do Cone Sul, muitas dessas empresas estatais dominavam tecnologia de ponta ou estavam atuando em áreas estratégicas de energia (construção da Garabí e Pichi Picún Leufú, nuclear e petróleo), de infraestrutura (pontes, rodovias e hidrovias), fabricação militar (aviões) e mineração.

A nova iniciativa de integração foi pensada como meio de expansão comercial equilibrada e com perspectiva de complementação setorial intra-indústrias, privadas e estatais.

No último parágrafo da Declaração, os presidentes voltaram a afirmar a importância da democracia para a "paz, liberdade e justiça social". Dessa ênfase na força da democracia, naquele contexto, poder-se-ia levantar três questões em relação ao seu significado. A primeira, era que ambos

³⁷ A Comissão seria constituída, no mais tardar, até março de 1986 e deveria apresentar um informe sobre a matéria, aos presidentes, até a data de 30/06/86 (BID/INTAL, 1990, p. 5).

os países estavam passando pelos primeiros anos e meses de afirmação das liberdades políticas. Nesse sentido, o discurso democrático também estaria afirmando os próprios governos civis eleitos (direta ou indiretamente). A segunda que, enquanto Corporação moderna, era da própria natureza dos Governos zelar por essas questões; a terceira era a de que a democracia aparecia como elemento central no discurso integracionista para dar-lhe legitimidade no seio da sociedade civil, como se essa fosse a integração que todos queriam, maquiando a preferência empresarial.

Estabelecidas as metas iniciais, a configuração do primeiro Programa de integração foi definida pelo PICE, aos 29 dias de julho de 1986, na cidade de Buenos Aires, com a assinatura da *Ata Para a Integração Brasileiro-Argentina* e seus anexos. Na verdade, a referida Ata estabelecia o PICE (numeral 1) e constituía-se em sua primeira etapa (numeral 9) (BID/INTAL, 1990, p. 8).

Não existem dúvidas sobre a importância do PICE para os primeiros passos da formação do Mercosul. Para compreender esse significado, nada melhor do que apresentar as duas partes do texto da Ata Para a Integração. A primeira delas, como era de praxe, referia-se ao preâmbulo, no qual os presidentes, Sarney e Alfonsín, expuseram o entorno do contexto integracionista.

Diante da necessidade de superar as condições de marginalização e almejem a retomada do crescimento econômico e da modernização, ambos governos visualizavam na soma dos esforços da integração, a via para "enfrentar os desafios do século XXI" (BID/INTAL, 1990, p. 7).

O discurso integracionista reapresentava os anseios da Declaração de Iguazu. Percebe-se, na Ata, a afirmação de uma *identidade latino-americana*, que buscava na formação de *espaços econômicos comuns bilaterais* (os AAP da ALADI), os meios intermediários à integração latino-americana. Um outro eixo balizador presente na Ata Para a Integração, também

era a reafirmação do espaço democrático. Na Ata, a democracia foi definida como "*sistema de vida e de governo*" (BID/INTAL, 1990, p. 7 – grifo nosso) e, de certa forma, imperativo para a consolidação da integração, da paz, da segurança e do desenvolvimento da América Latina.

Para Belter Copello (1991, p. 64), ao enfatizar o papel da democracia como condição, praticamente *sine qua non*, para a integração, e mesmo para a volta do crescimento econômico, deixou transparecer que a existência de governos democráticos, passaria a ser um requisito de adesão. O discurso da interdependência entre "crescimento econômico" e "democracia", provavelmente, não soaria bem aos ouvidos dos "ideólogos" das ditaduras desenvolvimentistas. Sem querer entrar no mérito da questão, um estudo comparativo entre os interlocutores de cada "modelo", elucidaria algumas questões sobre a construção da legitimidade em ambos.

Na segunda parte da *Ata Para a Integração*, os presidentes indicaram as decisões para concretizar o PICE. Os elementos mais importantes dessa parte do documento, eram seus princípios norteadores:

- O Programa será *gradual*, em etapas anuais de definição, negociação, execução e evolução;
- O Programa será *flexível*, de forma a se poder ajustar seu alcance, seu ritmo e seus objetivos;
- O Programa incluirá, em cada etapa, um conjunto reduzido de projetos integrados em todos seus aspectos, prevendo-se inclusive a *harmonização simétrica* de políticas para assegurar o êxito dos projetos e a credibilidade do Programa;
- O Programa será *equilibrado*, no sentido de que não deve induzir uma especialização das economias; de que deve estimular a integração intra-setorial; de que deve buscar um equilíbrio progressivo, quantitativo e qualificativo, do intercâmbio por grandes setores e por segmentos através da expansão do comércio (BID/INTAL, 1990, p. 8 – grifo nosso)

Com os princípios de gradualidade (do próprio cronograma e nas etapas de seu avanço), de flexibilidade (do ritmo e da abrangência do processo), de simetria (na harmonização conjunta de políticas mínimas, concessões e resultados) e de equilíbrio (em relação ao comportamento intra-setorial, os ganhos de ambas as partes e, principalmente, em relação à balança comercial), o PICE propunha novas formas e instrumentos, adequados à realidade das economias do Brasil e da Argentina. Estas medidas, adequadas ao bom andamento na formação do espaço econômico comum, também demonstravam a opção pragmática do Programa e a presença da orientação do Tratado de Montevidéu, de 1980 (TM-80).

A escolha da forma jurídica de *área de preferência tarifária* intramembros, como medida de incentivo ao movimento econômico interno dos países signatários, poderia "propiciar a modernização tecnológica e uma maior eficiência na alocação de recursos nas duas economias, através de tratamentos preferenciais ante terceiros mercados" (BID/INTAL, 1990, p. 8). Nota-se que, já na segunda metade dos anos dec1980, o progresso tecnológico ocupava um lugar importante na argumentação discursiva para o projeto de integração. O elemento estratégico estaria na preferência tarifária ao intra-comércio em detrimento aos países terceiros. Cada país manteria suas próprias tarifas externas e estabeleceria a preferência setorial segundo acordado entre ambos. Este tipo de cooperação econômica preservaria o protecionismo na área, a partir do qual garantiriam e incentivariam o aumento do comércio bilateral. Com esta configuração do espaço econômico comum, garantir-se-ia as vantagens para os negócios da iniciativa estatal e privada no intercâmbio.

Para não repetir os mesmos "erros" das iniciativas anteriores, que, ao mesmo tempo, serviam de aprendizado, o Programa previa a participação direta e ativa do empresariado na Comissão de Execução do Programa (BID/INTAL, 1990). A opção pelo setor empresarial também podia ser

constatada na relação setorial dos Protocolos firmados no seio do PICE (anexos da Ata).

O numeral 4, da Ata, estabelecia a composição da Comissão de Execução do PICE: "pela parte brasileira, pelos Ministros das Relações Exteriores, da Fazenda, da Indústria e do Comércio e pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, e, pela parte argentina, pelos Ministros de Relações Exteriores e Culto, da Economia, pelo Secretário Geral de Presidência e pelo Secretário da Indústria e Comércio Exterior, bem como por empresários de cada um dos países" (In: BAUMANN, R. e LERDA, 1987, p. 154-155). A coordenação dos trabalhos ficaria a cargo dos Ministros das Relações Exteriores.

Um outro documento governamental que reafirmava a política de cooperação e integração do PICE, e a importância da estabilidade democrática para seu bom andamento foi a *Ata de Amizade Brasileiro-Argentina, Democracia, Paz e Desenvolvimento*, assinada em Brasília, no dia 10 de dezembro de 1986.

Neste documento, os presidentes Sarney e Alfonsín, reafirmaram a intenção de seguirem os caminhos da cooperação e integração bilateral. Enfatizaram a importância de manterem a orientação independente na política externa e um posicionamento comum.

Pela própria nomenclatura do documento, *Ata de Amizade, Democracia, Paz e Desenvolvimento*, percebe-se a importância conjuntural da retomada da integração e do desenvolvimento na seguridade do sistema democrático. Enquanto que a *democracia* era colocada como pilar à estabilidade institucional da *integração* e da *paz social*, o *desenvolvimento*³⁸ subscrevia-se enquanto condição às melhorias sociais e ao bem-estar. Assim, na *Ata*

³⁸ A concepção de desenvolvimento, presente no ideário da integração, nos anos de 1980 e 1990, limitava-se a compreendê-lo apenas como crescimento econômico. Nesse sentido, havia uma grande diferença com o pensamento prebischiano do estrangulamento externo e interno (vide subitem 1.2).

de Amizade, o primado da democracia aparecia como condição contemporânea do mundo desenvolvido. Na mesma Ata os presidentes posicionaram-se sobre o assunto:

Destacam sua profunda fé na democracia representativa, baseada no supremo respeito à ordem legal e à vontade popular, para assegurar a paz e promover o pleno desenvolvimento nacional e assinalam que o Estado de Direito é a principal garantia da consecução da justiça social, bem como da dignidade, da liberdade e dos direitos essenciais da pessoa humana (In: BAUMANN, R. e LERDA, 1987, p. 181-182).

A legitimidade democrática dos governos também era condição necessária à estabilidade e avanço do processo de cooperação e integração bilateral.

Enquanto que a democracia representativa foi colocada como eixo da estabilidade institucional da integração, o eixo econômico-comercial foi direcionado para o setor industrial de bens de capital, especialmente o ramo automotriz. Os 24 Protocolos setoriais firmados sob as diretrizes iniciais do PICE foram os seguintes: N.º 1) Bens de Capital, N.º 2) Trigo, N.º 3) Complementação do Abastecimento Alimentar, N.º 4) Expansão do Comércio, N.º 5) Empresas Binacionais, N.º 6) Assuntos Financeiros, N.º 7) Fundo de Investimentos, N.º 8) Energia, N.º 9) Biotecnologia, N.º 10) Estudos Econômicos, N.º 11) Informação Imediata e Assistência Recíproca em Caso de Acidentes Nucleares, N.º 12) Cooperação Aeronáutica (assinados em 29/07/86), N.º 13) Siderurgia, N.º 14) Transporte Terrestre, N.º 15) Transporte Marítimo, N.º 16) Comunicações, N.º 17) Cooperação Nuclear (assinados em 10/12/86), N.º 18) Cultural (assinado em 15/07/87), N.º 19) Administração Pública, N.º 20) Moeda (assinados em 17/07/87), N.º 21) Indústria Automotriz, N.º 22) Indústria da Alimentação (assinados em 7/4/88), N.º 23) Regional Fronteiriço

(assinado em 29/11/88) e N.º 24) Planejamento Econômico e Social (assinado em 23/8/89) (BID/INTAL, 1990, p. 69 ss).

Do conjunto setorial dos Protocolos, caberia alguns comentários sobre o de Bens de Capital, de Trigo, das Empresas Binacionais e de Fundos de Investimentos, pela importância que possuíam no núcleo central da integração, pelas diretrizes básicas e pela temática desse estudo.

No Protocolo N.º 1, de Bens de Capital, em seus considerandos, destacava-se o papel do setor para o desenvolvimento econômico bilateral, conforme segue: "A importância estratégica da modernização, expansão e desenvolvimento tecnológico acelerado do setor de bens de capital para o crescimento das economias argentina e brasileira" (BID/INTAL, 1990, p. 69). Progresso técnico e eficiência apareciam como fins necessários à integração e sinônimos de modernização. O setor industrial de bens de capital (São Paulo-Buenos Aires) era posto como núcleo estratégico.

Para o setor, as preferências tarifárias incluiriam, dentre outras, as seguintes decisões: o estabelecimento de uma lista comum de produtos que passariam e ter o tratamento de produto nacional entre ambos, sobre os quais não incidiriam tarifação, tarifa 0% (zero) e eliminação das restrições não-tarifárias; "estabelecer que o objetivo do intercâmbio deve ser sua expansão *equilibrada* e que as políticas no setor de bens de capital procurarão ser *simétricas* e *harmonizadas*"; e, em relação ao regime de origem, limitar a participação de componentes importados em até 20% do preço do produto (BID/INTAL, 1990, p. 70 – grifo nosso).

O Protocolo N.º 2, do Trigo, resultou no estabelecimento de um cronograma e volume de comercialização do produto entre a Argentina (fornecedora) e o Brasil (comprador), para o período de 1987 a 1993 (Anexo I), com o seguinte vol./tn.: 1.375.000, 1.450.000, 1.550.000, 1.700.000, 2.000.000, 2.000.000 e 2.000.000, respectivamente (BID/INTAL, 1990, p. 161-162, 167). Os acordos do trigo e as mudanças da

política agrícola para o produto, acabaram repercutindo negativamente na produção sul-brasileira.

Do Protocolo N.º 5, das Empresas Binacionais, em seus considerandos, destacava-se a ênfase de "que o processo de integração econômica entre os dois países deve promover com firmeza o fortalecimento do capital nacional" (BID/INTAL, 1990, p. 249). A partir desta colocação entende-se que o PICE preservava a importância da industrialização nacional e a complementação intra-setorial ampla como possibilidade de autonomia dentro da área integrada. A preferência pelo capital nacional foi mantida no próprio "Estatuto de Empresas Binacionais", em seus requisitos de participação majoritária nos investimentos e direção (BID/INTAL, 1990, p. 255).

O Protocolo N.º 7, do Fundo de Investimentos, reafirmava os princípios e diretrizes do PICE. O Fundo de Investimentos retrataria a ciência das assimetrias e a importância dos recursos para amortização, reconversão e equilíbrio. O montante do capital inicial do Fundo corresponderia a 200 milhões de dólares norte-americanos. O controle do equilíbrio comercial bilateral ficaria na casa dos 20%, a partir do qual os Governos negociariam os adicionais no Fundo. E, por fim, o setor estratégico de investimentos novamente era o de bens de capital (BID/INTAL, 1990, p. 273).

Para finalizar o segundo período na formação do Mercosul, é preciso abordar os objetivos, princípios e programa do *Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (TICD)*, assinado por Alfonsín e Sarney, no dia 29 de novembro de 1988.

O artigo 1, do TICD, apresentava seu objetivo final: "a consolidação do processo de integração e cooperação econômica entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil" (BID/INTAL, 1990, p. 11).

Para Neantro Saavedra-Rivano, os dois objetivos principais do TICD eram o "crescimento e desenvolvimento com estabilidade (...) e a consolidação da democracia nos dois países" (SAAVEDRA-RIVANO, 1987, p. 73).

Os princípios do TICD seguiam a orientação pragmática da ALADI e reafirmavam as diretrizes do PICE de *gradualidade*, flexibilidade, *equilíbrio* e *simetria*. Esta cautela na integração partia da avaliação das assimetrias e, de certa maneira, da visão de complementaridade na formação do espaço econômico comum. Previa-se um período de "adaptações progressiva dos habitantes e das empresas de cada Estado Parte às novas condições de competição e da legislação econômica" (SAAVEDRA-RIVANO, 1987, p. 73).

Uma das novidades do TICD foi o estabelecimento de um programa de integração, previsto em duas etapas. Na primeira etapa de transição, a meta básica consistia em aprofundar as preferências comerciais bilaterais, através da "eliminação de todos os obstáculos tarifários e não-tarifários" (BID/INTAL, 1990, p. 12).

Conforme a própria avaliação do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, o propósito e os meios do TICD, constantes em seus artigos 3 e 4, eram de "constituir um espaço econômico comum no *prazo máximo de dez anos*, por meio da liberalização integral do intercâmbio recíproco. O Tratado prevê a eliminação de todos os obstáculos tarifários e não tarifários ao comércio de bens e serviços e harmonização de políticas macroeconômicas"(MRE/DECLA, [s.d.], p. 2 - grifo nosso).

O TICD passou a vigorar em agosto de 1989 (In: BID/INTAL, 1990, p. 19), e, de acordo com seu período de transição de 10 anos, a segunda etapa iniciaria somente em 1999, ou no mínimo em fins de 1998, se a data de referência for a da assinatura do TICD (29/11/88). Enquanto que para a primeira etapa foi estabelecido uma área de preferência tarifária, durante a qual se reduziriam as assimetrias setoriais e macroeconômicas, o Tratado previa para a segunda etapa, a formação de um *mercado comum* (Art. 5):

Concluída a primeira etapa, se procederá a harmonização gradual das demais políticas necessárias para a formação do *mercado comum* entre os dois Estados Partes, incluindo, entre outras, as relativas a recursos humanos, através da negociação de Acordos Específicos que serão aprovados pelo Poder Legislativo da República Argentina e o Poder Legislativo da República Federativa do Brasil (In: BID/INTAL, 1990, p. 12 – grifo nosso).

Pelo artigo 6, era criada a Comissão de Execução do TICD, que poderia contar com comissões técnicas (Art. 7). O Artigo 8 estabelecia que os projetos de acordos seriam enviados, primeiramente, para a Comissão Parlamentar Conjunta de Integração, que apreciaria a matéria e retornaria a Comissão de Execução, seguindo para os respectivos Poderes Legislativos (In: BID/INTAL, 1990, p. 12-13).

Além da possibilidade de denúncia do Tratado (Art. 12), o TICD previa a adesão de outros países latino-americanos membros da ALADI (Art. 10). Todavia, a incorporação de um novo país seria permitida "depois de cinco anos de vigência desse Tratado ou do Acordo específico ao qual o Estado membro da ALADI solicita sua associação" (In: BID/INTAL, 1990, p. 13).

Este dispositivo do TICD, pela ALADI, colocava-lhe na modalidade de AAP, com tendência à multilateralização, isto é, o TICD, conforme o próprio preâmbulo do Tratado, constituía-se enquanto experiência sub-regional, mas voltada à integração latino-americana.

Por outro lado, segundo Belter Copello, o TICD, ao estipular o prazo de 5 anos de vigência para a adesão de novos membros, frustrou todas as negociações tripartites e quadripartites em andamento, na medida em que o Uruguai e o Paraguai eram convidados para participarem como ouvintes das discussões sub-regionais de integração. Mais do que isso, Copello avaliou que o TICD representou um retrocesso às negociações multilaterais

no Prata, uma "dicotomia processual" e até uma desconsideração aos países de menor desenvolvimento econômico relativo, ou, o "rolo compressor" São Paulo-Buenos Aires.

A chamada "dicotomia processual" entre o processo de integração argentino-brasileiro e o projeto trilateral com o Uruguai se confirmou quando o Programa de Integração e Cooperação Econômica bilateral seguiu seu curso e teve sua culminação no dia 29 de novembro de 1988, na cidade de Buenos Aires, data na qual os presidentes Drs. Alfonsín e Sarney, assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, cujo objetivo foi "o de consolidar o processo de integração e cooperação econômica entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil" (COPELLO, 1991, p. 72).

Para Belter Copello, ao apresentar um programa de desgravação bilateral brasileiro-argentino de maior alcance, o TICD prejudicava as negociações bilaterais com o Uruguai, pois os dois "grandes do Prata", privilegiaram o eixo São Paulo-Buenos Aires.

Por sua vez, Gladys Cristaldo (1994, p. 34) considerou que a ausência do Paraguai, enquanto país-membro de algum tratado multilateral devia-se à permanência da ditadura naquele país e ao requisito democrático defendido nos acordos de integração. A ditadura paraguaia estaria excluindo o país das decisões na arena política no Cone Sul.

O ato institucional inicial do *terceiro período*, de 1990 a 1995, conforme os critérios apresentados anteriormente, foi a *Ata de Buenos Aires*, de 06/07/90, pois nela, os novos presidentes Fernando Collor de Mello e Carlos Menem, manifestaram a vontade de prosseguir a integração, porém com novos encaminhamentos. As novas cores foram anunciadas poucos meses após a posse do novo presidente brasileiro, na data de 16/03/1990, quando ambos presidentes designaram os membros da Comissão de Execução do TICD e os novos rumos do processo: "decidem avançar com

novas fórmulas que permitam o *aprofundamento* e a *aceleração deste processo*, que representa uma decisiva contribuição para a integração latino-americana”, conforme o *Comunicado Conjunto Sobre o Processo de Integração* (In: BID/INTAL, 1990, p. 19 - grifo nosso).

Se até então a formação de um espaço econômico comum era vista como necessidade à aceleração do crescimento econômico e da modernização com justiça social, a partir das novas fórmulas, decidiu-se acelerar o próprio processo de integração. Segundo Belter Copello, por meio desse Comunicado, repentinamente "mudou-se o curso do mesmo acelerando-lhe consideravelmente" (COPELLO, 1991, p. 80).

Essas novas fórmulas envolveriam o período de transição, os objetivos e princípios, os instrumentos, a forma jurídica e, principalmente, o modelo de desenvolvimento e os argumentos do discurso integracionista, isto é, um novo discurso que visava construir a legitimidade das novas fórmulas. Se este modelo não era o que todos queriam, pelo menos, foi o modelo para os mais "modernos" e não para os das "carroças", como insinuava o presidente Collor de Mello!

A Ata de Buenos Aires, praticamente, apresentou todos esses elementos, o que é mais um motivo para indicá-la como ato inicial desse terceiro período, didaticamente sugerido, no processo de formação do Mercosul. Portanto, cabe apresentá-los, iniciando pelos pontos dos considerandos:

A necessidade de modernização das economias dos dois países, de *ampliar a oferta e qualidade* dos bens em circulação nos dois mercados e de favorecer o desenvolvimento econômico com Justiça Social;

A recente evolução dos acontecimentos internacionais, em especial a consolidação dos *grandes espaços econômicos*, a *globalização* do cenário econômico internacional e a importância crucial de conseguir uma *adequada inserção* econômica internacional para nossos países;

Que a *aceleração* e aprofundamento do *processo de integração* entre a República Argentina e a República do Brasil resulta na *resposta adequada* para os desafios acima mencionados (In: BID/INTAL, 1990, p. 25 - grifo nosso).

Como pode ser observado, os elementos centrais do discurso eram praticamente os mesmos da proposta cepalina de transformação produtiva e inserção competitiva.

Os considerandos estavam claríssimos, mas não seria redundante comentá-los. O mundo atual, globalizado e redefinido a partir da formação dos grandes blocos econômicos, no Primeiro Mundo³⁹, também exigia uma resposta adequada para os países do Terceiro Mundo. Estes, não podiam mais permanecer voltados sobre si, mas deviam buscar a inserção internacional (ampliar mercado), isto é, a competitividade de seus produtos (qualidade) no comércio mundial. A saída estaria na aceleração do processo de integração para poder chegar antes e melhor, ao tempo tecnológico da globalização e competitividade. A saída estaria na aceleração da aceleração.

A título de curiosidade e especulação, elaborou-se uma nova versão da dualidade tradicional-moderno, porém empobrecida.

Na Ata de Buenos Aires, a *nova aceleração* foi decidida nos seguintes aspectos do processo de integração: período de transição, a forma jurídica e a metodologia. Os dois primeiros estão no próprio texto do documento: "Estabelecer um *MERCADO COMUM* entre a República Argentina e a República do Brasil, que deverá encontrar-se definitivamente formado em 31 de dezembro de 1994 (In: BID/INTAL, 1990, p. 25 - grifo nosso).

39 O conceito de Primeiro Mundo pode ser interpretado, nesse discurso, segundo a colocação neoliberal de Collor de Mello. O moderno é o tecnológico, o carro sofisticado, com componentes eletrônicos, novos materiais, etc., enfim, Primeiro Mundo é tecnologia de ponta, a eficiência, a competitividade e a redução constante dos custos de produção. O atrasado é o tradicional, a "carroça", o protecionismo nacional, a ineficiência, o Terceiro Mundo.

Ao estabelecer a data de 31/12/94, para o prazo para a entrada em vigor do Mercado Comum, a Ata de Buenos Aires reduzia o prazo da primeira etapa do TICD e já estabelecia a conclusão da sua segunda etapa. Mas, para compreender essa aceleração (atropelamento) dos prazos, poder-se-ia levar em consideração duas questões. A primeira insere-se no discurso neoliberal de que a competição trazia grandes benefícios e quem não queria se modernizar, não merecia estar no mercado, pois a nova competitividade se baseava na tecnologia e não em protecionismo e subsídios. Quem já era moderno não tinha o que temer e merecia incentivo por parte do Estado. A segunda não diz respeito à nova dualidade, mas, sim, ao projeto político e até à personalidade dos dois presidentes, principalmente de Collor de Mello. A aceleração da aceleração poderia ser entendida a partir do interesse eleitoral dos presidentes. Menem poderia se reeleger e Collor faria seu sucessor.

Sobre esta segunda questão, a nova data de encerramento do período de transição para o Mercado Comum coincidia, exatamente, com o último dia do mandato presidencial de Fernando Collor de Mello, 31 de dezembro de 1994. Essa ponderação também foi indicada por Belter Copello: "decisões que foram tomadas nas reuniões dos presidentes Menem e Collor, com um forte componente pessoal de ambos presidentes na adoção das mesmas" (COPELLO, 1991, p. 82).

No ano seguinte, este cronograma foi institucionalizado pelo Tratado de Assunção. Sobre a redução do prazo, Walter Praxedis e Nelson Piletti também seguem essa avaliação oportunista dos presidentes, porém usaram como referência o Tratado de Assunção e não a Ata de Buenos Aires, que era anterior ao dito Tratado de Assunção.

Não foi por disporem de estudos técnicos que justificassem a decisão que Collor e Menem defenderam o curtíssimo prazo de menos de quatro anos - março de 91 a dezembro de 94 - para o início do Mercosul. Foi, isto sim, porque esse

prazo coincidiria com o término do seu mandato presidencial. Em caso de sucesso, poderiam receber o reconhecimento pela iniciativa e os votos agradecidos dos eleitores (PRAXEDIS e PILETTI, 1995, p. 59).

A metodologia da aceleração do encaminhamento do cronograma para o Mercado Comum foi definida no texto da Ata e em seu Anexo I. Juntamente com a nova metodologia, indiretamente, estavam definidos alguns dos novos princípios.

Colocar-se-á especial ênfase na coordenação de políticas macroeconômicas e nas *reduções tarifárias gerais, lineares e automáticas*, como metodologias principais para a configuração do MERCADO COMUM (In: BID/INTAL, 1990, p. 26 - grifo nosso).

Pelo Anexo I, "Metodologia para a Conformação do Mercado Comum", da Ata de Buenos Aires, o avanço do processo para o Mercado Comum dependeria da definição harmônica e coordenada das políticas macroeconômicas (fluxos comerciais e configuração do setor industrial, principalmente) e da condução da política de liberação comercial. A partir da Ata, predominava a abordagem comercialista da integração, ou melhor, a visão das vantagens do livre-comércio enquanto modelo de desenvolvimento. Essa compreensão do novo modelo de integração estava presente nos princípios do desgravamento tarifário (geral, linear e automático), com previsão do índice o (zero) para 31/12/94, e da eliminação das medidas administrativas de discriminações não-tarifárias. Esta metodologia constituía-se na coluna vertebral das novas fórmulas (In: BID/INTAL, 1990, p. 27). As exceções para essas regras estavam restritas aos setores "especialmente sensíveis ou altamente dinâmicos", ou, em outras palavras, os setores atrasados e moderníssimos da economia de cada país, para os quais poder-se-iam estabelecer acordos especiais.

O TICD e a Ata de Buenos Aires, praticamente definiram os rumos e as orientações do futuro Mercado Comum⁴⁰. Belter Copello analisou as novas metas do processo de estabelecimento do mercado comum e comentou a difícil situação em que se encontravam o Uruguai e o Paraguai. Ao discorrer sobre as avaliações internas do setor público e privado do Uruguai, dos dois atos bilaterais, sobre a adesão: "se chegou a uma decisão praticamente unânime do ponto de vista técnico de que o país não tinha possibilidade de desenvolvimento se ficasse fora do mercado comum" (COPELLO, 1991, p. 85).

O mesmo autor citou a posição apresentada pelo Embaixador Gustavo Magariños sobre a tramitação bilateral e quadripartite da integração meridional, ao Legislativo uruguaio, quando o Tratado foi encaminhado àquela Casa para apreciação:

na reunião ministerial em 1º de agosto de 1990 que aceitou a incorporação do Uruguai e do Paraguai ao processo de integração quadripartite, começou a gestar-se a aplicação de um princípio estrito de *reciprocidade*, como se se tratasse de uma *integração entre iguais*, que foi aceita de fato pelo Uruguai de forma contraditória com a filosofia normal dos processos de integração (COPELLO, 1991, p. 91).

Como todos sabem, o próximo passo à integração foi a assinatura do *Tratado de Assunção* pelos presidentes Carlos Menem (Argentina), Fernando Collor de Mello (Brasil), Luís Lacalle Herrera (Uruguai) e Andrés Rodrigues (Paraguai), aos 26 dias do mês de março de 1991, "passando para o papel" as novas fórmulas da integração. O novo discurso tomava forma e era tido como dado irreversível, entrando em vigor no dia 2 de dezembro de 1991.

40 É bom lembrar que a "Iniciativa para as Américas" havia sido anunciada no dia 27/06/90.

Em seu artigo 1, o Tratado de Assunção estabelecia a forma jurídica, a data limite e seu respectivo nome: "Os Estados Partes decidem constituir *um Mercado Comum*, que deverá estar estabelecido a *31 de dezembro de 1994*, e que se denominará '*Mercado Comum do Sul*' (MERCOSUL)" (MRE⁴¹, 1992, p. 6 - grifo nosso).

As novas fórmulas do Mercosul já haviam sido definidas na Ata de Buenos Aires, por outro lado, para alguns princípios do TICD foram apontadas outras orientações. A não ser a inclusão do Paraguai e Uruguai, o Tratado de Assunção praticamente regulamentou e complementou os trabalhos, acordos e protocolos elaborados e firmados no âmbito do PICE e do TICD, ressalvadas, obviamente as "pequenas" mudanças nas novas fórmulas explicitamente neoliberais⁴².

No preâmbulo do Tratado de Assunção, os quatro presidentes reafirmaram as questões em torno da necessidade de ampliação dos mercados nacionais (até então reduzidos), por meio da integração, a fim de acelerar o desenvolvimento com justiça social. Entendiam, pelos termos do tratado, que, para tanto, fazia-se necessário adotar medidas de orientações setoriais a nível de macroeconomia e norteadas pelos princípios de *gradualidade, flexibilidade e equilíbrio*; pretendiam buscar, na integração, respostas adequadas para os desafios da *globalização e regionalização internacional* (blocos econômicos); pretendiam avançar na *integração latino-americana* (ALADI); e, indicaram o *progresso técnico* como eixo central à *competitividade* (oferta e qualidade) (MRE, 1992, p. 5).

Sobre este "espírito" integracionista como medida adequada aos desafios, o discurso proferido pelo então presidente Fernando Collor, no ato

41 Trata-se da publicação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Para evitar a repetição desta autoria, extensa para o texto, optou-se pela sigla (MRE), incluindo outras publicações do MRE pesquisadas e citadas.

42 Para uma leitura mais específica sobre as mudanças nos caminhos do Mercosul, a partir do Tratado de Assunção, e um paralelo com os princípios do PICE, confirma o artigo de Héctor Alimonda (1992), "O Mercosul: perspectiva para a sociedade e para a política".

solene da assinatura do Tratado de Assunção, foi bem claro, ao afirmar que estariam "somando esforços e imaginação, para ultrapassar as mazes da 'década perdida', fundamentalmente a estagnação econômica, o atraso tecnológico e a indignidade de grande parte dos indicadores sociais de nossos países" (COLLOR DE MELLO, 1991, p. 25). Acrescentou, Collor de Mello, de que isto seria possível graças ao novo mercado regional de *200 milhões de consumidores* (!).

Em relação ao contexto internacional, Collor de Mello (1991, p. 25) também apontou os desafios do mundo globalizado e da "transnacionalização das relações econômicas e financeiras" e os agravantes do neo-protecionismo na relação dualista Norte-Sul:

à conta do ressurgimento extemporâneo das barreiras comerciais, práticas protecionistas e medidas discriminatórias no sentido Norte-Sul, a alternativa mais recomendável era a viabilização do que, aqui, na capital paraguaia, estamos concretizando, para a surpresa dos pessimistas, mas para a grandeza e a prosperidade de nossos países (COLLOR DE MELLO, 1991, p. 25).

Os instrumentos básicos para a constituição do Mercosul eram: a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, operacionalizada mediante a eliminação das discriminações diretas e indiretas; estabelecimento de uma unidade nos assuntos da tarifa externa comum, política comercial com terceiros e coordenação de posição em foros internacionais; e, harmonização de suas legislações (Art. 1-TA) (cf. MRE, 1992, p. 6).

A opção comercialista estava mais clara no artigo 4, que se referia às condições equitativas de comércio e adoção conjunta de práticas contrárias aos subsídios, dumping ou outra prática desleal; e, no artigo 5 que estabelecia os princípios e instrumentos a serem adotados no período de transição que iria até 31/12/1994. Observa-se a conformidade dessa opção comercialista com as diretrizes do GATT.

Dos 4 instrumentos-meios, o eixo central do mercado comum, e, principalmente, o *carro chefe da opção comercialista* foi o *Programa de Liberação Comercial (PLC)*, cujas orientações básicas, constavam na letra "a", do artigo 5:

Um Programa de Liberação Comercial, que consistirá em *redução tarifárias progressivas, lineares e automáticas*, acompanhadas da *eliminação de restrições não tarifárias* ou *medidas de efeito equivalente* assim como de outras restrições ao comércio entre os Estados Partes, para chegar a 31 de dezembro de 1994 com tarifa zero, sem barreiras não tarifárias sobre a totalidade do universo tarifário (MRE, 1992, p. 7 – grifo nosso).

O desgravamento, como meio de preferência já estava presente no TICS, entretanto, a projeção progressiva, linear e automática representou uma virada de 180°. O Anexo I, do Tratado de Assunção estabeleceu um cronograma para desgravação tarifária para os produtos da Lista Comum, dos produtos incluídos nos acordos de alcance parcial e da Lista de Exceções. O processo progressivo, linear e automático estava exatamente nesses cronogramas de redução sobre o universo comercial.

A data de referência da Lista Comum, estabelecida no Anexo I, foi a de 1 de janeiro de 1991 e o desgravamento inicial de 40% incidia sobre os índices aplicados a terceiros países. A redução semestral de 7% sobre a anterior, seguiria progressiva, linear e automaticamente, em relação ao índice anterior, até o final do 1º semestre de 94 (30/06), restando para o último, 11% de redução, completando o coeficiente de 100% de desgravação, ou índice 0% (zero) (Anexo I In: MRE, 1992, p. 13-17). A desgravação de produtos incluídos nos AAP, na ALADI, seguiria um cronograma específico (Art. 4).

A Lista de Exceção de cada país (itens NALADI)⁴³, estabelecida no Anexo I, era a seguinte: Argentina: 394 itens NALADI; Brasil: 324 itens; Paraguai: 439; e, Uruguai: 960. Sobre as Listas não incidia os desgravamentos, mas, sim, redução do número dos produtos (itens) constantes na relação de cada país-membro (Art. 7). Para o Brasil e a Argentina, o cronograma de redução anual, com data base em 31/12/1990, seria de 20% ao ano, chegando a sua eliminação, em 31/12/1994. Ao Paraguai e Uruguai, a redução seguiria o seguinte cronograma: 10% na data de entrada em vigor do Tratado; 10% em 31/12/1991, 20% em 31/12/1992 até 31/12/95 (Art. 7, do Anexo I).

No Tratado de Assunção, diferentemente do PICE e do TICD, previasse acordos setoriais, intersetores e também intrassetores, todavia, suas orientações diferenciavam-se ainda mais. No âmbito do Mercosul, esses acordos objetivavam "otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes" (MRE, 1992, p. 7).

Este cronograma agradou aos empresários "modernos" brasileiros. Aliás, não existiam maiores diferenças entre os interesses do atual governo brasileiro e as principais federações empresariais do país. Porém, há de se perguntar acerca das proximidades de ambos e das ações realizadas de forma articulada e em conjunto. Uma dessas entidades era a Simonsen Associados, que publicou um estudo sobre o Mercosul, mostrando as assimetrias, mas também orientando o empresariado (e o governo brasileiro) em relação ao mercado dos demais países-membros e às possibilidades de investimentos diretos, de parcerias e de representações.

43 ITENS NALADI: "A Nomenclatura Aduaneira da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento (ALADI) está dividida em 21 Seções, 99 Capítulos. Cada Capítulo contém as posições de Nomenclatura do Conselho de Cooperação Aduaneira (NCCA). Cada posição poderá desdobrar-se em até 9 subposições e cada subposição em até 99 itens. As Listas de exceção estão elaboradas com base em itens e não produtos (nesse sentido, item como 'os demais' podem abrigar mais de um produto)" (MRE/DECLA, [s. d.], p. 35)

Numa passagem da obra aparecia o seguinte comentário sobre o programa de liberação comercial:

O estabelecimento de um cronograma *rígido* e pautado na *redução* de tarifas alfandegárias, a ser cumprido num *prazo relativamente curto* (quadro e cinco anos), representa uma iniciativa irreversível no processo de integração (SIMONSEN ASSOCIADOS, 1992, p. 28 – grifo nosso).

A prioridade da liberação comercial e a busca de escalas operativas eficientes eram os dois pilares da nova proposta de formação do mercado comum: uma, enfatizava a orientação comercialista (livre-cambista), e, a outra, a das vantagens de eficiência, ou melhor, vantagens competitivas.

Estes dois pilares eram, no entanto, as diretrizes do projeto em si, isto é, do *modelo de integração voltado para fora*. A complementaridade inter-setorial (especialização) era, pois, o principal objetivo dos setores dinâmicos, com o qual, obteriam ganhos de economia de escala, progresso tecnológico, eficiência produtiva e qualidade. Ou como afirmou Fernando Collor:

Começamos a escrever nossa própria modernidade criando um Mercado Comum que, ao fortalecer nossa capacidade produtiva, no lastro da complementação de nossas economias, não nos fecha ao exterior. Pelo contrário, abençoa nosso mecanismo sub-regional de integração a certeza de que, juntos, nos abrimos enriquecidos à parceria com terceiros, ao fluxo de capitais, à renovação tecnológica, ao vigor, enfim, das forças mais promissoras do cenário internacional COLLOR DE MELLO, 1991, p. 25).

Segundo publicação do próprio Ministério das Relações Exteriores do Brasil, entre os objetivos do Tratado de Assunção estaria o interesse em "estimular os fluxos de comércio com o resto do mundo, tornando mais atraentes os investimentos na região. Com isso, *não se trata de reproduzir*,

num plano regional uma política de substituição de importações” (MRE/DECLA, [s. d.], p. 3 – grifo nosso).

Progresso técnico, competitividade, qualidade e eficiência, eis que seriam os desafios para a integração aberta ao mundo globalizado.

Conforme citação anterior de Belter Copello (1991), um outro fator complicador da estabilidade e equilíbrio, do "rolo compressor" do eixo São Paulo-Buenos Aires, e agora irreversível, segundo Simonsen Associados, era o tratamento igual entre os bastantes desiguais. A única vantagem dada aos países de menor desenvolvimento econômico relativo foi, segundo o artigo 6, o reconhecimento das "diferenças pontuais de ritmo, para a República do Paraguai e para a República Oriental do Uruguai, que constam no Programa de liberação Comercial" (MRE, 1992, p. 7).

Ora, essas diferenças pontuais não se referiam, em momento algum, ao desenvolvimento econômico relativo desses países, mas, única e exclusivamente, ao 1 (um) ano a mais no cronograma de redução tarifária da Lista Comum e o "parcelamento" dos 20% de redução inicial, em duas vezes de 10% no mesmo ano.

Segundo Belter Copello, estas novas fórmulas não eram tão favoráveis ao Uruguai, e ainda menos, ao Paraguai.

Não existem no tratado mecanismos de compensação previstos para atender assimetrias ou para atraso de algum de seus membros. (...) O CAUCE e o PEC perderam assim, gradualmente sua condição de instrumentos básicos para a associação do Uruguai ao processo de integração argentino-brasileira (COPELLO, 1991, p. 92).

Gladys Cristaldo (1994, p. 234) também observou a situação do Paraguai a partir dessas novas fórmulas, em meio a tantas assimetrias e desigualdades no desenvolvimento entre os quatro países, uma vez que os

prazos estabelecidos não condiziam com as reais possibilidades de manter um equilíbrio das vantagens intra-área.

Mas, as indicações da orientação comercialista não pararam por aqui. A configuração das instâncias orgânicas também indicou a prioridade social seletiva da e na integração.

A estrutura orgânica manteve algumas instâncias do PICE e do TICD. O artigo 9 estabeleceu os órgãos superiores responsáveis pela direção e encaminhamento da formação do Mercosul durante o *período de transição*. Os principais órgãos eram: o *Conselho do Mercado Comum* e o *Grupo Mercado Comum*.

Enquanto que ao Conselho, órgão superior, competiria a condução política do processo e a instância de tomada de decisões (Art. 10), ao Grupo, órgão executivo, caberia a coordenação e todos os encaminhamentos necessários (Art. 13). O Conselho era formado pelos Ministros de Relações Exteriores (MRE) e os Ministros de Economia (ME) dos Estados Partes (Art. 11). O Grupo era "integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país", representando os MREs, MEs e Bancos Centrais (Art. 14). Além desses dois órgãos superiores, o Mercosul passou a contar com uma Secretaria Administrativa, sediada em Montevideú (Art. 15).

O Grupo Mercado Comum poderia constituir Subgrupos de Trabalho para a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, conforme a necessidade (Art. 13). O Anexo V, do Tratado de Assunção, apresentava a relação desses Subgrupos: 1) Assuntos Comerciais; 2) Assuntos Aduaneiros; 3) Normas Técnicas; 4) Políticas Fiscal e Monetária Relacionadas com o Comércio; 5) Transporte Terrestre; 6) Transporte Marítimo; 7) Política Industrial e Tecnológica; 8) Política Agrícola; 9) Política Energética; e 10) Coordenação de Políticas Macroeconômicas. Já o Subgrupo de Trabalho n.º 11 - Assuntos Trabalhistas, foi criado em 1991 (MERCOSUL/GMC/RES.

N.º 11/1991) e redefinido em 1992 para "Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social" (MERCOSUL/GMC/RES. N.º 11/1992) (MRE, 1992, p. 26)⁴⁴.

O simples fato de não se pensar em um Subgrupo para o Setor Trabalho, leva a entender que a integração era um assunto dos governantes e dos empresários. Sobre este assunto, Belter Copello comentou que a proposta de criação desse subgrupo partiu do Uruguai, "para analisar os temas sociais que se delinham como conseqüências do MERCOSUL" (COPELLO, 1991, p. 99). Além do que Copello expôs que, o Subgrupo foi incorporado ao conjunto dos subgrupos, principalmente, a partir da pressão dos movimentos populares organizados dos quatro países do Mercosul, representados pela Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS), que encaminharam a proposta do subgrupo ao Conselho do Mercado Comum (CMC). Dois elementos indicavam a grande importância do Subgrupo 11: um, a própria temática trabalhista; a outra, sua formação tripartite (governo, trabalhadores e empresários). Era o único Subgrupo que tinha a participação oficial dos pequenos proprietários rurais, trabalhadores urbanos e seus sindicatos, isto é, possuíam *direito a voz e voto*. Os demais subgrupos eram compostos por representantes dos governos e contavam com o acompanhamento dos empresários. Todavia, a CUT, as demais centrais e os movimentos populares acompanhavam os trabalhos das comissões temáticas, especialmente dos Subgrupos 7 e 8, mas sem direito normativo.

Pela Declaração N.º 2, da Chancelaria dos países do MERCOSUL, de 26 de março de 1991, os governos dos quatro países do Mercosul, deixaram

44 A agenda dos Subgrupos foi definida na IIª Reunião do Conselho do Mercosul: "O cronograma dos Subgrupos de Trabalho e das diversas Comissões Temáticas foi definido na reunião da Las Leñas, em Bariloche, em junho de 1992" (ZAMBERLAM, 1993, p. 46-51).

Já na época houveram pressões dos setores produtivos, inclusive empresariais, contrários aos instrumentos do PLC. Naquela reunião foi definida a agenda imediata dos Subgrupos e os assuntos das comissões temáticas (cf.: BID/INTAL, 1993, p. 88).

o Tratado aberto para adesão da Bolívia, segundo seus dispositivos, e à adesão imediata do Chile (cf. COPELLO, 1991, p. 93)⁴⁵.

Os demais documentos normativos do Mercosul foram: o Protocolo de Brasília para Solução de Controvérsia, aprovado em 17/12/1991 (MERCOSUL/CMC/DEC. N.º 01/1991); a Certificação de Origem, Regime de Procedimentos e Sanções Administrativas (MERCOSUL/CMC/DEC. N.º 02/1991); e, os Acordos Setoriais: Marco Normativo (MERCOSUL/CMC/DEC N.º 03/1991) (MRE, 1992, p. 26).

Antes de abordar a definição final do Mercosul, caberia apresentar os principais elementos do programa "*Iniciativa para as Américas*" (IA), do Governo de George Bush, com sua sustentação, no estilo mais (neo)clássico do discurso liberal que estabeleceu uma relação interdependente, *sine qua non*, entre liberdade política (democracia) e livre mercado (concorrência), como condição para o crescimento econômico e o dito bem-estar social.

A *Iniciativa* veio a ser o Programa do Governo Norte-americano, através do qual manifestou sua posição favorável à iniciativa da integração hemisférica e se propôs a agir em benefício da "solução" do problema da dívida externa, do fomento comercial entre seus países e do retorno dos investimentos externos na América Latina. Peter Field (1991, p. 4) comentou que o programa "*Iniciativa para as Américas*" não era igual à "*Aliança para o Progresso*", dos anos de 1960, pois o governo dos EUA estava enfrentando sérios problemas de déficit público e não dispunha de recursos abundantes para ações de cooperação internacional ou a fundo perdido destinado a agências financeiras, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)⁴⁶.

45 "O Mercosul e o Chile assinaram um Acordo de Complementação Econômica, em 25 de julho de 96, que visa constituir uma zona de livre comércio até o ano 2004. O acordo entra em vigor a partir de 1º de outubro de 1996" (CUT/ESCOLA SUL, 1996, p. 89).

46 Peter Field foi Diretor do Programa "*Iniciativa para as Américas*" do Governo Bush.

Os três pilares do programa da IA eram: livre-comércio hemisférico, investimentos de capitais e dívida externa. Estas três questões foram colocadas no Programa, apresentado pelo Presidente Bush ao Congresso dos EUA, da seguinte forma:

Os três pilares da nova iniciativa são o *comércio*, os *investimentos* e a *dívida externa*. Para ampliar o comércio, proponho que comecemos o processo de criar uma *zona de livre comércio no âmbito do hemisfério*; para aumentar os investimentos, que adotemos medidas para criar um novo fluxo de capital para a região, e para aliviar mais os encargos da dívida externa, um novo enfoque para a dívida na região, com benefícios importantes para nosso meio ambiente (In: COPELLO, 1991, p. 304 – grifo nosso).

Na realidade, a ideia e o interesse central da IA era a liberação do comércio continental, ou melhor, o estabelecimento de uma zona de livre comércio. Como pode ser observado, a base de fundo da IA era sua defesa do *livre mercado* como condição à prosperidade do continente. O contraponto da questão estava no protecionismo (keynesianismo): "Estas barreiras são o legado da *noção errada* de que a economia de uma nação necessita de proteção a fim de prosperar" (In: COPELLO, 1991, p. 304 – grifo nosso). A "nova modernidade" devia se pautar no pleno mercado livre, condição única para o progresso técnico.

A IA não só conclamava os países latino-americanos para darem início à efetivação de uma zona de livre comércio continental, mas também propunha que essa zona fosse um espaço amplamente aberto à livre concorrência. Para levar adiante a ideia a primeira medida a ser tomada seria a *redução das tarifas*, no estilo da tese que os EUA defendiam na Rodada Uruguai do GATT, justamente com o Grupo Cairns, como analisou Argermiro Brum (1992, p. 209-234), acerca do "GATT: quem ganha com a liberalização?". Já o objetivo maior era "fazer que nosso objetivo último

seja um sistema de livre comércio que vincule todas as Américas: Norte, Central e Sul" (In: COPELLO, 1991, p. 304).

Essa *zona de livre comércio* seria o resultado final das várias formações bilaterais e sub-regionais em andamento no continente. Ao "abrir-se" para a América Latina, no jogo do livre mercado, os EUA se proporião a participar desses grupos em andamento, entretanto, em função das "complexidades" das etapas iniciais, e, principalmente, das grandes diferenças em relação ao estado de desenvolvimento dos países latino-americanos, além das pré-condições macroeconômicas, os primeiros passos seriam dados com *acordos bilaterais* entre EUA e os demais países. O Acordo de Liberação das Trocas Canadá-Estados Unidos (ALECEU) já estava em vigor. O primeiro acordo bilateral EUA-América Latina foi firmado com o México. Em outubro de 1992 foi concretizada a inclusão do México no acordo EUA-Canadá, através do Acordo de Liberação das Trocas Norte-Americanas (ALENA) ou, como é mais conhecido, Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). Todavia, o NAFTA era constituído de três acordos bilaterais de comércio (EUA-Canadá, EUA-México e Canadá-México).

No acordo de livre comércio entre EUA-México não foi incluído a livre mobilidade da força de trabalho. Conforme informou Peter Field, o NAFTA também foi pensado para resolver o problema da migração da mão-de-obra mexicana para os EUA, embora houvesse pressão dos sindicatos norte-americanos que eram contra a assinatura do acordo:

os nossos sindicatos foram violentamente contrários à idéia de negociar um acordo de comércio livre com o México. (...) Imaginem um processo que começou com a idéia de diminuir a onda de imigração dos mexicanos vindos do Sul e que acabou fazendo com que os sindicatos defendessem o não-acordo

do comércio livre, por medo de perder mais empregos do que ganhar (FIELD, 1991, p. 4)⁴⁷.

Para Belter Copello (1991) e Gladys Cristaldo (1994), as desigualdades entre os países do Mercosul comprometiam as vantagens para os países de desenvolvimento econômico relativo, que dirá então, destes países e dos demais países menores da América Central, se se tratar de uma zona de livre comércio entre EUA-Canadá e a América Latina? Ora, já foi comentado anteriormente que das formas jurídicas de integração, a zona de livre comércio era e é a que mais favorece ao livre jogo do mercado. Somadas às diretrizes da eliminação de qualquer forma de protecionismo (direto e indireto), incluindo nesse, os subsídios aos produtores diretos das atividades agrícolas na América Latina, com certeza, as vantagens estariam socialmente localizadas nos países de menor desenvolvimento relativo e nos "grandes" nos EUA e Canadá. O México, após dois anos no Primeiro Mundo, foi um exemplo confiável de quebradeira geral e os mexicanos mais pobres que o digam! Após dois anos de "ingresso" no Primeiro Mundo, em fins de 1994 e início de 1995 a economia mexicana "implodiu", derrubando o "elefante branco", quebrando bolsas de valores e desnudando o déficit comercial. A "super maxi-desvalorização" do peso (em torno de 70%) e o empréstimo de 50 bilhões de dólares, rapidamente levantado pelo governo do vizinho rico e pelo FMI, no início de 1995, foram algumas das medidas emergenciais para evitar o "efeito tequila", para o Norte e para o Sul.

TABELA - 09: NAFTA X MERCOSUL: INDICADORES ECONÔMICOS 1988-1994

PAÍS/BLOCO	POPULAÇÃO (milhão)	PNB/PIB (US\$ bilhão)	RENDA PER CAPITA (US\$/unidade)	ÁREA (km ²)
------------	-----------------------	--------------------------	------------------------------------	----------------------------

47 A própria assinatura do ALECEU foi polêmica e provocou pressões no Canadá em relação a alguns aspectos comercialistas do acordo. Sobre a formação do bloco econômico na América do Norte confira o artigo de Héctor Alimonda (1994, p. 222-236), *A crítica canadense aos Tratados de Livre Comércio na América Latina*, e o capítulo do Robert Saint-Louis (1994, p. 101-121), *Impactos Econômicos do ALENA e do ALECEU sobre a agricultura do Canadá, Estados Unidos e México*.

	1988	1994	1988	1994	1988	1994	
NAFTA	356,0	366,79	5.459,9	6.460,0	15.337,0	17.612,2	21.251.915
Estados Unidos	246,0	252,06	4.847,3	5.700,0	19.680,0	22.613,3	9.372,614
Canadá	26,0	26,99	435,9	500,0	16.760,0	18.524,6	9.970.610
México	83,7	87,74	176,7	260,0	2.110,0	2.963,3	1.908.691
MERCOSUL	183,0	191,50	415,7	675,2	2.271,6	3.525,8	11.861.852
Argentina	31,5	33,10	79,4	255,3	2.520,0	7.713,0	2.766.889
Brasil	144,4	153,90	323,6	413,1	2.240,0	2.684,2	8.511.996
Paraguai	4,0	4,50	6,0	6,8	1.500,0	1.511,1	406.752
Uruguai	3,1	3,10	6,7	11,4	2.160,0	3.677,4	176.215
NAFTA/MERCOSUL	1,945	1,915	13,13	9,57	6,75	5,00	1,79
EUA/MERCOSUL	1,344	1,316	11,66	8,44	8,66	6,41	-0,21
EUA/BRASIL	1,703	1,638	14,98	13,80	8,79	8,42	1,10

FONTE: - **1988:** Banco Mundial. Apud: ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. "A integração das Américas" Por quê? Para quem? Quando? Como?" In: VELLOSO, João Paulo Reis (org.). *O Brasil e o Plano Bush*. São Paulo: Nobel, 1991. p. 70-71;

- **1994 (NAFTA):** In: *Revista do Mercosul; Almanaque Abril 1994*. Apud: MAGNOLI, Demétrio e ARAUJO, Regina. *Para Entender o MERCOSUL*. 3. ed., São Paulo: Ed. Moderna, 1994. p. 31 (Obs.: Os autores não especificaram o ano (1994: Almanaque Abril);

- **1994 (MERCOSUL):** *Relatório Anual do Banco Mundial-1994* In: *DIÁRIO OFICIAL/TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO*. N.º 122, 26/06/96. p. 1

Como pode ser observado pelos dados da tabela anterior, é possível visualizar as possibilidades de afirmação e agravamento das desigualdades que uma zona de livre comércio poderia e pode gerar entre países com tamanhas diferenças econômicas, porém iguados num mesmo sistema de livre mercado. Não bastasse as enormes assimetrias entre o México-EUA e México-Canadá, o "Acordo 4+1" e a Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA), objetivavam igualar, a nível de acordos bilaterais sub-regionais e hemisférico, todos os países do Continente Americano.

Ao explicar o "espírito" da IA, Peter Field deixou claro que não era (é) do interesse do governo dos EUA pensar num mercado comum americano. Isso poderia ser pensado mais tarde. Primeiro, os países latino-americanos poderiam consolidar as integrações sub-regionais, melhorar suas economias, superar as assimetrias e ajustar as políticas macroeconômicas. Em outras palavras, os EUA e o Canadá, países altamente

desenvolvidos, poderiam pensar na formação de um mercado comum. Porém, integrar, nos padrões de um mercado comum, países do Primeiro Mundo com países do Terceiro Mundo não seria política e socialmente possível, em se tratando de arranjos de blocos econômicos com maior integração.

Esse discurso neoliberal perpassava todos os pontos da IA. Ora, uma zona de livre comércio privilegiaria, não restam dúvidas, os negócios empresariais norte-americanos. Em sã consciência, num livre mercado e numa zona de livre comércio, a balança comercial dos países latino-americanos, com certeza, tenderia para o déficit.

Nesse "espírito filantrópico" da IA, na data de 19 de junho de 1991, foi firmado o Acordo 4+1, ou "La Rosaleda", entre o Mercosul e EUA, tendo por anexo uma "Agenda de Ação Imediata" e encaminhamentos para a futura integração (MRE, 1992, p. 123 ss)⁴⁸.

Dando continuidade às negociações EUA-América Latina, na reunião da Cúpula das Américas, realizada em Miami, aos 11 de novembro de 1994, foi aprovada a "Declaração de Princípios Pacto para a Prosperidade: democracia, livre-comércio e desenvolvimento sustentado nas Américas", pela qual, os presidentes, eleitos democraticamente (democracia representativa), definiram os próximos passos para a criação da zona de livre comércio das Américas:

decidimos iniciar imediatamente a criação da Zona de Livre Comércio das Américas, em que serão eliminadas progressivamente as barreiras ao comércio e aos investimentos. Portanto, resolvemos concluir as negociações da Zona de Livre Comércio das Américas, no mais tardar, até o ano 2000 e

48 Além do Acordo 4+1, os países do Mercosul também firmaram acordo com a Comunidade Econômica Européia, o "Acordo de Cooperação Inter-institucional entre as Comunidades Européias e o Mercado Comum Sul (MERCOSUL), no dia 29/05/1992 (MRE, 1992, p. 129-131). No âmbito desse acordo foi instituído o Conselho de Cooperação (bipartite), a Comissão Mista de Cooperação e a Subcomissão Comercial (CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, 1996, p. 61-64).

concordamos em alcançar avanços concretos até a consecução desse objetivo para o final do século (In: CEDEP/UFRGS, dez/1994. v. 10, n.º 5, p. 6).

O segundo elemento da IA dizia respeito os investimentos externos. O governo dos EUA mostrou-se disposto a criar um novo fundo de investimentos para a América Latina junto ao BID, sugerindo o montante de US\$ 300 milhões anuais como subsídio aos programas de ajustes e reformas (privatizações, abertura). Pela IA, esse fundo de investimentos seria formado a partir das seguintes somas e origens: "Os Estados Unidos se propõem a contribuir com 100 milhões de dólares ao fundo e buscará contribuições semelhantes da Europa e do Japão (COPELLO, 1991, p. 306). Todavia, George Bush enfatizou que os investimentos externos voltariam a convergir para a América Latina a partir do momento em que fossem realizadas as reformas e ajustes macroeconômicos (privatizações, abertura do mercado, desburocratização, etc.). O livre mercado e a competitividade seriam, pois, a melhor propaganda para os investimentos externos.

O último elemento da IA era o tratamento da dívida externa. A filantropia do governo estadunidense, para esse assunto, envolveria os créditos que ele possuía dos empréstimos oficiais desse governo aos governos latino-americanos. A nova iniciativa no tratamento da dívida externa latino-americana também estava relacionada às reformas em favor da abertura econômica.

Atualmente, através da América Latina, a dívida externa oficial com o governo dos Estados Unidos chega quase aos 12 bilhões de dólares, com 7 bilhões de dólares dessa cifra em empréstimos concessionais. E em muitos casos, os encargos mais pesados da dívida oficial cai sobre algumas das nações mais pequenas da região, países como Honduras, El Salvador e Jamaica.

(...) proponho uma nova iniciativa importante para reduzir a dívida oficial da América Latina e do Caribe com os Estados Unidos, para países que adotem

estrutos programas de reformas econômicas e de inversões com o apoio das instituições internacionais (In: COPELLO, 1991, p. 306).

A nova iniciativa, no sentido de solucionar o "problema" da dívida externa, após os "sucessos" do Plano Brady, priorizariam programas de preservação do meio ambiente, isto é, projetos que procurassem tratar de assuntos ecológicos (fundos ambientais)⁴⁹ e programas de reformas econômicas em favor do livre mercado. Outrossim, o novo tratamento da dívida externa pública (oficial) invertia, no discurso, seu montante como se essa fosse a dívida privada e desconhece o peso dos serviços.

Pela IA, a liberdade de mercado passou a ser sinônimo de defesa do meio ambiente e "ecologia"⁵⁰ Lia Pereira, ao comentar a IA e abordá-la na perspectiva da globalização e regionalização, mostrou que no "novo canto da sereia", como dizia Guevara sobre a "Aliança para o Progresso", a filantropia terminava nas vantagens que uma zona de livre comércio continental representaria, enquanto mercado potencial e "protegido" pelos negócios dos empresários norte-americanos:

Em princípio, seria interessante para os Estados Unidos garantir mercados preferenciais principalmente para os seus produtos associados aos novos setores de tecnologia de ponta, dada a concorrência japonesa e europeia (PEREIRA, 1991, p. 170).

49 A dívida externa já era em moeda verde (US\$), agora, a *cor da moeda*, tornou a dívida verde. Alguns "verdes" do Primeiro Mundo, Organizações Não-Governamentais (ONGs), compram títulos da dívida no mercado secundário e negociam com os governos devedores, no valor de estampa e em moeda nacional, transformando-os em fundos para projetos de preservação ambiental. Segundo Maria Soares, mesmo podendo contribuir com a recuperação ou preservação de áreas ambientais, esta prática legitimava a dívida externa e não questionava o problema estrutural que ela representava. Só o pagamento dos juros e serviços eram mais onerosos para o meio ambiente e para a população (arrocho e recessão), do que sua amortização no mercado secundário (cf. SOARES, 1992).

50 "Para uma quantidade cada vez maior dos nossos vizinhos, está clara a necessidade da reforma do mercado livre. Estas nações necessitam de espaço econômico para executar reformas audazes. E esta iniciativa da dívida oficial é uma resposta, uma saída sob a pesada carga da dívida que atrasa o processo de reforma" (In: COPELLO, 1991, p. 307).

Para concluir o terceiro período da formação do Mercosul, convém tratar da sua configuração institucional definitiva, aprovada pelo *Protocolo de Ouro Preto (POP)*, na data de 17/12/1994.

O POP não trouxe novos elementos ao discurso integracionista, apenas reafirmou os objetivos e princípios do Tratado de Assunção (TA) e definiu a estrutura institucional do Mercosul (artigo 18, TA). Todavia, dois dados apresentados no preâmbulo do POP merecem destaque. O primeiro deles correspondeu ao comentário a respeito da forma jurídica adotada no período de transição, estipulado no Tratado de Assunção: "Conscientes da importância dos avanços alcançados e da implementação da *união aduaneira* como etapa para a construção do mercado comum" (POP - In: *Gazeta Mercantil*, 31/12/94, 02/01/95. Apud: CEDEP, dez/1994, v. 10, n.º 5, p. 42). O segundo enfatizou uma das preocupações ausentes no TA: "atentos para a necessidade de uma consideração especial para países e regiões menos desenvolvidos do Mercosul" (POP).

Pelo TA, a partir do dia 31/12/1994, vigoraria a tarifa o (zero) para o universo comercial interno e a tarifa externa comum. Ambos acabaram permanecendo em aberto e nem o presidente Collor pode "colher" as vantagens dos seus resultados. Na realidade, o período de transição requeria bem mais tempo, sem falar da impossibilidade de, entre 4 a 5 anos, reconverter os processos produtivos, ainda mais em se tratando de países ditos em desenvolvimento.

Segundo a análise da CUT e com base na teoria da integração, após o período de transição e conforme o próprio texto do POP, à época, o Mercosul se apresentaria como uma *união aduaneira imperfeita* (CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, 1996, p. 16). A partir do POP, e com algumas modificações em relação ao TM, a estrutura institucional definitiva do Mercosul passou a contar com os seguintes órgãos básicos, conforme seu artigo 1º (Cf. Anexo-I: Organograma):

- Conselho do Mercado Comum (CMC);
- Grupo do Mercado Comum (GMC);
- Comissão de Comércio do Mercosul (CCM);
- Comissão Parlamentar Conjunta (CPC);
- Foro Consultivo Econômico-Social (FCES); e
- Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM).

Os três primeiros, CMC, GMC e CCM, eram órgãos decisórios e deliberativos do Mercosul. A CPC e o FCES, por sua vez, vinham a ser órgãos intermediários entre os Governos e a Sociedade Civil dos Estados Partes e o Mercosul. O primeiro dos últimos era um veículo entre o Mercosul (pessoa jurídica) e os poderes Legislativos e Executivos nos seus próprios países; e o segundo, um Fórum da sociedade civil principalmente dos organismos de classes (empresários e trabalhadores) e demais movimentos sociais. O FCES, órgão até então não existente em todo o processo de formação do Mercosul, passou a ser a instância interna de inserção social no Mercosul, e que, por sua vez, poderia construir uma rede setorial de entidades de classe, em cada Seção Nacional, com sua estrutura interna própria. Já a SAM era o órgão de apoio. Outra novidade presente no POP foi o CCM (vinculado ao GMC), principalmente sua natureza deliberativa sobre assuntos comerciais. Por outro lado, a este órgão comercial, específico, correspondia às necessidades de solução de controvérsias e reclamações na *união aduaneira*.

As decisões dos três órgãos deliberativos eram obrigatórias para os Estados Partes, cuja natureza dos instrumentos conclusivos seriam: Decisões para o CMC, Resoluções para o GMC, e Diretrizes para o CCM (Art. 9, 15 e 20). Já o FCES se manifestaria mediante recomendações ao GMC,

não havendo obrigatoriedade (Art. 29), e a CPC expediria recomendações ao CMC, através do GMC (Art. 26).

O CMC era o órgão superior do Mercosul (Art. 3) e “integrado pelos Ministros das Relações Exteriores; e pelos Ministros da Economia, ou seus equivalentes, dos Estados Partes (Art. 4). Suas funções constaram no artigo 8, do POP, sendo por excelência o órgão máximo do Mercosul e cabendo a ele a direção de todo o processo.

O GMC era “o órgão executivo do Mercosul” (Art. 10) e “integrado por quatro membros titulares e quatro membros alternos por país, designados pelos respectivos Governos, dentre os quais devem constar, necessariamente, representantes dos Ministérios das Relações Exteriores, dos Ministérios da Economia (ou equivalentes) e dos Bancos Centrais”, e “coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores” (Art. 11).

Na esfera do GMC também foram constituídos os Subgrupos de Trabalho (SGT) temáticos-setoriais. A partir da estrutura institucional definida pelo POP, o Mercosul contava com 10 SGT, subordinados ao GMC, cujos temas e numeração passaram a ter a seguinte ordem: Comunicações, Mineração, Regulamentos Técnicos, Assuntos Financeiros, Transporte e Infra-estrutura, Meio Ambiente, Política Industrial, Política Agrícola, Política Energética, e, Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social. Pelo Organograma do Mercosul, segundo o POP, o GMC também contava com os grupos ad-hoc, reuniões especializadas e comitês de cooperação técnica (vide Anexo - I).

Além da estrutura básica o GMC, poderia estabelecer Comitês Técnicos (CT) setoriais, vinculados a CCM, para tratar de assuntos específicos (assessoramento, reclamações, etc.). Por ocasião das definições em Ouro Preto e durante os primeiros seguintes, foram constituídos os seguintes Comitês Técnicos (CT) ligados ao GMC: Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias; Assuntos Aduaneiros; Normas e Disciplinas

Comerciais; Políticas que Distorcem a Competitividade; Defesa da Concorrência; Práticas Desleais e Salvaguardas; Defesa do Consumidor; Restrições Não-Tarifárias; Setor Automotriz; e, Setor Têxtil (cf. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Diário Oficial*, n.º 122, 26/06/1996, p. 9).

A CCM foi criada pelo POP e, enquanto órgão, tinha por competência: o "órgão encarregado de assistir o Grupo Mercado Comum: compete a ele velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes para o funcionamento da união aduaneira, bem como acompanhar e revisar os temas e matérias relacionadas com as políticas comerciais comuns, com o comércio intra-Mercosul e com terceiros países" (Art. 16).

Pelo POP a CCM também seria "integrada por quatro membros titulares e quatro membros alternos por Estados Partes e será coordenada pelos Ministros das Relações Exteriores" (Art. 17).

Do conjunto das funções da CCM, para o zelo da *união aduaneira*, destacavam-se duas: - "Velar pela aplicação dos instrumentos comuns de política comercial intra-Mercosul e com terceiros países, organismos internacionais e acordos de comércio"; - "Tomar as decisões vinculadas à administração e à aplicação da tarifa externa comum e dos instrumentos de política comercial comum acordados pelos Estados Partes" (Art. 19, inciso I, V). Outra atribuição importante da CCM era a de pronunciar-se sobre reclamações e controvérsias encaminhadas pelas Seções Nacionais (Art. 21).

A CPC era "o órgão representativo dos Parlamentos dos Estados Partes no âmbito do Mercosul" (Art. 22), constituída por representantes de cada Parte em igual número (Art. 23). Sua função principal eram a de acelerar os procedimentos internos e a efetivação das decisões do Mercosul, e a de "coadjuvar na harmonização de legislações, tal como requerido pelo avanço do processo de integração (Art. 25).

Já o FCES passou a ser "o órgão de representação dos setores econômicos e sociais e será integrado por igual número de representantes de cada Estado Parte" (Art. 28). O FCSE poderia constituir-se no principal avanço da integração no sentido de possibilitar a participação da sociedade civil nos caminhos da integração, todavia não era um órgão decisório. Sua força estaria na pressão política.

O POP manteve a SAM com as mesmas funções corriqueiras: apoio operacional e logístico das atividades afins, prestação de serviços aos órgãos do Mercosul, guarda da documentação oficial, correspondências, comunicados e arquivo geral (Art. 31 e 32).

Quanto à tomada de decisões, permaneceu o critério de consenso com a presença de todos os membros (Art. 37) e o compromisso pelas regras do jogo (Art. 38).

Cientes de tratar-se de uma *união aduaneira imperfeita*, pelo artigo 44, do Protocolo de Ouro Preto, os Estados Partes definiram que antes de concluir-se a definição da Tarifa Externa Comum (TEC), iriam rever a regulamentação sobre Controvérsias (Protocolo de Brasília).

Sobre as estatísticas da TEC e as questões a serem definidas, destacavam-se: - Total de itens da Nomenclatura Comum do Mercosul: 9.000; - Produtos de Convergência à TEC: bens de capital (900 itens) e informática e telecomunicações (200 itens)⁵¹.

Sobre a TEC e as Listas de Exceções, o CMC havia aprovado, em agosto de 1994, que "a TEC máxima será de 20% e haverá uma lista de exceção com tarifa entre 20 a 35% até o ano de 2001 a 2006" (CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, 1996, p. 16). A VII Reunião do CMC, realizada no

51 Na mesma referência sobre o Sumário de Estatísticas - TEC foi apresentado um resumo das Listas de Exceções Nacionais, das Listas de Exceções do Regime de Adequação e das Listas Nacionais de Adequação, constando o número e setores dos produtos, os novos prazos à TEC e os índices tarifários. Em Ouro Preto também foram aprovados pelo Conselho do Mercado Comum (CMC) as seguintes regulamentações: Defesa da Concorrência (MERCOSUL/CMC/DEC. N.º 21/94), Regime de Adequação (MERCOSUL/CMC/DEC. N.º 24/94) e Regime de Origem (MERCOSUL/CMC/DEC. N.º 23/94).

mês de dezembro de 1994, em Ouro Preto, definiu que: - 85% do universo tarifário estão com TEC definida; - para esses produtos, o comércio intra-Mercosul se dará com alíquota zero, sem comprovação de critério de origem" (CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, 1996, p. 16; cf. também CEDEP, 1994).

Dos impasses de Ouro Preto, também se percebeu que o núcleo setorial central do Mercosul, o setor automotriz, mesmo tido como um dos mais dinâmicos na economia do Prata, ainda *caminhava em cima de ovos*. O universo discursivo do neoliberalismo (realidade do discurso) tinha mais "qualidade" do que a integração efetiva (realidade da integração)!

O núcleo central, e principal fiel da balança comercial, continuava sendo o *setor automotriz*. Em Ouro Preto, foram firmados três *acordos bilaterais sobre o setor automotriz*: Brasil-Uruguai, Argentina-Uruguai e Brasil-Argentina (CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, 1996, p. 47; cf. também CEDEP, 1994).

A estrutura organizacional permanecia centralizada na esfera inter-governamental (Corporação) dos Estados Partes. Até aquele momento, não se visualizava um organismo supranacional do Mercosul. Com certeza, pensar um parlamento do Mercosul, semelhante ao Europeu, seria, até aquele período, praticamente impossível, na medida em que os representantes dos Estados Partes não visualizavam esta institucionalização no âmbito legislativo⁵². Por outro lado, os rumos da integração permaneciam muito sensíveis ao quadro político de cada Estado Parte, principalmente o brasileiro e o argentino. Essa "fragilidade", que era ao mesmo tempo o "braço forte" da integração real e o fiel da balança dos projetos políticos vitoriosos nos pleitos eleitorais nacionais em cada país, já tinha produzido desdobramentos significativos nos caminhos do Mercosul. Os governos de

⁵² Este tema não integra o recorte temporal deste estudo, todavia, convém indicar que o Parlamento do Mercosul – Parlamento Del Mercosur – foi criado em dezembro de 2006.

Collor e Menem marcaram época com o novo dualismo atrasado-moderno, presente no discurso integracionista neoliberal da preferência comercialista, competitiva e aberta.

Por fim, a participação popular da sociedade ainda estava por ser viabilizada. Até os anos seguintes ao Protocolo de Outro Preto, no contexto da América Latina, as democracias representativas (o governo da maioria dos votos dos eleitores), legitimadas pelo Estado de Direito Democrático, não se apresentavam apenas como regra do jogo eleitoral e institucional, mas referencial máximo da concepção de governabilidade e da constitucionalidade, ou seja, era o estado máximo da própria *democracia*, mesmo que restrita à representatividade dos poderes constituídos na sociedade política e espaços delimitados à sociedade civil.

IV

A mobilização dos trabalhadores no Mercosul

Os governos e as elites do Cone Sul têm pressa em "chegar ao Primeiro Mundo". Influenciados pela ideologia neoliberal que, uma vez mais, acena para o mercado e a competição como únicos mecanismos capazes de salvar nossos países do subdesenvolvimento, e pressionados pela ilusão de que os ajustes inspirados pelos credores internacionais vão repor o continente na trilha do desenvolvimento, eles decidiram "produzir só aquilo que possa ser comercializado internacionalmente.

Declaração de Porto Alegre

Este capítulo versa sobre a apresentação da avaliação, do posicionamento e da proposição sobre o processo de integração na perspectiva social dos trabalhadores. Na primeira parte desse bloco, o texto está centrado em dois elementos: um, na crítica histórico-social do processo, ou melhor, do projeto de integração encaminhado pelos governos dos respectivos países do Mercosul; o outro, na construção da proposta dos trabalhadores para a integração e sua *praxis* (pensamento-ação) no próprio processo em andamento, orientada para a realização da integração social: "Fazer nossa a integração". Na segunda parte do capítulo, são apresentadas algumas considerações acerca da dimensão real do mundo do trabalho no meio rural no desenvolvimento da atividade leiteira, tomando-se como amostra, pequenas propriedades rurais, no Alto Jacuí/RS. Todavia, esse estudo pretende "fugir" às abordagens comercialistas, mercadológicas e comparativas dos setores sensíveis à integração, aproximando a crítica ao projeto e rumos da integração neoliberal do Mercosul, pós-1991, com a concretude dos sujeitos históricos, ou seja, das pessoas. Isto é, enquanto de um lado,

na institucionalidade do Mercosul, os sujeitos da integração são as pessoas jurídicas (de direito público e de direito privado) do "Olimpo" do mercado¹ sub-regional, principalmente às grandes empresas; de outro, na perspectiva dos trabalhadores, os "excluídos da integração" também se constroem como sujeitos desse processo, inclusive interferindo nos caminhos da integração oficial e institucional. Nem tudo começa ou termina nos custos da produção, assim como nem tudo começa ou termina no mercado. Antes de se chegar a esse ponto, circulação das mercadorias, muitas outras coisas, socialmente mais importantes, merecem atenção.

Os caminhos da oficialidade do Mercosul já foram apresentados no capítulo anterior, dispensando, doravante, maiores comentários. Entretanto, alguns elementos precisam ser recolocados a partir do ponto de vista dos trabalhadores.

Nesse estudo, a categoria ponto de vista dos trabalhadores é compreendida no sentido dado por Florestan Fernandes (1989), enquanto *práxis* (dialética) construída e sustentada com base na condição subjetiva e orgânica da respectiva classe social, diante da realização histórica do Mercosul. Portanto, não se pretende apresentá-la, como uma lógica estrutural, mecânica e determinista ou como inversão racionalista de uma lógica omnipresente. O sentido da *práxis* está dimensionada, justamente, como mobilização dos sujeitos sociais. Conforme Adam Schaff (1982), estes sujeitos coletivos são, e estão, singularizados nos indivíduos sociais, constituindo-se em atores e *personas* na interlocução histórico-social.

Esta *praxis* ontogênica desses sujeitos sociais, categorizada pelo ponto de vista dos trabalhadores, tem sua origem situada socialmente nas condições gerais e dimensionais da vida e do trabalho no mundo rural (pequenos e médios proprietários de área de terra, assalariados, meeiros,

¹ Na visão neoliberal o mercado é o espaço (lugar) de "purificação" (seleção darwiniana) da competitividade. Somente os competitivos merecem estar no mercado e, portanto, também merecedores de serem os sujeitos da integração.

arrendatários, parceiros e trabalhadores volantes, etc.) e urbano (assalariados, empresas familiares, pequenos e mesmo médios empresários, trabalhadores ocupados na economia informal, etc.). Partindo desse referencial, este conhecimento constrói um projeto de integração, bem como orienta a ação (mobilização) desses sujeitos coletivos na efetivação de uma integração socialmente mais justa. Numa linguagem mais elementar, os trabalhadores, enquanto protagonistas (interlocutores) elaboram a crítica ao projeto neoliberal do Mercosul e, concomitante a ela, apontam para outro caminho, que tem como referência sua condição social. Com base no entendimento de que há um comprometimento dos indivíduos, inclusive intelectuais, nos processos sociais, segundo José Fernando Kieling (1995, p. 21 (nota 46), 27 (nota 14), o sentido político, do ponto de vista dos trabalhadores, enquanto *praxis*, em momento algum significa extremismo ou sectarismo, mas, sim, enraizamento social. É o que Héctor Alimonda (1992 e [s. d. - mimeo]) também enfatizou, quando propôs o engajamento dos intelectuais junto aos movimentos populares, contribuindo com seus estudos sobre o Mercosul na visão dos excluídos da integração: "Este conhecimento supõe situá-los em sua historicidade concreta" (ALIMONDA, [s. d. - mimeo], p. 9). Como pode ser observado, ambas colocações se situam no universo da compreensão marxiana e gramsciana de *práxis* (cf. GRAMSCI, 1982).

Esse universo dos trabalhadores não é compreendido como bloco monolítico, tampouco a categoria *classe(s) social(is)*. Como foi observado anteriormente, diferenciam-se as dimensões subjetiva e orgânica de classe social. Enquanto que a dimensão orgânica diz respeito às condições existenciais - de vida - dos indivíduos e à concretude dos seus meios de vivência e sobrevivência (natureza da fonte de renda) (MARX, 1987, p. 99-101), a dimensão subjetiva corresponde à realidade da consciência dos indivíduos e a construção da subjetividade dos mesmos. Retomando Adam

Schaff (1967), poder-se-ia dizer que, a primeira delas, pode ser entendida enquanto ontogenia social da existência (vida), e, a segunda, como ontogenia social da consciência (*praxis*). Além do mais, cabe lembrar que o entendimento subjetivo, isto é, o *posicionamento social deliberado*, no jogo das relações sociais de poder, em meio ao conjunto dos interlocutores sociais, em sua micro e macrofísica, a categoria classe social, no entendimento marxiano mais concreto, corresponde-lhe *exclusivamente* como *praxis contingente*. Assim sendo, no sentido marxiano radical, a categoria classe social refere-se à realidade da construção da *praxis enraizada*², inclusive enquanto construção do espaço popular na organização da sociedade civil e do Estado, ou seja, segundo Florestan Fernandes, da *cidadania*³.

A mobilização dos trabalhadores diante do Mercosul foi a própria construção da *praxis* desses sujeitos coletivos (sindicatos, entidades, organizações, lideranças, etc.), socialmente posicionados, mas também dos indivíduos. A intervenção no processo de integração parte, portanto, da percepção que elaboraram dessa realidade e das implicâncias imediatas que dela resultavam sobre suas condições de vida. Segundo os estudos de Rogel, a visão desses atores sociais chegou a ser marcada pelas duas dimensões de classe: "... seus 'pontos de vista', embora subjetivo, é

2 Essa leitura, ou releitura, marxiana pode ser encontrada no *Manifesto do Partido Comunista de 1848*. Longe de compreender a *luta de classes* como motor monolítico, *ad eternum*, da história, nesse panfleto-programa, o sentido subjetivo dessa categoria foi apresentado como *praxis real*, crivada pela mobilização jacobinista, babouvista e mesmo blanquista na Revolução Francesa. Ou, em outras palavras, as categorias também têm seu enraizamento na história. Além disso, a categoria *classe social*, no seu entendimento subjetivo, é entendida enquanto *praxis* (movimento-ação) dos interlocutores sociais, no próprio movimento das relações sociais de poder, pois, afinal, a construção do subjetivo é relacional com aproximações ou em contraposição de outras subjetividades. A contingência dessa relação (mediação) de subjetividades, socialmente e historicamente enraizadas, constrói seu movimento. É, por conseguinte que no sentido marxiano, já em 1848, o movimento histórico foi compreendido enquanto subjetivo, ou melhor, *político*. As relações políticas de poder (sociabilidade), por sua vez, *ontologicamente*, só são possíveis onde existe sua fragmentação (separação) na sociedade, em meio às desigualdades, e sua construção subjetiva projetada enquanto *praxis* conservadora ou transformadora, ou no sentido gramsciano, da construção da hegemonia (cf.: MARX e ENGELS, [s.d.], p. 21-31).

3 Reveja a primeira nota do item 3.3 (FERNANDES, 1989, p. 157). Para uma leitura marxiana sobre a práxis dos trabalhadores, confirma o texto sobre "A jornada de trabalho" (In: MARX, 1988, Liv. I, Vol. I, p. 260-345).

desenvolvido a partir de um determinado 'ponto' da estrutura social objetiva a que pertencem; refletem, portanto, posições sociais" (ROGEL, 1994, p. 6).

Considerando estes elementos, a sistematização da crítica e da proposta dos trabalhadores para o Mercosul deveria partir das referências socialmente comprometidas e originais do movimento. As principais fontes utilizadas neste estudo corresponderam às seguintes origens autorais: estudos de intelectuais engajados, dentre os quais convêm citar Héctor Alimonda, Héctor-Hugo Barbagelata, Tarson Nuñez, Rafael Freire, Dinarte Belato, Paulo R. Schilling, Reinaldo Gonçalves, Guillermo Rogel, Flávia Mello, Maria Couto, Marcos Arruda e Ricardo Seitenfus; estudos das organizações de trabalhadores, entidades e movimentos populares, dentre as quais convêm destacar a Central Única dos Trabalhadores (CUT-Brasil), Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), Departamento Sindical de Estudos Rurais (DESER), Escola Sul da CUT, Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), e, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); publicações de Centros de Pesquisa, especialmente, da Fundação de Estatística e Economia (FEE); e, fundamentalmente, Documentos e Relatórios de Eventos das entidades dos "excluídos" da integração, dentre os quais cabe destacar: *Encontro Fronteiriço de Organizações Rurais; Declaração de Santo Cristo; Declaração de Porto Alegre; Seminário sobre o Mercosul; Seminário - Mercosul: Desafios da conjuntura e a participação da sociedade na integração; Seminário - Mercosul ou a Integração dos Povos do Cone Sul?; Correspondências da Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul aos Presidentes dos Países do Mercosul; Declaração do Foro Laboral; Declaração da Cúpula Sindical do Hemisfério*; e, *Carta dos Direitos Fundamentais do Mercosul* (Proposta dos Trabalhadores).

A crítica ao processo de integração elaborada do ponto de vista dos trabalhadores, ou que partia desse posicionamento, foi balizada enquanto oposição aos encaminhamentos neoliberais das políticas econômicas e sociais dos governos do Cone Sul, a nível nacional e sub-regional, porém não era contrária à *integração*, evitando posições xenófobas e chauvinistas.

Ao contextualizar a integração do Cone Sul, dentro das mudanças e transformações do mundo capitalista, a análise da experiência sub-regional foi situada na realidade do Terceiro Mundo, das economias subdesenvolvidas ou ditas em desenvolvimento, que nos anos de 1980, foram marcadas, internamente, pela "crise" do desenvolvimento, da dívida externa, da inflação, da recessão e do arrocho salarial, e, externamente, pelos organismos financeiros (FMI e BIRD) e comerciais (GATT) internacionais.

Fugindo um pouco do objeto desse item, não poderia passar em branco uma observação comparativa sobre um outro assunto já apresentado nesse texto. Numa leitura aberta e comparada sobre a espinha dorsal da realidade histórica latino-americana nos anos de 1980/90, somada à crítica e à proposta dos trabalhadores para a integração, e o pensamento de Raúl Prebisch sobre a região e a integração, sistematizado durante o período de 1950/1960, é possível perceber algumas semelhanças, tanto na radicalidade (do comprometimento social), quanto em alguns dos elementos norteadores de ambos. Essa observação ganha mais sentido se for confrontada com a proposta governamental de integração e mesmo com a proposta cepalina de transformação produtiva e inserção competitiva, tanto em relação à proposta governamental quanto à cepalina priorizam dos anos noventa, a ação da iniciativa privada competitiva e a abertura do mercado, como agentes e meio da transformação produtiva. Já Raúl Prebisch e a proposta social dos trabalhadores priorizavam as mudanças

estruturais e a redistribuição de renda como condições primeiras para o desenvolvimento social.

Voltando ao assunto da crítica, do ponto de vista dos trabalhadores, destacar-se-ão, primeiramente, dois elementos: um sobre o contexto latino-americano e o outro sobre a concepção de integração.

As propostas neoliberais postas em prática pelos governos dos países do Cone Sul, foram mesmo anteriores às negociações bilaterais Brasil-Argentina (1985). O estrangulamento externo agravou-se, como já foi apresentado anteriormente, na virada dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Sem restringir-se a uma compreensão dualista, pode-se afirmar que a dívida externa se tornou o principal fator agravante. Os organismos financeiros internacionais (FMI e BIRD) passaram a ser os principais atores fomentadores das medidas neoliberais e agenciadores da nova configuração da política de aliança na e da dependência. As renegociações da dívida externa e o "choro" dos governos locais por novos empréstimos externos ou por renegociações passaram a ser compromissados com pré-requisitos liberalizantes: tudo para pagar a dívida e os compromissos da nova aliança!

Segundo o DIEESE, as medidas centrais do receituário neoliberal eram: "arrocho salarial, corte/redução de gastos públicos e saldos na balança comercial, com vista a pagar os serviços da dívida externa destes países" (DIEESE, 1992, p. 8).

A partir da segunda metade da década de 1980, juntamente com os "ares democratizantes" locais, segundo Tarson Nuñez, se firmava a nova aliança imperialista, também conhecida como Consenso de Washington (cf. SOARES, 1993, p. 1). Um novo discurso modernizante procurava dar legitimidade às reformas, com o slogan "modernidade é abrir mercados" (DIEESE, 1992, p. 4). Segundo Tarson Nuñez, o receituário do FMI orientava-se para a "abertura completa ao capital estrangeiro, privatização das

empresas estatais e desmantelamento dos serviços públicos" (NUÑEZ In: CUT/DNTR; CRAB; MA; APPCH; ACODECO; CRAI; ASIPAI; UNC, 1991, p. 10)⁴.

Como pode ser visto, no discurso neoliberal o livre mercado passou a ser a própria modernidade e a medida do novo dualismo. Protecionismo e ação planejadora do Estado passavam a ser identificados como sinônimos de atraso. Iniciativa privada e livre-mercado, por sua vez, sinônimos de modernidade e competitividade. Liberava-se a economia nacional e "reforma-se" o Estado: esta era a concepção do Estado mínimo (ALIMONDA, [s. d. - mimeo], p. 4). Segundo o DIEESE (1992, p. 14), no conjunto da visão neoliberal estavam as medidas reordenadoras do processo de acumulação do capital internacional, cuja flexibilização atingia os processos de trabalho (ritmos, tecnologias, gestão e organização), os mercados de trabalho (terceirização), as políticas do Estado para o setor privado e a da mobilidade geográfica do capital (produção e mercados consumidores).

Os elementos levantados até o momento, não apresentaram maiores novidades. Todavia, é bom lembrar que muitos deles faziam parte do ideário cepalino da inserção competitiva, cabendo a pergunta acerca dos referenciais dessa "grande escola" do pensamento latino-americano, na década de 1990, e a real consistência da proposta da transformação produtiva e inserção internacional (integração regional e mercado mundial) aberta no que se refere à equidade e ao papel estratégico do Estado(?). Afora esta referência à CEPAL/1990, a pontuação do Estado mínimo e a

⁴ Esta abordagem de Tarson Nuñez consta na apresentação que fez durante o *Encontro Fronteiriço de Organizações Rurais* (realizada no ano de 1991, no município de Santo Cristo, RS), intitulada "Considerações sobre o processo de integração". Esta fonte pode ser encontrada na seguinte publicação do relatório do evento: CUT/DNTR, CRAB, NAM, APPCH, ACODECO, CRAI, ASIPAI, UNS (orgs.). *Encontro fronteiriço de organizações rurais*. Porto Alegre: CUT Nacional/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991. Doravante esta fonte é apresentada apenas como *Encontro fronteiriço...* (CUT/DNTR [e outros], 1991), mesmo em se tratando de outras contribuições apresentadas durante aquele evento.

flexibilização perpassaram por toda a crítica ao modelo integracional livre-cambista levado a efeito pelos governantes dos países do Mercosul.

Para fechar esta introdução sobre a percepção dos trabalhadores referente aos caminhos do Mercosul, ainda é importante apresentar seu enfoque sobre as perspectivas sociais presentes nas duas concepções teórico-práticas de integração na perspectiva dos trabalhadores, segundo a elaboração do DIEESE (1991, p. 3-5): a integração comercial e a global.

A integração comercial tende a levar à especialização das estruturas produtivas (tendo como prioridade a competitividade econômica), enquanto a integração global tende a levar à complementação das estruturas produtivas dos países membros (tendo como prioridade o desenvolvimento econômico) (DIEESE, 1991, p. 3).

Com certeza, a proposta de integração pensada a partir dos e pelos trabalhadores estaria relacionada à global e sua crítica voltava-se à proposta comercial. Estes dois projetos de integração não eram abstratos, pelo contrário, os pressupostos teórico-práticos estavam presentes nos marcos institucionais do Mercosul (comercial) e na pressão das centrais sindicais e dos movimentos populares (global). Outras grandes diferenças entre ambos os modelos diziam respeito ao papel do Estado, o "sujeito" principal, e os resultados da integração.

Na abordagem do DIEESE, a proposta governamental de integração era a comercial (liberal). Mesmo sendo o Estado o "sujeito" institucional da integração, sua participação no processo concreto era subsidiária (secundária), pois cabia à iniciativa privada capitalista e às regras do livre mercado o papel determinante dos e nos caminhos da especialização produtiva e da competitividade. As vantagens econômicas e comerciais garantiriam, de acordo com esta visão neoclassicista ricardiana, os ganhos

sociais, materializados nos menores custos dos produtos para os consumidores. Não se poderia perturbar o livre jogo das forças do mercado (DIEESE, 1991, p. 5). Já a proposta de integração global, dos trabalhadores, teria no Estado o agente estratégico do desenvolvimento social, isto é, a opção social da integração seria orientada pela ação planejadora do Estado nas mudanças das estruturas produtivas com reais melhorias das condições de vida dos trabalhadores e da sociedade (DIEESE, 1991, p. 4). Nota-se, novamente, algumas semelhanças com o pensamento prebischiano dos anos de 1950/1960, porém, sem qualquer tipo de saudosismo.

As organizações classistas dos trabalhadores, principalmente as sindicais, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores, no Brasil, conforme a publicação *Mercosul e os direitos dos trabalhadores*, entendiam que, diante do movimento de regionalização que estava em curso no cenário internacional, regional e sub-regional, não caberiam sectarismos e xenofobias, mas, sim, a intervenção deles: "a indefinição do processo futuro e as possibilidades de intervir nesse cenário disputando com o governo e setores empresariais o desenho do processo de integração" (CUT, 1993, p. 53).

Cientes do ideário neoliberal (neoclassicismo) dos governos e dos proprietários, locais e estrangeiros, do grande capital transnacional, os trabalhadores confrontavam-no com o ideário do movimento operário internacional. Em relação à América Latina, o discurso integracionista, na perspectiva popular, retomava para si uma diversidade de "inspiradores" da solidariedade latino-americana. Essa identidade latino-americanista passava pelo ideário republicano-liberal independentista, do projeto confederacionista da "Grande Nação", expresso na "Carta de Jamaica", de Simón Bolívar⁵; pelo ideário crítico do neocolonialismo, de José Martí; e,

5 Sobre estes aspectos de uma revisão sobre o passado, cf.: Simón Bolívar, "Carta de Jamaica" (In: *BOLÍVAR: política*. /Manoel Lelo Belloto e Anna Maria Martinez Corrêa, orgs./ São Paulo: Ática, 1983. p. 74-90). Um elemento

pelo ideário socialista clássico que encontrava em Che Guevara, a principal figura contemporânea do internacionalismo latino-americano e mundial.

Durante aquele contexto de integração regional, a mobilização dos trabalhadores no processo de formação do Mercosul visava, por um lado, apontar seus limites democráticos e sociais dos projetos e atos governamentais e empresariais, e por outro, na medida e nos limites de suas possibilidades, mobilizar a sociedade civil popular no intuito de interferir no processo para construir uma integração social, ou, pelo menos diminuir os custos sociais do projeto neoliberal.

4.1 - "Fazer nossa a integração"⁶

Este subtítulo constituiu-se no lema e na palavra de ordem dos movimentos populares em suas mobilizações e intervenções nos rumos do Mercosul⁷. Numa primeira impressão, o lema pode parecer "romântico", mas, com um pouco mais de atenção compreende-se que, na realidade, a palavra de ordem, sintetizava exatamente a posição social desses sujeitos coletivos e a orientação da *praxis* (engajamento) no processo. O *Encontro Fronteiriço de Organizações Rurais* também teve outra grande importância, como pode ser visto na apresentação do relatório do evento:

É o primeiro momento onde nós, trabalhadores rurais, buscamos interferir ativamente na elaboração de propostas, acordos, protocolos que, até então,

interessante sobre o ideário latino-americano de Bolívar, o "grande precursor" da independência regional e "Tiradentes da América Latina", é que ele estava presente tanto no discurso popular, como no governamental e mesmo no empresarial. Nota-se que existe Bolívar para todos os gostos, ou pelo menos, imagens desse "herói"!

6 A partir do *Encontro Fronteiriço de Organizações Rurais*, organizado pela CUT/DNTR, Crab (Brasil), MAM, APPCH, Acodeco (Argentina), Crai, Asipal, UNC (Paraguai) e realizado em Santo Cristo, nos dias 22, 23 e 24 de março de 1991, esta frase passou a ser o lema dos trabalhadores em sua luta para transformar o Mercosul num projeto de integração de caráter social.

7 Este lema foi usado como título do manifesto de mobilização do evento e passou a integrar documentos e publicações relacionadas aos movimentos populares (sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais) no âmbito do Cone Sul/Mercosul (cf. CUT/MAM/CRAB. *América Latina: Fazer Nossa a Integração*. (Panfleto para o Ato Público - Dia 12 de Outubro [1991] - San Javier (Argentina).

eram única e exclusivamente determinados pelos empresários e governos dos quatro países, mas que atingem a maioria da população⁸.

A crítica ao processo governamental e empresarial de integração em andamento no Cone Sul, do ponto de vista dos trabalhadores, centralizava-se, justamente, nos dois eixos legitimadores do discurso oficial e dos atos governamentais⁹: *a democracia e a competitividade*.

Com o elemento *democrático* procuravam construir a legitimidade da representatividade e da natureza do Estado de Direito dos governantes, eleitos formalmente pelo voto direto, em meios ao jogo eleitoral. Já com o elemento da *competitividade* procuravam construir a legitimidade do livre mercado como protagonista da integração real (comercial), segundo os referenciais neoliberais. Segundo Héctor Alimonda, essa legitimidade apresenta-se socialmente como um *discurso de ocultamento*, e representando, na realidade da integração, o *projeto neoconservador e cristalizador da exclusão* (ALIMONDA, [s. d. – mimeo], p. 5).

Colocando os pontos nos "is" e para ser mais específico, a crítica dos trabalhadores possuía um único *núcleo central*: *a exclusão social* no projeto oficial do Mercosul. Após esse esclarecimento, é fundamental, metodologicamente, desdobrar a exclusão em duas esferas: *a exclusão política* e *a exclusão econômica socialmente localizadas*.

A ênfase de que o desdobramento do núcleo central da crítica (exclusão social) se constitui apenas em um recurso ditático-metodológico tem

8 *Encontro fronteiriço* (CUT/DNTR [e outros], 1991). Um dos assuntos mobilizadores das entidades rurais para o evento foi o Plano 2010, da Eletrosul, que projetava a construção de várias hidrelétricas na bacia do Rio Uruguai, entre elas a binacional da Garabi, naquela região fronteiriça próxima a Santo Cristo. Particularmente, as construções de barragens no Brasil, no caso na região Sul, desde os anos de 1960, aumentaram o número dos *Sem Terra* (os Afogados pelas barragens), pois estes nem sempre foram indenizados satisfatoriamente. Quando eram indenizados, a soma nem sempre correspondia ao valor real da "terra afogada e benfeitorias", quando estes eram proprietários de áreas atingidas. Essa realidade motivou a formação da Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai (CRAB), movimento contrário ao Plano 2010.

9 Neste estudo o discurso governamental não foi diferenciado do empresarial, pois ambos se sustentavam empresarial de "demiurgo" do e no livre-mercado.

por base dois argumentos. O primeiro deles foi buscado na compreensão de Che Guevara, segundo o qual, não era possível separar a política da economia¹⁰. O segundo estava mergulhado na própria localização social da exclusão, isto é, ambas, a política e a econômica, reincidiam nos mesmos estratos, categorias e camadas sociais populares, reproduzindo e até intensificando a marginalização econômica e política dos mesmos. Tratava-se, portanto, de uma *dupla exclusão das mesmas pessoas*.

Um exemplo esclarece mais do que "mil palavras". No Sul do Brasil, os pequenos proprietários rurais, cuja sobrevivência dependia do trabalho familiar, e que contavam no conjunto da unidade produtiva com a atividade leiteira, constituíam um dos setores mais sensíveis à integração comercial de livre mercado. Esses cidadãos brasileiros não foram chamados, e sequer existia espaço institucional, para participarem da discussão do projeto Mercosul, o que retratava a exclusão política dos mesmos. Ora, esses camponeses, já excluídos da definição dos caminhos institucionais do Mercosul, sentiriam na "carne" e na renda, os impactos da opção comercialista da integração, através da redução do preço do leite *"in natura"*, a descapitalização para a reconversão tecnológica e/ou produtiva e mesmo a concorrência dos produtos lácteos argentinos, uruguaios e chilenos no mercado nacional.

Este era o ocultamento presente no discurso neoliberal, ao qual Héctor Alimonda fez menção. Agora, sim, é possível avançar na apresentação da dupla exclusão "oculta" e, a partir da crítica na perspectiva social dos trabalhadores, desnudar aquele discurso oficial. A crítica à dupla exclusão dirigida em oposição ao discurso governamental do Mercosul, também pode ser contraposta, em grande parte, ao discurso cepalino da inserção competitiva.

¹⁰ Esse era o entendimento marxiano para os estudos da economia política e não a *máxima* da racionalidade universal da economia enquanto mercado (leis econômicas universais).

A crítica à exclusão política apresentava particularidades da própria esfera democrática vivida pelos países do Cone Sul, o que não descartava sua referência ao discurso democratizante, presente nos documentos oficiais desde 1985. Há que se lembrar que a própria abertura política, da "transição dolorosa", em si, foi excludente, isto é, conservadora, na Argentina, no Brasil, no Uruguai e, mais tarde, no Paraguai.

Com certeza, a abertura política trouxe grandes avanços, porém, grande parte desses foram conquistados pelos "excluídos", isto é, pela mobilização popular. Se se pensar romanticamente a redemocratização, como se a partir dela fosse possível estabelecer uma participação popular direta, subsumir-se-ia toda a mobilização e resistência dos movimentos populares, dos sindicatos combativos e das organizações e dos novos partidos políticos esquerdas, e relevar-se-ia a esfera da normalidade institucional. Numa outra perspectiva, com um referencial do realismo social, apontar-se-iam sérias críticas à figura paternalista do Estado e à filantropia emancipatória das liberdades políticas autorizadas – lenta, gradual e segura, como analisou Florestan Fernandes (1986). Do romantismo avançar-se-ia às indicações dos limites da abertura enquanto expressão da correlação de forças dos interlocutores sociais na época, ou seja, a transição conservadora, como coloca Florestan Fernandes (1986; 1989). Outro esclarecimento realista sobre este romantismo seria a despersonalização do próprio Estado, enquanto ator social.

Já nos primeiros documentos assinados por José Sarney (Brasil) e Raúl Alfonsín (Argentina) percebe-se o elemento democrático no discurso integracionista, que tinha, e continua tendo, muita importância na efetivação da cidadania, principalmente se confrontado com o período das ditaduras que haviam em ambos os países, como abortado anteriormente (Capítulo 3). A apresentação desses documentos foi desenvolvida no item

3.3, todavia, nesse momento, destaca-se o caráter desse conteúdo democrático nos documentos: "Declaração de Iguazu", "Ata Para a Integração Brasileiro-Argentina (PICE)", "Ata de Amizade Brasileiro-Argentina, Democracia, Paz e Desenvolvimento", "Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento", e os comentários de Belter Copello (1991) e Gladys Cristaldo (1994) sobre o pré-requisito democrático dos governos signatários do projeto de integração.

Um outro momento do discurso democrático, agora sem o conteúdo e a importância da redemocratização, mas marcado pelo ocultamente neoliberal, esteve presente na "Ata de Buenos Aires" e no "Tratado de Assunção".

Caberia, então, interrogar-se: o que se entende pelo ocultamente no discurso democrático? Ora, trata-se justamente, da construção de uma legitimidade às ações governamentais que davam rumos neoliberais ao Mercosul, mas que procuravam formar uma opinião pública socialmente despersonalizada: como se este novo perfil neoliberal da integração era o que todos queriam e que iria beneficiar toda a população (NUÑEZ, 1992, p. 130). Uma vez aceitando-se esta lógica do discurso, presentes na Ata de Buenos Aires e no Tratado de Assunção, não existiria exclusão(!). *Nota-se que a ênfase do novo discurso democrático acompanha as mudanças nos caminhos do Mercosul.*

O veredicto governamental da exclusão política da sociedade foi sacralizado no Tratado de Assunção. Se até então, as negociações setoriais, nos Protocolos do PICE, eram realizadas pelos representantes dos governos, que contavam com a importante participação dos empresários, na nova estrutura organizacional do Mercosul, pós-1991, não foi previsto nenhum mecanismo de participação tripartite: governo e iniciativa privada (trabalhadores, empresários e consumidores). Como já foi comentado, o Subgrupo 11 foi criado a partir da pressão da Coordenadora de Centrais

Sindicais do Cone Sul (CCSCS). O próprio Protocolo de Ouro Preto que estabeleceu o organograma definitivo, não avançou muito na participação da sociedade civil popular. A gestão da integração continuava sendo um assunto restrito às esferas executivas nacionais e mantinham diferentes pesos participativos entre a representação empresarial e a dos trabalhadores nos órgãos intermediários e de primeira instância (SGT, CT, CCM). A única paridade tripartite limitava-se ao FCES e ao SGT-10, justamente aqueles que foram incluídos por meio da pressão e intervenção de representações populares dos trabalhadores.

A crítica à exclusão política, socialmente localizada, era feita, principalmente, ao projeto de integração definido no Tratado de Assunção. A própria CCSCS, em correspondência enviada aos presidentes dos países do Mercosul, denunciava a exclusão democrática:

Ao se priorizar os aspectos comerciais e tomar como fio condutor o aumento da competitividade empresarial, tendem a crescer o desemprego, a marginalização de significativos segmentos sociais e a deteriorar-se ainda mais os salários e as condições de trabalho (CUT, 1993, p. 63)¹¹.

Enquanto as Centrais Sindicais apontavam à participação restritiva da sociedade e o espaço insuficiente, até mesmo após a criação do SGT-11, pelo CMC, o então Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o Sr. Fernando Henrique Cardoso, em nome dos Presidentes dos países do Mercosul, enviou uma resposta às centrais, comentando os "reais" propósitos da integração social:

Quero, precisamente, destacar que o MERCOSUL não visa tão somente à simples liberalização do comércio na região e não pretende atender unicamente os interesses de produtores e grandes empresários. Sua concepção é a de uma

¹¹ Trata-se do documento "Carta das Centrais Sindicais aos Presidentes dos Países do Mercosul", - Montevideu, 28/12/1992, enviada aos governos dos Estados Membros (CUT, 1993).

área econômica ampliada, na qual os pressupostos de um mercado comum devem ser compatibilizados com as necessidades de desenvolvimento econômico e social dos povos da região (In: CAMP, 1993, n. 4, p. 10)¹².

Conforme Héctor Alimonda, a "internacionalização passiva" era própria da "filosofia social neo-conservadora" que fundamenta o projeto Mercosul. Segundo ele, a presença da Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), no organograma do Tratado de Assunção, não representou uma abertura à sociedade, pois "esta ampliação do espaço na discussão só ocorre quando todas as decisões fundamentais já tinham sido tomadas" (ALIMONDA, [s. d.] – mimeo, p. 3). Portanto, percebe-se uma grande distância entre os referenciais das centrais sindicais e dos governos. Em algum dos dois discursos permanecia a simples retórica.

Num dos Eventos promovidos pela Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul sobre a Integração, realizado em 1991, o então Ministro da Integração do Governo Collor, o Sr. Carlos Chiarelli, teceu elogio à pauta social do Mercosul, pois, segundo ele, enquanto a Comunidade Europeia tinha demorado 30 anos para tratar desse assunto, o Mercosul, mesmo com poucos anos de existência, já o estava discutindo.

A diferença de ambas posições, das centrais sindicais e dos governos, estava na natureza de cada ponto de partida. Ambos se referiam à participação e à legitimidade democrática da vontade popular. Entretanto, as diferentes naturezas dessa legitimidade estavam na forma e nos meios/instrumentos dessa expressão. O discurso governamental pautava-se pela legitimidade das urnas, isto é, dos governos eleitos. Para eles mesmos, os governos eleitos representavam o povo e, portanto, seus

12 Documento incluído da edição do Informativo e Resenha de Imprensa *¿Mercosul ou Nossa Integração?* organizado pelo Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), "Correspondência do Ministro das Relações Exteriores do Brasil às Centrais Sindicais do Mercosul - Brasília, 11/03/1993" (In: CAMP, Abril/Maio/Junho/Julho-1993. n.º 4, p. 10-11).

programas de governo tinham aprovados pela sociedade, por meio dos resultados das urnas e do jogo eleitoral¹³. Portanto, a legitimidade estava na democracia representativa, tanto no poder Executivo, quanto no Legislativo. Acrescentando um tempero neoliberal a esse discurso, a liberdade política nos Estados democráticos era a outra face da moeda das liberdades de mercado.

Diferentemente do anterior, no discurso dos trabalhadores, a natureza da expressão da vontade popular estava em sua participação direta na gestão das *coisas públicas*. Na compreensão da democracia direta, a sociedade também deveria ser chamada e mobilizar-se por vontade própria (sociedade civil popular organizada) para a discussão e deliberação dos assuntos que lhe dissessem respeito. Segundo Ricardo Seitenfus, no processo de integração "é indispensável uma participação de outros setores, além do Executivo, no processo de tomada de decisões" (SEITENFUS, In: CUT/ESCOLA SUL, Abril/1996, p. 6)¹⁴.

Enquanto para o governo a integração era um assunto do poder Executivo nacional e matéria da Política Externa (MRE), sua legitimidade também se inseria no espaço restrito do Estado de Direito Constitucional (interno) e Diplomático (Relações Externas), além do que, seus atos e decisões eram homologadas pelo poder Legislativo nacional. Sobre essa discussão da teoria do Estado, Ricardo Seitenfus comentou que o poder Legislativo brasileiro não tinha uma tradição em discutir assuntos relacionados à política externa (SEITENFUS, In: CUT/ESCOLA SUL, Abril/1996, p. 8).

13 Tratando-se do caso do Brasil, nas eleições presidenciais de 1989, o candidato Fernando Collor sequer tratou do Mercosul em seu programa de governo, muito menos sobre qualquer projeto de integração que defendia.

14 No Seminário promovido pela CUT/Escola Sul, o professor Ricardo Seitenfus fez uma discussão sobre o tema "Criar espaço próprio de participação" (In: CUT/ESCOLA SUL. *Seminário: "Mercosul - Desafios da conjuntura e a participação da sociedade na integração"*. Florianópolis: Escola Sul da CUT, Abril/1996).

A defesa do discurso da democracia representativa também era defendida pelo Sr. Haraldo de Macedo Ribeiro, Secretário da Divisão do Mercosul, do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil:

Com relação à participação da sociedade no processo de integração, é lamentável que, como acontece em muitos países, registre-se no Brasil a *percepção errônea* de que o governo e a *sociedade civil* estão *em posições opostas, quando na realidade o governo é eleito para ser representante do povo*. Quando digo que cabe ao governo tomar decisões, estou partindo do entendimento de que o governo representa o povo e que recolheu suas opiniões (RIBEIRO, In: CUT/ESCOLA SUL, Abril/1996, p. 26 – grifo nosso)¹⁵.

A crítica da exclusão política não parou nos questionamentos dos postulados oficiais e da estrutura organizacional do Mercosul. Justamente por projetar uma integração comercial, esta institucionalidade, legalizada, ganhava *corporeidade social* na integração real, e, como todo corpo, apresentava sua forma, sua função e desenhava seu movimento.

Das decisões intergovernamentais, de caráter neoliberal para o Mercosul, optava-se por constituir em sujeitos da integração, aqueles que eram capazes de promover as transformações produtivas e o desenvolvimento da economia da sub-região. Retomava-se aqui o receituário dos ajustes macroeconômicos e o novo modelo de "modernidade" do mundo capitalista ocidental e do Sudeste Asiático (os Tigres Asiáticos). Tratava-se da flexibilização da economia e do Estado. Existia uma opção social para o projeto sub-regional, todavia, mesmo falando em liberdade, a opção era excludente.

Tendo por referência os comentários de Dinarte Belato (1992, p. 11 e 12), poder-se-ia dizer que a flexibilização do Estado mínimo, na nova

¹⁵ No mesmo Seminário promovido pela CUT/Escola Sul, houve a participação do representante do MRE, o Sr. Haraldo de Macedo Ribeiro, com a exposição sobre "Os limites do Executivo" (In: CUT/ESCOLA SUL, Abril/1996).

modernidade, estava na renúncia da sua condição (capacidade) de ser o principal sujeito regulador das políticas econômicas nacionais inclusivas, que também se reproduzia na integração. Seu papel era subsidiário.

Optando pela natureza do Estado mínimo na integração, segundo Guillermo Rogel (1994, p. 23), "o governo concebe à chamada 'iniciativa privada' como o ator que deve dar realidade à integração". Por sua vez, ao tornar a integração um assunto da iniciativa privada competitiva, os governos também renunciavam a sua condição de regulador das políticas sociais diferenciadas, uniformizando a diversidade socioeconômica dos inúmeros sujeitos reais a partir do mercado.

Efetivando a opção pelas regras e pelas forças do livre-mercado e conferindo à iniciativa privada competitiva (tecnológica) a condição de carro chefe da integração, não haveria porque deixar de apontar o elemento mais agravante da exclusão política. Essa opção pelos sujeitos determinadores da integração real, caracterizava o caráter neoconservador da integração horizontal (expansão espacial do mercado), em detrimento, não só, do mercado interno, mas também das mudanças estruturais, ou, pelo menos, de uma delas, a redistribuição de renda. Para o DIEESE, além da exclusão, a integração horizontal tenderia ao agravamento da marginalização social, pelo seu caráter concentrador e centralizador: "A política econômica liberal quer maior mercado externo para que os empresários não precisem pagar melhores salários internamente" (DIEESE, 1991, p. 15).

A contraposição entre o discurso governamental e o dos trabalhadores, portanto, não tratava, simplesmente de uma aula sobre teoria do Estado, mas, primeiramente, dos diferentes papéis e funções dos interlocutores sociais no jogo e no processo social da integração. Mas, se o assunto sobre a teoria do Estado fosse abordado no seu sentido "stricto",

é preciso indicar que os trabalhadores tinham por proposta o avanço democrático-popular mesmo no exercício dos poderes Executivo e Legislativo. Segundo Rafael Freire Neto, ao abordar que era preciso enfrentar o déficit social na integração do Mercosul, em meio aos desafios da conjuntura, os trabalhadores queriam, antes de mais nada, efetivar uma integração que realmente beneficiasse os oficialmente "excluídos".

Há uma exigência a ser colocada aos governos de que, se querem obedecer ao anúncio de democracia falada nos quatro países, é preciso garantir a promoção de alguns instrumentos de participação social, seja do ponto de vista nacional ou do ponto de vista da região (FREIRE NETO, In: CUT/ESCOLA SUL, Abril/1996, p. 16).

Estes últimos comentários já apontavam para o outro lado da dupla exclusão socialmente localizada: a econômica. Sobre essa também não havia consenso entre a visão oficial, governamental, e a dos trabalhadores.

Ao seguir-se o ideário neoliberal para a integração real, estabelecendo metas de aceleração e calendários de prazos curtos, afins com os preceitos antidiscriminatórios para o comércio, da Rodada Uruguai do GATT, o Tratado de Assunção comprometeu, significativamente, os aspectos complementares e globais para os acordos setoriais e a visão conjunta da integração, além de jogar os argumentos sociais incluídos no próprio preâmbulo do Tratado, no espaço da retórica.

A exclusão econômica não se reduzia a simples inserção no mercado nacional ou sub-regional dos "setores sensíveis". Como foi especificado anteriormente, com a opção comercial do Tratado de Assunção, as regras do livre-mercado passaram a determinar a condição de "ser ou não-ser" sujeito da integração real. Mais do que isso, o fator determinante do Mercosul passou a ser o intercâmbio comercial. O principal quesito para ser sujeito

nessa concretude também passou a ser medido pelo mercado: ser e manter-se competitivo. Como todo o denominador estabelece o referencial para a diversidade dos sujeitos, pela teoria (neo)clássica das vantagens comparativas, o crivo da competição passava pelos menores custos. Por tratar-se de uma *integração aberta*, o circuito do mercado voltava-se para os parceiros do Cone Sul, mas também para o internacional. Isso comprometia seriamente as pequenas unidades produtivas rurais e urbanas e os assalariados (custo da mão-de-obra).

A crítica dos trabalhadores, à exclusão econômica no Mercosul, dirigia-se ao projeto neoliberal (integração competitiva), incluindo nesse universo a função do Estado mínimo na flexibilização da esfera produtiva e na relação capital-trabalho. Tratava-se, no entanto, de estabelecer ações mínimas do Estado em relação ao livre interesse do capital e, ao mesmo tempo, ações fortes do Estado para controlar, subjugar e transferir custos aos trabalhadores. Na "lógica" dessa flexibilização, as possíveis medidas de reconversão produtiva e tecnológica também eram jogadas à responsabilidade individual dos agentes produtivos (iniciativa privada) empresariais competitivos. Eis aí o mosaico de um novo dualismo moderno-atrasado, centro-periferia.

Uma das melhores avaliações desse assunto foi feita pelo uruguaio Héctor-Hugo Barbagelata (1991), em seu estudo sobre as questões da integração do ponto de vista dos trabalhadores. O autor apresentou os efeitos provavelmente benéficos e as eventuais consequências desfavoráveis da integração para esses "sujeitos excluídos".

Na primeira questão, Barbagelata indicou que os possíveis benefícios aos trabalhadores poderiam ser o aumento dos postos de emprego produtivo a médio prazo, a perspectiva de melhorias salariais reais e sua livre circulação no espaço econômico. Considerando a relevância desse estudo, convém apresentar um trecho do próprio auto:

o funcionamento de um mercado comum permite esperar, a médio prazo, um incremento do nível de ocupação e um melhoramento generalizado da economia de cada um dos países, que pode servir para impulsionar o salário real e alcançar um progresso efetivo nas condições de trabalho (BARBAGELATA, 1991, p. 4).

Se fosse possível retirar a incerteza sobre os prováveis benefícios, pois realmente existia a potencialidade dos mesmos, o entendimento de que a integração poderia gerar empregos, que por sua vez, reduziria a marginalização econômica, particularmente, das ocupações na economia informal e não aumentaria os índices de desemprego, poder-se-ia dizer que a visão dos trabalhadores, finalmente, fecharia com a governamental nesta meta.

Para avançar sobre as certezas ou incertezas, Barbagelata (1991, p. 6) também relacionou os possíveis efeitos desfavoráveis que o modelo neoliberal do Mercosul poderia trazer para os trabalhadores. Esses efeitos corresponderiam ao seguinte conjunto de complicadores e flexibilizações nas relações sociais imediatas no mundo dos trabalhadores: no nível e seguridade do emprego, no agravamento das condições de trabalho, no debilitamento financeiro da seguridade social e restrição de seus benefícios, na alteração das relações de poder entre os interlocutores sociais, e no risco de perturbação das relações coletivas.

Nota-se a preocupação de Héctor-Hugo Barbagelata em apontar para a exclusão socialmente posicionada e dos custos sobrecarregados nos segmentos populares, resultantes do modelo comercial presente no Mercosul. A flexibilidade da competitividade, diferentemente do que era apresentado pela CEPAL, em sua inserção produtiva e na indicação da emergência de novos paradigmas nas relações de trabalho, modelo da qualidade total, na

realidade da integração periférica, continua jogando com a histórica redução dos custos no fator trabalho.

Segundo Dinarte Belato, a desregulamentação do Estado enquanto agente fomentador das bases sociais nos processos produtivos, priorizava, tendencialmente, a flexibilização, ação mínima, em detrimento do fator capital. Todavia, manter-se-ia máximo ao disciplinar as relações de trabalho (BELATO, 1992, p. 12). Dir-se-ia mais, a própria ação geradora da flexibilização era máxima, mesmo que para estabelecer o controle mínimo ao capital. Um exemplo claro dessa dualidade foi, e continua sendo, a posição intransigente do governo brasileiro ao impor as medidas de privatização das empresas estatais, da apregoada e urgentíssima reforma constitucional e na "queda de braço" com o movimento sindical combativo nas greves operárias. Não se pode deixar de lado um dos elementos mais significativos da ação máxima do Estado mínimo: o controle da correção inflacionária do salário mínimo (reposição ou não das perdas do poder aquisitivo da inflação). Os governos dos Estado-Parte do Mercosul também atuavam de forma máxima ao se manterem intransigentes na defesa da integração comercial aberta, pelo fato de priorizarem a ação máxima da iniciativa privada, enquanto sujeito do processo, e, em sua própria "leveza" no tratamento das políticas sociais (fundos de reconversão e subsídios) e renúncia do papel estratégico na socialização da renda.

Enquanto Haroldo Ribeiro, representante do MRE brasileiro no "Seminário Mercosul: Desafios da Conjuntura da Sociedade na Integração", afirmou: "Acreditamos que o Mercosul, em termos gerais, foi um fator criador de postos de trabalho e não gerador de desemprego" (RIBEIRO, In: CUT/ESCOLA SUL, Abril/1996, p. 24), Rafael Freire, representando a CUT brasileira no mesmo evento, apontou para a ausência de políticas para atender as demandas sociais da integração e a necessidade de se criar um Fundo Social de Reconversão Produtiva, "destinado aos setores onde o

processo de integração mais impactasse e diminuísse o emprego naquele setor ou mesmo fechasse um determinado setor por causa da entrada de produtos de outros países" (FREIRE NETO, In: CUT/ESCOLA SUL, Abril/1996, p. 17).

Sobre a situação do emprego/desemprego vivida naquele período nos países do Mercosul, segundo Ricardo Seitenfus (In: CUT/ESCOLA SUL, Abril/1996, p. 7), no ano de 1995, na Argentina, 18,6% da população economicamente ativa encontrava-se desempregada. A própria CCSCS, em "Correspondência" enviada aos presidentes dos países do Mercosul, apresentou os dados mais recentes desse quadro daquele período (1995/96), relacionados à integração "tupiniquirem":

O desemprego nesses 12 meses, longe de diminuir tornou-se absoluta prioridade para o movimento sindical do Mercosul. Na Argentina o índice de desemprego aberto alcança o índice de 20% e nos demais já ultrapassa a casa dos 10%. Entretanto, Senhores Presidentes, a questão do EMPREGO foi excluída da pauta do subgrupo de relações trabalhistas, apesar dos impasses crescentes do Mercosul sobre os mercados de trabalho nos quatro países (In: CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, Jun/1996, p. 35).

Esse prognóstico não se limitava ao Mercosul, pelo contrário, fazia parte da flexibilização internacional no mundo do trabalho. Segundo dados apresentados na pesquisa realizada pela CUT/CSN, sobre as possibilidades de *Integração das Américas*, o desemprego no Canadá, em 1992, tinha atingido dois dígitos, mais precisamente 11%. A partir da formação da zona de livre-comércio com os EUA, em 1989, com as respectivas flexibilizações neoliberais, foi agravado a tendência ao desemprego no Canadá.

O saldo de mais de cinco anos de livre-comércio entre os dois países é a perda de 408.000 empregos diretos na indústria canadense (apenas entre janeiro de

1989 e janeiro de 1992), o que significa uma queda de 21,4% do total de empregos existentes, localizados principalmente nos setores alimentício, de vestuário e metalúrgico (CUT-BRASIL/CSN-CANADÁ, Fev/1996, p. 12).

É preciso ter presente que o Mercosul não veio ameaçar qualquer "mundo idílico com pleno emprego", ou, que a crítica das centrais sindicais pretendia "denegrir" a imagem da integração. A própria CEPAL, na sua proposta da transformação produtiva apontou, teoricamente, para a necessidade de se criar empregos produtivos, como meio de efetivação da equidade do seu enfoque integrado. No entanto, a realidade "nua e crua" da competitividade não indicava para uma redistribuição. Se eventualmente existia uma "ilusão", essa estava exatamente no entendimento de que o progresso técnico levaria, por si só, ao capitalismo moderno. Que a reconversão tecnológica, nos padrões internacionais das tecnologias de ponta, com produção altamente agregada de valor (capital intensivo), reduzia os custos e mesmo sofisticaria o produto, ninguém duvida, desde que adquirida e utilizada nos padrões de referência (de cunho estritamente privado e concorrencial ou de cunho social). Mas, por outro lado, a modernidade do mercado não era exclusiva àqueles que apresentassem vantagens competitivas, como também entendia a CEPAL, nos anos de 1990, em sua inserção latino-americana no comércio mundial.

As inovações tecnológicas continuavam reduzindo custos com substituição de mão de obra, e não apenas da desqualificada. Seguindo os apontamentos de Raúl Prebisch, a tecnologia dinâmica introduzida nas economias periféricas poderia agravar a marginalização e jogar uma boa parte da população nas atividades improdutivas ou informais. Na verdade, não existe tecnologia substitutiva de mão de obra e tecnologia absorvente dela, mas, sim, a forma e função de uso que seus proprietários destinam às novas tecnologia. Os ganhos sociais do desenvolvimento resultaram mais da capacidade de organização dos trabalhadores do que da filantropia

do capitalista. Depende mais do modelo de desenvolvimento econômico adotado, das diretrizes distributivas da renda pública e da efetivação dos direitos sociais, do que das regras do livre-mercado ou de uma naturalização dos ganhos de bem-estar social.

A CEPAL, ao discutir a inserção sub-regional, regional e internacional, tipificava duas formas de obtenção das vantagens no mercado. Enquanto que as vantagens comparativas "tradicionais" eram mantidas graças aos custos dos recursos naturais e da mão de obra (desqualificada e com baixos salários), as vantagens competitivas "modernas" eram alcançadas e mantidas, graças à atualização tecnológica e à aposta na especialização produtiva.

O que se tem que observar é que essa nova teoria do comércio internacional, da era da globalização, da qual a CEPAL filia-se, era convergente ao GATT (Rodada Uruguai). Essa abordagem também sustentava a opção comercial do Mercosul, a qual, segundo Odilon Luís Faccio (In: CUTESCOLO SUL, Set/1996, p. 23), buscava na inserção internacional a qualquer custo, alcançar vantagens competitivas setoriais (cf. SOARES, 1993, p. 3-4; CUT/DNTR, 1991, p. 26).

A crítica dos trabalhadores não seguia o mesmo caminho. Nesta perspectiva, a flexibilização e a especialização não levavam, necessariamente, ao "mundo mais moderno". Para a CUT as formas "tradicionais" de se obter vantagens comparativas também eram modernas, através de práticas de *dumping social ao nivelar por baixo, quando se trata dos direitos trabalhistas* (cf. DIEESE, 1992, p. 15). Em oposição ao "dumping social", a proposta dos trabalhadores, como enfoca Barbagelata, é a de *nivelar pela melhor situação o conjunto dos direitos trabalhistas e sociais*.

Para Rafael Freire Neto a flexibilização do trabalho e as possibilidades de barganha dos grandes capitalistas, uma vez que se modificavam as relações de poder nas mediações no mundo do trabalho, não descartavam

práticas de "dumping social" por meio da redução dos salários, agravamento das condições de trabalho, aumento da jornada de trabalho, subcontratação, deslocamento das plantas industriais para outros países, subordinação e disciplinação dos trabalhadores, desmantelamento da organização sindical e, inclusive, *descumprimento da legislação trabalhista*, com vistas a "tornar os produtos exportados mais 'competitivos'" (FREIRE NETO, In: CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, Jun/1996, p. 15)¹⁶.

Héctor-Hugo Barbagelata já apontou que a integração neoliberal alterava as relações de poder entre capital-trabalho¹⁷. Por sua vez, Tarson Nuñez descreveu com clareza o significado concreto da vantagem do capital:

Mas, além dos ganhos propriamente econômicos, ocorrerá também um *fortalecimento do poder de barganha desses grandes grupos econômicos*, tanto em relação aos Estados nacionais, quanto aos outros setores sociais, em especial às classes trabalhadoras. Para o capital, a integração possibilitará uma maior flexibilidade no sentido da alocação dos fatores de produção, o que seguramente ampliará o poder de barganha dessas empresas (NUÑEZ, 1992, p. 136 – grifo nosso).

Contrapondo o discurso oficial dos ganhos sociais da competitividade e da redução dos custos dos produtos, ao abordar sobre a proposta neoconservadora do Mercosul, Beky Moron de Macadar observou que "os

16 O setor da construção civil era um dos que apresentaram vários casos de "dumping social". Algumas empresas brasileiras, binacionais ou mesmo associadas, vencedoras nas licitações de grandes obras, contratavam trabalhadores brasileiros para serem operários no Uruguai e Argentina, pagando salários bem abaixo do que o piso da categoria naqueles países (cf. CAMP, Jul/Agos/Set/1993. n.º 5, p. 55-56).

17 Sobre a competitividade entre os capitalistas, os pressupostos marxianos que não possuíam nada de liberalismo e neoclassicismo, já apontavam para os dois elementos fundamentais das vantagens individuais no mercado: o trabalho e a tecnologia. Em sua elaboração teórico-sistêmica da economia política, para as práticas de redução dos custos do primeiro elemento, Marx, elaborou a categoria "mais-valia (mais valor) absoluta", e, para o segundo, "mais-valia (mais valor) relativa". No entanto, cabe lembrar que não se tratava de uma dualidade.

ganhos de produtividade não necessariamente reverterão em preços menores para os consumidores" (MACADAR, 1994, p. 146). Já Guillermo Rogel, ao tratar dessa visão no setor agrário, acrescentou que,

é necessário incorporar nas análises que uma agricultura totalmente comercial "competitiva" e "eficiente" não é expressão necessária de melhores condições de vida dos produtores, e muito menos, que o aumento da produção agrícola comercial tenha relação com a melhora da qualidade de vida da população (ROGEL, 1991, p. 33-34).

Já que as categorias consumidor e população entraram na discussão, também retorna à memória o discurso do mercado integrado dos *200 milhões de habitantes*, do presidente Fernando Collor de Mello. Ora, o próprio empresariado "moderno" muito bem sabiam que esses 200 milhões não passavam de um mercado virtual, e que, na linguagem de programação, não passaria de um argumento do discurso virtual, abstrato. Praticamente, todos os setores dinâmicos que atuavam no mercado do Mercosul comercializavam bens de capital, bens de consumo durável e produtos da categoria de luxo. A participação de bens de consumo salariais, da cesta básica do feijão com arroz, no valor total do fluxo comercial era muito pequena. Já os produtos primários eram comercializados em grandes quantidades entre as empresas e intermediários, jamais diretamente ao consumidor. Aliás, o consumidor, a pessoa física, ao realizar seus negócios, sempre é tratado como turista e sujeito às respectivas cotas.

No caso do setor lácteo, exceto o comércio do leite em pó, a grande maioria dos produtos intercambiados eram de derivados finos, como queijos, manteiga e leite longa vida (Tipo A e B). Dificilmente se visualizaria nele a comercialização de leite "Tipo C" ou mesmo "*in natura*". Esse não era o "espírito" do Mercosul. O comércio do leite "*in natura*", somente seria viável para pequenas distâncias e este não era o caso entre o Brasil e a

Argentina. Uma possibilidade de comercialização à longa distância e para manter as vantagens dos menores custos de produção da Argentina, por exemplo, entre a província de Santa Fé e o Estado de São Paulo, e mesmo sendo efetuado entre agroindústrias, somente seria lucrativo se fosse permitido, legalmente (até então no Brasil essa prática era ilegal), a prática de desidratação do leite. Nesse caso, a agroindústria fornecedora desidrataria o produto e a compradora reidrataria, pois, comprar e transportar tanto percentual de água (87,3%) somente elevaria os custos. Outro inconveniente nesse tipo de produto seria a perda da qualidade. Afinal, se alguém quisesse tomar leite com água clorada já teria o produto em pó!

Mas a questão principal não era essa. Voltando ao tema do mercado integrado e sua população, todos sabem que existia, geograficamente, uma integração *De Direito* e outra *De Fato*. O próprio empresariado, com seu marketing sobre o Mercosul, tinha plena clareza disso. Tanto assim que na publicação da Simonsen Associados, sobre o tema do desafio de marketing na integração, no capítulo "Visão Empresarial", os pesquisadores apontaram as grandes assimetrias, as oportunidades e as ameaças (SIMONSEN ASSOCIADOS, 1992, p. 43-72). A mesma preocupação estava presente nas obras que tratam do Mercosul, sobre uma guia para integrar-se e as oportunidades e ameaças, publicadas pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS (1993) e pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná – SEBRAE/PR (1993). É o marketing do mundo dos grandes, médios e pequenos negócios!

O desenho geográfico do Mercosul *De Direito* e *De Fato*, apresentado nesse trabalho, no Anexo II, foi reproduzido da própria publicação da Simonsen Associados. Essa geografia do mercado também foi apresentada em dados na *Revista de Negócios - Mercosul*, n.º 8, e reproduzida na Tabela - 10, abaixo.

TABELA – 10: MERCOSUL: DE DIREITO E DE FATO

PAÍSES	DE DIREITO		DE FATO			
	POPULAÇÃO (milhões hab.)	PIB (US\$ bilhões)	POPULAÇÃO (%) ³ (milhões hab.)		PIB (%) ³ (US\$ bilhões)	
Argentina	32	124	70	23	85	105
Brasil	145	47 ⁸	50	73	70	335
Paraguai	4	10	100	4	100	10
Uruguai	3	11	100	3	100	11
Total	184	623	56	103	74	461

Dados de 1990.

FONTES: Banco Central, IBGE, Cepal, Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (*Revista de Negócios - Mercosul*, n.º 8, 1992. Apud: CUT. *Mercosul e os Direitos dos Trabalhadores*. São Paulo: CUT, 1993, p. 11

1 - US\$ médios correntes.

2 - PIB ajustado para incluir economia submersa, critério IBGE -o mesmo já estendido a outros países.

3 - Porcentagem aproximada do total do país.

Ao cruzar os dados da Tabela Mercosul: De Direito e De Fato, com o Mapa do Mercosul (De Direito e de Fato), cf. Anexo - II, fica óbvio que, no mercado virtual integrado, *De Direito*, os 184 milhões de habitantes dos quatro países, em 1990¹⁸, numa primeira ponderação em termos dos polos econômicos centrais (eixo São Paulo – Buenos Aires), já passaria por uma boa redução, com estimativa de serem 103 (56%) milhões de habitantes, no *Mercosul De Fato*. O mesmo aconteceria com o tamanho da economia. Do total dos US\$ 623 bilhões, De Direito, o bolo diminui para US\$ 461 bilhões (74%), De Fato.

Um aspecto importante dessa diferenciação na espacialidade entre o Mercosul *De Direito* e o *De Fato*, correspondia às respectivas proporções. A espacialidade do Mercosul De Fato espelha as características regionais do desenvolvimento dos países do Mercosul, principalmente, tratando-se do Brasil e da Argentina. Sua linha divisória acompanha o desenho das diferenças internas do desenvolvimento. O eixo São Paulo-Buenos Aires

¹⁸ Para uma atualização da população total em 1993, veja a Tabela - 11.

não passou despercebido, marcado pela concentração populacional, urbano-industrial e agroindustrial.

Enquanto que a diferença entre a população De Direito e a De Fato correspondia a 44%, a do PIB era bem menor, ficando nos 26%. O resultado da subtração, a diferença entre os dois índices (população menos PIB), era de 18%. Essa observação foi resultado do entendimento de que o PIB De Fato está mais concentrado espacialmente. Não é sem razão que Paulo R. Schilling (1992), no livro “Mercosul: integração ou dominação”, e mesmo Cássio F. C. Rolin (1994), no artigo “Integração *versus* integração: a busca dos conceitos perdidos”, bateram na tecla da desintegração dos próprios mercados internos dos países do Mercosul e apontaram que a integração dos países do Cone Sul deveria estar acompanhada pela integração interna em cada país.

O Mercosul era, pois, um processo de integração sub-regional dos países nacionalmente desintegrados, haja vista tamanhas desigualdades socioeconômicas e culturais. Após estes comentários, o desenho do Mercosul ganhava outros contornos, uma outra espacialidade, embora continuasse com a marca neoliberal.

Mas, se a discussão parasse nesse ponto, simplesmente irá nadar, nadar, nadar e "morrer na praia". A questão é simples. O Mercosul De Fato, da Simonsen Associados, como foi desenhado até o momento não fugia de qualquer abordagem oficial e empresarial, dos "louros" do livre-mercado e da integração aberta. Essa espacialidade do Mercosul De Fato também indicava a opção setorial da inserção internacional. Esse espaço, marcava a territorialidade do desenvolvimento meridional platino¹⁹. Não deixava de apresentar um tipo de exclusão social e econômica, porém não apontava

19 Para uma leitura com abordagens diferenciadas sobre a territorialidade no contexto capitalista contemporâneo das integrações, regionalizações e globalização e alguns modismos a esse respeito, cf. Octavio Ianni (1995, p. 89-105), que tratou da desterritorialização, além de Michael Storper (In: LAVINAS; CARLEIAL; NABUCO, 1994, p. 13-16) e de Theotônio dos Santos (1994), que trataram sobre a economia global/mundial e a integração no contexto recente.

mais a fundo no assunto. Nem teria este horizonte, pois tratava-se de uma indicação da entidade empresarial.

Esse aprofundamento da crítica, a opção duplamente excludente do Mercosul, do ponto de vista dos trabalhadores, usando a figura de uma árvore como alegoria, ia, por meio do enraizamento, às entranhas do solo do tecido social. Retomando o sentido do *enraizamento*, a crítica da exclusão social no processo real e na tomada de decisões, do ponto de vista da classe dos trabalhadores, que lhe dava consistência histórico-social. Tal qual as raízes que sustentam e mantêm a árvore viva e firme, verificavam que a realidade da integração precisava passar pela concepção de classe social, tanto subjetiva, como orgânica-objetiva. O principal referencial dessa abordagem fundamentava-se em uma passagem da "Contribuição à crítica da economia política", que, em outras palavras, apontava os passos da pesquisa, no seu movimento até as questões mais simples da vida dos indivíduos (as pontas das raízes no subsolo e dos galhos acima da superfície), ao seu retorno sistêmico na categorização do concreto agora pensado. Segundo Marx, o termo ou categoria *população* era entendido como:

A população é uma abstração que deixo de lado as classes que a compõem. Estas classes são, por sua vez, uma palavra vazia se ignoro os elementos sobre os quais repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços, etc. (In: MARX - ENGELS, 1984, p. 409).

A partir dessa perspectiva, o mercado virtual do Mercosul De Fato perde seu sentido vazio e abstrato, ao ser implodido pelas condições reais dos indivíduos, camadas e classes sociais. Quando se falava em um mercado integrado de 200 milhões de habitantes, ou mesmo de 103 milhões, estar-se-ia construindo um mero discurso de ocultamento, como se todos

os habitantes possuíssem as mesmas condições de vida, como se os termos habitante, população e consumidor fossem sinônimos; ou se população e pessoas fossem irmãs univitelinas. Porém, se a referência dos indivíduos partir da natureza da fonte de renda dos mesmos, ou, segundo Ernesto Che Guevara, da sua condição histórica e existencial, perceber-se-á, por exemplo, que nem todos os consumidores possuíam recursos para consumir as mesmas mercadorias. Se os referenciais acima citados estavam "estigmatizados" e se isso prejudicava o entendimento ou a aceitação desse enraizamento, pode-se citar o autor latino-americano mais clássico da integração latino-americana: Raúl Prebisch. Todos sabem que Prebisch não teve referencial marxiano, o que em parte explica seu dualismo sem saída, mas, como as ideias não são legadas por herança nem por genética, nem é preciso, até o momento, pagar a ele pela propriedade intelectual deste tema. Prebisch, ao desenvolver seu estudo preocupado com o subdesenvolvimento latino-americano, foi capaz de apontar muitos aspectos reais da "estagnação". Seu núcleo do estrangulamento externo da desigualdade no comércio internacional e interno, da permanência das estruturas agro-exportadoras, propunha algumas mudanças fundamentais. Sem dúvida, a mais importante foi a da redistribuição de renda no mundo rural e urbano, para superar a pobreza estrutural na periferia latino-americana.

Ao priorizar a redistribuição de renda, este economista argentino estava propondo a integração dos mercados internos dos países latino-americanos, o que aumentaria a poupança interna, o dinamismo produtivo, acabaria com a fome, absorveria produtivamente a mão-de-obra, e, inclusive, mexeria nas relações de poder no mundo do trabalho e na esfera pública do Estado, ao acabar com os latifúndios tradicionais. O que Prebisch estava propondo era transformar o mercado virtual (população) em mercado real (poder aquisitivo) das pessoas.

Cássio Rolin também questionou o discurso vazio dos 200 milhões de consumidores do Mercosul: "ninguém é consumidor se não tiver renda e ninguém tem renda se estiver desempregado ou falido" (ROLIN, 1994, p. 166).

Sobre a exclusão social e o mercado real brasileiro, quem colocou os pingos nos "is", foi, novamente, Paulo R. Schilling:

Se considerássemos as respectivas populações e os PIB's do Brasil e da Argentina, poderíamos concluir que o mercado interno disponível para a indústria brasileira seria cinco vezes superior ao argentino. No entanto, em razão da enorme taxa de marginalidade que sempre caracterizou a nossa sociedade, o mercado consumidor brasileiro (em termos capitalistas) é tremendamente limitado. Três quartas partes da população são consumidores primários, somente conseguindo adquirir, quando conseguem, o mínimo necessário para assegurar-se a sobrevivência. O consumo de bens duráveis, supérfluos, mais sofisticados está praticamente limitado às classes rica e média e aos setores mais organizados do proletariado. Ou seja, nesse sentido temos um mercado não superior a 30/35 milhões (SCHILLING, 1992, p. 177).

A partir do exposto, muitos assuntos apontados anteriormente, agora podem ser "costurados". Um deles foi a indicação neoliberal do pensamento cepalino dos anos de 1990, com as propostas de relações de trabalho modernas, sócio-colaboradores, pacto social e o papel estratégico do Estado no fomento do progresso tecnológico de ponta como forma de transferir renda pública para a iniciativa privada (altos investimentos com retorno a longo prazo). As privatizações das empresas estatais brasileiras, muitas delas com excelente produtividade e geradoras de tecnologia, por valores de 25% a 30%, ou bem menos, do valor patrimonial, foram os grandes negócios do livre-mercado (cf. SCHILLING, 1992).

A dupla exclusão passava a ser vista com mais clareza também na opção da integração aberta. No Mercosul, os consumidores alvos eram

aqueles 30 a 35 milhões de brasileiros e os seus congêneres na Argentina, Uruguai e Paraguai, que provavelmente não acrescentavam mais do que uns 15 milhões. No entanto, 30 a 35 milhões ou de 40, 45 a 50 milhões de consumidores de bens de consumo duráveis, supérfluos e produtos sofisticados "made in Mercosul" ou importados, ultrapassavam a maioria dos mercados nacionais dos países europeus, portanto representavam uma economia de escala razoável. Essa fortaleza do bloco sub-regional, porém, estava voltada competitivamente para fora, o que revelava que a redistribuição de renda interna, nas unidades nacionais, não integrava a agenda da reconversão produtiva e tecnológica e nem mesmo a inclusão da representação direta dos trabalhadores (sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais e populares) como sujeito participativo (representante com direito a voz e voto) nas instâncias decisórias do Mercosul.

Por outro lado, a integração horizontal, segundo Bela Balassa, representava a expansão física do mercado, contribuindo apenas para a eficiência estática dos fatores produtivos. Por sua vez, a integração vertical incluía a ampliação do próprio mercado interno e regional (BALASSA, 1964, p. 118), contribuindo para a eficiência dinâmica dos fatores produtivos. Teoricamente, dentre estas melhorias globais no desenvolvimento econômico de cada país estaria a elevação da renda dos trabalhadores. Porém, a lógica modelar (modelos teóricos) não significava sua realização social.

O adjetivo conservador da integração ou o excludente não diz respeito à construção da espacialidade física horizontal ou vertical. Independentemente da tipologia, todo o mercado tem sua configuração formal (física) e funcional (social). A originalidade da espacialidade, numa integração conservadora, era a de que nela, conforme Prebisch, permaneciam inalteradas as estruturas sociais. Estas estruturas não se resumiam à forma que adquiriam no universo produtivo, como por exemplo, a estrutura

latifundiária da realidade da terra na América Latina. O adjetivo conservador passava a se constituir em uma categorização das relações de poder estabelecidas entre os interlocutores sociais no Mercosul. O que permanecia intacto era exatamente o poder político e econômico dos latifundiários (fundamentado no domínio da terra) e dos excluídos da terra, camponeses familiares ou sem terra.

Quando a crítica dos trabalhadores apontava para a flexibilização das relações de trabalho e das vantagens de barganha do capital em detrimento do trabalho, na integração neoliberal, compreendia-a enquanto projeto social conservador e reprodutor da exclusão.

Alguns dados bem conhecidos sobre a realidade socioeconômica dos países do Cone Sul, apresentados nas Tabela - 09 e 11, podem ser vistos com "outros olhos" ou a partir destes olhos.

TABELA - 11: CONE SUL - INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS BÁSICOS

INDICADORES	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI	MERCOSUL (1)	CHILE	CONESUL (1)
PIB (US\$ bilhões/1993)	255,5	456,0	6,9	13,4	713,8	43,6	775,1
Renda Per Capita (US\$ mil/1993)	7.650,0	2.998,0	1.500,0	4.188,0	3.786,8	3.159,0	3.744,1
População (milhões/1993)	33,4	152,1	4,6	3,2	193,3	13,8	207,1
PEA (milhões/1990)	12,6	64,4	1,1	1,4	79,5	5,5(95)	85,0
Desemprego (%/1995)	18,6	11,0	8,0	10,4	11,9(*)	5,1	10,62(*)
Alfabetização (%/1994)	95,0	78,0	88,0	95,0			
Salário Mínimo (US\$/1996)	250,0	112,0	244,0	128,0	183,5	140,0	174,8
Mortalidade Infantil (por 1000/1994)	29	57	35	20		17	
Esperança de Vida (1994)	71	66	67	73	69,25(*)	72	69,8(*)
Habitantes por Médico (1994)	335	684	1.250	513			
População Urbana (%/1989)	87	77	49	89	78,26	85	78,71
População Rural (%/1989)	13	23	51	11	21,74	15	21,29

FONTE: Apud: CUT/ESCOLA SUL. *Caderno sindical sobre o MERCOSUL*. Florianópolis: Escola Sul da CUT, Set/1996. p. 5

Obs.: Formato em Tabela dos Indicadores apresentados na obra.

(1) Colunas incluídas para este estudo a partir das informações disponíveis.

(*) Denominador comum dos percentuais dos países do Mercosul e do Cone Sul.

Nos estudos sobre o crescimento econômico nacional e, especialmente, no estudo comparado das economias entre países, são muito

utilizados os índices do PIB e da renda *per capita* nacional. O próprio Bela Balassa ao discutir as teses da teoria do comércio internacional apresentou a questão desses referenciais e índices econômicos (BELASSA, 1964; cf. PALLOIX, 1981)²⁰. Diferentemente de Balassa, Eric Hobsbawm (1988, p. 32) e o próprio Caio Prado Júnior (1989, p. 134), a um bom tempo, alertaram para os limites meramente estatísticos e abstratos dos dados do PIB (geral) e da renda *per capita* (resultado matemático de uma conta de divisão: PIB Nacional ÷ População), comentando que ambos não representavam indicadores das reais condições de vida da população, uma vez que não eram e nem são referenciais sobre a distribuição social da renda, mas apenas denominadores comuns. Comparando os dados das tabelas - 09 e 11, nota-se o desencontro das informações para os itens população, PIB e renda *per capita*, nos anos de 1993 (Tabela - 11) e 1994 (Tabela - 09)²¹, em alguns países do Mercosul. Permanecendo as dúvidas sobre quais dos dados a procedência seria mais confiável, cabe apontar os anos de 1988 e 1993, apenas para efeito da observação comparativa do crescimento econômico dos países e da sub-região.

Partindo dos dados apresentados no período de 1988/1993, o crescimento do PIB teve a seguinte evolução: Argentina, 221,79%; Brasil, 40,91%; Paraguai, 15%; Uruguai, 100%; e no Mercosul, 76,04%. Já a renda *per capita* correspondeu, respectivamente, a 236,77%, 33,84%, 0%, 93,89% e 66,66%. A Argentina apresentava os maiores percentuais,

20 Reveja a discussão sobre a deterioração dos termos de intercâmbio e troca desigual, no comércio internacional em Prebisch (subitem 1.2).

21 Para esse estudo, infelizmente, não foi possível averiguar quais das informações procediam, uma vez que ambas as fontes merecem credibilidade. Todavia, é muito comum encontrar certos desencontros entre os organismos de pesquisa governamentais nacionais e desses com os internacionais. Essas diferenças resultam, em grande parte, em função da própria diferença na metodologia empregada pelos organismos. As informações de maior credibilidade, ou pelo menos assim consideradas pela maioria dos estudiosos (ponderações quanto às metodologias), são as do Censo Oficial, mas não são realizados todos os anos para os estudos sobre população (demografia). Para os anos intercalados, normalmente são utilizadas projeções e estimativas com base nos movimentos históricos do crescimento vegetativo. O próprio IBGE alertou para a problemática das diferentes metodologias dos Institutos Nacionais de Estatísticas dos países do Mercosul e as dificuldades para estabelecer a equivalência (cf. IBGE, 1993, v. 1).

enquanto que o Paraguai os menores. Sobre o Paraguai, o que chama a atenção foi a permanência do mesmo índice *per capita*. Mesmo no período de 1988/1994, esse dado permaneceu muito baixo, na casa dos 0,74%.

Outro indicativo do crescimento econômico de um país e da sub-região pode ser visto pelo volume do comércio exterior. O aumento do comércio interno no Mercosul foi um dos principais indicativos dos ganhos da integração, aparecendo como o argumento de maior peso no discurso oficial governamental e empresarial. Segundo dados do DESER, apresentados por Álvaro Bianchini no texto “Os reflexos do Mercosul no comércio exterior do Brasil” (In: CUT/ESCOLA SUL, Set/1996), incluído na publicação temática *Caderno Sindical sobre o MERCOSUL*, no período de 1990 a 1995, o intercâmbio comercial entre os países do Mercosul correspondeu aos seguintes dados do quinquênio: Entre 1990, ano anterior à assinatura do Tratado de Assunção, e 1995, o total do comércio (exportações menos importações) brasileiro com a sub-região cresceu de US\$ 3,6 bilhões para US\$ 12,9 bilhões.

As exportações do Brasil para os países do Mercosul registraram, nesse período, aumentos de 369% ao passar de US\$ 1,3 bilhões para US\$ 6,1 bilhões, sendo que as exportações totais do Brasil, no mesmo período, elevaram-se consideravelmente menos, de US\$ 31,2 bilhões para US\$ 46,5 bilhões, ou seja, 48%.

As importações do Brasil do Mercosul passaram de US\$ 2,3 bilhões, em 1990, para US\$ 6,8 bilhões, em 1995, correspondendo a um crescimento de 195%. Enquanto isso, as importações brasileiras, como um todo, subiram, no período, de US\$ 20,7 para 49,6 bilhões, o que significa um aumento de 140% contra um aumento, já citado, de 359%, resultando em um saldo favorável de US\$ 3,5 bilhões (BIANCHI, In: CUT/ESCOLA SUL, 1996, p. 104).

Numa leitura de Raúl Prebisch sobre o desenvolvimento latino-americano, poder-se-ia dizer que os indicadores do PIB e da renda *per capita* dos países e a soma geral desses, no Mercosul, correspondiam tão somente à categoria crescimento econômico. Se for acrescido dos respectivos dados sobre a população, ainda assim, não se estaria ultrapassando essa categoria. Dir-se-ia mais: com esses três indicadores socioeconômicos visualizar-se-ia o mercado virtual de cada país e do Mercosul. Por outro lado, se nessa discussão, forem incluídas as ponderações de Héctor-Hugo Barbagelata (1991), esses indicadores representariam o potencial gerador dos benefícios sociais na integração, como também expôs Bela Balassa, quando avaliou os possíveis resultados eficientes e de ganhos de economia de escala, apesar de considerá-los mais na perspectiva do capital (BALASSA, 1964, p. 113 ss).

Mas, quando o referencial passar a ser visto a partir do mercado real e da distribuição social da renda, os indicadores acima apresentados não contribuem tanto assim. Numa avaliação a partir das condições dos trabalhadores, lembrando sempre das possibilidades *do nivelamento por baixo ou por cima*, na realidade da flexibilização, o principal indicativo passou a ser a distribuição de renda, isto é, a natureza da fonte de renda que retratava o poder aquisitivo dos interlocutores sociais.

A grande crítica, feita pelos trabalhadores, ao projeto da integração neoliberal, referia-se, por um lado, à concomitância da dualidade do Estado mínimo e do Estado máximo, dois pesos e duas medidas, na arquitetura do Mercosul e no tratamento dos sujeitos privados na integração (trabalho-capital), e, por outro, no enfrentamento direto entre os trabalhadores e os empresários, enquanto categorias da classe social, no cenário de flexibilização.

Diante disso, os trabalhadores enfrentavam uma dupla jornada na integração. Na primeira delas, interagiam com os atores governamentais

pressionando à democratização da participação da sociedade civil popular no debate e na tomada de decisões nas instâncias oficiais do Mercosul. Na segunda, interagiam com os atores capitalistas para garantirem o nivelamento por cima das condições de trabalho, dos direitos trabalhistas e da renda (salário). Nessa segunda jornada, o Estado mínimo e máximo também tinha uma função estratégica em favor da acumulação do capital. Nesse conjunto todo, continuava a velha questão: socialização ou não dos custos da integração?

A modernidade da nivelção por baixo, dos direitos trabalhistas e sociais, a modernidade da competitividade, marcava a integração conservadora (relações sociais de poder), a socialização localizada dos custos (sujeitos "excluídos" da integração) e as condições adicionais às vantagens comparativas (*dumping* social) da integração aberta em uma área periférica. O argumento do nivelamento por baixo, *dumping* social, esteve incluído no pronunciamento do presidente Carlos Menem, em meados de 1994, como barganha para achatar o piso salarial dos trabalhadores argentinos aposentados que faziam greve exigindo reajustes adequados. O teor do argumento foi de que os grevistas deveriam ir para suas casas satisfeitos com seus salários, pois, mesmo "inativos", estavam recebendo o dobro do que recebiam os trabalhadores brasileiros na ativa. A "ofensa" aos assalariados, do lado de cá da fronteira, foi assumida pelo presidente Itamar Franco, diante do que, Menem pediu oficialmente desculpas por ter feito aquela comparação.

Alguns dados acerca dos níveis e comparativos salariais no Mercosul e de outros países ajudam na apresentação dessa questão. Desde 1990, o salário mínimo no Brasil permaneceu o mais baixo entre os países do Mercosul, o que mostra que o porte da economia e da PEA não representavam melhores salários. A Argentina, por sua vez, apresentava índices sub-regionais mais elevados, o que manifestava, em parte, sua histórica

mobilização sindical dos trabalhadores, apesar das medidas desindustrializantes adotadas a partir de 1976.

Em 1990, o salário mínimo no Brasil era de US\$ 67,00 dólares, conforme estudo que o DIEESE realizava sobre os últimos 50 anos de salário mínimo no país (1940-1990) (DIEESE, Jul/1990, p. 3). Em 1991, tinha-se o seguinte quadro do salário mínimo no Mercosul: "O salário mínimo varia de US\$ 45 a US\$ 90 dólares no Brasil, e de 86 dólares no Uruguai, 178 dólares no Paraguai e 200 dólares na Argentina" (CUT-GTM/DNTR/DESEP/ ESCOLA SUL/DESER, Outubro/1992, p. 18)²².

Para o ano de 1996, os dados sobre o salário mínimo no Mercosul e outros elementos relacionados aos trabalhadores assalariados, jornada de trabalho e remunerações (estimadas em dólares), constam na tabela 12, que segue.

TABELA - 12: MERCOSUL: JORNADA DE TRABALHO E SALÁRIO MÍNIMO - 1996

PAÍS	JORNADA DE TRABALHO SEMANAL	JORNADA MENSAL (unid.)	SALÁRIO MÍNIMO (US\$/unid.)	REMUNERAÇÃO POR HORA/T (US\$/unid.)
Argentina	48	216	250,0	1,157
Brasil	44	198	112,0	0,566
Paraguai	48	216	244,0	1,130
Uruguai (*)	48	216	128,0	0,593
MERCOSUL	47	211,5	183,5	0,868

FONTE: JORNADA DE TRABALHO SEMANAL: CASTRO, Maria S. P. "Os direitos trabalhistas no Mercosul" In:

CUT/ESCOLA SUL. *Caderno Sindical sobre o MERCOSUL*. p. 52.

SALÁRIO MÍNIMO: Apud: CUT/ESCOLA SUL. *Idem*, p. 5

JORNADA MENSAL (cálculo): Jornada Semanal X 4,5.

(*) Na Indústria. Para o comércio a jornada é de 44 horas.

No Brasil, o salário mínimo de 112,00 dólares²³, não representava sua média histórica. Outra observação importante a respeito da manutenção do poder aquisitivo do salário mínimo nos países latino-americanos era a

22 O salário mínimo médio anual foi de 56,00 dólares (CUT, 1993, p. 11).

23 O reajuste de 93,00 reais para 112,00 reais foi efetuado em maio/96, em tempos do Plano Real e com o câmbio paritário de R\$1,00/US\$ 1,00.

de que ele dependia muito dos índices de inflação e dos dispositivos de reajustes para reposição de perdas inflacionárias, mesmo que posterior, do valor real. Agregam-se a essa observação as políticas de estabilização das moedas nacionais, ou, mais conhecidas como programas de "combate a inflação" (como se "bastasse um tiro para matar esse dragão", no dizer de Collor de Mello), enquanto ajustes anti-inflacionários, bem como as medidas de controle cambial. Desde o Plano Cruzado, até o Plano Collor, estes "pacotes", sempre tiveram como medida intransigente, o nivelamento por baixo do salário mínimo, isto é, as perdas salariais tornaram-se o mecanismo de socialização localizada dos custos da estabilização da dita inflação. Por outro lado, os altos juros dos títulos do governo integravam as medidas de transferência indireta da renda pública para a iniciativa privada nacional e internacional (dívida externa e interna que formavam a dívida pública)²⁴.

Mesmo não dispondo de dados sobre o salário mínimo dos demais países, a comparação entre o valor médio, por hora de trabalho dos países do Mercosul, com o salário médio do setor manufatureiro do NAFTA, já indicavam algumas diferenças marcantes: "O salário médio por hora no setor manufatureiro é de U\$ 13.50 no Canadá, de U\$ 13.90 nos EUA e de apenas U\$ 2.10 no caso do trabalhador mexicano" (CUT-BRASIL/CSN-CANADÁ, Fev/1996, p. 15).

Partindo dos dois extremos, o salário médio por hora de trabalho no setor manufatureiro, nos EUA, que era de US\$ 13.90, e o valor referente ao salário mínimo brasileiro, de US\$ 0.566, as pequenas diferenças nada mais eram do que as seguintes: a remuneração por hora de trabalho do

24 Segundo Cesar Benjamin, economista, os novos pacotes neoliberais de estabilização monetária adotados no Chile, México, Argentina (Plano Cavallo), Peru e Brasil (Plano Real), possuíam dois elementos centrais: a sobrevalorização cambial e a abertura comercial (cf. BENJAMIN, 1996 – vídeo).

operário norte-americano era 24,56 vezes maior em relação ao salário mínimo brasileiro; trabalhando apenas 8 horas e 3 minutos, o operário norte-americano recebia o correspondente ao próprio salário mínimo vigente no Brasil, com jornada mensal de 198 horas (US\$ 112,00 dólares).

Outra questão já comentada no capítulo anterior ("década perdida"), mas relacionada ao ponto de vista dos trabalhadores, e enquanto crítica à marginalização e exclusão social, diz respeito à concentração de renda no Brasil, nos anos 80. A última coluna da tabela - 13, apresenta os percentuais da concentração da renda por estrato.

TABELA - 13: DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DAS PESSOAS COM RENDA E DE 10 ANOS OU MAIS, NO BRASIL, EM ANOS SELECIONADOS DA DÉCADA DE 80 (%)

NÍVEL DE RENDIMENTO (decis)	1981	1983	1986	1989	% (89/86)
10% mais pobres	0,9	0,9	1,0	0,6	-40,00
40% mais pobres	8,9	8,5	8,4	6,9	-17,86
10% mais ricos	46,6	48,1	48,8	53,2	9,02
1% mais ricos	13,0	14,0	15,2	17,3	13,82

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (1981, 1983, 1989). Rio de Janeiro: IBGE. Apud: POCHMANN, Marcio. "Políticas de combate à pobreza no Brasil: necessidades e dificuldades nos anos 90" In: *Indicadores Econômicos FEE: desempenho da economia do RS - 1993*. Porto Alegre: FEE, jan/1994. V. 21 N.º 4, p.180º (89/86): coluna incluído na tabela pelo autor.

A proposta de criação de uma zona de livre comércio hemisférica, apresentada no programa da "Iniciativa para as Américas", do governo Bush, em 1991, bem como seus desdobramentos intergovernamentais aprovados na Conferência de Miami (Cúpula das Américas), em 1994, que previa a criação da ALCA, em 2005, também foram criticadas, do ponto de vista dos trabalhadores, pelo seu projeto neoliberal e seu enfoque meramente comercial, conforme a *Declaração do Foro Laboral - Os Trabalhadores e a Integração*: "Os acordos de integração têm que transcender os meros objetivos comerciais e a desregulação dos mercados. A

dimensão social da integração é o que torna viável estes processos"²⁵. Na mesma Declaração, as centrais sindicais defendiam a necessidade de se pensar socialmente a integração econômica, em termos de reais melhorias das condições de vida e garantias dos direitos trabalhistas e sociais.

Se desde 1988, a CUT vinha se preocupando com a discussão, organização e mobilização dos trabalhadores diante da integração, no Cone Sul, sua postura, bem como das demais centrais sindicais integrantes da CCSCS, era a de interferir no processo mediante a crítica ao modelo neoliberal e a apresentação de propostas de caráter democrático e social²⁶.

No Brasil, os movimentos populares discutiam os caminhos do Mercosul e colocavam na sua ordem do dia um outro projeto de integração. Esse projeto redimensionava a integração latino-americana enquanto possibilidade efetiva de desenvolvimento social. Diferentemente do projeto neoliberal de inserção competitiva no mercado internacional, a integração, do ponto de vista dos trabalhadores, voltava-se para a própria realidade local. Enquanto projeto alternativo, os parâmetros da integração teriam que passar pela ruptura das condições do subdesenvolvimento e da dependência, através da reforma agrária²⁷, o não pagamento da dívida externa,

25 Trata-se do documento final - *Declaración Del Foro Laboral - "Los Trabajadores y La Integración* - aprovado do Foro do Trabalho realizado em Cartagena, Colômbia, nos dias 18 a 20 de março de 1996 (In: CUT/ESCOLA SUL, Set/1996, p. 84).

26 Rafael Freire Neto, diretor da Executiva da CUT Nacional, responsável pelo programa Mercosul, fez a seguinte avaliação da participação da CCSCS nos caminhos da integração: "Num período de 4 anos a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) se consolidou e, apesar das dificuldades, articulou a participação sindical nos fóruns institucionais. (...) Nossa atuação foi de oposição ao modelo de integração que está sendo desenvolvido, mas ao mesmo tempo temos apresentado uma série de propostas concretas e conseguimos, em alguns casos, modificar decisões" (FREIRE NETO In: CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, Jun/1996, p. 8).

Para uma leitura sobre a importância da CCSCS na integração e nos rumos do Mercosul, confira o material de João Paulo Candia Veiga, "Mercosul: evolução institucional e intervenção sindical" (In: IRES/DESEP, 1993, p. 197-211).

27 A urgência ou não da reforma agrária estava relacionada ao projeto de desenvolvimento social ou de simples crescimento econômico do projeto neoliberal. Ambos os projetos se diferenciavam profundamente nas relações de poder entre os interlocutores sociais diretos e na concepção estratégica do Estado, o que tornava, em grande parte, a questão da terra, um assunto político. A alegação da falta de recursos públicos para a reforma agrária, de acordo com Marcos Arruda, refletia a prioridade social do governo brasileiro: "Note-se ainda que o pagamento da dívida correspondeu a 5,3% do PIB brasileiro. E que com pouco mais de 6% do PIB seria possível fazer em um ano uma reforma agrária capaz de replantar 12 milhões de trabalhadores rurais na agricultura, com terra, crédito e assistência técnica" (ARRUDA, 1992, p. 58).

o estabelecimento de um programa de segurança alimentar, redistribuição de renda e um projeto de desenvolvimento sustentável para a pequena propriedade rural (CUT/ESCOLA SUL, Out/1991, p. 14).

Segundo a *Declaração de Porto Alegre: por um movimento pela integração dos povos do Cone Sul da América Latina*, a proposta de integração popular seguiria os princípios de um novo projeto de desenvolvimento, socialmente justo e ambientalmente sustentável, no qual o Estado teria uma função estratégica²⁸. No mesmo documento, indicavam o não pagamento da dívida externa e sua negociação multilateral, a mudança da política agrícola e agrária (reforma agrária) e da questão das terras indígenas e a garantia dos direitos humanos e dos trabalhadores.

Na *Correspondência da CCSCS aos Presidentes dos Países do Mercosul*, por ocasião da VII Reunião do CMC, realizada em Ouro Preto, enviada pela CCSCS, de 17 de dezembro de 1994, reafirmava sua concepção estratégica da integração: "queremos apresentar propostas que contribuam para que o Mercosul seja efetivamente um instrumento de desenvolvimento econômico e social e de fortalecimento da democracia em nosso continente" (In: CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, Jun/1996, p. 26).

Ao mesmo tempo em que os presidentes estabeleciam a estrutura definitiva do Mercosul, através do Protocolo de Ouro Preto (POP), a CCSCS, comunicava para o CMC que, para os trabalhadores, o projeto Mercosul deveria compreender os seguintes critérios e propostas: 1) atender aos problemas trabalhistas e sociais; 2) hierarquizar os problemas dos setores produtivos; 3) contemplar as necessidades das nações e regiões de menor desenvolvimento relativo; e, 4) a nova institucionalidade do Mercosul (In: CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, Jun/1996, p. 28-29).

28 "Declaração de Porto Alegre: por um movimento pela integração dos povos do Cone Sul da América Latina" (ARRUDA e outros, 1992, p. 77).

Para as centrais sindicais, a nova estrutura institucional do Mercosul teria que contemplar a participação direta e oficial da sociedade civil popular, criar mecanismos institucionais de absorção pública dos impactos negativos nos setores sensíveis (NUÑEZ, 1992, p. 138) e definir as instâncias jurídicas sub-regional. Essa orientação democratizante do processo de integração seria consolidada mediante a constituição de um Fórum Econômico e Social, da incorporação na sua estrutura executiva das Comissões de "Políticas Produtivas e Mercado de Trabalho" e de "Assuntos Sociais Regionais e Meio-Ambiente", do fortalecimento da Comissão Parlamentar Conjunta, e, da melhoria dos aspectos jurisdicionais (In: CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, Jun/1996, p. 29-30).

Considerando os parques avanços no campo democrático e social, na nova estrutura institucional do Mercosul, estabelecida pelo POP, a CCSCS manteve sua crítica ao projeto neoliberal excludente, em outra correspondência aos presidentes do Cone Sul, datada aos 5 de agosto de 1995, Assunção:

A decisão de deixar ao mercado a regulação da integração comercial e produtiva, aprofundará o desequilíbrio comercial e a ausência de políticas de coordenação macroeconômica e setoriais gerarão condições diferenciadas que afetarão o mercado de trabalho dos quatro países (In: CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, Jun/1996, p. 31 – grifo nosso).

Continuando "correndo atrás do prejuízo", nessa correspondência, a CCSCS retomava a discussão acerca da importância estratégica do projeto de integração voltado para o desenvolvimento econômico e social: "É necessário hierarquizar o tratamento dos problemas agrícolas, industriais e de serviços. A modernização e tecnificação desses setores, tendo em vista

a crescente complementação regional, é fundamental para garantir o crescimento econômico e a manutenção dos postos de trabalho e melhorar o nível de salários" (In: CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, Jun/1996, p. 32-33).

Côncios do reduzido espaço democrático estabelecido pelo POP, a CCSCS pressionava pela ampliação e consolidação da participação popular nos próprios organismos institucionais, exigindo maior agilidade na constituição do Foro Consultivo Econômico-Social, na criação de comissões de planejamento e promoção de mais empregos, e, insistindo no fortalecimento da Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) (In: CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, Jun/1996, p. 33).

Em outra correspondência da CCSCS, um ano após a aprovação do marco da união aduaneira, pelo POP, as centrais sindicais, de certa forma, denunciavam os resultados anti-democráticos e excludentes do projeto governamental e empresarial da integração aberta. A flexibilização dos direitos trabalhistas passava a ser visível pelo crescente número de desempregados e pela falta de Fundos Sociais de Reconversão Produtiva para os setores mais sensíveis. A opção pelos assuntos nacionais apresentava, por um lado, a própria fragilidade da integração periférica e, por outro, a falta de harmonização setorial das políticas econômicas.

A não existência de políticas produtivas e comerciais a nível sub-regional e a opção nacional para o tratamento desses assuntos no mercado sub-regional também indicavam que a integração teria que avançar segundo o ritmo dos interlocutores produtivos, e, não como pretendiam os próprios governos. As pressões dos "sujeitos privados do mercado" exercidas sobre os governos nacionais tornavam o Mercosul um retalho nacional de integração. Não era difícil imaginar que, diante dessa realidade, reafirmava-se a flexibilização das relações de poder entre os interlocutores produtivos. A ação do Estado mínimo e máximo também se

flexibilizava de acordo com as pressões dos setores produtivos²⁹. Conforme a própria CCSCS colocava essa fragilidade e maleabilidade dos sujeitos nacionais, foi firmada com a baixa institucionalidade supranacional no Mercosul.

A não harmonização de políticas e a baixa institucionalidade facilitam a adoção de medidas unilaterais, como as que foram adotadas pelos governos argentino e brasileiro, entre março e junho passado, visando a contenção dos déficits comerciais e a sustentação dos planos de estabilização internos (In: CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, Jun/1996, p. 35)³⁰.

Segundo Haroldo de Macedo Ribeiro, a participação da sociedade civil nas instâncias do Mercosul foi garantida na CPC e no FCES, contestando a crítica da exclusão social indicada pela CCSCS. Segundo ele, para que a sociedade fosse "ouvida" pelo GMC, bastaria apresentar as recomendações bem fundamentadas. Já em relação aos Fundos de Reversões, o governo brasileiro defendia que se tratavam de medidas nacionais (RIBEIRO, In: CUT/ESCOLA SUL, Abril/1996, p. 14, 24).

O Foro Consultivo Econômico-Social foi acordado em reunião do GMC, realizada em Buenos Aires, no dia 30 de maio de 1996, sendo homologado pelo GMC, somente no dia 21 de junho de 1996. Ora, não era à toa que as centrais sindicais criticavam a morosidade dos órgãos deliberativos do Mercosul em relação aos assuntos sociais. Para se ter uma ideia disso, o FCES demorou 18 meses para ser homologado pelo GMC. Comparado com o período de transição definido pelo Tratado de Assunção, correspondia a quase a metade daquele período. Mas é bom lembrar que o período

29 A aprovação da proposta do governo brasileiro sobre a liberdade de mobilidade dos produtos nacionais, nas Listas de Exceções, e a possibilidade de inclusão e reinclusão temporária caracterizava a fragilidade dos governos na harmonização de políticas globais a nível do Mercosul e seu jogo de cintura para contentar aos "gregos e troianos", exceto os setores populares mais sensíveis que eram mantidos excluídos.

30 "Correspondência da CCSCS aos Presidentes dos Países do Mercosul", [dez/95 ou início de 1996] (In: CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, Jun/1996, p. 35).

de transição acelerado, previa a liberação comercial e não a homologação de um órgão deliberativo. Novamente se percebia dois pesos e duas medidas.

Enquanto principal órgão tripartite do Mercosul, o então recém FCES contava com suas unidades nacionais, as Seções Nacionais, também eram constituídas paritariamente. A Seção Nacional argentina foi composta por representantes dos setores da indústria, agricultura, comércio, consumidores e trabalhadores. As Seções Nacionais do Uruguai e do Paraguai foram compostas por representantes empresariais e dos trabalhadores (In: CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, Jun/1996, p. 31). Já a Seção Nacional brasileira foi composta, conforme o artigo 3º do Regimento Interno do FCES-Seção Brasil, por representantes "de organizações empresariais da indústria, agricultura, comércio e serviços, e transporte; de entidades de trabalhadores, de consumidores e de outras organizações não-governamentais diversas das anteriores" (In: CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, Jun/1996, p. 32)³¹. Portanto, a base tripartite do FCES já limitava e delimitava a presença e influência da representação das centrais sindicais (independentemente do perfil classista e colaboracionista) neste espaço institucionalizado, de caráter consultivo e recomendativo.

Um avanço limitado para a participação da sociedade nos organismos do Mercosul foi conseguido com a aprovação do *Regimento Interno do FCES*, conforme inciso I, do artigo 2º, a princípio, garantida mediante suas atribuições regimentais: "pronunciar-se, no âmbito de sua competência, emitindo recomendações, seja por iniciativa própria ou sobre consultas que, acompanhando informação suficiente, realizem o GMC e demais

31 De acordo com o artigo 6º, do Regimento Interno, o Plenário da Seção Brasil do FCES era integrado pelas seguintes Entidades: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Confederação Nacional do Comércio (CNC), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Força Sindical (FS) e Instituto Brasileiro de Defesa dos Consumidores (IDEC).

órgãos do Mercosul (...)" (In: CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, Jun/1996, p. 67).

Outra atribuição, de certo modo importante, do FCES, segundo o inciso III, do artigo 2º, era a de: "acompanhar, analisar e avaliar o impacto social e econômico derivado das políticas destinadas ao processo de integração e às diversas fases de sua implementação, seja a nível setorial, nacional, regional e internacional" (In: CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, Jun/1996, p. 67).

O FCES tinha um papel relevante na democratização institucional da integração, todavia, segundo a CUT, a não dotação orçamentária oficial comprometia a real paridade dos segmentos produtivos. A outra instância intermediária tripartite era o SGT-10, sobre "Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social".

A importância do SGT-10, para os trabalhadores, estava relacionada à possibilidade de garantir, nesse espaço oficial, a discussão da Carta de Direitos Sociais Fundamentais. Desde 1991, as centrais sindicais vinham intervindo para que fosse aprovada a Carta Social do Mercosul, no intuito de firmar o caráter social da integração. A proposta da Carta Social apresentava-se, na perspectiva das centrais sindicais, como principal instrumento em favor do mundo do trabalho, dos direitos individuais e democráticos do cidadão no Cone Sul.

Novamente é bom citar Haroldo Ribeiro que expôs a posição do governo brasileiro, com relação à Carta Social do Mercosul, e, em especial, a proposta encampada pelas centrais sindicais: "Com relação à Carta Social, o Brasil não apenas apoiou a Carta Social como votou favoravelmente a que a proposta apresentada pelos trabalhadores servisse de base para as negociações, com exceção do capítulo relativo a instituições supranacionais" (RIBEIRO, In: In: CUT/ESCOLA SUL, Abril/1996, p. 26). Como pode ser observado, o governo brasileiro mantinha a mesma posição em relação

à criação de "fundos sociais de reconversão produtiva", ao defender os limites nacionais, e não sub-regional, às instituições e/ou organismos que ficariam responsáveis pela execução dos dispositivos do que seria a futura Carta Social do Mercosul.

Na defesa dos direitos trabalhistas e democráticos no Mercosul, posicionando-se pelo nivelamento pela melhor condição, as centrais sindicais e demais movimentos populares possuíam dois referenciais importantes. Um deles eram as convenções trabalhistas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que era, e ainda é, o principal indicativo das condições dos trabalhadores em cada país. O outro, eram as próprias Cartas Sociais em vigor nas demais Comunidades Regionais, sendo a de maior significância a *Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores*, da Comunidade Econômica Europeia (CEE) (cf. COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS, 1990).

Até a segunda metade do ano de 1996, ainda não havia sido aprovado a Carta Social do Mercosul, no entanto, a CCSCS já tinha elaborado a sua proposta. Mesmo não sendo a versão definitiva do Mercosul, a própria proposta da CCSCS constitui-se em uma fonte indicativa da perspectiva dos trabalhadores.

No preâmbulo da Proposta da *Carta dos Direitos Fundamentais do Mercosul*, as centrais sindicais acentuam a dimensão social da integração enquanto possibilidade de desenvolvimento econômico com justiça social, visualizando-a como instrumento de construção de um espaço social do mercado integrado, e não como meio de exclusão social ("*dumping* social") (In: CUT/ESCOLA SUL, Set/1996, p. 92)³².

Conforme o Artigo 1º, da Proposta, o alcance e a dimensão social da integração, tornar-se-iam realidade se:

³² Uma versão da "Carta dos Direitos Fundamentais do Mercosul" (Proposta dos Trabalhadores) pode ser encontrada no *Caderno Sindical sobre o Mercosul*, publicado pela CUT/Escola Sul (Set/1996, p. 92 ss).

Os Estados-Parte se comprometem a desenvolver um processo de integração que não se limite ao espaço econômico e seus efeitos, às normas de comercialização e à livre circulação de mercadorias e capitais, mas que desenvolva simultaneamente uma comunidade jurídica, política, humana, laboral, social e cultural, inspirada nos imperativos da solidariedade e da cooperação regional (In: CUT/ESCOLA SUL, Set/1996, p. 93).

Outra contribuição de uma Carta Social, num mercado regional, vinha a ser a regulamentação da circulação do fator trabalho, cujas diretrizes passariam a gerir todo o qualquer contrato social trabalhista e os direitos da pessoa (artigo 6º e 7º).

Na Proposta da CCSCS, para a Carta Social do Mercosul, os conteúdos dos direitos fundamentais dos trabalhadores e do cidadão estavam organizados nos seguintes conjuntos: direitos fundamentais da pessoa e dos trabalhadores (dimensionados às condições individuais), direitos coletivos (de organização, livre manifestação e participação), e, direitos à seguridade social (artigos 8º a 53) (In: CUT/ESCOLA SUL, Set/1996, p. 93-100).

A partir da aprovação da Carta Social e segundo o seu conteúdo, seria possível construir um outro referencial para o Mercosul, que se dependesse unicamente da vontade dos trabalhadores, orientar-se-ia pela proposta de integração vertical, isto é, através da ação estratégica do Estado no fomento do desenvolvimento econômico com programas de distribuição dos meios e das fontes de renda (reforma agrária, segurança alimentar, melhorias salariais, etc.) e com potencialidade, a médio prazo, de rompimento do enraizamento das relações da dependência periférica e contraposto ao caráter meramente comercialista do Mercosul (do livre mercado e uso das vantagens comparativas) do projeto neoliberal até então levado a frente pelos governos e as organizações do grande empresariado.

Sem pretender rebuscar qualquer dualismo, nota-se um referencial semelhante entre as discussões de Raúl Prebisch e o posicionamento crítico dos trabalhadores, diante da realidade dos países latino-americanos. O núcleo central dessa aproximação pode ser visualizado na *primordialidade das mudanças estruturais*, como condição *sine qua non* ao desenvolvimento social.

4.2 - Considerações sobre o mundo do trabalho na produção leiteira - Região do Alto Jacuí/RS

Tendo presente as discussões até aqui apresentadas sobre as experiências de integração latino-americanas, e, em especial do recente projeto do Mercosul, optou-se por analisar a realidade de um dos setores econômicos sulbrasileiros considerados mais sensíveis à integração comercialista empresarial: a atividade de produção de leite nas pequenas propriedades rurais na microrregião Colonial do Alto Jacuí/RS³³.

Todavia, a presente abordagem procurou romper os exercícios comparativos que apontavam as vantagens setoriais ora aqui, ora acolá, como sendo o único caminho possível, via livre mercado. Entende-se que as diferenças de custos de produção precisam estar situadas historicamente, mas não podem ser o centro de todas as atenções ou critérios socialmente justos, melhor dizendo, únicos pela livre concorrência, para indicar quem merece permanecer em determinada atividade ou dela ser excluído por ineficiência. Se os estudos setoriais forem restringidos aos aspectos comerciais, toda a crítica dos trabalhadores perde seu sentido social e se aceita passivamente o atual projeto neoliberal do Mercosul. Com isso também se estaria aceitando a

33 Nesse estudo, as categorias proprietários rurais de pequenas áreas, colonos, pequenos agricultores e camponeses têm um mesmo sentido social, quando se referirem aos indivíduos que possuem como principal fonte de renda a produção resultante do trabalho familiar na própria área agrária. Sendo assim, a categoria agricultura familiar e produção unifamiliar também indicam a mesma condição existencial e o(s) modo(s) de viver” dessas pessoas (cf. BORNSTEIN, 1982, p. 12-24); ROGEL GOMEZ e IORIO, set/1991, p. 3 ss; SIDERSKY, 1991, p. 1).

exclusão de todos os indivíduos que não apenas buscavam e buscam sua fonte de renda nessas atividades agropecuárias, como também a irreversibilidade da opção competitiva pelo livre mercado. A partir desse conformismo, caberia a esses indivíduos "ineficientes", de acordo com a análise de Nelson Delgado (1992, p. 115), a condição de atores objeto na integração do Cone Sul.

Como já foi apresentado anteriormente, desde os acordos bilaterais de integração do PICE e o TCID, a integração oficial permanecia sob a autoridade dos poderes Executivos (e tramitação nos órgãos dos Legislativos nacionais), enquanto que a integração real ficava sob a direção da iniciativa privada, ou melhor, do grande empresariado (exportador/importador). Os papéis destes interlocutores sociais praticamente estavam definidos, bem como a indicação da liberação comercial setorial. Com os novos rumos liberalizantes do Tratado de Assunção, o empresariado e a liberação do comércio, tornaram-se prioridades na opção dos sujeitos reconhecidos (capital e mercado) e cristalizados nos novos princípios e metas de curto prazo.

No que se referia aos setores agropecuários, estes papéis permaneciam oficialmente inalterados. Os três estados sulbrasilieiros apresentavam uma base econômica similar ao Uruguai e à Argentina, o que acentuava a concorrência na fronteira meridional. Somando esse elemento ao molde livre-cambista, da opção competitiva, os produtores diretos passavam a ser considerados o fim da linha, o elo mais fraco, do sistema produtivo dos grandes complexos agroindustriais (CAIs). Como afirmou Guillermo Rogel (1994, p. 22-23), as agroindústrias privadas e as cooperativas empresariais tornaram-se não só os sujeitos determinantes da modernização agrícola, como também os principais definidores do novo padrão agrícola integrado. Nas cadeias produtivas o controle da produção (insumos e investimentos) e da comercialização eram exercidos pelos CAIs, tornando

os produtores diretos em algumas atividades, como na avicultura de corte, praticamente assalariados indiretos³⁴. A modernidade da flexibilização também envolvia os trabalhadores rurais, marcando, conforme Pablo Sidersky (1991), nas atuais configurações das relações de poder no mundo rural³⁵.

Segundo Guillermo Rogel, na configuração neoliberal do Mercosul, os CAIs se apresentavam como representantes dos "produtores rurais", cuja fundamentação, enquanto "sujeitos do agro", pretendia ser construída mediante um discurso da eficiência e da competitividade³⁶. Agribusiness privados como a Sadia, Perdigão, Minuano, Souza Cruz, Ceval, Cargill, Parmalat, Nestlé, La Sereníssima e Bunge y Born (Arg.), ou cooperativados como a Cooperativa Central Gaúcha de Leite Ltda. (CCGL), a CONAPROLE (Urug.) e a SANCOR Cooperativas Unidas Ltda. (Arg.), e mesmo empresas estatais agroindustriais, como a Companhia Rio-Grandense de Laticínios e Correlatos (CORLAC), poderiam se beneficiar dessa flexibilidade, barganhando no comércio sub-regional, em detrimento dos produtores diretos locais, no abastecimento de matérias-primas mais baratas dos países vizinhos para transformação e jogando com os lucros adicionais no mercado nacional. Segundo a avaliação da Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento (SAA), do Rio Grande do Sul, uma das situações desfavoráveis do Mercosul, na relação CAIs e produtores diretos, no RS, poderia ser a "concorrência direta entre produtores gaúchos, uruguaios e argentinos através da compra de leite fluido nas indústrias

34 Para uma leitura crítica do sistema integrado na avicultura de corte, com uma abordagem do ponto de vista dos pequenos proprietários rurais, sujeitificados, confira o estudo de Alcibíades Luiz Orlando (1996), *Pequena Propriedade e Agroindústria*: estudo da organização da produção minifundiária a partir da avicultura de corte; e, o caderno do CEDI, *Os Pequenos Produtores, a Indústria do Leite, e o Sindicato de Trabalhadores Rurais*, elaborado pelo Guillermo Rogel Gomez e pela Maria Cecilia Iorio (Set/1991, p. 6-7)

35 Para Pablo Sidersky, uma das contingências dos pequenos proprietários rurais é a de encontra-se em "permanente tensão entre a autonomia e a subordinação" (SIDERSKY, 1991, p. 5).

36 Guillermo Rogel destacou que o dualismo agrário teve como referência o fator tecnológico. A Associação do Agribusiness Brasileiro (ABAG) pretendia ser o principal interlocutor na integração (cf. ROGEL, 1994, p. 26).

gaúchas pode ocasionar prejuízo aos mesmos" (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, 1992, p. 9)³⁷.

De certa forma, o estudo das condições de vida dos colonos, pequenos proprietários familiares rurais, mesmo particularizando o assunto na atividade leiteira, contribuiu significativamente para se pensar, no mesmo sentido de Raúl Prebisch, a relevância social da integração. Não seria repetitivo lembrar que para ele, sendo um desenvolvimentista periférico, todo e qualquer projeto de desenvolvimento, somente se sustentava socialmente com redistribuição de renda. Outra referência ao caráter social da integração pode ser buscada no próprio Tratado de Montevideu (ALADI), de 1980, o qual previa, no art. 12, que os acordos agropecuários deveriam levar "em conta as características sócio-econômicas da produção dos países participantes" (In: MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1992, p. 36). Enfim, não faltariam referências para defender um projeto democrático e social mais amplo para o Mercosul, diferentemente da orientação neoliberal adotada a partir da Ata de Buenos Aires (1991), o Tratado de Assunção (1991) e o Protocolo de Ouro Preto (1994).

A seguir, apresentar-se-á a abordagem partindo do mundo do trabalho dos colonos, em especial, ao que se refere à atividade leiteira comercial, na Microrregião Colonial do Alto Jacuí/RS (Ver Anexo - III, Mapa B). Para esse estudo de caso, foram levantadas algumas fontes primárias junto às Cooperativas³⁸, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, agências do banco Sicredi, e, principalmente, com aos próprios colonos que, no conjunto da unidade produtiva familiar, também produziam leite

37 A empresa Ivoti, por exemplo, importava leite "*in natura*" do Uruguai, processava em suas unidades e comercializava no mercado local e nacional.

38 Cooperativa Agrícola Mista General Osório Ltda. (COTRIBÁ), Cooperativa Triticola de Espumoso Ltda. (COTRIEL), Cooperativa Triticola Mista Alto Jacuí Ltda. (COTRIJAL) e Cooperativa Triticola Taperense Ltda. (COTRISOJA).

para comercialização. Outros materiais foram obtidos junto aos arquivos da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do RS, da CUT/RS, da FETAG/RS, da Emater/RS, do DIEESE/RS e da agroindústria Cooperativa Central Gaúcha de Leite Ltda. (CCGL). Por outro lado, a presente abordagem teve um grande contributo das próprias discussões e elaborações da FETAG, da Assembléia Legislativa, da CUT, do DIEESE, da CCGL, dos sindicatos e cooperativas, além dos importantes estudos e abordagens de Dinarte Belato (1989, 1991 e 1992) e Armando Dalacosta, de Guillermo Rogel Gomez e Maria C. Iorio (1991), de E. P. Thompson (1982), de José Fernando Kieling (1995) e de Pablo Sidersky (1991).

Compreendendo a importância social da agricultura familiar, enquanto principal produtora de alimentos para o mercado interno e, em especial, a inserção da atividade leiteira no conjunto da pequena propriedade familiar rural, a abordagem desse assunto, nesse estudo, forçosamente, teve que passar por uma delimitação mais específica, porém, sem com isso, restringir sua originalidade. Por uma parte, essa originalidade se expressou, no mundo do trabalho familiar, enquanto estratégias que os colonos criavam ao se depararem com o desenvolvimentismo empresarial dos CAIs (privados, cooperativos e estatais), que pintam o sucesso certo da eficiência e competitividade tecnológica, em meio aos "novos ventos" do Mercosul que assobiava o discurso da competitividade³⁹. De outra parte, a noção de trabalho e de autonomia camponesa modificava-se e era reelaborada nas próprias relações interpessoais familiares.

Um primeiro aspecto da importância do produto leite para a população, presente em todos os debates, desde o final dos anos de 1970, era a

39 Usando uma metáfora da linguagem dos pampas, dir-se-ia que o "Quero-Quero" anunciava a chegada dos "novos tempos da integração", alertando bem cedo os viventes para não serem "pegos de calça na mão" diante da concorrência "castelhana" e uruguaia.

sua importância alimentar. Esta, por sua vez, englobava os argumentos da segurança alimentar, da saúde, da produção social, das políticas públicas⁴⁰ e do alimento imprescindível e insubstituível⁴¹. Sobre as recomendações alimentares para o consumo, a Organização Mundial da Saúde indicava que "um adulto deve consumir 165 l/ano e a criança 260 l/ano" (SÁ, In: REVISTA DO SEITE, 1984, p. 8). Nelson Delgado (1992), com outros números, apresentou os dados do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária sobre a realidade do consumo *per capita* no Brasil, em 1985, que era de 25 l/ano (In: DELGADO, 1992, p. 81), e a FETAG/RS (1988, p. 3) informava que em 1987 esse índice era de 38 litros.

Se isso não bastasse, agrega-se a importância social da sua produção. Nesse caso, essa importância também estava socialmente localizada num duplo sentido: a maior parte da produção de leite no RS provinha dos seus estratos mais baixos (litros/dia), sendo seus produtores, também pequenos proprietários rurais. Em 1978, segundo Gilberto Bülau, 70% dos produtores de leite entregavam até 30 litros por dia (In: REVISTA DO SEITE, 1984, p. 5). Essa tese sobre a importância e o perfil da produção familiar do leite já havia sido defendida pela FETAG/RS, no I Simpósio Estadual do Leite, em 1980, nos seguintes termos:

Presentemente a área média dos proprietários de 0 a 10 ha. não ultrapassa a 4,6 ha. E, a área média dos proprietários de 10 a 50 ha. não atinge o valor de 20,6 ha. E é nesse tipo de estrutura de propriedade que repousa uma produção

40 Nos painéis e discussões realizadas durante o "I Simpósio Sobre o Leite e Seus Derivados", dentre as políticas públicas do Estado estariam as obrigações de zelar pela saúde pública, qualidade do leite (3,2% de gordura e pasteurização), fiscalização (leite cru), atendimento às camadas mais pobres, crianças, gestantes e estudantes, abastecimento dos centros urbanos, investimento e planejamento governamental na solução dessas necessidades básicas (COMISSÃO DE SAÚDE, TRABALHO E BEM-ESTAR SOCIAL, 1980).

41 Segundo informações apresentadas no I Simpósio Estadual do Leite, realizado em 1980, 1 litro de leite continha de 680 a 690 calorias, com a seguinte composição: 33 g. de proteínas, 32 g. de gorduras, 48 g. de lactose, vitaminas, enzimas e 7 g. sais minerais. Somente as proteínas, gorduras e lactose corresponderiam a 4 ovos, 38 g. de manteiga e 7 colheres cheias de açúcar (COMISSÃO DE SAÚDE, TRABALHO E BEM-ESTAR SOCIAL, 1980, p. 124).

de leite que representa 79,5% da produção total do leite gaúcho (In: COMISSÃO DE SAÚDE, TRABALHO E BEM-ESTAR SOCIAL, 1980, p. 82).

Outros dados apresentados durante o *I Simpósio Estadual do Leite* reafirmaram essa realidade: "Observa-se que 90% dos produtores apresentam uma produção diária de até 50 litros de leite, e que 80% das propriedades possuem até 30 ha. de área total" (In: COMISSÃO DE SAÚDE, TRABALHO E BEM-ESTAR SOCIAL, 1980, p. 82). Naquele contexto, a FETAG/RS discutia o caráter da atividade ser ou não alternativa para o colono e por qual razão não se constituía numa atividade principal. A FETAG/RS já indicava os argumentos de Guillermo Rogel Gomez e Maria Cristina Iorio (1991) que compreendiam a condição da unidade produtiva camponesa familiar enquanto somatória de todas as atividades comerciais e de subsistência e não fragmentada em cada produto, ou mesmo numa dualidade: comercial-tecnológica (moderna) e subsistência (atrasada) (ROGEL e IORIO, 1991, p. 11). É bom lembrar que o I Simpósio Estadual ocorreu em 1980, quando a atividade leiteira representava uma fonte de renda enquanto nova atividade comercial. Para a FETAG/RS, a importância da produção leiteira nas pequenas propriedades acentuava sua função social, inclusive enquanto defesa da "identidade laboriosa"⁴² dos colonos, garantindo-lhes um aumento na renda, o qual também refletia na sua subsistência cotidiana e reprodução enquanto colono. Esta tese sobre o perfil social e de renda da atividade do leite se contrapunha à "salvação modernizante" da monocultura e às "saídas" tecnológicas das especializações setorializadas na agricultura, às pequenas propriedades rurais. No contexto da implantação do Mercosul e seu novo cronograma, esse

42 Participando das discussões na mesa redonda "Não podemos perder a idéia de bacias leiteiras", Zildo de Marchi estabeleceu uma identidade entre a "tradição dos imigrantes" (vocação ao trabalho) e a produção leiteira: "Uma bacia leiteira se cria por tradição, por vocação, e a nossa tradição é importada dos colonizadores que não são grandes proprietários da pecuária" (In: REVISTA DO SEITE, 1984, p. 5. (Confira o Anexo - III Mapa A).

discurso apologético da tecnologia (competitividade) pretendia legitimar-se numa possível "vocação natural" dos agentes produtivos agrários. Para a FETAG/RS, a especificidade da agricultura camponesa tinha outros matizes:

o tamanho da área do minifúndio não comporta a explora o de uma atividade exclusiva, levando-se em conta a necessidade de sua ocupa o para o ponto crucial da questão, fazendo com que o produtor diversifique o máximo a sua produ o como meio de ocupa o de toda a força de trabalho familiar, e como meio de auferir uma renda compatível e maior (In: COMISSÃO DE SAÚDE, TRABALHO E BEM-ESTAR SOCIAL, 1980, p. 83).

No mesmo Simpósio, de 1980, a Deputada Dercy Furtado, presidente do Evento, aglutinou os produtores de leite em três categorias, segundo a condi o da produ o: - os produtores especializados que se dedicavam unicamente   produ o de leite e tendo boas condi o de produ o e higiene; - os produtores semi-especializados que dedicavam   produ o do leite uma parcela da atividade familiar; e, - os pequenos produtores, localizados nas regiões minifundi rias, que tinham nessa atividade uma renda complementar e sob o encargo da mão de obra familiar "excedente" (ordemha) (In: COMISSÃO DE SAÚDE, TRABALHO E BEM-ESTAR SOCIAL, 1980, p. 28). A Tabela 14, a seguir, apresenta um quadro da estratifica o dos produtores no RS referente ao ano de 1992.

TABELA - 14: RS: ESTIMATIVA DO PERFIL DOS PRODUTORES - 1992

ESTRADOS (L/DIA)	N.� DE PRODUTORES		PRODU�O (S.I.F.)	
		(%)	(Litros/Ano)	(%)
01 a 20	57.202	67,30	250.539.953	34,10
21 a 50	21.336	25,10	286.541.297	39,00
51 a 100	4.761	5,60	127.841.498	17,40
+ de 100	1.701	2,00	69.798.519	9,50
TOTAL	85.000	100,00	734.721.267	100,00

FONTE: EMATER/RS - 1993

A tônica do duplo sentido da localização social da grande parte da produção do leite, mesmo com algumas melhorias em termos de produtividade (média/vaca/dia/ano), permanecia com sua relevância social no início da década de 1990 e, certamente, em período posterior, conforme pode ser observado na tabela anterior.

Pelos dados da EMATER/RS, os produtores situados no estrato de 01 a 50 litros/dia, somam 92,4% do total dos produtores e 73,1% do total produzido no RS, em 1992, reproduzindo e garantindo nessa atividade produtiva, a função social da pequena propriedade rural no abastecimento do mercado interno e, fazendo uso da compreensão cepalina dos anos de 1960, da ocupação produtiva direta de um contingente da mão de obra rural.

Em vista do exposto, já se poderia ter motivos suficientes em defesa da necessidade estratégica da criação de fundos sociais de reconversão tecnológica e mesmo produtiva para o setor leiteiro de agricultura familiar, ou, de acordo com a postura da CUT, a importância de se adotar uma política agrícola diferenciada para a pequena e média propriedade rural.

Continuando a abordagem sobre o mundo do trabalho na atividade leiteira, não seria exagero indicar que sua originalidade estava situada no contexto da diversificação agrícola (produção e renda) e no próprio modo de ser dos colonos. Num estudo de caso dessa atividade, vislumbrou-se uma grande riqueza de elementos os quais íam desde a intensificação da jornada de trabalho e disciplinação dos trabalhadores, ao "espírito" comercial da produção, a renda mensal, a luta sindical, as estratégias dos colonos enquanto sujeitos e suas relações com as agroindústrias, e, as relações interpessoais entre os indivíduos da família com os "novos velhos" papéis do trabalho das mulheres e da divisão das tarefas. Esse último ponto indicava as estratégias das próprias mulheres que, muitas vezes, reivindicavam e

chamavam para si o "direito" à gestão do dinheiro do leite (pagamento mensal da produção), rompendo com a "tradição patriarcal" do "chefe" da família.

Decorria daí o próprio entendimento de que a história agrária não era uma linearidade entre "ciclos econômicos", pautados em determinados produtos, mas, sim, nas ações (práxis) dos sujeitos de "carne o osso" que viviam (vivem) e produziam (produzem) o espaço rural agrário, expressando vontades e construindo seus modos de viver (hábitos e costumes) e de se afirmar enquanto pessoas. Ao redimensionar a vida dos colonos, abordando seu fazer histórico a partir da historicidade dos indivíduos sociais e não dos produtos em si⁴³, volta-se ao postulado de Guillermo R. Gomez e Maria C. Iorio (1991) sobre a compreensão da categoria colono e se passa a olhar para suas estratégias de vida. Outra grande contribuição para essa abordagem do cotidiano, na vida rural, pode ser buscada em E. P. Thompson (1982).

Ao sujeitificar a tecnologia, na chamada modernização da agricultura, relega-se ao segundo plano as formas de recepção, assimilação e resistência às mudanças e novidades da disciplina do trabalho e da produção comercial. As novas práticas produtivas comerciais realmente recolocaram a economia rural interiorana no circuito do mercado nacional e internacional. Também não se pode desconhecer que o mundo do trabalho, circunscrito ao conjunto de atividades de subsistência, possibilitava, até as décadas de 1950 e de 1960, uma maior autonomia dos colonos, principalmente se comparada à realidade da agricultura comercial fomentada com a modernização entre os anos de 1960 e 1970. Muitos colonos, ao se depararem com as novas exigências comerciais da produção, também se viam diante de dilemas. Um destes dilemas dizia respeito a alguns dos seus

43 De certa forma, as abordagens dos "ciclos econômicos" privilegiam a produção sob o ponto de vista do mercado e da tecnologia, desconsiderando a concretude dos indivíduos e as diversidades dos sujeitos sociais.

valores existenciais, pois dimensionavam à terra, sua propriedade, a noção de legado familiar. Diante das exigências para o financiamento agrícola (insumos e maquinários), muitos colonos pensavam várias vezes "com seus botões", pois não visualizavam a propriedade como terra de negócio (mercadoria), tampouco sentiam-se tranquilos em colocar em risco sua propriedade. Assim, ao hipotecar a terra enquanto contrapartida patrimonial dos empréstimos bancários, os colonos, incertos das "maravilhas" da tecnologia, estariam colocando a própria terra no fiel da balança que, por sua vez, poderia pender para o lado da "perda" do legado. A aceitação da nova condição da terra enquanto imóvel de penhor, ou mesmo se visse esta mudança como normal, representava uma mutação significativa nas noções e relações dos indivíduos com a terra, seus valores existenciais familiares e mesmo pessoais (sentir-se realizado ao conseguir "dar" terra suficiente para seus filhos). A vida hodierna passava por mudanças significativas, juntamente com as noções de "Ser Colono".

Um outro exemplo marcante dessas transformações, do ponto de vista dos colonos, em relação à produção capitalista na agricultura, isto é, ao processo de constituição das novas formas de relações sociais capitalistas e da "racionalidade da produção comercial", enquanto mudança no modo de organizar e dar sentido à vida, refere-se à noção de trabalho. As pessoas que vivenciaram estas mudanças, na idade adulta, e que hoje estão na terceira idade, até criticam a 'ociosidade' no trabalho das novas gerações, pois compreendem que o trabalho só é trabalho, se for braçal, coisa que era rotina em seus anos de formação (ontogênese). Essa nova noção de trabalho incorporava outras noções de ritmo, de tempo, de realização, de 'preguiça/ociosidade', de disciplina do corpo, e, de consumo de energias. Não é estranho ouvir, nos relatos de vida de pessoas da terceira idade, colocações que associam as noções de tempo-trabalho-fé, como "trabalhar

rezando". Noções que retratavam as representações simbólicas dos indivíduos sociais, incluindo o sentido religioso (cristão) à vida, ao trabalho e ao tempo (movimento da vida), bem como noções diferentes sobre o trabalho em atividades produtivas comerciais capitalistas. Um dos conflitos entre a visão religiosa do mundo e a disciplinação do trabalho em atividades produtivas comerciais marcaram as discussões acerca da realização das tarefas de aração, plantio e, especialmente, colheita de trigo e de soja em dias de domingo e feriados religiosos. Um novo discurso teológico (exegese) amenizava esses conflitos de consciência, abstraindo-lhes o caráter de transgressão mandamentária, afinal, as circunstâncias poderiam trazer mais prejuízos do que o esperado. O que mais interessa nessa discussão sobre a modernização se refere, exatamente, à incorporação da noção de produção comercial, suas implicações em termos de organização da unidade familiar e a renda resultante dessas atividades⁴⁴ para a família dos pequenos proprietários rurais.

Como Raúl Prebisch já especificava, modernização não significa simplesmente a aplicação de novas tecnologias nas atividades produtivas. Para ele, o modelo de desenvolvimento agrícola somente teria um caráter social, se fossem rompidas as estruturas do subdesenvolvimento no campo (latifúndio improdutivo e minifúndio antieconômico). A modernidade seria então o desenvolvimento de sistemas produtivos rentáveis para a população rural, mediante a reforma agrária modernizante, a introdução de tecnologia correspondente com a permanência do homem no campo e, prioritariamente, a produção alimentar voltada para o mercado interno.

44 Nesse estudo, entende-se por renda da terra o retorno monetário líquido das atividades produtivas comerciais materializadas na venda do produto, independentemente de ser ou não a produção principal ou de subsistência, haja vista que as transações comerciais dos produtores diretos correspondem à venda dos produtos. Para a leitura sobre o sentido clássico da categoria renda da terra, na economia política, confira a obra da Maria Heloíse Lenz (1992), intitulada *A categoria econômica renda da terra*.

A partir dessa leitura do referido autor, poder-se-ia questionar o padrão desenvolvimentista da modernização agrícola, conservadora, e o enfoque meramente tecnológico nos processos de trabalho. Parafraseando Max Weber (1987, p. 28-51), o "espírito capitalista" não estava nem está na tecnologia moderna (insumos e maquinários), ou, na produtividade (volume e qualidade da produção), mas sim, nas relações sociais de poder estabelecidas entre os indivíduos no mundo concreto dos fazeres humanos, nas concepções e posições subjetivas dos interlocutores sociais.

Partindo do mundo cotidiano do trabalho dos colonos, as atividades produtivas eram pensadas e hierarquizadas, no conjunto da unidade produtiva⁴⁵, a partir do que estava mais próximo à vida da família e à sua estabilidade social, viabilizada pela produção de subsistência e pela rentabilidade das atividades produtivas (agropecuárias) comerciais, seja elas resultantes de cultivos de subsistência não necessários ao consumo direto ou cultivos exclusivamente comercializáveis, a exemplo da soja.

No entorno da região do Alto Jacuí, que, com as emancipações ocorridas no ano de 1992, incluía os municípios de Selbach, Tapera, Colorado, Ibirubá, Quinze de Novembro, Alto Alegre, Espumoso, Víctor Graeff, Lagoa dos Três Cantos e Não-Me-Toque, o fomento da bacia leiteira, com a respectiva introdução da atividade de produção comercial do leite nas pequenas e médias propriedades rurais⁴⁶, teve início no final dos anos de 1970, orientado pela política agrícola do governo do RS com seus órgãos agrícolas, agências de extensão rural, cooperativas locais (Cotribá, Cotriel,

45 Para uma leitura sobre a atividade leiteira no conjunto das atividades na pequena propriedade diversificada, confira o artigo de Otto Guilherme Kenzen (1993), intitulado "Produção de leite na região Sul do país e viabilidade de sua expansão em estabelecimentos de produção diversificada" (In: SOBER, 1993, p. 842-859).

46 Como pode ser observado no Mapa B, do Anexo-III, nessa área predominava e ainda predomina a pequena e média propriedade rural, cuja origem contemporânea, reporta à criação das "colônias novas" a partir do final do século XIX e início do XX. O elemento humano da colonização recente nessa área foi marcado pela primeira e segunda geração direta dos imigrantes alemães, italianos e holandeses, principalmente. Para uma leitura da presença dos imigrantes e seus ascendentes, das migrações internas e da predominância de uma estrutura fundiária minifundiária, confira a obra clássica de Argemiro Brum (1985), intitulada *Modernização da agricultura: trigo e soja*; além da dissertação publicada de autoria de Alcibíades Luiz Orlando (1996, p. 23-58).

Cotrisoja e Cotrijal) e a Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL)⁴⁷, sindicatos e prefeituras municipais. No universo agrícola dessa região, o leite passou a ser uma das atividades dentro da diversificação da produção comercial e incremento diante da renda instável da monocultura conjugada soja-trigo (verão/inverno).

Ivan dos Anjos fez o seguinte comentário sobre este contexto da agricultura riograndense: "Por volta de 77, houve um esforço muito grande por parte das cooperativas de produção incentivando o pequeno produtor rural a investir na produção do leite" (In: REVISTA DO SEITE, 1984, p. 4). Segundo as conclusões da Junta Técnica do "Conselho Estadual do Leite e Seus Derivados", em 1981, observou-se que a introdução da produção do leite na propriedade não foi um "novo ciclo-produto" na diversificação comercial, mas, sim, como uma outra fonte de renda em vista da instabilidade das receitas da produção de grãos, concretizada no produto-mercadoria:

com as frustrações das lavouras de grãos que iniciaram por volta de 1975, sendo os piores anos os de 1978 e 1979, houve uma busca de diversificação da produção por parte dos agricultores que incluíram o leite entre suas opções (CONSELHO ESTADUAL DO LEITE E SEUS DERIVADOS, Jun/1981, p. 2).

47 A CCGL foi criada no dia 21 de janeiro de 1976, em reunião realizada em Santo Ângelo/RS, com a presença de 13 cooperativas. Como pode ser observado na Tabela - 15, na sequência dessa nota, a participação da CCGL no complexo agroindustrial lácteo no RS, passou por um rápido crescimento, cabendo-lhe até um caráter hegemônico agroindustrial nesse setor e cuja organicidade cooperativista garantia-lhe certas práticas de "reserva de mercado" na tríade: CCGL-Cooperativa Associada-Produtor. Dinarte Belato diferenciou esta prática de "compromisso cooperativista" na atividade leiteira como sistema de "integração fraco", diferenciando-a do sistema "integrado forte" avícola dos CALs privado. Sobre o assunto cf.: BELATO e DALACOSTA (1991); BELATO (1989); e ORLANDO (1996).

TABELA - 15: PARTICIPAÇÃO DO SISTEMA CCGL NA PRODUÇÃO DO RS - 1977/1992

ANO	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
(%)	2,19	2,56	21,92	28,81	39,36	48,38	47,36	45,38
ANO	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992(*)
(%)	45,35	47,28	50,04	57,28	59,21	59,42	61,51	61,81

FONTE: 1977/88: COOPERATIVA CENTRAL GAÚCHA DE LEITE. *Via Lactea*. Porto Alegre: CCGL, 1990. Ano II, n. 2. p. 7; 1989: IEPE/UFRGS. *A Agropecuária Sulbrasileira no Contexto do Mercosul*. Porto Alegre: IEPE, 1992. p. 158; 1990/91/92: ANO LEITEIRO - Desempenho da economia leiteira gaúcha - safra 91/92. Ano IV, Agosto/1992. p. 28

(*) Balanço relativo ao exercício encerrado a 31 de março de 1992 (In: ANO LEITEIRO ..., p. 32).

A produção de leite era algo tão corriqueiro no mundo rural que até poderia dispensar maiores apresentações. Pensar uma célula familiar camponesa sem a criação de pequenos animais e de gados e o cultivo de produtos básicos (cereais, leguminosas, hortaliças e frutas) à subsistência, inclusive em regiões com produção "agrícola moderna", representaria negar seu modo de viver. Um outro exercício semelhante de despersonalização seria pensar estas mesmas pessoas sem os pequenos afazeres de lidas na terra na terceira idade. Essa "identidade", enquanto modo de ser, como se diz popularmente, estava no próprio sangue dos colonos. Mexer com a terra e com estas atividades de subsistência estava incorporada desde o berço. Nesse universo dos afazeres camponeses também incluía a lida com o leite e seus derivados artesanais.

Todavia, quando se trata de atividade leiteira comercial o assunto passava a ser muito diferente. Um ponto de partida para discutir o significado da pecuária leiteira comercial na unidade familiar poderia "voltar-se", comparativamente, para essa atividade enquanto subsistência. Como o mundo do trabalho não se reduzia aos aspectos da técnica, mas à condição humana, muitos colonos optaram por introduzir a atividade leiteira comercial com o objetivo de terem outra fonte de renda, mas também pelo fato de representar uma melhor utilização da mão de obra familiar, em especial das mulheres e das crianças. Os próprios agricultores faziam estas colocações quando indagados sobre os motivos que os levaram a essa escolha.

Entretanto, a originalidade desse comentário não pode ser simplificada num dualismo entre trabalhos para a subsistência e trabalhos para a comercialização. Da mesma forma, perderia todo o sentido se se partir para uma discussão abstrata acerca da desconsideração das atividades de subsistência e das tarefas da casa como sendo "genuinamente" trabalho.

Se assim o fosse, considerar-se-ia que o mundo do trabalho na agricultura seria exclusividade das atividades com fins comerciais e os únicos "trabalhadores" seriam aqueles que desenvolvessem essas tarefas. Caso houvesse pertinência nessa indagação, o conjunto da produção camponesa estaria dividido entre trabalho formal e informal, ou, em termos mais estruturais da racionalidade desenvolvimentista, produção capitalista moderna e produção pré-capitalista. Se a referência dualista chegasse aos conceitos ideológicos mais abstratos isebianos, poder-se-ia falar, até mesmo, em exploração capitalista interna entre os trabalhadores modernos e os informais na propriedade familiar (cf. NAVARRO, 1982).

Uma das práticas hodiernas no mundo camponês, como em outras realidades, era a divisão das tarefas entre as pessoas da família. Por tradição e costumes, um dos elementos subjetivos dessa divisão partia da relação entre homem(ns) e mulher(es), que pode ser chamada de divisão sexual do trabalho. Aos homens cabiam as atividades da lavoura, marcadamente comerciais, mas também de subsistência (grãos, tubérculos e grandes animais); às mulheres, as atividades da casa (cuidar dos filhos menores, da alimentação e do vestuário e da limpeza) e das culturas de subsistência (hortas, pequenos animais e cultivos básicos), afóra sua participação em fainas da lavoura em determinados períodos e necessidades de mais pessoas nas tarefas. Esta divisão merece, inclusive, uma abordagem de gênero, pois estava incorporada nos valores cotidianos, presentes na própria educação das pessoas que, por costumes e tradições, viam-nos, ontogenicamente, como normais e socialmente aceitáveis, quando não naturais, pois expressava-se em atos, comportamentos, valores e linguagem.

Num estudo da atividade leiteira de subsistência e comercial foi possível entrar de "sola" nessa questão, dos indivíduos sociais, assunto sobre o qual Adam Schaff, E. P. Thompson e mesmo Max Weber (com o caso da

ética protestante calvinista e do princípio de que “tempo era dinheiro”) têm muito a contribuir.

Na região do Alto Jacuí, a atividade leiteira comercial foi incorporada na renda camponesa no final da década de 1970, com indicado anteriormente. Até então, havia a produção de leite (com seus derivados artesanais) para subsistência e alguns casos de comercialização em pequena escala, restrito ao mercado urbano local (leite cru, nata, queijo e queijão). As tarefas na lida com as vacas e com o leite ficavam ao encargo das mulheres (mães/avós e filhas) e crianças (trato de bezerras). Aos homens (pais/avós e filhos) correspondia as providências do pasto ao gado em geral. Culturalmente, este costume, quando comparada às atividades modernas concomitantes na propriedade, e, partindo-se do entendimento de que a hierarquia passava a ser estabelecida pela importância financeira dos produtos, relegava-se para o segundo plano o espaço da atividade leiteira na propriedade.

A própria arquitetura do espaço agrário da propriedade reproduzia, enquanto cultura material, um desenho dessa hierarquia do modelo de modernização agrícola. Com a introdução do cultivo comercial de grãos com incorporação de novas tecnologias (insumos e maquinarias), muitas culturas de subsistência foram abandonadas ou tiveram seu espaço reduzido. O *potreiro*⁴⁸ é um dos mais notórios, reduzindo-se, na sua grande maioria, ao acesso à fonte de água e "jogado" nas áreas mais impróprias

48 *Potreiro* era e é o espaço cercado, comumente com arame farpado, destinado ao gado e coberto com vegetação gramínea, própria para a alimentação do rebanho. Todavia, numa pequena propriedade, com a utilização intensiva do solo após a modernização (mercantilização e uso de maquinaria), o *potreiro* não fornece uma alimentação suficiente para o gado, o que exige o trato no cocho. O espaço destinado ao cultivo do pasto, normalmente é “jogado” para as áreas impróprias à mecanização (barrancos de estradas, terraços, divisas de propriedades, lugares com mais declividade ou com pedras, etc.). A organização arquitetônica do espaço na propriedade adquire uma feição muito original, variando significativamente nas estações de inverno e de verão. A cerca elétrica, além de ser muito acessível à aquisição, passou a facilitar enormemente a movimentação, o manejo de piquetes e a “guarda” do rebanho. As novas formas e cartografia da paisagem do mundo rural passa a apresentar outros cenários, tronando-se o próprio espelho do fazer humano e a “cara” dessa dinâmica da diversificação das atividades comerciais.

para a mecanização (declives, banhados, matos), isso quando não se chegava à prática de semi-confinamento de subsistência. A permanência da criação de gado (bovino e suínos) tem sua importância, segundo Claudio Escosteguy, Estefania Damboriarena e Paulo Freitag (1991), conforme o estudo de caso da pecuária leiteira na região do Alto Uruguai, para o abastecimento alimentar, força de tração e "poupança 24 horas".

Ao objetivar-se a introdução da pecuária leiteira, segundo a racionalidade "modernizante", estes "obstáculos" tradicionais complicam à incorporação dos novos padrões produtivos (novas raças leiteiras, alimentação e controle fitossanitário, dentre outros). Ivan dos Anjos fez um comentário sintético sobre essa permanência marginal da atividade leiteira:

É tão marginal que dentro do contexto machista em que a gente vive, isso se reflete de uma forma muito concreta: quem cuida das vacas e tira o leite são a mulher e as crianças. O homem se preocupa com as atividades rentáveis (In: REVISTA DO SEITE, 1984, p. 10).

Este era o terceiro elemento social da produção leiteira. Resumindo a análise social dessa atividade comercial, tem-se o seguinte quadro sobre o desenvolvimento da produção do leite no RS: primeiro, a maior parte do leite produzido tinha sua procedência na somatória dos pequenos produtores (estratos); segundo, a grande maioria dos produtores também eram pequenos proprietários de terra; terceiro, a produção do leite resultava, em grande parte, do trabalho das mulheres.

Situando a atividade leiteira comercial no mundo do trabalho camponês e na diversificação das fontes de renda, para sua realização, era necessário mais tempo de trabalho dos membros da família. Isso se tornava possível tanto pela ampliação da jornada de trabalho, quanto pela sua intensificação. Inicialmente, estas exigências foram assumidas, na sua

maioria, pelas mulheres, uma vez que, pela divisão sexual do trabalho, a ordenha, a lida com as vacas e os cuidados com o leite eram tarefas delas.

A intensificação do trabalho também recaía mais sobre as mulheres, pois, além da dupla jornada da roça e da casa (incluindo hortas e pequenos animais), ficaria ao seu encargo uma terceira: as vacas e o leite. Isto significa que as mulheres continuam realizando as tarefas "tradicionais", acrescidas de mais trabalho na atividade leiteira.

Para realizar essa tripla jornada de trabalho, as mulheres também passam a responder, em grande parte, pela disciplina do trabalho nessas tarefas (horários e tarefas, sendo a ordenha manual a de maior intensidade e fadiga). Essa compreendia a "incorporação", conforme as estratégias da produção camponesa, de novos conhecimentos sobre a sistemática da raça leiteira (melhoramento genético, alimentação, doenças, higiene, observação, etc.), qualidade do produto (limpeza dos materiais, conservação, etc.) e participação nos cursos de orientação técnica. Enfim, as mulheres (mães, esposas e filhas) tornaram-se "alvos" estratégicos dos CAIs para "descobrirem a alma do negócio!"⁴⁹, eram as principais "consumidoras" do discurso tecnicista da produtividade e, do controle fitossanitário e da redução dos custos na produção do leite.

A disciplina das pessoas envolvidas na atividade, em especial das trabalhadoras rurais, mas também de todos os membros da família, pois na unidade camponesa não se estabelecia convenções contratuais, era um dos aspectos mais chamativos na ampliação da jornada de trabalho. Essa disciplina do trabalho, na atividade leiteira, além de significar a disposição para o trabalho, passava a exigir uma rotina muito desgastante, que no

49 A importância da participação das mulheres na formação técnica e nos resultados do fomento da produção de leite, gerenciados pelos CAIs, pode ser vista numa publicação do Departamento Técnico da Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda. (SUDCOOP), no PR: "é muito importante que ocorra esse tipo de palestra para as mulheres, porque a atividade leiteira fica mais sob responsabilidade delas. 'Quando o técnico chega na propriedade, é comum o cooperado chamar a mulher para responder as perguntas da área de leite, e elas sabem responder muito bem', ressaltou" (In: COPAGRIL, 1990, p. 5).

dizer dos colonos, representa um *compromisso diário* com as vacas, faça chuva ou faça sol, frio ou calor, dia ou noite, domingo ou feriado. Um comentário sobre esse dado foi feito pelo agricultor Ilvo Loeser: "não se tem mais aquela liberdade no horário prá voltar para casa. Você sempre tem aquele compromisso com as vacas" (LOESER, 10/09/1993)⁵⁰.

Guillermo Rogel Gomez e Maria C. Iorio apresentaram um outro comentário dos próprios colonos sobre a disciplinação do trabalho nessa atividade: "a vaca é uma obrigação, ela não sabe quando é sábado, domingo, feriado ou dia santo" (ROGEL GOMEZ e IORIO, 1991, p. 27-28).

Mas, o que representava, no dia-a-dia, essa disciplinação? Nos primeiros tempos da atividade comercial leiteira, dependendo da linha rural onde a família residia e do horário que o "leiteiro" passava na propriedade, enquanto havia o sistema de transporte em tarros individualizados e coletados diariamente, ou mesmo quando a família não possuía um resfriador de leite, a rotina poderia iniciar às 3:30 ou 4:00 horas da madrugada com o trato, a ordenha manual de todas as vacas em lactação e a higienização do produto e dos equipamentos, para que o(s) tarro(s) estivesse(m) na "casinha do leite", localizada normalmente na entrada do acesso à propriedade, antes que o "leiteiro" passasse. Nessas condições e circunstâncias, no mesmo dia, as tarefas se repetiriam no entardecer, entre às 5:30 e 19:30 horas.

Tratando da mesma temática, porém tendo por objeto outra bacia leiteira no Oeste do Paraná, é oportuno inserir um segundo os comentários do Departamento Técnico da Sudcoop, referente à esta disciplinação e rotinas exigidas na atividade do leite, considerada pelos técnicos como mais adequada às mulheres, porém, nesta fonte de pesquisa, o que chama a

50 A família de Ilvo Loeser, residente no município de Tapera/RS, foi uma das envolvidas num levantamento (questionário) realizado junto aos agricultores que também eram produtores de leite e registrou sua participação com a data de 10/09/1993.

atenção foram os outros argumentos "tradicionais" citados numa publicação da Cooperativa Agrícola Mista de Rondon Ltda. (COPAGRIL), o *Jornal COPAGRIL*, numa relação entre outros "sócios colaboradores de natureza instintiva":

Observando o nível de participação das mulheres durante a palestra, deu prá perceber que elas se relacionam *intimamente* com a atividade leiteira. *A vaca leiteira é um animal de rotina*. Todos os dias ela tem o mesmo horário de ordenha, o mesmo horário de alimentação, não gosta de barulho, e gosta que toda a sua rotina seja respeitada. As mulheres se *identificam* com a atividade leiteira. Pelo seu *instinto*, elas tratam o animal com carinho, seguindo todo o esquema de higiene (In: COPAGRIL, 1990, p. 5 – grifo nosso).

A disciplinação do trabalho, bem como a rotina das tarefas modificaram significativamente segundo as condições de cada família, ao número de pessoas envolvidas, o volume médio dia/mês da produção, os investimentos tecnológicos na atividade (padrão genético do rebanho, ordenhadeira mecânica, resfriador de leite) e o recolhimento   granel. Por outro lado, a rentabilidade da atividade também teve seu peso, principalmente em relação   participação do dinheiro do leite no orçamento familiar.

Novamente, esses detalhes passaram a ser extremamente significativos. Enquanto alternativa de renda ou uma nova atividade de renda na pequena propriedade, a incorporação do conjunto das tarefas na produção do leite foi encarada, pelos próprios colonos, como uma atividade extra e até secundária ou complementar se comparada com as culturas de grãos (soja e trigo). Se a produção do leite intensificava a utilização da mão de obra familiar nas tarefas comerciais, incluídas a do leite, mediante ampliação da jornada de trabalho das mulheres e crianç as, esta nova produção

comercial também concentrava as tarefas em conformidade (ou certa harmonia) com o conjunto da produção familiar. Os horários de pico na produção leiteira eram conciliáveis com as demais atividades e responsabilidades dos membros da família. Na região do Alto Jacuí, por outro lado, a pecuária leiteira possibilitou uma melhor utilização dos recursos tecnológicos (redução da ociosidade de capital) e o consorciamento dos produtos (forrageiras, palhas das culturas de cereais, esterco, etc.). Algo semelhante ocorreu com a criação de frangos no sistema integrado (colonos-CAI), pois as tarefas de rotina (observar o aviário, trato da ração e água) ficavam sob a responsabilidade das pessoas de terceira idade, das crianças ou de quem fica em casa (não ia para a roça/lavoura).

A dita melhor utilização da mão de obra e do tempo de trabalho familiar não era compreendida, do ponto de vista dos colonos, como expansão e intensificação da jornada de trabalho, mas como atividades extras que podiam ser absorvidas, tarefas realizadas nos horários de “folga em relação às lavouras e cultivos temporários sazonais” (verão/inverno). Tratando-se da própria atividade de criação de gado leiteiro e do leite, a transformação disto em renda complementar, como resultado do formato comercial, de certo modo converteu o que já se fazia em novas modalidades e padrão produtivo (introdução de raças leiteira, investimentos em novos equipamentos e em infraestrutura, formação técnica e manejos). Obviamente que este novo padrão comercial e tecnológico mudou completamente o plantel do gado (de comum para raças leiteiras), dos cuidados fitossanitários e da alimentação do plantel e da qualidade e do volume da produção do leite (antes tinham o leite do gado comum e agora leite de gado holandês e jersey, principalmente), sem contar a composição nutritiva do leite e a produção artesanal de derivados (novos tipos de queijos, por exemplo) que poderiam vender localmente. O consumo de leite e derivados pela família, de certo modo, foi mantido, porém em quantidades

menores em relação ao conjunto da produção do leite comercializável. Todavia, todas as atividades destinadas ao consumo próprio ou comercial tinham, na grande maioria, fazeres das mulheres.

Brincando um pouco com a coisa séria, poderia-se dizer que, enquanto as mulheres "descansam" da dupla jornada, elas iam cuidar das vacas de leite ou, segundo o ditado popular, enquanto estas pessoas descansam da labuta na lavoura e da casa, iriam carregar pedra (executar as tarefas do leite)!

Essa compreensão resulta mais da forma de ver as tarefas na propriedade a partir da hierarquia das culturas, do que de uma diferenciação de "graus" de trabalho (ampliação da jornada de trabalho e intensificação do ritmo das atividades de trabalho), mesmo sendo produtores diretos e de unidade familiar. Mais do que isso, a ótica do(a)s agricultore(a)s, histórica e socialmente, não estava caracterizada pela visão assalariada do trabalho e da sua jornada, isto é, os colonos não viam na sua jornada de trabalho uma mensuração temporal de uma mercadoria, pois não existia uma cisão entre o ato de trabalhar e seus resultados (produtos e rendas). Concretamente, se trabalho não era uma mercadoria, nem a jornada de trabalho era um contrato de pagamento. O tempo para o trabalho produtivo lhes pertencia diretamente e não havia uma jornada contratual de renda com outrem (pagamento alheio), referente ao uso das capacidades de trabalhar e do tempo (jornada diária, semanal, mensal ou anual). Todavia, para o caso da produção comercial do leite dentro da unidade familiar, resultou numa ampliação das atividades de trabalho e da intensidade, seja nos itens do tempo necessário e do resultado do trabalho (aumento do volume da produção e dos produtos a serem vendidos).

A noção de que o trabalho e sua jornada na atividade leiteira seriam "bicos", também resulta da forma de ver, hierarquicamente a renda em cada cultura agropecuária praticada na propriedade. A atividade leiteira

era vista como secundária também em função da importância financeira do dinheiro do leite, variando caso a caso. Por produzirem pouco leite, o cheque do pagamento do leite também era, monetariamente "pequeno". Contudo, só era "pequeno" porque o preço pago para o produtor direto era mínimo, resultando daí as disputas pela renda direta ou a apropriação da riqueza/renda gerada na agricultura familiar pelas agroindústrias do setor leiteiro⁵¹.

Mas, não é apenas isso. O entendimento de que o leite é um produto que veio diversificar a monocultura não representa, como já foi observado, que se iniciou um novo "ciclo-produto", mas sim, que incrementou as fontes de renda. A diversificação na agricultura denota uma "saída" para a instabilidade de renda da soja e do trigo. Todos devem estar lembrados que em fins da década de 70 e início dos anos 80, a economia brasileira passou por uma acentuação inflacionária e pela elevação dos juros bancários.

Um dos pontos mais criticados do modelo de modernização agrícola e da constituição de relações capitalistas no campo, é a relação de dependência da produção com o setor industrial e financeiro. Muitos agricultores tornaram-se, naqueles anos, "sócios" dos bancos. Essa geração da dependência financeira e a falta de uma política agrícola diferenciada passam a ser propostas mobilizadoras dos sindicatos rurais.

Vivendo numa 'cultura da inflação' durante os 365 dias de cada ano e dispondo de duas fontes de renda em cada safra agrícola, na do trigo e na da soja, não se torna difícil imaginar as dificuldades do gerenciamento de parcas rendas em moeda inflacionada que os agricultores tinham no binômio soja-trigo. A práticas que havia de anos e décadas anteriores de

51 Sobre esta questão é oportuno rever a análise que Dinarte Belato e Armando Dalacosta (1991) fizeram sobre as relações entre os agricultores e as agroindústrias no sistema integrado, em particular no setor leiteiro (integração fraca).

pendurar a conta no armazém e pagar na próxima safra e do planejamento anual e duas safras do orçamento já não eram possíveis, sem a cobrança de juros de ‘mercado’.

A necessidade de diversificar as fontes de renda representava, inclusive, uma questão de sobrevivência durante os longos meses das entressafras. Neste cenário, a importância da renda da produção comercial do leite extrapola sua expressão quantitativa, pois respondia pelas necessidades imediatas, fundamentalmente as contas mensais e semanais. Estas questões redimensionavam a importância social da produção do leite em pequenas propriedades familiares e indicavam o duplo aspecto da diversificação. A atividade leiteira era introduzida enquanto novo produto comercial (nova fonte de renda) e se diferenciava das atividades principais de produção de grãos (trigo e soja), por constituir-se numa renda familiar mensal, inserida numa economia inflacionada, num contexto capitalista mais complexo em relação à organização do mercado, da circulação das mercadorias e pagamentos (variações de preços e sistemas de pagamentos).

Esses dois aspectos eram plenamente compreensíveis para os próprios colonos, pois afirmavam que tinham investido no leite para obterem uma fonte de renda extra, na propriedade, e mensal. A importância dessa renda variava de acordo com cada situação familiar e com o desenvolvimento da produção do leite. Todavia, em meados dos anos de 1980, na região do Alto Jacuí, muitas famílias passaram a ter, no leite, a segunda renda agrícola no âmbito da economia familiar.

Antes de continuar esta discussão do significado da renda mensal do leite e as estratégias dos colonos em relação à luta pelo preço do leite e as imbricações interpessoais do gerenciamento do dinheiro do leite, cabe apresentar alguns dados sobre a estratificação dos produtores de leite dessa região tendo por base o ano de 1993. Se for comparar a produção e

a produtividade local com a estadual e a nacional⁵², verifica-se que no Alto Jacuí, os índices estavam bem acima das médias gerais. Todavia, apresentava, em menor grau, todas as questões próprias da produção leiteira e as variações em cada estrato ou categoria de produtor⁵³.

TABELA - 16: COTRIBÁ: ESTRATIFICAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE
PRODUÇÃO MÉDIA/DIA/LITROS - 1993

ESTRADOS (L/DIA)	N.º DE PRODUTORES		PRODUÇÃO/LITROS	
	(%)		(%)	
01 a 20	395	29,43	144.351	8,42
21 a 50	575	42,85	561.732	32,76
51 a 100	277	20,64	569.260	33,20
+ de 100	95	7,08	439.221	25,62
TOTAL	1.342	100,00	1.714.584	100,00

FONTE: COTRIBÁ - IBIRUBÁ/RS.

Pela estratificação dos produtores associados à Cotribá, em 1993, 72,28% dos 1.342 ficavam na faixa de 1 a 50 litros/dia, cuja produção correspondia a 41,18% do total. Outras informações sobre a produção de Setembro de 1993, ao nível daquela cooperativa, indicavam o quadro geral, conforme segue: - número de produtores: 1.356; - tamanho médio das propriedades: 30,21 ha.; - área média de pastagem de verão/93 por propriedade: 2,93 ha.; - área média de pastagem de inverno/93 por propriedade: 9,56 ha.; - produção média/dia por produtor: 57, 52 litros; -

52 Segundo dados da FETAG/RS (Março/1992), a produtividade média/vaca/dia/ano, no RS era de 2,8 litros. Quanto a média brasileira, segundo Enid Rocha (1994, p. 42), a produtividade por vaca ordenhada era de 731 litros/ano, o que daria 2,03 litros/dia. Os dados mais altos de produtividade vaca/dia/ano para o RS variavam entre quase 3 a 3,5 ou quase 4 litros/dia. Na realidade, a produtividade específica do rebanho leiteiro deveria ser maior, pois nos cálculos gerais foram incluídos o gado de corte (das vacarias) e o gado "vacum" utilizado como fonte de tração, nas regiões de encostas da serra e depressões dos vales dos rios). O mesmo fato ocorria com os mesmos agropecuários do IBGE, uma vez que a metodologia utilizada não diferencia as raças de corte, "vacum" e leiteira.

53 Em termos gerais a produção leiteira no Alto Jacuí podia ser considerada especializada, se comparada com os indicadores médios do RS e do Brasil. Há que se ter em conta que essa bacia leiteira tinha apenas duas décadas de desenvolvimento. Isso não era motivo suficiente para laurear o CAI-CCGL, uma vez que seus resultados eram, por ordem de grandeza, capitalização e descapitalização dos próprios colonos. A apologia da tecnologia e do sistema cooperativo de CAI também ficaria prejudicada em função da recente privatização da CCGL (central cooperativa-empresarial), cujo acionista majoritário passou a ser o outro CAI Avipal, privado-empresarial.

gordura média do leite: 3,63%; e, - produção média/dia/vaca: 9,86 litros (COTRIBÁ).

Dos dados apresentados, destacavam-se a média das propriedades, a produtividade e as diferenças entre a área de pastagem para a pecuária leiteira e sua conjugação com as demais culturas de grão, ocorrendo uma redução de 226,28% da área média de pastagem no verão, em favor da safra da soja, pois esta continuava sendo a atividade principal. Na realidade, o sentido era inverso. Durante o inverno, havia uma expansão de 226,28% da área média de pastagem e a atividade leiteira ocupava maior espaço, o que viabilizava melhores condições de manutenção do rebanho, principalmente em relação à pastagem de inverno.

TABELA - 17: COTRIJAL: ESTRATIFICAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE PRODUÇÃO MÉDIA/DIA/LITROS - SETEMBRO/1993

ESTRADOS (L/DIA)	N.º DE PRODUTORES		PRODUÇÃO/LITROS	
		(%)		(%)
01 a 20	184	18,83	71.777	4,69
21 a 50	413	42,27	415.514	27,14
51 a 100	271	27,74	556.711	36,37
+ de 100	95	11,16	486.831	31,80
TOTAL	977	100,00	1.530.833	100,00

FONTE: COTRIJAL - NÃO-ME-TOQUE/RS

Na Cotrijal, os estratos de 1 a 50 litros/dia, representavam, em setembro de 1993, 61,10% dos produtores e 31,83% da produção. No entanto, é bom lembrar que o mês de setembro fazia parte do período da safra no leite. A atividade leiteira também preservava sua proximidade com a natureza. As mudanças naturais no calendário, principalmente no que se refere às estações do ano (final do inverno e início da primavera), apresentam colorações diferenciadas entre outono-inverno e primavera-verão. A racionalidade desenvolvimentista do domínio humano sobre a natureza, através da técnica, não era a principal preocupação dos colonos

que, circunscritos à condição histórico-social, administram seus recursos nos limites do viver e das estratégias da autonomia camponesa. Para eles, mais tecnologia não significava, necessariamente, maior autonomia, nem tampouco garantia de melhores rendas. Os investimentos tecnológicos e a racionalidade capitalista, na produção comercial do leite, passavam, primeiramente, pelo teste das expectativas de retorno efetivo e não pelo simples aumento quantitativo da produtividade.

TABELA - 18: COTRIEL: ESTRATIFICAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE PRODUÇÃO MÉDIA/DIA/LITROS - SETEMBRO/1993

ESTRADOS (L/DIA)	N.º DE PRODUTORES (%)		PRODUÇÃO/LITROS (%)	
01 a 20	448	32,65	163.464	10,08
21 a 50	591	43,08	581.926	35,88
51 a 100	256	18,66	531.112	32,75
+ de 100	77	5,61	345.356	21,29
TOTAL	1.372	100,00	1.621.858	100,00

FONTE: COTRIEL - ESPUMOSO/RS OBS.: Na Planilha da COTRIEL o N.º Total de Produtores apresentado era de 1.381.

Na Cotrirel, os estratos de 1 a 50 litros/dia representavam, em setembro de 1993, 75,73% dos produtores e 45,88% da produção. Comparados com os dados a nível da Cotrijal, as diferenças eram as seguintes: 14,63% a mais em relação aos produtores e 14,05% à produção. Essas diferenças refletiam, em grande parte, as especificidades sócio-fundiárias nas áreas de abrangência de ambas as cooperativas. Além disso, as variações sazonais eram muito particulares a nível de produtor.

Para diminuir a sazonalidade, isto é, a queda da produção leiteira na entressafra (inverno), em relação ao período de safra (verão) e obter maior estabilidade anual, o governo federal estabeleceu a diferenciação de preço para o leite cota e extra-cota. Todavia, o período de formação da cota de

cada produtor, que indicaria a média ponderada mês/ano dessa estabilidade, inclui, em grande parte, os meses de inverno, nivelando por baixo a cota e, conseqüentemente, a renda do leite. Para se ter uma visualização da sazonalidade foram escolhidos os dois meses de pico em cada um dos casos, entressafra (abril) e safra (setembro), na produção da Cotrisoja, conforme pode ser visto na Tabela - 19, a seguir:

TABELA - 19: COTRISOJA: ESTRATIFICAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE NO PICO DA ENTRESSAFRA E SAFRA PRODUÇÃO MÉDIA/DIA/LITROS (ABRIL - SETEMBRO/1993)

ESTRATOS (l/dia)	Nº DE PRODUTORES (A)				PRODUÇÃO/LITROS (B)				SAZONALIDADE (B<A = %)	
	Abril	(%)	Setem- bro	(%)	Abril	(%)	Setem- bro	(\$)	Set/Abril (A)	Set/Abril (B)
01 a 20	248	39,18	68	10,74	89.388	14,25	25.688	2,11	-28,44	-12,14
21 a 50	265	41,87	244	38,55	250.919	40,01	259.466	21,28	- 3,32	-18,73
51 a 100	95	15,00	224	35,39	188.487	30,06	478.042	39,20	20,39	9,14
+ e 100	25	3,95	97	15,32	98.332	15,68	456.148	37,41	11,37	21,73
TOTAL	633	100,00	633	100,00	627.126	100,00	1.219.344	100,00	0,00	51,43

FONTE: COTRISOJA - TAPERA/RS.

Na última coluna da tabela foram colocados os percentuais de queda da produção na entressafra por estrato. Juntando os estratos de 1 a 50 litros/dia, a sazonalidade na área de atuação da Cotrisoja ficava com o percentual de -31,76% na oscilação entre a posição dos produtores por estrato (1 a 50), e, de -30,87% nos indicadores da produção. Por outro lado, se juntar os estratos de + de 50 litros/dia, ocorria uma variação real (positiva) de 31,76% em relação ao número de produtores e de 30,87% na produção. Essas eram as indicações da sazonalidade por estrato, tanto em termos de números de produtores, quanto da produção.

Entretanto, a quebra sazonal da produção, em 1993, na Cotrisoja, foi de 51,43% em termos de produção total. Outro indicativo obtido sobre a sazonalidade se referiu à produtividade de litros/dia/vaca/mês, a nível dessa cooperativa. Enquanto que no mês de abril/93, foi registrado 3.058

vacas em lactação, ficando a média de produtividade por vaca em 6,835 litros/dia, no mês de setembro/93, registrou-se 3.855 vacas em lactação, ficando a média nos 10,543 litros/dia.

Além das indicações da estratificação dos produtores do entorno do Alto Jacuí, caberia apresentar os dados da CCGL, de 1992, conforme apresentado na Tabela – 20, adiante:

TABELA - 20: CCGL: ESTRATIFICAÇÃO DOS PRODUTORES E DA RODUÇÃO DE LEITE - 1992

ESTRADOS (L/DIA)	N.º DE PRODUTORES		PRODUÇÃO/LITROS/DIA	
		(%)		(%)
01 a 20	39.536	74,31	492.584	38,78
21 a 50	11.332	21,30	436.822	34,39
51 a 100	1.857	3,49	195.992	15,43
+ de 100	479	0,90	144.802	11,40
TOTAL	53.204	100,00	1.270.200	100,00

FONTE: CCGL

Em relação à CCGL, no ano de 1992, os estratos de 1 a 50 litros/dia totalizavam 95,61% dos produtores e 73,17% da produção. Comparando os dados da estratificação entre o RS, a CCGL e as cooperativas do Alto Jacuí, mesmo tendo presente que se tratavam apenas de médias aritméticas, nota-se a diversidade de situações, isso, sem falar das regiões do Alto Uruguai e da Campanha, ou das situações onde a atividade leiteira se mantinha como subsistência e o gado também era usado como tração animal nas lidas da roça.

Retomando a abordagem sociológica da produção do leite no cenário da diversificação da renda extra e mensal, para os pequenos proprietários, a renda dessa produção constituía-se em *salário” mensal*. Em sua cartilha sindical sobre "o pequeno produtor e a luta do leite", a CUT/RS praticamente colocava todos os “pingos” nos “is” em relação à importância que o dinheiro do leite adquiria na diversificação da renda familiar e às estratégias de mobilização dos colonos na defesa do preço do produto, “Porque o

leite é uma espécie de ‘salário’ do colono. É a renda mensal que garante as despesas da manutenção da família” (CUT/RS, Março/1990, p. 4)⁵⁴.

O caráter mensal do pagamento ia ao encontro às próprias necessidades básicas da família e das contas mensais da casa. Dependendo do "tamanho" do cheque do leite, esse dinheiro era utilizado para pagar as contas mensais da família, dentre as quais, as mais frequentes eram as do rancho, da luz, das roupas, dos combustíveis, da escola, dos remédios (saúde), dos calçados, da compra de eletrodomésticos e utensílios de cozinha, dos cosméticos e perfumes, no conforto da casa, etc.⁵⁵

Nos casos onde o montante do dinheiro do leite fosse um pouco maior, além dessas despesas rotineiras, a renda do leite era utilizada para investimentos na própria melhoria da pecuária leiteira, sendo frequentes a compra de vacas com melhor padrão genético leiteiro (holandesa, jersey ou pardo-suíço), a realização de inseminações artificiais, a ocorrência de despesas veterinárias (medicações) e aquisição de equipamentos (tarros, ordenhadeira, resfriador de leite, materiais de higiene, etc.). As próprias

54 A atuação das centrais sindicais na mobilização dos trabalhadores rurais em torno da luta pelo leite também apresentava um certo zoneamento por bacia leiteira e por CAI, com sindicatos de trabalhadores rurais e do setor industrial de laticínio, no Estado do RS. Enquanto que a CUT/Departamento dos Trabalhadores Rurais atua principalmente no mesmo zoneamento da CORLAC e ex-Lacesa, a principal área de influência da FETAG/RS correspondia ao zoneamento da CCGL. As diferenças entre as práticas sindicais entre a CUT e a FETAG também se diferenciavam pelas estratégias de mobilização dos trabalhadores no conjunto dessa cadeia agroalimentar, na luta pelo preço do leite e nas discussões sobre o Mercosul.

Entre as conclusões do "I Simpósio Estadual do Leite e Seus Derivados", em 1980, constava a proposta de planejamento governamental para a formação de bacias leiteiras e o zoneamento das áreas de atuação das agroindústrias do ramo. Através das políticas de fomento e financiamento, o Estado poderia evitar a duplicidade de investimentos, otimizando os investimentos, ao diminuir a ociosidade. Esse zoneamento corresponderia à delimitação do espaço de atuação para cada agroindústria na esfera da produção primária (bacias leiteiras) e de transformação. Essa proposta pode ser vista como reserva de mercado, mas também como ação reguladora, com fins sociais, do Estado sobre o mercado (cf.: COMISSÃO DE SAÚDE, TRABALHO E BEM-ESTAR SOCIAL, 1980, p. 186; Mapa (A), do Anexo - III).

55 As próprias cooperativas e empresas do setor do leite davam o “vale rancho” que era descontado na própria conta mensal do leite do produtor. Em muitas cidades, o comércio local fazia promoções do “cheque do leite”, com descontos ou prazos para pagamento. Nos dias do pagamento do leite, os colonos aproveitam sua ida para a cidade para fazerem as compras mensais, sendo rotina o afluxo desses consumidores aos supermercados e lojas. Além dos gastos com produtos de primeira necessidade, também era hábito o aumento do movimento de consumidores nos bares das cidades, nas vilas e nas “capelas” (comunidade do interior), onde, entre “cervejinhas”, jogos de carta, bocha ou bolão, os agricultores atualizavam as conversas sobre a lavoura e a pecuária leiteira. Além desses lazers comunitários, não se podia ignorar que alguns “cheques do leite”, ou parte de seus valores, acabavam circulando em outros tipos de “lazer”, nos “bares da vida”.

cooperativas e CAIs privados e estatais estabeleciam linhas de financiamento pelo sistema "troca-troca" (em produto), cujos pagamentos (parcelas mensais) eram descontados diretamente na conta do leite do produtor. Nos casos em que o agricultor produzia bastante leite, a renda dessa atividade era investida nas demais culturas e em maior conforto e, nas propriedades que contratavam trabalhadores, o dinheiro também servia para pagar o salário mensal dos empregados. No conjunto da renda da unidade, o dinheiro do leite "aliviava" as demais receitas, ou seja, diminuía os gastos das receitas dos demais produtos com o consumo itens primários (bens de primeira necessidade).

Esses investimentos intermediados pelas unidades dos CAIs, com certeza, aumentavam os lucros das agroindústrias, pois não deixavam de ser uma reserva indireta de mercado, já que os colonos acabavam comprando da cooperativa. No início dos anos de 1990, a ex Lacesa, e então Parmalat, mantinha em cada unidade de recebimento de leite um "supermercado leiteiro" com produtos básicos caseiros e veterinários que fornecia aos integrados do leite, via caminhão do leite.

Ao tratarem das questões cotidianas do mundo do trabalho na atividade leiteira, Guillermo Rogel Gmez e Maria Cristina Iorio realçaram a importância das "relações sociais que se estabelecem através do produto" (ROGEL GOMEZ e IORIO, 1991, p. 13). Entre elas estava a relação entre o colono e o leiteiro (freteiro de linha), sendo também próprio da cultura camponesa o caráter personalizado nas relações pessoais nos negócios, no espaço público da vida na comunidade e nos frequentes laços de parentescos, de compadrio e de vizinhança. Em algumas regiões e CAIs o freteiro (puxador do leite da propriedade até o posto de recebimento) fazia pequenas compras para os agricultores que moravam longe da cidade ou que tinham mais dificuldade para ir até a sede urbana para realizar compras ou pagamentos.

Nas propriedades que empregavam terceiros (trabalhadores assalariados ou arrendatários), estas pessoas, independentemente do sexo, também eram fortemente envolvidas pelas tarefas do leite. Essa observação tem importância, pois evita qualquer entendimento homogêneo e unilateral sobre trabalhadores proprietários ou remunerados. A diversidade e a permeabilidade das condições de vida e das relações sociais, nos casos de pessoas que eram colonos e possuíam empregados (na grande maioria era um, ou havia contratação com pagamento por dia), não produzia conflito subjetivo entre colonos e empregados, pois se houvesse conflito ou se os empregados realizassem todas as atividades produtivas na lavoura e no leite, então, estes agricultores fortes (proprietários de grandes áreas) seriam capitalistas ou empresários rurais.

As necessidades de empregar ou contratar um terceiro ou diarista, em algumas propriedades familiares fazia parte da rotina dessas pessoas, o que não tornava a pequena ou média propriedade de base familiar uma unidade burguesa, no sentido teórico-clássico; a realidade não é tão estanque ou "possuidora de uma lógica racionalista". A contratação de um trabalhador ou diarista, na maioria das vezes estava vinculado a períodos de maior demanda de trabalho (plantio e colheita), às necessidades da diversificação de atividades de renda na propriedade (lavouras, leite, peixes, frangos, dentre outras) ou motivos de saúde de membros da família. Por outro lado, os contratados e diaristas, muitas vezes eram pessoas de famílias de vizinhos ou de parentes. Por fim, nos casos de contratação de um trabalhador agrícola, na família, também era realizado com a condição da pessoa também morar com a família do agricultor. Em outra medida, a contratação temporária ou por dia nas tarefas da pecuária leiteira podia envolver mulheres, além de contratos para atividades domésticas, com cuidados de filho(a)s menores ou de avós/avôs da família.

Considerando que essa história está inserida num país do Terceiro Mundo, onde a estabilidade econômica, do ponto de vista dos trabalhadores rurais e urbanos, retornando aos aspectos sociais da diversificação da produção e renda à agricultura familiar, corporifica-se numa "cultura de inflação e de recessão", que a renda mensal do leite adquiria um significado que ia para além do seu valor monetário.

Para uma família camponesa que não dispunha de várias alternativas de renda, ou de uma quantidade relevante em uma delas, a renda mensal do leite (extra), mesmo sendo pouca, era sobrevalorizada. Em conversas de produtores, era comum ouvir comentários a respeito do pagamento do leite, sobre o qual dizem mais ou menos o seguinte: "o dinheiro do leite é pouco, mas ajuda"; "o preço do leite está baixo, mas podemos contar com ele todo o mês"; "o leite não dá lucro, mas o pouco que vem é melhor do que nada"; "tem dinheiro todo o mês"; "é um dinheiro todo mês, que não depende do tempo e de colheitas"; "você tem um rendimento quase certo mensalmente, porque não ocorre tantos riscos como as culturas"⁵⁶. Vejam que estes dizeres representavam a visão sobre a economia política da agricultura familiar e da própria especificidade da renda obtida com a atividade leiteira. O que também chama a atenção neste aspecto da economia política camponesa é de que eles não incluíam o tempo de serviço (jornada de trabalho na atividade) como parte dos custos, afinal, não vendiam o tempo de trabalho, mas, sim, produtos da agricultura para obterem renda do trabalho familiar. Portanto, o trabalho e o tempo de trabalho não eram mercadoria.

Esses comentários sobre o perfil da renda do leite no orçamento da família não refletiam conformismo e subordinação; eram, sim, representativos da perspectiva dos próprios colonos sobre a atividade leiteira, pois

⁵⁶ A última referência foi indicada pela família do agricultor familiar Manuel Boch, residente no município Tapera/RS, em resposta ao levantamento de dados realizados para este estudo. Data: 10/09/1993.

eles destinavam mais ou menos recursos próprios para essa atividade, em função do seu retorno. Eles não encaravam a atividade apenas de um ponto de vista técnico ou de um livre mercado, ou seja, investiam nesta atividade comercial, na expectativa da renda a mais, porém não davam a ela um estatuto exclusivamente capitalista, calcado no discurso da eficiência e da competitividade, com suas soluções a partir de uma corrida tecnológica.

A experiência comercial da atividade leiteira também se manifestava em várias formas de mobilização em defesa da renda do leite. Já no "I e II Simpósios Estadual do Leite e seus Derivados" foram apontados dois grandes problemas para o desenvolvimento da atividade acima: o poder aquisitivo do dinheiro do leite (preço do leite *in natura* paga ao produtor) e do salário mínimo dos consumidores urbanos (especialmente os trabalhadores remunerados); e a diferença entre o preço pago ao produtor (na produção primária) em relação ao pago pelo consumidor final no mercado.

Na luta sindical pelo leite, os colonos reivindicavam melhorias no preço mínimo ao produtor, redução dos descontos do transporte de 1º Percurso⁵⁷, eliminação do desconto do 2º percurso⁵⁸, eliminação de alguns descontos (taxa administrativa e cota capital da cooperativa), eliminação ou melhorias para o estabelecimento do leite extra-cota, eliminação do leite consumo e indústria. Em outra medida, na luta pelo preço do leite, os

57 O 1º Percurso corresponde ao transporte do leite da propriedade até o Posto de Recebimento de Leite ou Plataforma, normalmente realizado pelo "leiteiro". Na Cotrisoja, nos primeiros anos de produção de leite, o serviço de transporte do 1º percurso era feito por funcionários da cooperativa e com sua frota de veículos. Mais tarde, foi terceirizado, mediante contratos de concessões de linhas de leite, firmados entre a cooperativa e particulares. Enquanto permanecia o recolhimento diário em tarros, os descontos do 1º percurso chegavam, em média, a 15% do preço mínimo do leite. Em 1988, a Cotrisoja implantou o sistema de recolhimento à granel, feito de dois em dois dias, com o uso de caminhões-tanque. O desconto do transporte do 1º percurso diminuiu significativamente, em torno de 50%, e com dinâmica escalonada decrescente, segundo os estratos de produção (quanto maior a produção diária, menor o preço do transporte). Por outro lado, estas melhorias foram acompanhadas de políticas de seletividade dos produtores, mediante critérios de higiene, quantidade de produção por ponto de parada, equipamentos (resfriador), e, pela própria intercalação do recolhimento (dois dias).

58 O 2º Percurso correspondia ao transporte do leite do Posto de Recebimento até a unidade de transformação (indústria de laticínios). A CCGL realiza este transporte em carretas-tanques equipadas para esta finalidade. Esse desconto acabou sendo eliminado.

agricultores também reivindicavam incentivos de produtividade, prêmios, etc., mas os critérios estabelecidos pelas agroindústrias atendiam somente a um número reduzido de produtores. Esses critérios, se, por um lado, serviam de estímulo ao fomento da produtividade, por outro, marcavam claramente a seletividade dos produtores, pois dentre as exigências estavam a necessidade de ter infraestrutura adequada, padrão genético, produtividade, sanidade, inseminação, honestidade (não fraudar o leite) e integração indireta (entregar toda a produção na cooperativa)⁵⁹.

O leite extra-cota, cujo discurso do CAI era adotado para "incentivar" a homogeneização da produtividade durante o ano (sazonalidade), na realidade, segundo a CUT/RS (1990), revelava uma visão repressiva e punitiva do agricultor, ocultando as grandes margens de lucro. Se, por exemplo, as agroindústrias ao invés de ocultarem o lucro-extra do extra-cota e transformassem a diferença do preço do leite cota e extra-cota em fundos de desenvolvimento da produção leiteira ou em linha de crédito nominal disponíveis para o incremento da atividade, os resultados seriam diferentes para o produtor e para a indústria (menos lucro, mas aumento do volume da produção).

A luta pelo leite também incluía práticas cotidianas de resistência e estratégias dos colonos, principalmente em relação ao pacote tecnológico da atividade. Ninguém negava que a pecuária leiteira comercial exigia dos colonos desde um conhecimento específico e mesmo especializado, até mudanças de certas práticas, hábitos, comportamentos, disciplina e perspectivas da visão sobre a atividade leiteira.

Se o colono não seguisse os cuidados específicos da raça leiteira, teria prejuízos. Por exemplo, os colonos, habituados com o gado "vacum", entendiam que para produzir leite bastava colocar a vaca no potreiro e dar

⁵⁹ Sobre a discussão do sistema integrado na produção leiteira reveja, novamente: Dinarte Belato (1989) e Dinarte Belato e Armando Dalacosta (1991).

algum trato (pasto, milho, abóbora, mandioca, vez por outra também sal mineral, etc.), de certa forma, a vaca "dava" leite sozinha. Alguns colonos tiveram muito prejuízo no início da atividade em função da morte de algumas matrizes importadas do Uruguai e da Argentina. A aclimação exigia alguns cuidados em relação às plantas venenosas, doenças do rebanho local, alimentação adequada, etc.

Mas, conhecimento técnico e tecnologia não eram "coisas" neutras, nem pertenciam à neutralidade científica da razão prática. Ao contrário, representavam formas de ver, de pensar e de agir. Justamente nessas "esferas" estavam presentes as estratégias da família camponesa. Ao não seguir os conhecimentos "científicos e técnicos da extensão rural" da produção comercial especializada ou não ser um profissional do leite, os pequenos proprietários investiam na atividade a partir da realidade do retorno e não do mercado (competitividade). Ao manter um rebanho "inadequado" (gado de baixa produção litros/dia e bezerros machos para criação e consumo próprio de carne) para a propriedade e para a especialização do ramo, o colono estava garantindo uma "poupança 24 horas" na própria casa⁶⁰. Ele tinha clareza de que os investimentos tecnológicos poderiam trazer melhorias, porém, para que isto ocorresse, os recursos teriam que sair do seu próprio bolso (investimento/descapitalização) ou por meio de empréstimo (Bancos ou CAIs/Cooperativa). Entretanto o colono nem sempre podia contar com fundos de reserva de seu próprio banco (bolso); por outro lado, muitos agricultores já tinham passado pelo *batismo* da dependência financeira. O

60 Muitas vezes, um regramento, ao estabelecer determinada conduta, mostra que outras práticas diferentes da regra, estavam sendo praticadas e que não eram recomendáveis, segundo os novos critérios e valores. O Estatuto Social da Associação Selbaquense dos Produtores de Leite Com Melhoramento Genético - ASPROLEITE, ao afirmar os caminhos do "espírito comercial" para a produção de leite, criticava as práticas de resistência construídas no cotidiano pelos colonos. Pelo artigo 3º, a ASPROLEITE estabelecia os requisitos para os novos associados, e, em sua alínea "e", apresentou o seguinte conteúdo: "produtor que aceita facilmente a tecnologia" (ASPROLEITE. *Ata de Fundação e Estatuto*. 1991).

aprendizado "chama à memória viva" de que o retorno de renda não era, necessariamente, linear ou um mero cálculo de adição ou de multiplicação.

Na luta sindical pelo leite, havia um consenso em torno da deterioração do preço do leite pago ao produtor. Um dos principais indicadores dessa perda do poder aquisitivo do colono, em sua renda do leite, era a queda do percentual de participação do preço pago ao produtor no preço final pago pelo consumidor.

A variação da participação do preço pago ao produtor no preço final, do leite "Tipo C", segundo a CUT/RS (Março/1990, p. 19), que em 1975 era de 81,4%, caiu para 65,0% em 1980 e 61,0% em 1990. Um mesmo cálculo foi feito pela EMATER/RS sobre a variação entre o preço pago ao produtor pelo leite cota-consumo e o "Tipo C" (consumidor), indicava que em 1980, a participação era de 68,27%; em 1985 havia subido indelevelmente para 68,53%, mas tinha caído para 50,43% em 1992⁶¹.

Um outro estudo feito pela FETAG/RS, em maio de 1993, indicava a participação de cada fase da produção no preço final (composição do preço com indicação em cada fase do processo de produção, transformação, comercialização e consumo final), conforme a Tabela - 21, a seguir:

TABELA - 21: COMPOSIÇÃO DO PREÇO DO LEITE TIPO (C) - MAIO DE 1993

FASE DA PRODUÇÃO		PREÇO PAGO	% CORRESPONDENTE
PRODUTOR	BRUTO	8.900,0	50,00
	LÍQUIDO	(7.378,1) (A)	(41,45) (A)
INDÚSTRIA		6.906,4	38,80
VAREJISTA		1.993,6	11,20 (B)
CONSUMIDOR		17.800,0	100,00

FONTE: FETAG/RS.

(A) Descontos: 2,1% de FUNRURAL e 15,0% do Frete 1º Percurso.

(B) Desconto estabelecido pela Portaria N.º 224, de 26/09/1991, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

61 EMATER/RS. Tabela: "Valores recebidos pelo produtor e pago pelo consumidor por litro de leite (valores reais) - período 1980-1992 (média pontoada anual)".

Usando como referência o preço pelo leite consumo pago ao produtor pela Cotrisoja/CCGL e o preço final do leite Tipo C praticado em Porto Alegre, em dezembro de 1979, a participação do produtor correspondia a 70,71%. Já em dezembro de 1992, havia caído para 57,15%.

Retomando a distribuição por fase de transformação, porém tendo por referência o "Leite B", segundo a CORLAC, em março de 1991, a participação tinha a seguinte composição: o produtor recebia 52,94%; a indústria (CORLAC), 29,06%; o distribuidor, 7,51% e o varejista 7,50%. Em fevereiro de 1992, a ordem era a seguinte: 50,00%, 29,90%, 11,00% e 9,10%, respectivamente.

Outros dados a respeito do mercado consumidor real, calculados a partir do poder aquisitivo do salário mínimo em litros de leite "Tipo C", segundo a CUT/RS (Março/1990, p. 19), mostravam o seguinte: em 1975, a equivalência era de 270,76 litros; diminuiu para 255,33, em 1980; daí para 247,35 em 1985, e, chegou a 164,61 litros em março de 1990.

De acordo com o Conselho Estadual do Leite e seus Derivados (Junho/1981, p. 14), considerando as Conclusões da Junta Técnica do Conselho do Leite e seus Derivados, em 1981, um operário brasileiro que recebia 1 (um) salário mínimo, teria que trabalhar 1 hora e 15 minutos para comprar 1(um) litro de leite.

A luta pelo leite não parava aí. Além das observações apresentadas e das inúmeras questões da luta concreta, um outro elemento não poderia passar despercebido: os prazos de pagamento do leite.

A renda mensal extra do leite era muito importante para os agricultores familiares, proprietários de pequenas áreas rurais, mas, conforme estudo do DIEESE, referente às *Alternativas de pagamento do leite ao produtor*, os altos índices de inflação provocavam grandes perdas, se não houvesse mecanismos de correção monetária ou uma metodologia compatível de pagamento. Num caso "hipotético" desses, a redução dos prazos

e o parcelamento do valor mensal era fundamental para evitar "estragos" maiores do que a concorrência no Mercosul.

As perdas variam conforme a inflação e o intervalo de tempo entre a entrega do leite e o seu pagamento. Ou seja, quanto maior a inflação e o intervalo de tempo citado, maiores as perdas sofridas (DIEESE, Janeiro/1990, p. 1).

Esse era mais um elemento que justificava a atribuição do cheque do leite como salário mensal para os colonos. O Mercosul não era o único problema e nem o pior dos que haviam em relação à agricultura familiar que realizava atividades da pecuária leiteira no RS.

Para enfrentar os problemas da deterioração do preço do leite pago ao produtor, um grupo de agricultores remediados, no município de Colorado, investiram em uma pequena indústria de transformação de leite, a *Produtos Alimentícios Colorado Ltda.* (PROLAC), que começou a operar na metade do ano de 1993, conforme indicou Marco Hoffmann (1991). Na avaliação do projeto, a grande vantagem desse novo e diferente negócio estava na diferença do preço do produto industrializado em relação ao *in natura*, ou seja, na importância de agregar valor ao produto ainda em mãos dos agricultores.

Dos elementos apontados sobre a especificidade camponesa na atividade leiteira comercial, enquanto diversificação das fontes de renda na pequena propriedade rural, uma das originalidades mais relevantes, como já foi comentado, foi a participação da(s) mulher(es) – mãe(s) e filha(s) – na realização das tarefas próprias dessa produção na unidade familiar.

Se, por um lado, a divisão sexual do trabalho entre os membros da família era, e continua sendo, marcada pela tradição, ou seja, pela definição sexual (cultural/representativa) dos papéis sociais do homem e da mulher na vida familiar e nos afazeres produtivos de subsistência e comerciais, na educação dos filhos e na figura do chefe da família na

hierarquia interna (patriarcado); por outro, ocorreram mudanças significativas nas relações interpessoais entre os membros da família.

A mulher, representada pela figura da mãe ("o segundo escalão da hierarquia na família"), chama para si a participação na gestão da renda do leite (decisões em torno de sua aplicação). Se, pela tradição, existia uma "identidade" entre o papel da mulher nos assuntos da casa e das tarefas do leite, como se a extensão da cozinha passasse pela casa e fosse até o estábulo, essa "semelhança" transformou-se em estratégia de ação para os "novos papéis" que a mulher passou a exercer: a de gerir o dinheiro do pagamento do leite. Esta transformação das práticas interpessoais e condição de voz e vez ativa da geração e gestão da renda do leite vinha a ser outro elemento central para compreender a dimensão da economia política camponesa e da condição e posição da Mãe/Mulher na família e na economia familiar.

Nesse mundo do trabalho, a ontogênese da cultura desse fazer humano materializou-se na estratégia das Mães/Mulheres em querer que o cheque do leite, o dinheiro do pagamento mensal do produto, fosse investido nas "coisas da casa" e das mulheres, ou seja, por sua decisão. Ao se perceber gerando renda, isto é, intensificando sua jornada de trabalho em uma atividade produtiva comercial que se concretiza diretamente em receita mensal, as mulheres reivindicavam o dinheiro do seu trabalho pessoal, ou seja, modificavam as relações interpessoais entre Pai (chefe) e Mãe (subordinada), pois não aceitavam mais que o pai gastasse o dinheiro do leite sem dar satisfação à família.

Essas mudanças nas relações interpessoais tinha uma história. Tal questão não se restringia ao mundo camponês. Numa sociedade televisiva, as informações sobre os novos valores culturais estavam presentes no dia-a-dia de praticamente toda a sociedade. Os questionamentos contemporâneos sobre a Libertação da Mulher e a crítica à cultura machista e à

autoridade do pai também estavam presentes no mundo rural. Esses "novos tempos", concretizados na sindicalização na agricultura, na reivindicação pelo direito à aposentadoria (salário mínimo integral) e à licença maternidade, mobilizaram, de uma ou de outra forma, um bom número das mulheres agricultoras, tal como o movimento das mulheres camponesas que reivindicavam o direito de serem reconhecidas como Trabalhadoras Rurais. O reconhecimento e garantia do direito da aposentadoria para o homem e a mulher do campo, nos termos da Constituição Federal de 1988, também correspondeu a um dos principais aspectos da ampliação dos direitos sociais e reconhecimento destas pessoas como Pessoas de Direito.

O que também chama a atenção, em relação à participação da Mulher na sociedade e enquanto trabalhadora, era a importância que ela tinha no fomento da própria pecuária leiteira. Por ser considerada uma tarefa das mulheres, elas eram chamadas para palestras, cursos e orientações sobre a pecuária leiteira. Estas atividades de extensão rural passavam a ser referência às próprias Mulheres em relação a perceberem sua participação em todos os aspectos na atividade leiteira, inclusive naquilo de implicava em elas serem as trabalhadoras na atividade e verem o retorno da renda do leite. A extensão rural não se ocupava apenas com cursos de corte e costura e culinária com as mulheres (moças e casadas), vistos como estágios matrimoniais.

Parte de história das estratégias das mulheres para adicionarem a renda mensal do leite ao rendimento ("salário"), ou pelo menos, para colocá-la em suas mãos e sob seu planejamento, podia ser constatada pela experiência de vida e pela construção da linguagem em torno do assunto. Da experiência de vida, foi possível obter relatos a respeito de casos onde o dinheiro do leite era gasto pelo pai em bebida e jogos, sem se preocupar com as despesas básicas, ou de casos onde a mãe, de tanto insistir com o

marido, finalmente conseguia ter em suas mãos o dinheiro do leite. Esses casos eram significativos, tanto pelo fato de romperem as relações de "poder" entre os membros da família, como também, por serem conteúdos das conversas entre as próprias pessoas, fazendo a função de trabalho de formiguinha.

Pelos hábitos costumeiros da cultura machista, herdada de geração em geração, os negócios e as finanças da família eram de responsabilidade do pai (homem). No mundo rural, não eram frequentes os casos onde a mãe (mulher) tinha em mãos grandes valores em dinheiro. Esses papéis se repetiam entre filhos (irmãos) e filhas (irmãs). A estratégia das mulheres, ao querer dispor do dinheiro, objetiva romper com essas relações, reivindicando uma maior autonomia financeira em relação ao marido.

Tais questões também eram percebidas a partir de informações muito simples, mas extremamente plausíveis por dizer respeito à natureza das pessoas físicas. Um levantamento dessa situação pode ser conseguido com os dados a respeito de documentos pessoais das mulheres como: Carteira de Identidade (Registro Geral – RG) e Cadastro da Pessoa Física (CPF), se as Trabalhadoras Rurais tinham ou não (?); se tinham, quando fizeram e qual o motivo que as levou a fazer o RG e o CPF pessoal (?).

Outra fonte muito rica para este estudo era a própria *linguagem*⁶² criada pelas próprias pessoas que viveram e nesse mundo do trabalho e eram protagonistas daquelas mudanças nas relações interpessoais e de gênero, ou seja, nos papéis sociais que o homem e a mulher chamavam para si enquanto sujeitos históricos, no espaço público e privado. A síntese mais simples e transparente dessas mudanças nas relações interpessoais foi uma das definições que mulheres e homens passaram a dar ao pagamento

62 Para essa abordagem, a linguagem como fonte da história, valida-se do sentido apresentado por Schaff enquanto forma de pensar a realidade, ou seja, linguagem, conhecimento e realidade, para ele, não estão separadas. A linguagem não era e é somente um meio de expressar a realidade, mas era e é a própria expressão do pensamento social (cf. SCHAFF, 1964).

mensal do leite: *o cheque do leite da mãe*⁶³. A foto apresentada no Anexo-IV, onde pode ser visto o Sr. Mauro e Esposa (infelizmente não nominada) com a vaca predileta, era a própria imagem dessa originalidade no mundo do trabalho e das relações interpessoais nela produzidas e a própria origem dessa linguagem ontogênica, além do “retrato fotográfico” (imagem instantânea e congelada pela lente) da cultura material rural com suas convenções éticas e estéticas de um extensionismo rural.

O Cheque do leite da Mãe também teve sua história. Na região do Alto Jacuí, nos primeiros anos da introdução da atividade leiteira comercial, a sistemática do pagamento do leite era feita via lançamento de crédito na conta do associado. Com isso, o dinheiro do leite acabava integrando a movimentação geral do associado. Como o pagamento entrava na conta nominal do agricultor (pai), era incluído no "bolo" ou deduzia a conta negativa daquele crédito. Assim, dificilmente se separava o dinheiro do leite dos recursos das demais atividades comerciais realizadas na agricultura familiar.

Uma das primeiras reivindicações das mulheres na luta pelo "dinheiro do leite" foi a de quererem ter seu Nome incluído como associadas à cooperativa, com direito à voz e voto. Sendo associadas nominais juntamente com seus maridos, poderiam ter acesso à conta e, conseqüentemente, ao dinheiro do leite. Essa reivindicação não foi atendida, pelo visto e dito, "até em função" dos estatutos das cooperativas e das formalidades jurídicas de titularidade das terras. Exceto em casos de viuvez dos maridos, juridicamente, o titular da propriedade da terra era o homem considerado o agricultor e a pessoa física (RG e CPF) da unidade produtiva, isso, tanto na cooperativa quanto no banco. Mesmo estando casados em comunhão universal de bens, dificilmente se exigia a presença e

63 Um estudo de "aprendiz de feiticheiro" sobre essa abordagem foi apresentado em um breve texto anterior (cf. KOLING, 1991 – mimeo.).

a assinatura da esposa para se firmar quaisquer negócios no banco e na cooperativa. Quando isso ocorria (a necessidade de a esposa também assinar documentos), normalmente, o homem levava a "papelada" para casa e a devolvia posteriormente, assinada por ambos.

Na Cotrisoja, a segunda forma de pagamento do leite passou a ser feita via cheque nominal ao produtor. O cheque já era algo palpável e diferenciado da conta interna, e a informação do pagamento estava visível, impressa no cheque nominal, obviamente, quando apresentada. Com o cheque, a briga ou era com o marido ou com a cooperativa, quando não com os dois. As duas situações presentes resumiam-se na reivindicação do "cheque do leite" ou seu valor aproximado para as compras da casa, e, na solicitação de que o cheque fosse nominal à mulher do associado, na unidade familiar com produção de leite comercial. Cabe observar que tais situações não constituíam regra geral, mas, simplesmente constatações de casos, pois cada caso era um caso, havendo semelhanças entre várias famílias. Muitas vezes, tudo era resolvido na família sem muitas "brigas". Todavia, o importante nisso tudo era o trabalho de formiguinha nos clubes de mães, festas comunitárias, torneios de futebol, encontros de extensão rural ou visitas entre vizinhanças. Enfim, nas atividades de lazer onde as mulheres e homens se reuniam e as "notícias" sobre o dinheiro do leite e da sua aplicação, se "espalhavam".

Com o passar dos anos e por persistências das agricultoras, trabalhadoras rurais, não eram poucos os casos de pagamento mensal do leite mediante cheque nominal à mulher, fato esse que, com certeza, orgulharia qualquer pessoa, pois ali não estava apenas o nome em si (como se fosse vaidade pessoal), as, pelo contrário, o sentido era mais profundo, o cheque nominal representava o resultado do seu trabalho, enquanto afirmação cultural e pessoal, dir-se-ia até de uma certa emancipação financeira e autonomia para uso da renda do leite.

Foi dessa situação que se originou a denominação para o pagamento do leite como *O Cheque do leite da Mãe*. Esse termo passou a fluir na linguagem, não faltando piadas e brincadeiras, porém, também expressava conhecimento e novas práticas cotidianas e nas relações interpessoais na unidade familiar camponesa. Um dos casos representativo dessas brincadeiras, mas que provavelmente ocorreu muitas vezes e em muitas famílias, corresponderia ao fato do homem pedir dinheiro (da renda do leite) emprestado para a Mãe, sua esposa.

Mesmo havendo modificações nas relações interpessoais entre os membros da família, o caráter unifamiliar da renda camponesa não foi cindido ou fracionado, pois os gastos feitos com o dinheiro do leite, em grande parte, continuavam sendo para a compra de bens de primeira necessidade. Em certa medida, porém, quando a produção comercial do leite passava a ter maior peso na renda geral da família, ou a família decidia investir mais na atividade leiteira, como melhoramento genético do gado leiteiro, infraestrutura no ambiente de ordenha (higienização e sala de ordenha), aquisição de ordenhadeira mecânica, resfriador de leite, pastagens e produção de alimentos para o gado (silagem e feno) e novo sistema de armazenamento a granel (resfriadores) e coleta do leite na propriedade, inclusive superando os problemas dos tarros e da necessidade de adequar os horários de ordenha em função da passagem do freteiro na propriedade), no âmbito da agricultura familiar tanto a renda mensal do leite tendia a crescer, quanto passava a ser a segunda ou mesmo a primeira e principal fonte de renda familiar. Concomitante a isto, a participação diuturna do(s) homem(ns) na atividade do leite também mudava, passavam a ter uma presença maior, ou, no casos em que havia uma produção maior, recorriam à contratação de outra pessoa, assim como havia a permanência de filha(s) e de filho(s) casados que residiam na propriedade dos pais, juntamente com a(o) cônjuge e o(a)s neto(a)s. Neste sentido, estes aspectos

recolocava elementos nas relações interpessoais e na sucessão familiar na propriedade camponesa.

Em meados dos anos de 1990, o pagamento do leite passou a ser efetuado via depósito automático em conta corrente no SICREDI local, tanto pela CCGL, como pela ex-CORLAC e ex-Lacesa. Os bancos, por sua vez, estabeleciam quantias mínimas de movimentação das contas para expedição de talonários, mas estas políticas eram critérios próprios do sistema financeiro. No entanto, ao gerir a conta bancária do cheque do leite, estas Mães também faziam uso dos instrumentos financeiros das agências bancárias. A partir de um levantamento realizado junto a várias agências do Sistema SICREDI, todos os gerentes informaram que existe uma participação significativa das mulheres na movimentação do dinheiro do leite, que vai desde poupanças, aplicações fixas e talões de cheque. Das informações mais superficiais sobre as contas com movimentação do dinheiro do leite foi possível apresentar alguns dados, conforme segue:

TABELA - 22: SICREDI - PAGAMENTO DO LEITE E
MOVIMENTAÇÃO DA CONTA - 1993

AGÊNCIA SICREDI	Nº TOTAL DE C/C p/ PAGTO. DO LEITE	Nº C/C CONJUNTAS	Nº C/C INDIVIDUAL DE MULHERES ^(*)
Colorado	136	119	17
Espumoso	680	189	64
Ibirubá	600	600	(?)
Não-Me-Toque	±700/750	±350/375	Algumas
Tapera	627	±376	Algumas
Estação	893	380	21
Marau	400	304 (±80%)	Existem
Sananduva	810 (±90)	300 (±40%)	Algumas
Tapējara	650	450	200 (?)

FONTE: AGÊNCIAS DO SICREDI

(*) Estavam incluídas as contas individuais das mulheres viúvas.

Sobre a independência financeira das mulheres, resultante das estratégias de reivindicação do dinheiro da renda do leite, é significativa a

descrição uma mulher agricultora, da família do Sr. Armino A. Pasinato, conforme escrito no material de levantamento de dados: "*Para nós, mulheres, é uma maneira de ter um ganho a mais sem ter que depender dos homens ou maridos*"⁶⁴.

Além de reivindicar propriamente o dinheiro do pagamento do leite, outra "briga" enfrentada pelas mulheres para modificar as relações interpessoais na família, dizia respeito a certos investimentos na atividade leiteira. Em alguns casos, onde a ordenha manual era realizada pelas mulheres, os maridos não faziam questão de comprar uma ordenhadeira mecânica, processo que facilitaria enormemente o trabalho manual na ordenha, independentemente de ser uma trabalhadora rural (mulher) ou trabalhador rural (homem).

Um último aspecto sobre o mundo do trabalho na atividade leiteira no Alto Jacuí, inclusive para evitar compreensões estanques de divisão sexual do trabalho ou "expropriação" interna de renda na família e do caráter familiar da produção em pequenas propriedades rurais, diz respeito ao aumento do "volume" total de trabalho necessário intrínseco ao desenvolvimento da atividade.

A formação da bacia leiteira na região do Alto Jacuí, com quase duas décadas de desenvolvimento, além da sua função social, apresentava dados relevantes se comparada com as médias estaduais e nacional, o que se devia, em grande parte, aos próprios camponeses. A partir do momento em que ocorria uma melhoria da renda na atividade leiteira, com uma maior importância na vida da família e da posição dessa atividade no conjunto produtivo da propriedade (por exemplo, de priorizarem a atividade leiteira e ser esta a principal fonte de renda familiar), e, incluindo nisso, o aumento do volume do trabalho, também se processava um maior envolvimento

64 Escrita de uma das mulheres da Família de Armino A. Pasinato, residente no município de Tapera/RS, com registro dos dados em 14/09/1993.

dos homens nas tarefas "tidas" como de mulher. Conforme observação feita por um técnico da Cotrisoja, com a profissionalização do produtor de leite, os homens se interessavam mais pelo leite. A partir dessa observação, o que mais chama a atenção para uma abordagem sobre o mundo do trabalho não foi a tecnificação da atividade, mas novamente as mudanças nas relações interpessoais na família e na divisão das tarefas. Se o leite estava "trazendo dinheiro", isto é, renda, se era a segunda ou até a primeira atividade principal na propriedade, isso só se torna possível pela destinação de uma quantidade maior de trabalho, de trabalhadores e de investimentos na referida produção (infraestrutura, equipamentos, plantel genético e destinação de áreas de terra para a atividade pecuária (pastagens, feno, silagem, dentre outras).

Nos últimos anos, uma das inovações na produção leiteira na região do Alto Jacuí, foi a introdução de condomínios leiteiros, com criação de vacas leiteiras confinadas, alta tecnologia (máquinas, genética e alimentação) e higiene (padrões do leite B e longa vida). Por exigirem um investimento muito alto, esses condomínios eram formados em grupos de famílias de agricultores, como o próprio termos definia. Como os condomínios exigiam a presença direta de trabalhadores, para estas unidades eram contratados empregados, normalmente uma família de pessoas mais jovens, para os quais efetuam um contrato de trabalho com as devidas remunerações assalariadas e vinculadas a unidade do condomínio.

Esses condomínios eram apontados como "saída" à concorrência do leite uruguaio e argentino no Mercosul. Se o ponto de partida destes riscos de concorrência de mercado no Mercosul, a colocação estava correta, pois a concorrência já estava sendo sentida no RS. No entanto, a observação de maior significado social, sobre os condomínios, não estava na relação com o Mercosul, mas, sim, com a introdução de uma nova prática empresarial

da exploração na atividade leiteira, ou seja, esses condomínios se diferenciavam da atividade comercial camponesa, mesmo sendo construídos em pequenas áreas rurais, normalmente por colonos fortes. Portanto, não era o tamanho da área ou propriedade rural que garantia a especificidade do mundo do trabalho camponês, mas sim, o *trabalho familiar e a natureza (origem) da sua renda*.

Em se falando do Mercosul, quais seriam, então, as perspectivas do setor leiteiro diante da concorrência? Primeiramente, ter-se-ia que entender que não existia um setor leiteiro, mas, sim, uma cadeia produtiva que envolvia diversos e diferentes sujeitos sociais. Como consequência deste entendimento anterior, uma segunda observação era a de que as perspectivas também eram diversas e diferentes.

Considerando que a integração estava sendo conduzida pelo mercado e que os "sujeitos oficiais" da integração real eram as agroindústrias, para os "excluídos da integração", em especial aos proprietários de pequenas áreas rurais, que também produziam pequenas quantidades de leite, praticamente, permaneciam duas alternativas: a "saída" via mercado com redução dos custos de produção; ou, a permanência na atividade mantendo-a como renda subsidiária, fazendo uso das estratégias da produção do ponto de vista do camponês, o que, possivelmente resultaria na sua exclusão em relação aos CAIs, os quais passaram a acentuar os critérios de seletividade do produtor e da especialização da produção.

Uma terceira questão sobre o Mercosul era a persistência na mobilização dos trabalhadores no sentido de intervirem no processo de integração, enquanto sujeitos sociais presentes na interlocução com os demais atores, buscando garantir os princípios sociais. Por outro lado, se agricultores familiares deixassem de produzir leite comercial, não iriam perder sua *identidade* camponesa, afinal, mesmo antes do Mercosul, muitos colonos haviam deixado de vender o leite, por estarem

descontentes em relação à renda e aos transtornos da atividade (rotina, disciplina e jornada), porém o que mais complicava suas vidas eram os programas agrícolas, as políticas de preços e pagamentos e os interesses dos CAIs (empresas particulares e empresas cooperativas).

Do ponto de vista do mercado, as recomendações eram bem conhecidas, como indicado pela FETAG/RS, no *Relatório do I Seminário Estadual dos Pequenos Produtores de Leite do Rio Grande do Sul: Perspectivas de viabilidade dos pequenos produtores de leite frente à política leiteira e ao Mercosul*: "A partir da abertura do mercado vai haver competitividade, e somente o competente vai sobreviver" (FETAG/RS, Março/1992, p. 5).

Não faltam comparações de custos de produção. Segundo Enid Rocha e os editores da revista "Leite B" (Dez/1990, Ano 5, n. 50), os níveis de preço pago ao produtor de leite na Argentina, fica em torno de 14 a 16 centavos de dólar por litro, enquanto que no Brasil fica em torno de 20 centavos de dólar por litro (ROCHA, 1994, p. 47)⁶⁵.

O principal argumento do discurso neoliberal era o da redução dos custos de produção para alcançar as vantagens competitivas com produtividade⁶⁶. Entretanto, algumas questões acerca dos custos de produção podiam mostrar quadros bem diferentes. Um desses casos era o custo dos insumos no mercado brasileiro e argentino. Conforme a revista "Leite B" e as referências utilizadas por Paulo Schilling (Apud: SCHILLING, 1992, p. 168-169), no Brasil, os preços dos insumos básicos tinha outro elemento na formação dos custos ao consumidor: a cartelização.

65 A edição da Revista LEITE B (Dez/1990. Ano 5, n. 50) foi uma publicação exclusiva sobre o tema "O Leite no Cone Sul". Essa edição especial trouxe um estudo sobre a produção leiteira no Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai), sendo uma referência indispensável para o caso lácteo.

66 Segundo Enid Rocha, na Argentina a produtividade era de 2.200 litros/vaca/ano, o que daria uns 6,11 litros/dia/vaca/ano (ROCHA, 1994, p. 42). Sobre a produtividade no Mercosul, os índices mais altos para o Uruguai eram de até 8 litros/dia/vaca/ano; os índices mais altos para a Argentina eram de até 12 litros/dia/vaca/ano. Estas diferenças podiam resultar das metodologias utilizadas.

O que a gente não sabia é a incrível discrepância entre os preços dos insumos e serviços do Brasil quando comparados com os dos países do Cone Sul. (...). Quando se fala dos danos que os monopólios causaram à economia nacional, percebe-se agora que os produtores de leite foram e continuam sendo as grandes vítimas. Talvez esse seja um dos motivos que mais oneram a nossa produção leiteira (LEITE B, Dez/1990, Ano 5, n. 50, p. 16).

É preciso lembrar que na integração, a flexibilização e a barganha dos CAIs em detrimento dos pequenos e médios proprietários rurais não faz parte da competitividade, mas sim, da exclusão social, ou conforme a CUT afirmava, do modo crítico, do "*dumping* social".

Para os CAIs, as opções de concorrência e/ou competitividade não se limitavam ao nível das condições da produção primária e do mercado local. O espaço "sem fronteira" abria-lhes novas oportunidades de mercado. Pelos estudos realizados por Hamilton Almeida. Em seu artigo publicado no jornal Zero Hora, "Laticínios investem no campo" (ZERO HORA, 01/08/93, In: CAMP, Jul/Agos/Set/1993), ele demonstrou como os CAIs do Setor Leiteiro já estavam atuando dentro no Mercosul. Pensando no Mercosul, dois dos maiores complexos agroindustriais atuais do setor lácteo rio-grandense estavam apostando na concorrência interna e externa da integração aberta: a CCGL e a Parmalat.

A flexibilização possibilitava uma maior autonomia e jogo de cintura (barganha) das agroindústrias na relação de poder com os produtores diretos locais. Ao apostar no Mercosul, a CCGL (cf. CCGL, 1992. Ano IV, n. 4, p. 15) acentuou a seletividade na produção leiteira sob sua área de influência, mas também investiu no novo mercado sub-regional.

Foi também pensando no Mercosul, que estará consolidando em janeiro de 1995, que a CCGL comprou duas fábricas na Argentina em 1991. As unidades transformam hoje 55 mil litros de leite/dia em queijos especiais como provolone itálico, *sbrinz*, quartiolo, sardo e romano. A Levino Zaccardi, localizada na província de

Buenos Aires, fatura US\$ 8 milhões/ano com a venda de metade da produção no mercado local e exportação de outra metade para França, Finlândia, Canadá e Brasil (ZERO HORA, 01/08/93, In: CAMP, Jul/Agos/Set/1993, p. 39).

Em 1992, a transnacional Parmalat tornou-se a acionista majoritária da Lacesa. Além dos investimentos em "marketing" no futebol ("paixão nacional") no Brasil, Uruguai, Argentina e Venezuela, a empresa estava entrando, "de bola cheia", no mercado sul-americano com novos produtos e com a cartelização (rede de empresas lácteas) nestes países.

A região do Alto Jacuí, até 1993 era considerada área (zoneamento) de domínio do Sistema CCGL e das suas Cooperativas Associadas. A partir da instalação de um Posto de Recebimento da empresa privada Ivoti, no município de Selbach, que iniciou a coleta no segundo semestre de 1993, a concorrência entre as próprias empresas de laticínio já estava fazendo parte dos "novos tempos do Mercosul". A Parmalat, através da sua unidade de transformação instalada no município de Carazinho, também estava "entrando" na área de influência da CCGL, na bacia leiteira do Alto Jacuí. Desde 1992, a transnacional já estava planejando sua "entrada triunfal" nessa região. A partir do segundo semestre de 1996, a empresa também alugou (terceirizou o recebimento) um Posto de Recebimento no município de Tapera. Os supostos benefícios dessa concorrência entre os poderosos, até aquele momento se limitava a uns poucos centavos pagos a mais por litro de leite *in natura*, pagos pelas empresas privadas recém instaladas no Alto Jacuí. A CCGL reagiu à nova concorrência amarrando e até cobrando a fidelidade dos associados pelos anos de assistência e fomento, apostando na "força do cooperativismo" e na parceria entre direção e associados. Todavia, tratando-se de um jogo de mercado, abrir mão de uma pequena margem de lucros, servia para preservar a boa imagem dos bons princípios cooperativistas (corporativistas) e mero *merchandising*.

A "privatização" da CCGL (sem "consulta às bases") e as decorrentes novas contratações atestavam o poder manipulador do jogo mercadológico, da competitividade, contudo, isso é assunto para um outro capítulo.

O Mercosul tampouco vinha ameaçar um mundo "idílico da agricultura familiar". Raúl Prebisch teve clareza de que o principal "obstáculo" ao desenvolvimento latino-americano era a realidade da distribuição de renda. Na perspectiva dos trabalhadores os efeitos do Mercosul no mundo do trabalho seriam irrisórios e sequer fatores agravantes se houvesse uma integração vertical dos assalariados, desempregados e sem-terras no mercado sub-regional, com uma real redistribuição de renda.

Considerações finais

"Temos atuado sempre de forma crítica e extremamente construtiva, apontando os problemas que já estão ocorrendo e o agravamento da questão social. Em todo esse processo temos apresentado propostas concretas e sugestões que nunca foram sequer consideradas, apesar de sermos a parcela que mais sofrerá as conseqüências das decisões que V. Exas. têm assumido".

Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS)¹

Uma síntese sobre as propostas de integração apresentadas neste estudo, certamente, abarcaria as concepções de *desenvolvimento social e integração competitiva*, uma vez que, tais propostas balizaram, em maior ou menor medida, os projetos dos interlocutores governamentais e empresariais para o desenvolvimento latino-americano.

Considerando a abordagem da história recente do processo de integração regional e as temáticas desenvolvimento econômico, integração e agricultura, manifestas no pensamento cepalino de 1950/60 e 1990, nas ações dos governos nacionais dos países-membros e dos respectivos atores da sociedade civil (entidades empresariais; centrais sindicais e movimentos sociais populares), sugeriu-se um diálogo e uma aproximação das teses das propostas de integração social, de amplitude popular.

O referencial mais consistente para esse diálogo e/ou releitura do pensamento integracionista esteve relacionado à historicidade latino-americana, ou seja, o enraizamento das propostas na tecitura histórico-social. O diálogo histórico-historiográfico foi iniciado com Raúl Prebisch. Seu

¹ "Correspondência da CCSCS aos Presidentes dos Países do Mercosul" (In: CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA, Jun/1996, p. 38).

estudo teve como ponto de partida a condição periférica e o subdesenvolvimento econômico e social regional. Se, por um lado, ele compreendia as desigualdades no desenvolvimento capitalista internacional (imperialismo) a partir do nível tecnológico das economias nacionais e da organização dos trabalhadores (centro-periferia), manifestadas na deterioração dos termos de intercâmbio no comércio mundial, pois a periferia também era, em parte, criação do centro (estrangulamento externo); por outro, ele situava a dependência no próprio mundo periférico, reproduzindo o dualismo na estrutura interna dos países latino-americanos.

Afora o dualismo estrutural e considerando as discussões e propostas atuais de integração, especialmente a neoliberal, a grande contribuição de Raúl Prebisch pode ser vista a partir da ênfase dada às mudanças estruturais internas. Esta compreensão do desenvolvimento social pressupunha, para ele, tanto a superação do atraso tecnológico, quanto a mudança social. Quando em 1963, Prebisch (1964) propõe a reforma agrária modernizante como principal medida para redistribuir renda e manteve sérias reservas às saídas colonizadoras (projetos governamentais de colonização), ele não deixou de priorizar o caráter social da reforma agrária ao desenvolvimento. Ao preocupar-se com a introdução de tecnologia substitutiva de mão-de-obra e com o projeto de modernização agrícola em enclaves exportadores, ele dualizava a própria tecnologia².

Todavia, permanecia uma certa indefinição sobre essa tese, pois era possível entendê-la de duas perspectivas ou formas: ou o autor entendia que a tecnologia era muito "avançada" para os padrões sociais e teria que se ter um período de introdução tecnológica; ou o autor ultrapassava a noção de tempo tecnológico e problematizava os aspectos e impactos

2 Se a tecnificação da produção no campo fosse realizada a partir dos padrões tecnológicos do centro, ao invés de contribuir para redistribuir renda, ela agravaria a marginalização dos pobres do campo.

sociais nas formas de uso da tecnologia, sob orientação exclusivamente privada e individualista.

Considerando que em Raúl Prebisch também estava presente o paradigma malthusiano e do industrialismo, as duas questões podiam estar postas concomitantemente. Entretanto, com uma ressalva: ao discutir o obstáculo da terra, a modernização tecnológica conservadora não contribuiria para redistribuir renda, pois substituir a mão-de-obra rural, a modernização conservadora beneficiaria ainda mais o latifúndio, agravando a exclusão. Com isso, a releitura da prioridade da redistribuição de renda não estaria relacionada com a tecnologia, mas com as relações sociais no campo. O maior agravante estaria, pois, nas finalidades da modernização, em quem a usaria e para quê usaria a tecnologia moderna, de origem cêntrica e importada. No mundo agrário, era o acesso à terra que garantia a redistribuição de renda e não a mecanização.

Para romper com o estrangulamento no campo, na visão de Prebisch, o próprio Estado teria que agir deliberadamente para aumentar a produtividade social, o que desobstacularizaria a própria formação de classes sociais no mundo rural. Se essa leitura tinha sentido em Prebisch, então, mesmo que o autor não fez referência mãos contundente, o desenvolvimento social, para ele, romperia com as relações sociais internas de poder. E isso foi o que a crítica, do ponto de vista dos trabalhadores, fez durante os anos de 1990, quando entendia que a integração social teria que passar, primeiramente, pela inclusão política e social dos "excluídos da oficialidade", discordando do nivelamento por baixo do projeto de integração levado a efeito pelos atores governamentais e empresariais, com foco neoliberal.

A proposta da equidade da CEPAL/1990 também enfocava a necessidade de redistribuir renda, porém permanecia uma diferença acerca dos meios e formas de garantir estes resultados, quando comparada com o que

Prebisch havia pensado. A questão do acesso à terra permanecia um problema estrutural e latente na América Latina, no entanto, a reforma agrária não tinha mais a centralidade no enfoque da transformação produtiva com equidade, da CEPAL/1990.

Ao analisar, naquele contexto, a realidade da América Latina e do Caribe, a CEPAL/1990 centralizava sua discussão na "década perdida" e, com muita procedência, criticava a "saída de crise com recessão" socialmente localizada. Porém, os referenciais da "década perdida" circunscreviam-se ao retorno do crescimento econômico e ao salto tecnológico em tempos da globalização e dos grandes blocos econômicos. O cerne da proposta do crescimento estava na transformação produtiva voltada ao mercado internacional, cuja viabilidade era apontada para as vantagens competitivas. Se o estrangulamento externo (competitividade comercial) estava posto como prioridade, o estrangulamento interno e as propostas mais concretas e imediatas para a redistribuição de renda permaneciam subsidiárias.

Para a CEPAL/1990, as saídas da crise moderna existente na América Latina e Caribe passavam pelo mercado aberto. O desenvolvimento voltado para o mercado interno passava a ser carimbado como protecionismo e como um modelo de desenvolvimento historicamente superado. Considerando a tradição da "escola do desenvolvimentismo" latino-americano, a superficialidade do tratamento da dívida externa e das tendências de flexibilização na integração ("*dumping*" social), possibilita entender que esses aspectos não eram vistos como "obstáculos" à redistribuição interna de renda. Da mesma forma, a indicação da redistribuição de renda através da nova mentalidade empresarial e dos "sócio colaboradores", com os salários participativos, segundo Héctor Alimonda (mimeo, p. 5; 1992) – ao analisar o Mercosul sob o ponto e vista de uma agenda democrática –, oculta a realidade do poder aquisitivo dos salários da maioria dos trabalhadores.

Miguel Wionczek (1966; 1969) e Sidney Dell (1996a), ao tratarem da agricultura na ALALC e a sua função social nas economias nacionais e sub-regional, enfatizaram sua importância estratégica na produção de alimentos para o mercado interno, para a solução da pobreza e das tensões sociais no campo (reforma agrária), na redistribuição de renda para a população rural pelo acesso aos meios para prover a vida, e, ao desenvolvimento nacional e regional enquanto geradora de superávit comercial. Esta função social era desempenhada, principalmente, pela pequena propriedade rural. No caso do Mercosul, estes também eram aspectos da realidade dos três Estados sulbrasilieiros e do Nordeste argentino (CARBALLO, 1991, p. 13-20).

Da temática da integração, enquanto "ideia-força" cepalina (enfoque estrutural e padrão de desenvolvimento) e as vicissitudes nas experiências da ALALC, Alfredo da Mata Menezes cinde a ideia de integração e a realidade dos processos, sugerindo, inclusive, o momento adequado da integração: "Não porque a idéia não fosse boa e válida, mas por falta de momento adequado, de recursos, de infra-estrutura e de experiências anteriores no trabalho em conjunto" (MENEZEZ, 1990, p. 225).

Se Alfredo Menezes entendia que deveria existir uma correspondência entre ideia-força e momento histórico adequado, o autor estava invertendo o sentido das coisas, pois também haveria um imperativo temporal e social, histórico, à integração. Por outro lado, se o autor compreendia que a falta de momento adequado diz respeito às diferenças entre os interlocutores sociais, o assunto teria sentido bem diferente.

Na avaliação de Sidney Dell (1966) e Miguel Wionczek (abril-junho/1981, p. 67-84), as vicissitudes da ALALC não foram resultadas da dicotomia entre ideia e realidade, mas, sim, da própria realidade imediata dos interlocutores. Nesse sentido, os autores se aproximavam das discussões de Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto (1996) sobre as alianças de

classes na dependência. A permanência do subdesenvolvimento e os "insucessos" da ALALC, por exemplo, também resultaram da não realização das mudanças estruturais, o que evidencia que isto não era foco dos atores governamentais nem da aliança de classe na dependência. O discurso em favor da reforma agrária (ideia), mesmo sendo eticamente correto e com um horizonte meramente modernizante, não substituiu a redistribuição efetiva das terras (realidade).

Marcadas as diferenças entre o enraizamento do pensamento de Raúl Prebisch, da CEPAL/1990 e da CCSCS, todos concordam que o Estado possuía uma função estratégica na integração com o desenvolvimento social, a inclusão social e política dos excluídos, ou para a equidade na transformação produtiva. No entanto, desde a ALALC até a década de 1990, as experiências de integração foram oficializadas pelos poderes executivos dos países-membros e, conforme Héctor Alimonda, (1992) seus projetos sociais e modelos jurídicos eram definidos à revelia das forças populares, o que o levou a interrogar acerca da real representatividade democrática desses governos.

Pelo discurso oficial da integração do Mercosul, por exemplo, o argumento democrático eleitoral direto constituía-se na principal "ideia-força" da legitimidade social dos poderes Executivos (e mesmo Legislativos), pois tinham sido eleitos. Em outro viés, a opção pelo mercado com o discurso das vantagens comparativas e competitivas, da "leveza" do Estado (mínimo ao mercado empresarial e máximo, se necessário, para o controle social) e da competitividade autêntica, eximia a mesmo Estado de adotar ações de caráter social na reconversão produtiva e tecnológica, relegando aos indivíduos isolados sua "sobrevivência" no mercado.

Restringindo a participação popular, monopolizando para si a condição de sujeito oficial e afirmando a irreversibilidade do processo e do projeto comercialista e neoliberal de integração, pós Ata de Buenos Aires e Tratado

de Assunção, nesse mesmo discurso dualista da eficiência e competitividade, restaria para os setores *duplamente excluídos*, três alternativas: "especializar-se, especializar-se e especializar-se"; ou, sair do mercado.

Para o caso da atividade leiteira comercial de base da agricultura familiar, o discurso da especialização estava presente no fomento da produção e na seletividade dos produtores. Entretanto, no caso da pequena propriedade rural, baseada no trabalho familiar, até meados da década de 1990, a especialização não trazia muita segurança. De certa forma, ao praticarem o binômio monocultor da soja-trigo, os agricultores se especializaram nessa atividade, cujas rentabilidades não permaneceram o tempo esperado e nem isso poderia ser garantido. Como colocou Pablo Sidersky (1991), a condição dos camponeses estava em constante tensão entre a autonomia e a subordinação. Neste contexto, o Mercosul estava acentuando as dificuldades e até diminuindo a rentabilidade, porém, não era colocado como o principal problema para os agricultores, como apontado anteriormente.

Diferentemente do que aconteceu em diversos países do Primeiro Mundo, a opção comercial da integração aberta do Mercosul, com seu discurso livre-cambista da Rodada Uruguai, do GATT, por pressão liderada pelo governo estadunidense, condenava qualquer forma de subsídio agrícola, ou mesmo, uma política agrícola diferenciada para a agricultura familiar (proprietários de pequenas áreas rurais). Segundo Argemiro Luís Brum, as práticas de subsídios agrícolas eram comuns e mesmo elevada entre os países do Primeiro Mundo:

Os Estados Unidos subsidiam seus produtores em 51%, a Comunidade Econômica Européia em 52%, o Canadá em 68% e o Japão em 84%, o que tem viabilizado os produtores destes países até o momento (FETAP/RS, Março/1002, p. 9).

Mesmo autorias, como Ney Suassuna (Julho/1994) e fontes que não estavam compromissadas com a crítica à dupla exclusão, presente no projeto neoliberal, apontavam para a incoerência no regramento do comércio internacional³.

Em seu estudo de 1963, Raúl Prebisch tinha proposto a integração regional como meio para acelerar a industrialização dinâmica, pois seria alavancada com os ganhos de escala e mediante uma divisão regional do trabalho e no planejamento regional da industrialização, segundo o modelo substitutivo de importações. Em sua visão global do desenvolvimento social regional, o primeiro momento da industrialização estaria voltado para o mercado interno regional, às deduções das assimetrias no desenvolvimento econômico dos Estados Partes. Num segundo momento, rompido o estrangulamento externo e interno e avançando na dinamização industrial, os países latino-americanos poderiam competir no mercado internacional.

A integração aberta também estava projetada para um espaço regional, mas enquanto complementar-setorial voltada para fora, isto é, para a concorrência internacional. Esta opção comercial, segundo Bela Balassa (1964), limitava-se aos ganhos de escala e à horizontalidade do mercado.

Trabalhando com Raúl Prebisch (1964) e o referenciais do DIEESE (Maio/1990, p. 6), o projeto comercial do Mercosul se apresentava como uma integração conservadora, pela opção do mercado e da dupla exclusão socialmente localizada, pelo mercado virtual e expansão horizontal e pela completa ausência de propostas concretas de redistribuição de renda.

Avançando na discussão do projeto neoliberal da integração do Mercosul e a especialização produtiva (novas velhas-ideias), a partir da crítica

³ "Nos últimos anos a parcela de importações por todas as medidas não-tarifárias aumentou em mais de 20% nos Estados Unidos, quase 40% no Japão e 160% na Comunidade Européia. Nessa estatística não estão incluídas outras restrições, tais como limites de preço ou normas sanitárias e de segurança" (SUASSUNA, Junho/1994, p. 21-22).

prebischiana da deterioração dos termos de intercâmbio (ideia-velha) e da teoria neoclássica do comércio internacional, pelas condições históricas do desenvolvimento desses países, baseado no modelo agro-exportador, ocorreria uma transferência de riqueza através do comércio em função da variação dos preços entre os produtos primários e industrializados (tecnológicos).

Após esta observação de Raúl Prebisch, considera-se que o projeto de inserção competitiva seguia em adequação ao desenvolvimento sub-regional modernizante e conservador, no caso, preservando e rearranjando a condição de periferia. Tendo em vista as análises de Lúgia Goldenstein (1994) e da CEPAL (1990; 1992) sobre os NICs, a primeira pergunta a se fazer seria: onde os países do Mercosul eram especializados? Uma das respostas muito freqüente seria a seguinte: a especialidade estava na vocação natural de cada região!

Também é de conhecimento de todos que a "vocação natural", se é possível atribuir esta origem natural, da economia brasileira e de grande parte das regiões dos Estados sulbrasileiros, do Uruguai, da Argentina e do Paraguai eram as atividades agropecuárias. Portanto, a especialidade estava na produção primária. Realmente, em muitos ramos agropecuários existia uma competitividade meridional no comércio internacional, no entanto, as práticas sociais de subsídios aos produtores e a proteção do mercado interno europeu e norte-americano, inclusive, reduziam a competitividade, como foi indicado anteriormente.

Com certeza, o que se pode questionar, a partir de Prebisch, além do estrangulamento discriminatório, era justamente a "vocação natural" (vantagens comparativas ricardianas) da especialidade sub-regional (regionalização) na "era" da globalização e da terceira revolução industrial, ou seja, a possibilidade de avanços na industrialização substitutiva estava descartada como modelo atrasado, a opção de solução seria a especialização

em algum setor primário, uma vez que um desenvolvimento global da economia também já estava descartado.

Nos setores de tecnologia de ponta, das novas tecnologias, a cartelização existente, de longa data, praticamente já estabelecia as regras do jogo. Além dos "enclaves primário exportadores" a principal especialização volta-se a localizar na dita "vocação natural primária", o que correspondia ao retorno do círculo vicioso centro-periferia, que Raúl Prebisch contestava, porém, agora, tornado vicioso na integra o aberta conservadora.

Com a op o comercialista do Mercosul, repetia-se outro "círculo", ao igualar, pelo mercado, tantas assimetrias econômicas entre os Estados-Membros. Segundo Paulo Schilling (1992), para se pensar numa integra o voltada ao desenvolvimento social sub-regional, fazia-se necessário, inclusive, rever o acordo bilateral sobre a Itaipu: "O Paraguai, enquanto não conseguir revisar o tratado de Itaipu, imposto pelos militares brasileiros, possivelmente o mais colonialista da história, continuará sendo o "Porto Rico" do Brasil (SCHILLING, 1992, p. 106).

A integra o das economias e a liberdade de mercado estavam presentes em todas as experiências de integra o, e ambas, em si, necessariamente, não eram excludentes da participa o da sociedade civil popular ou de medidas de caráter social para os setores mais sensíveis, podendo, inclusive redimensionarem-se em outra op o de integra o: a vertical.

A inser o internacional foi apontada por Raúl Prebisch (1964) e também estava incluída na proposta da CCSCS, mas, uma integra o dos mercados internos dos quatro países com redistribui o de renda, sem "dumping social" e com espaço democrático ampliado   sociedade. No entanto, nessa proposta o livre mercado não era visto como demiurgo.

Referências

Arquivos pesquisados:

ARQUIVOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E COOPERATIVISMO.

ARQUIVOS DA CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES/RS-DEPARTAMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS (CUT-DETR/RS).

ARQUIVOS DA COMPANHIA RIO-GRANDENSE DE LATICÍNIOS E CORELATOS.

ARQUIVOS DA COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA GENERAL OSÓRIO LTDA.

ARQUIVOS DA COOPERATIVA MISTA ALTO JACUÍ LTDA.

ARQUIVOS DA COOPERATIVA TRITÍCOLA DE ESPUMOSO LTDA.

ARQUIVOS DA COOPERATIVA TRITÍCOLA TAPERENSE LTDA.

ARQUIVOS DA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMATER/RS

ARQUIVOS DA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA/RS.

SICREDI - AGÊNCIAS DA REGIÃO DO ALTO JACUÍ

FAMÍLIAS DE AGRICULTORES CITADAS (Questionário para Levantamento de Dados)

BOCH, Manuel. Município de Tapera/RS. Data: 10/09/1993.

LOESER, Ilvo. Município de Tapera/RS. Data: 10/09/1993.

PASINATO, Armino A. Município de Tapera/RS. Data: 14/09/1993

Fontes bibliográficas:

ALALC. *La Asociación Latinoamericana de Libre Comercio*. Buenos Aires: ALALC, 1961.

ALIMONDA, Héctor. "A crítica canadense aos Tratados de Livre Comércio na América Latina" In: *Novos Estudos CEBRAP*. julho/1994. N.º 39 p. 222-236

_____ ; "O Mercosul: perspectiva para a sociedade e para a política" In: *Indicadores Econômicos FEE: análise conjuntural*. Porto Alegre: FEE, Maio/1992. vol. 20, n.º 1 p. 140-157

_____ ; *Una agenda democrática frente al Mercosur* (notas para una alternativa a la internacionalización pasiva). (mimeo); cf. versão publicada In: *Nueva Sociedad*. Septiembre-Octubre/1992, n. 121, p. 26-34

ALMEIDA, Manoel Luzardo de (apres.). *Difusão e Promoção da ALALC*. Porto Alegre: Banco Nacional do Comércio S. A., [1967]. (Estudos Banmércio)

ANO LEITEIRO - Desempenho da economia leiteira gaúcha - safra 91/92./Camilo Simon editor/. Porto Alegre: SCE - Simon Comunicações Empresariais, Agosto/1992. Ano IV

ARRUDA, Marcos e outros. *Mercosul ou a Integração dos Povos do Cone Sul*. Rio de Janeiro: PACS/FASE/UFRJ, 1992.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL-COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E COOPERATIVISMO. *A Crise Mundial de Alimentos: a fome como arma política*. 3. ed., Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1996.

ASSOCIAÇÃO SELBAQUENSE DOS PRODUTORES DE LEITE COM MELHORAMENTO GENÉTICO - ASPROLEITE. *Ata de Fundação; Estatuto Social*. Selbach/RS, 1991. (mimeo)

BALASSA, Bela. "A Procura de uma teoria de integração econômica" In: WIONCZEK, Miguel e outros. *A integração econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966. p. 37-48

_____ ; *Teoría de la Integración Económica*. México: Unión Tipográfica Editorial Hispano-Americana, 1964.

- BARBAGELATA, Héctor-Hugo. *Exploración preliminar de la proyectada integración en el Mercosur desde la perspectiva laboral*. Buenos Aires, Março/1991. (mimeo)
- BAUMANN, Renato e LERDA, Juan Carlos (orgs.). *Brasil-Argentina-Uruguai: a integração em debate*. Rio de Janeiro: Marco Zero/EUnB, 1987.
- BELATO, Dinarte e DALACOSTA, Armando. "Integração à Agroindústria" In: DETR-CUT/RS (org.). *Relatório do Seminário sobre a "Integração à Agroindústria"*. Porto Alegre, edição Data GEA, dezembro/1991. (mimeo)
- BELATO, Dinarte. "Integração". *Palestra no Seminário organizado pelo CETAP*, agosto/1989. (mimeo)
- _____; *Os Tratados de Assunção, o Acordo de la Rosaleda e a Iniciativa para as Américas*. Ijuí: UNIJUÍ/SPED, maio/1992. (digitado)
- BHAGWATI, Jagdish. *Proteccionismo versus Comércio Livre*. Rio de Janeiro: Nórdica, 1989.
- BID/INTAL. *Mercado Común entre Argentina y Brasil*, Tratado, Actas, Protocolos y Anexos - Período 1985-1990 -. Buenos Aires, BID/INTAL, 1990.
- _____; *El Proceso de Integración en América Latina y el Caribe en 1992*. Buenos Aires: BID/INTAL, 1993.
- BIEBER, León E. "Paralelos e Diferenças na Conformação de Blocos de integração Regional na Europa e na América Latina" In: PLÁ, Juan Algorta (coord.). *O Mercosul e a Comunidade Européia: uma abordagem comparativa*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; Instituto Goethe/ICBA, 1994.
- BOLÍVAR, Simón. "Carta de Jamaica" In: *BOLÍVAR: política*. /Manoel Lelo Bellotto e Anna Maria Martinez Corrêa, orgs./ São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais, 40) p. 74-90
- BORNSTEIN, Claudio Thomás. *A Reforma Agrária na Nicarágua*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Tudo é história, 59)
- BRUM, Argemiro Luiz. "GATT: quem ganha com a liberalização?" In: *Indicadores Econômicos FEE: análise conjuntural*. Porto Alegre: FEE, Maio/1992. vol. 20, n.º 1 p. 209-234

BRUM, Argemiro J. *Modernização da Agricultura: trigo e soja*. Ijuí: FIDENE, 1985.

BUXEDAS, Martin. *El Mercosur e las políticas agropecuárias*. (mimeo)

CAMARGO, Sônia de. "Brasil-Argentina: a integração em questão" In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro: IRI/PUC/RJ, jan-jun/1989. Ano 5, n.º 9. p. 45-62

CAMP. "*¿Mercosul ou Nossa Integração?*". Porto Alegre: CAMP, 1992-1993. (Informativo e Resenha de Imprensa, n.º Zero-5). [Zero (1 - Maio/Junho/Julho/Agosto/1992); n. 2 - Setembro/Outubro/Novembro/Dezembro/1992; n. 3 - Janeiro/Fevereiro/Março/1993; n. 4 - Abril/Maio/Junho/Julho/1993; n. 5 Julho/Agosto/Setembro/ 1993).

CARBALLO, Carlos. "Produtos regionais e complementação alimentar" In: CUT/DNTR, MAM, PPCH, ACODECO, CRAI, ASIPAI, UNC (orgs.). *Encontro fronteiriço de organizações rurais*. Porto Alegre: CUT Nacional/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 22-24/03/1991. p. 13-20

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique. *As Idéias e seu Lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____; "Raúl Prebisch: um precursor da integração latino-americana" In: IBGE. *MERCOSUL: sinopse estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. v. 1 (p. 25-30)

CARFANTAN, Jean-Yves. "As instituições e os recursos da Comunidade Européia"; "A política agrícola comum"; "Rumo a um acordo na Rodada Uruguai?"; "A política americana no setor da soja"; "Dados sobre a Comunidade Européia" In: OCERGS/FECOTRIGO/ OCEPAR/OCESEC/ABAG-RS/FEE. *Seminário: "A Política Agrícola e Comercial da Comunidade Européia"*. Porto Alegre, 17 e 18 de Maio/1993. (Documentos 1-5)

CARR, E. H. *A Revolução Russa de Lênin a Stalin (1917-1929)*. Rio De Janeiro: Zahar, 1981.

CASTRO, Fidel. *A Dívida Externa*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

CCGL. *Via láctea*. Porto Alegre: CCGL, 1992. Ano IV, n. 4.

CEDEP/UFRGS. *Noticiário de Imprensa América Latina*. Porto Alegre: CEDEP-UFRGS, dezembro/1994. Vol. 10, n.º 5]

CEPAL. *Equidad y Transformación Productiva: un Enfoque Integrado*. Santiago: ONU/CEPAL, 1992.

_____; *Transformación Productiva con Equidad*. Santiago: ONU/CEPAL, 1990.

CERTEAU, Michel de. "A operação histórica" In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: Novos Problemas*. 3. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 17-48

CIOTTA, Tarcílio. *Hegel: a Fundamentação Ética do Estado*. Porto Alegre: PUCRS, 1994. (Dissertação de Mestrado em Filosofia)

COLETIVO SINDICAL PINHALZINHO-NOVA ERECHIM-SAUDADE-MODELO. 1º *Seminário: Futuro da Pequena Propriedade no Mercosul*. Pinhalzinho, 26 e 27 de fevereiro de 1992.

COLLOR DE MELO, Fernando. "Discurso do Presidente da República por ocasião da assinatura do Tratado para a Constituição do Mercado Comum do Sul" In: *Boletim de Diplomacia Econômica*. Brasília: MRE, 1991. (Abril/Maio, n.º 7) p. 25-26

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPÉIAS. *Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores*. Luxemburgo: EUROP, 1990.

_____; *La Política Agraria Común de Europa al Inicio de los Años Noventa*. Madrid: EUROP, Enero/1990. (Documentos Europeos, 1/90)

COMISSÃO DE SAÚDE, TRABALHO E BEM-ESTAR SOCIAL. *I Simpósio Estadual do Leite e seus Derivados*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, 1980.

CONSELHO ESTADUAL DO LEITE E SEUS DERIVADOS. *"Conclusões da Junta Técnica do Conselho do Leite e seus Derivados"*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, Junho/1981. (mimeo)

_____; *"Conclusões da Junta Técnica do Conselho do Leite e seus Derivados: análise dos principais problemas de produção, processamento e consumo do leite e derivados e sugestões para o desenvolvimento setorial"*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa, Fevereiro/1984. (mimeo)

COOPERATIVA CENTRAL GAÚCHA DE LEITE. *Via Lactea*. Porto Alegre: CCGL, 1989/92.
Ano I, II, III e IV, n. 1, 2, 3 e 4

COPAGRIL. *Jornal COPAGRIL*. Marechal Cândido Rondon/PR, Março de 1990. n. 125

COPELLO, Belter Garre. *El Tratado de Asunción e el Mercado Común del Sur (MERCOSUR)*.
Montevideo: Editorial Universidad Ltda., 1991.

COUTROS, Thomas. "Dependência e informalidade: antigas e recentes controvérsias" In:
Novos Estudos CEBRAP. Março/91, n.º 29. p. 156-171

CPT-GRS, CUT/RS/SC, MST/RS/SC, MAB, MMTR/RS/SC. *MERCOSUL: quem ganha e quem perde*. Florianópolis: CPT/SC, [1993].

CRISTALDO, Gladys S. Benegas. *A la búsqueda de un Mercado Común: MERCOSUR*.
Asunción: Universidad Católica "Nuestra Señora de la Asunción" / Biblioteca de
Estudios Paraguayos, 1994.

CUT-BRASIL/CFDT-FRANÇA. *Estratégias Sindicais para a Promoção da Dimensão Social do Mercosul*. São Paulo, Jun/1996. (Textos para debate internacional, n.º 7)

CUT-BRASIL/CSN-CANADÁ (prom.). *A Integração das Américas: impactos sobre o mercado de trabalho e o movimento sindical no Nafta e no Mercosul*. São Paulo: DESEP/CUT, fev/1996. (Relatório de Pesquisa)

CUT/DESEP. *Indicadores DESEP - 1994*. São Paulo: CUT/DESEP, 1994.

CUT/ESCOLA SUL. *Caderno Sindical sobre o MERCOSUL*. Florianópolis: Escola Sul da CUT, Set/1996.

_____ ; *Cartas e Acordos Sociais nas Experiências de Integração*. Florianópolis: Escola Sul da CUT, [s.d.].

_____ ; *Relatório do Seminário Mercosul*. Curitiba, 13, 14 e 15 de outubro/1991.

_____ ; *Seminário: "Mercosul - Desafios da Conjuntura e a Participação da Sociedade na Integração /20 de novembro de 1995/ Florianópolis: Escola Sul da CUT, Abril/1996*.

CUT/DNTR, CRAB, MAM, APPCH, ACODECO, CRAI, ASIPAI, UNC (orgs.). *Encontro Fronteiriço de Organizações Rurais*. Porto Alegre: CUT Nacional: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 22-24/03/1991. (Relatório)

CUT-GTM/DNTR/DESEP/ESCOLA SUL/DESER. *MERCOSUL*. Curitiba, Outubro/1992.

CUT/MAM/CRAB. América Latina: *Fazer Nossa a Integração*. (Panfleto para o Ato Público - Dia 12 de Outubro [1991] - San Javier (Argentina))

CUT. *Elementos para a Estratégia da CUT no MERCOSUL*. outubro/92.

____; *Mercosul e os Direitos dos Trabalhadores*. São Paulo: CUT, 1993. (Cadernos da CUT - Jurídico e relações sindicais, N.º 8)

CUT/RS. *O Pequeno Produtor e a Luta do Leite*. Porto Alegre: CUT. Mar/1990.

DEAN, Warren. *As Multinacionais: do mercantilismo ao capital internacional*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DELGADO, Nelson e outros. *Integração Econômica Regional, Estratégias Agroindustriais e Grupos Sociais Rurais: o caso do MERCOSUL*. Rio de Janeiro, dezembro/1992. (digitado)

DELL, Sidney. *Mercado Comum Latino-Americano: Utopia ou Realidade?*. Rio de Janeiro: Edições Cruzeiro, 1966a. (Economia & Desenvolvimento, 9)

____; *Experiencias de la Integración Económica en América Latina*. México: Centro de Estudios Monetários Latinoamericanos, 1966b.

____; "Os Primeiros Anos de Experiência da ALALC" In: WIONCZEK, Miguel e outros. *A Integração Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966c. p. 125-144

DIEESE. *Alternativas de Pagamento do Leite ao Produtor*. Porto Alegre, Janeiro/1990. (mimeo)

____; *Brasil - Argentina: reflexos da integração na agricultura e agroindústria*. Maio/90. (mimeo)

____; *Cinquenta Anos da Salário Mínimo*. São Paulo: DIEESE, Jul/1990. (mimeo)

_____; *Os Trabalhadores e a Integração Econômica*. Porto Alegre, 17/10/91. (mimeo)

DIEESE/SUBSEÇÃO BANCÁRIA DE FLORIANÓPOLIS. *Mercosul: a Nova Ordem Econômica e os Trabalhadores*. Florianópolis, Maio de 1992. (mimeo)

DONGHI, Halperin. *História da América Latina*. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DREIFUSS, René Armand. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986*. 2. ed., Rio de Janeiro: Ed. Tempo e Espaço, 1987.

EISENHOWER, Milton e outros. *A Aliança para o Progresso - Problemas e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

EMMANUEL, Arghiri. "A troca desigual" PALLOIX, Christian e outros. *Imperialismo e Comércio Internacional (a troca desigual)*. São Paulo: Global, 1981. p. 23-57 (Coleção bases, 34)

ENGUITA, Mariano Fernández. "O discurso da qualidade e a qualidade do discurso" In: GENTILI, Pablo A. A. e SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 93-110

ESCOSTEGUY, Claudio; DAMBORIARENA, Estefania; FREITAG, Paulo A. *Produção de Leite em Quatro Municípios do Alto Uruguai: uma sondagem*. Sarandi/RS: CETAP, Dez/1991.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. *Sinopse do Setor Agropecuário Gaúcho Frente ao Mercosul*. Porto Alegre: SAA, 1992.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL/FIERGS, Comissão para Assuntos do MERCOSUL. *MERCOSUL: um guia para integrar-se*. /Gilberto Mosmann coord./ Porto Alegre: FIERGS/SULMERCOSUL, 1993.

FERNANDES, Florestan. *Nova República?*. 3. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

_____; *Pensamento e Ação: o PT e os rumos do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FETAG/RS. "*Proposições da FETAG/RS e de sua Sub-Comissão do Leite ao II Simpósio Estadual do Leite*". Porto Alegre, 28 a 30 de novembro de 1988. (mimeo)

_____; *Relatório Síntese do I Seminário Estadual dos Pequenos Produtores de Leite do Rio Grande do Sul: perspectivas de viabilidade dos pequenos produtores de leite frente a política leiteira e ao Mercosul*". Porto Alegre: FETAG/RS, Março de 1992. (mimeo)

FIELD, Peter. "Os Estados Unidos e o futuro do Mercosul". IN: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RS. *I Fórum "O Desafio da Integração"*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do RS/Diretoria de Taquigrafia, 09/12/1991. (mimeo)

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. "Veinte años de integración económica en América Latina: éxitos y fracasos" In: ILDES. *Integración y cooperación en América Latina*. Campinas: CARTGRAF, 1982. p. 113-188

FURTADO, André. "Dinâmica sócio-econômica da América Latina" In: *Novos Estudos CEBRAP*. Fev./86, n.º 14. p. 16-30

FURTADO, Celso. "O Manifesto dos Periféricos" In: _____; *A Fantasia Organizada*. 3. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 53-63

_____; "O Manifesto dos Periféricos" In: IBGE. *MERCOSUL: sinopse estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. v. 1 (p. 21-24)

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. 25. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALVEAS, Ernane. "O Financiamento das Exportações" In: WIONCZEK, Miguel e outros. *A Integração econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966. p. 252-267

GEA. *O Leite no Cone Sul: algumas informações*. Porto Alegre: Gea, Março/1991.

GENTILI, Pablo A. A. e SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 1994.

GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a Dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GRABENDORIF, Wolf. "Perspectivas y polos de desarrollo en América Latina" In: ILDES. *Integración y Cooperación en América Latina*. Campinas: CARTGRAF, 1982. p. 57-100

GRAMSCI, Antônio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 4. ed., Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

GRIFFITH-JONES, Stephany e SUNKEL, Osvaldo. *O Fim de uma Ilusão: as crises da dívida e do desenvolvimento na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GUEVARA, Ernesto Che. *Por uma Revolução Internacional*. São Paulo: Edições Populares, 1987.

GUEVARA (CHE): *política*. /Eder Sader, org./, São Paulo: Ática, 1988. (Grandes Cientistas Sociais, 19)

HAFFNER, Jacqueline. *CEPAL: Uma Perspectiva Sobre o Desenvolvimento Latino-Americano*. Porto Alegre: EDPUCRS, 1996.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1970 edição original].

HERRERA, Felipe. "O Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Integração Econômica da América Latina" In: WIONCZEK, M. e outros. *A Integração Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966. p. 242-251

HIRST, Mônica. "Contexto e estratégia do programa de integração Argentina-Brasil" In: *Revista de Economia Política*. jul-set/1988. Vol. 8, n.º 8. p. 55-71

HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios 1895-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOFFMANN, Marco. *"Projeto PROLAC: Produtos Alimentícios Colorado Ltda*. Passo Fundo/Colorado-RS, 06/10/1991. (mimeo)

IANNI, Octavio. *A Sociedade Global*. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____; *A Formação do Estado Populista na América Latina*. 2. ed., São Paulo: Ática, 1989.

IBGE. *MERCOSUL: Sinopse Estatística*. Rio de Janeiro: IBGE, 1993. v. 1

- IEPE/UFRGS. *A Agropecuária Sulbrasileira no Contexto do Mercosul*. Porto Alegre: IEPE, 1992.
- ILDES. *Integración y Cooperación en América Latina*. Campinas: CARTGRAF, 1982. (Coleção ILDES, 4)
- IPARDES. *MERCOSUL: Informações Sócio-Econômicas*. 2. ed., Curitiba: IPARDES, 1993
- IRES/DESEP (orgs.). *MERCOSUL: Integração na América Latina e Relações com a Comunidade Européia*. São Paulo: Ed. Cajamar, 1993. (Projeto de Pesquisa)
- JUNTA DO ACORDO DE CARTEGENA. "Pacto Andino: resumen de la evaluación del proceso de integración 1969-1979" In: ILDES. *Integración y Cooperación en América Latina*. Campinas: CARTGRAF, 1982. p. 189-272
- KIELING, José Fernando. *Expansão da Agropecuária Sul Rio-Grandense (1950-1980)*. São Paulo: UPS, 1995. (Tese de Doutorado em História)
- KITAMURA, Hiroshi. "Teoria Econômica e Integração nas Regiões Subdesenvolvidas" In: WIONCZEK, Miguel e outros. *A integração econômica da América Latina* Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966. p. 59-81
- KOLING, Paulo José. *"O Cheque do Leite da Mãe"*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE/FACIMAR, 1991. (mineo)
- KONZEN, Otto Guilherme. "Produção de leite na região Sul do país e viabilidade de sua expansão em estabelecimentos de produção diversificada" In: SOBER. *Anais do XXXI Congresso*. Ilhéus, Bahia, Agos/1993. Vol. II p. 842-859
- LAMPREIA, Luiz Felipe Palmeira. "Resultados da Rodada Uruguai: uma tentativa de síntese" In: *Estudos Avançados*. São Paulo: USP, jan-abril/1995. Vol. 9, n.º 23. p. 247-260
- LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (orgs.). *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LEITE B./Revista da Associação Brasileira dos Produtores de Leite B/. Dez/1990. Ano 5, n. 50. (Edição Exclusiva: O leite no Cone Sul)

LENZ, MARIA Heloisa. *A Categoria Econômica Renda da Terra*. 4. ed., Porto Alegre: FEE, 1992. (Teses)

LERDA, Juan Carlos e MUSSI, Carlos. "Coordenação de políticas macroeconômicas no contexto da integração argentino-brasileira: uma avaliação crítica" In: BAUMANN, R, e LERDA, J. C. (orgs.). *Brasil-Argentina-Uruguai: a integração em debate*. São Paulo: Marco Zero/EDUnB, 1987. p. 43-68

LIMA, Maria Regina de; MOURA, Gerson. "A trajetória do pragmatismo - uma análise da política externa brasileira" In: *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 1982. n.º 3, vol. 25. p. 349-363

MACADAR, Beky Moron de. "A proposta neoconservadora do Mercosul: avaliação e perspectivas" In: *Indicadores Econômicos FEE: análise conjuntural - Mercosul: desafios à integração*. Porto Alegre: FEE, Nov/1994. vol. 22, n.º 3 p. 130-150

MAGARIÑOS, Gustavo. "ALALC e as possibilidades da formação do Mercado Comum Latino-Americano" In: ALMEIDA, Manoel Luzardo de /apres./ *Difusão e formação da ALALC*. Porto Alegre: Banco Nacional do Comércio S. A., [1967]. p. 5-30

_____ ; "Instrumentos da Integração e Realizações da ALALC" In: WIONCZEK, Miguel e outros. *A Integração Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966. p. 145-159

MAGNOLI, Demétrio. *Da guerra fria à détente: política internacional contemporânea*. Campinas: Papirus, 1988.

MAGNOLI, Demétrio e ARAUJO, Regina. *Para Entender o MERCOSUL*. 3. ed., São Paulo: Ed. Moderna, 1994.

MALTHUS: *economia*. /org. Tamás Szmrecsányi/, São Paulo: Ática, 1982. (Grandes Cientistas Sociais, 24)

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 7. ed.; Petrópolis: Vozes, 1992.

MARX, Karl. *O Capital*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. (cap. XXIV e XXV)

MARX: *sociologia*. /Octavio Ianni, org./ São Paulo: Ática, 1987. (Grandes Cientistas Sociais, 10)

MARX, K. - ENGELS, F.: *história*. /Florestan Fernandes, org./ São Paulo: Ática, 1984.
(Grandes Cientistas Sociais, 36)

MARX, K. e ENGELS, F. "Manifesto do Partido Comunista" In: _____; *Obras Escolhidas*.
São Paulo: Alfa-Omega, [s.d.]. vol. 1 p. 21-47

MELLO, Flávia de C. *Mercosul: um balanço*. Rio de Janeiro: IBASE, Julho/1993. (Cadernos
do IBASE, 20)

_____; *O Papel do GATT na Preservação de uma Ordem Internacional Desigual*. Rio de
Janeiro: IBASE, Fev/1992. (Cadernos do IBASE, 1)

MENEZES, Alfredo da Mota. *Do Sonho à Realidade: a integração econômica latino-
americana*. São Paulo: Alfa-Omega, 1990.

MENDONÇA, Sonia Regina de. "Dez anos de economia brasileira: História e historiografia
(1954-1964)" In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: FAPESP; ANPUH;
CNPq/Marco Zero, vol. 14, n.º 27, 1994. p. 87-97

MINDLIN, José. "Linhas gerais de uma estratégia de integração para a ALALC" In:
ALMEIDA, Manoel Luzardo de (apres.). *Difusão e Promoção da ALALC*. Porto Alegre:
Banco Nacional do Comércio S. A., [1967]. p. 53-64

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES/DECLA. *Coletânea de informações sobre o
Mercosul*. Brasília, DECLA/MRE, [s.d.]

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *MERCOSUL: Origem, Legislação, Textos
Básicos*. Brasília: MRE, 1992.

MIRES, Fernando. *Las Revoluciones Sociales en América Latina*. México: Siglo Veintiuno,
1988.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da
América Latina*. Brasília: EDUnB, 1987.

MOURA, Gerson; KRAMER, Paulo; WROBEL, Paulo. "Os caminhos (difíceis) da autonomia:
as relações Brasil-EUA" In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro: IRI/PUC/RJ, jul-
dez/1985. Ano 1, n.º 2. p. 35-52

- MYRDAL, Gunnar. *Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas*. 2. ed., Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1968.
- NAVARRO, Francisco González. *La Nueva Ley Fundamental para la Reforma Política*. Madrid: Servicio Central de Publicaciones/ Secretaria General Técnica- Presidência del Gobierno, 1977.[43]
- NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 1990.
- NUÑEZ, Tarson. "Os impactos sociais da integração regional" In: *Indicadores Econômicos FEE: análise conjuntural*. Porto Alegre: FEE, Maio/1992. vol. 20, n.º 1 p. 129-139
- OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. 5. ed., Petrópolis: Vozes, 1987.
- ORLANDO, Alcibíades Luiz. *Pequena Propriedade e Agroindústria: estudo da organização da produção minifundiária a partir da avicultura de corte*. Cascavel: Ed. UNIOESTE, 1996. (Dissertação de Mestrado em História)
- PALLOIX, Christian e outros. *Imperialismo e Comércio Internacional (a troca desigual)*. São Paulo: Global, 1981. (Coleção bases, 34)
- PEREIRA, Lia Valls. "Considerações preliminares sobre a Iniciativa para as Américas" In: VELLOSO, João Paulo Reis (org.). *O Brasil e o Plano Bush: oportunidades e riscos numa futura integração das Américas*. São Paulo: Nobel, 1991. p. 129-172
- PIRES, Eginardo. "Deterioração dos termos de troca e intercâmbio desigual" In: *Revista de Economia Política*. abril-junho/1981, Vol. 1, n.º 2. p. 85-109
- PLÁ, Juan Algorta (coord.). *O Mercosul e a Comunidade Européia: uma abordagem comparativa*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS; Instituto Goethe/ICBA, 1994.
- POCHMANN, Marcio. "Políticas de combate à pobreza no Brasil: necessidades e dificuldades nos anos 90" In: *Indicadores Econômicos FEE: desempenho da economia do RS - 1993*. Porto Alegre: FEE, jan/1994. V. 21 N.º 4. p. 173-184
- PRADO, Maria Lígia. *O Populismo na América Latina*. 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.

PRADO JÚNIOR, Caio. *O Estruturalismo de Levi-Strauss - O Marxismo de Louis Althusser*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

_____ ; *História e Desenvolvimento*. 3. ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.

PRAXEDES, Walter e PILETTI, Nelson. *O MERCOSUL e a Sociedade Global*. 3. ed., São Paulo: Ática, 1995.

PREBISCH, Raúl. "Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo" In: *El Trimestre Económico*. (abril-janeiro, 1983) 98. p. 1077-1096

_____ ; "Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo" In: CEPAL. Raúl Prebisch: un Aporte al Estudio de su Pensamiento. Santiago de Chile: CEPAL/Naciones Unidas, 1987a. p. 13-30

_____ ; "Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo" In: *Comercio Exterior*, México, Mayo de 1987b, vol. 37, núm. 5, p. 345-352

_____ ; *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano*. São Paulo: Ed. Fundo de Cultura, 1964.

_____ ; "O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas" In: *Revista Brasileira de Economia*. FGV, set/1949. Ano 3, n.º 3, p. 47-111

_____ ; "Os Obstáculos ao Mercado Comum Latino-Americano" In: WIONCZEK, Miguel e outros. *A integração econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966. p. 160-174

_____ ; *Transformación y Desarrollo: la gran tarea de América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1970.

PROPOSTAS CONCLUSIVAS DO II SIMPÓSIO ESTADUAL DO LEITE, realizado nos dias 28, 29 e 30 de setembro de 1988, no Auditório da Assembléia Legislativa do Estado. (mimeo)

REYNOSO, Plácido García. "Problemas da Industrialização Regional" In: WIONCZEK, M. e outros. *A Integração Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966. p. 175-193

REVISTA DO SEITE - Pecuária Leiteira. Porto Alegre: FEE, 1984. Ano 5, n., 1

- RITCHIE, Mark. *Mercados Agrícolas Internacionais: a solução dos conflitos mundiais no comércio agrícola*. Rio de Janeiro: FASE, 1988.
- ROCHA, Enid (coord.). *Mercosul: Base de Dados da Integração Agrícola e Agroindustrial*. Brasília: IPEA, 1994.
- ROGEL, Guillermo. *O Significado do Mercosul para a Agricultura Brasileira: uma análise de atores sociais*. Rio de Janeiro: Rede Interamericana Agricultura e Democracia, Julho/1994. (Cadernos Temáticos, 3)
- ROGEL GOMEZ, Guillermo e IORIO, Maria Cecilia. *Os Pequenos Produtores, a Indústria do Leite, e o Sindicato de Trabalhadores Rurais*. Rio de Janeiro: CEDI, Set/1991. (mimeo)
- ROLIN, Cássio Frederico Camargo. "Integração versus integração: a busca dos conceitos perdidos" In: *Indicadores Econômicos FEE: análise conjuntural - Mercosul: desafios à integração*. Porto Alegre: FEE, Nov/1994. vol. 22, n.º 3 p. 151-172
- ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente: Introdução à América Latina*. São Paulo: EdUSP, 1991.
- SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SADER, Emir. *Cuba, Chile, Nicarágua: Socialismo na América Latina*. São Paulo: Atual, 1992.
- SAINT-LOUIS, Robert. "Impactos Econômicos do ALENA e do ALECEU sobre a agricultura do Canadá, Estados Unidos e México" In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (orgs.). *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 101-121
- SALINAS, Samuel Sérgio. *O Bando dos Quatro: a industrialização no sudeste asiático*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- SANZ-PASTOR, Fernando. *A Urgência da Reforma Agrária: um enfoque histórico*. São Paulo: Nerman, 1988.
- SANTOS, Theotônio dos. *Economia Mundial: Integração Regional & Desenvolvimento Sustentável*. Petrópolis: Vozes, 1994.

SCHAFF, Adam. "A concepção marxista do indivíduo" In: DELLA VOLPE, Galvano e outros. *Moral e Sociedade*: atas do convênio promovido pelo instituto Gramsci. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 73-96

_____; *A Sociedade Informática*. São Paulo: Ed. UNESP; Brasiliense, 1990.

_____; *História e Verdade*. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____; *Linguagem e Conhecimento*. Coimbra: Livraria Almedina, 1964.

_____; *O Marxismo e o Indivíduo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SCHILLING, Paulo R. *Mercosul: Integração ou Dominação*. São Paulo, CEDI, 1992.

SCHILLING, Voltaire. *EUA X América Latina*: as etapas da dominação. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

SEITENFUS, Vera Maria e DE BONI, Luís A. (coords.). *Temas de Integração Latino-Americana*. Petrópolis: Vozes, 1990.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ. *Mercosul e a Pequena Empresa*: oportunidades e ameaças. Curitiba: Ed. SEBRAE, 1993.

SIDERSKY, Pablo. *Sobre a Especificidade do Pequeno Produtor*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. (textos para debate, 36)

SILVA, Celson da. "Antecedentes históricos do processo de integração latino-americana: ALALC, MCCA, Pacto Andino" In: SEITENFUS, Vera Maria e DE BONI, Luís ^a (coords.). *Temas de Integração Latino-Americana*. Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Ed. Universidade, 1990. p. 32-81

SILVEIRA, Helder Gordin da. *A Integração Latino-Americana*: projetos e realidades. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992.

SIMONSEN ASSOCIADOS. *MERCOSUL: O Desafio do Marketing de Integração*. São Paulo: Makron Books, 1992.

SOARES, Maria Clara Couto. *Dívida Externa, Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.

_____; *Projeto Mercosul: condicionantes e desafios*. Rio de Janeiro: IBASE, Maio/1993. (Cadernos do IBASE, 18)

_____; *Quem Ganha e Quem Sofre os Danos das Políticas do Banco Mundial/FMI*. Rio de Janeiro: IBASE, Julho/1993. (Cadernos do IBASE, 16)

SOCORRO, Maria do Perpétuo e BATISTA Jr, Paulo Nogueira. "Protecionismo dos países industrializados e suas implicações para a América Latina" In: *Novos Estudos CEBRAP*. Out./1990, n.º 28. p. 116-126

SONDA, Valdemir José. *Os Brasiguaios: nos Caminhos e Descaminhos da Fronteira*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 1996. (monografia/Curso de História)

STRAHM, Rudolf H. *Subdesenvolvimento: Por que Somos tão Pobres?*. Petrópolis: Vozes, 1991.

SUASSUNA, Ney. "A vocação do Mercosul" In: *Revista de Ciência Política*. Junho/1994. Ano 1, N.º 02 p. 17-26

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. 11. ed.; Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. 2. ed., São Paulo: Ática, 1982.

THOMPSON, E. P. "O tempo, a disciplina do trabalho e o capitalismo industrial" In: GRACIO, Sérgio. *Sociologia da Educação. Ontologia, funções da escola e reprodução social*. Lisboa: Livros Horizontes, 1982. p. 107-158

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. *Diário Oficial*. N.º 122, 26/06/1996.

UNIVERSIDADE DE CRUZ ALTA. *Perspectivas da Agroindústria no Mercosul./2*. Seminário Regional de Economia Agrícola/ Cruz Alta: UNICRUZ, 1992.

VELLOSO, João Paulo Reis (org.). *O Brasil e o Plano Bush: oportunidades e riscos numa futura integração das Américas*. São Paulo: Nobel, 1991.

VERSIANI, Flávio Rabelo. "A experiência latino-americana de integração e os novos acordos Brasil-Argentina-Uruguai" In: BAUMANN, R. e LERDA, J. C. (orgs.). *Brasil-Argentina-Uruguai: a integração em debate*. Rio de Janeiro: Marco Zero/EUnB, 1987. p. 26-42.

VESENTINI, José William. *Imperialismo e Geopolítica Global*. Campinas: Papirus, 1987.

VEYNE, Paul. "A história conceitual" In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (dir.). *História: Novos Problemas*. 3. ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p.64-88

WAGNER, Carlos. *O Brasil de Bombachas*. Porto Alegre: L&PM, 1995.

ZAMBERLAM, Jurandir. *Mercosul: Caminhos ou Descaminhos do Pequeno Agricultor*. Passo Fundo: Ed. P. Berthier, 1993.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 5. ed., São Paulo: Pioneira, 1987.

WEBER: *sociologia*. /Gabriel Cohn, org./, 3. ed., São Paulo: Ática, 1986. (Gr. Cientistas Sociais, 13)

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. 4. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

WIONCZEK, Miguel e outros. *A Integração Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1966. (Economia e Desenvolvimento)

WIONCZEK, Miguel S. *A Integração Latino-Americana e a Política Econômica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

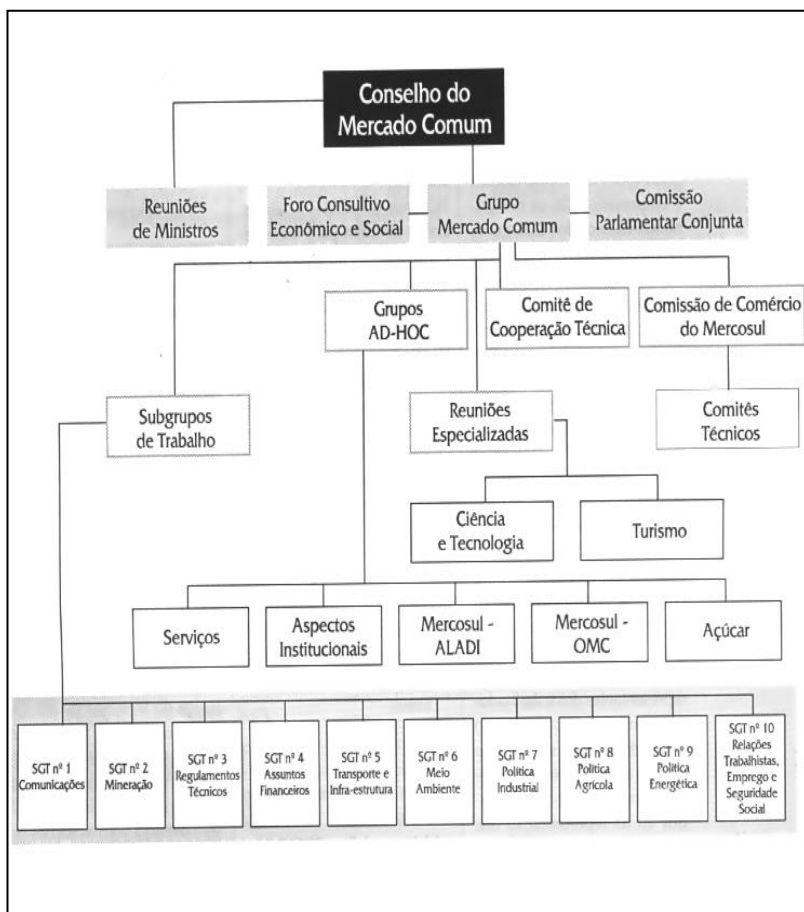
_____ ; "As relações entre a Comunidade Econômica Européia e a América Latina no contexto de uma crise econômica global" In: *Revista de Economia Política*. abril-junho/1981, Vol. 1, n.º 2. p. 67-84

Video:

BENJAMIN, Cesar. *O Plano Real: componentes estruturais e conseqüências* (filme-video). Prod. Olho Enfoco, Curitiba: APP-Sindicato, 1996. (Painel sobre Conjuntura 3- VII Congresso da APP-Sindicato) 60 min, color, son., VHS, português.

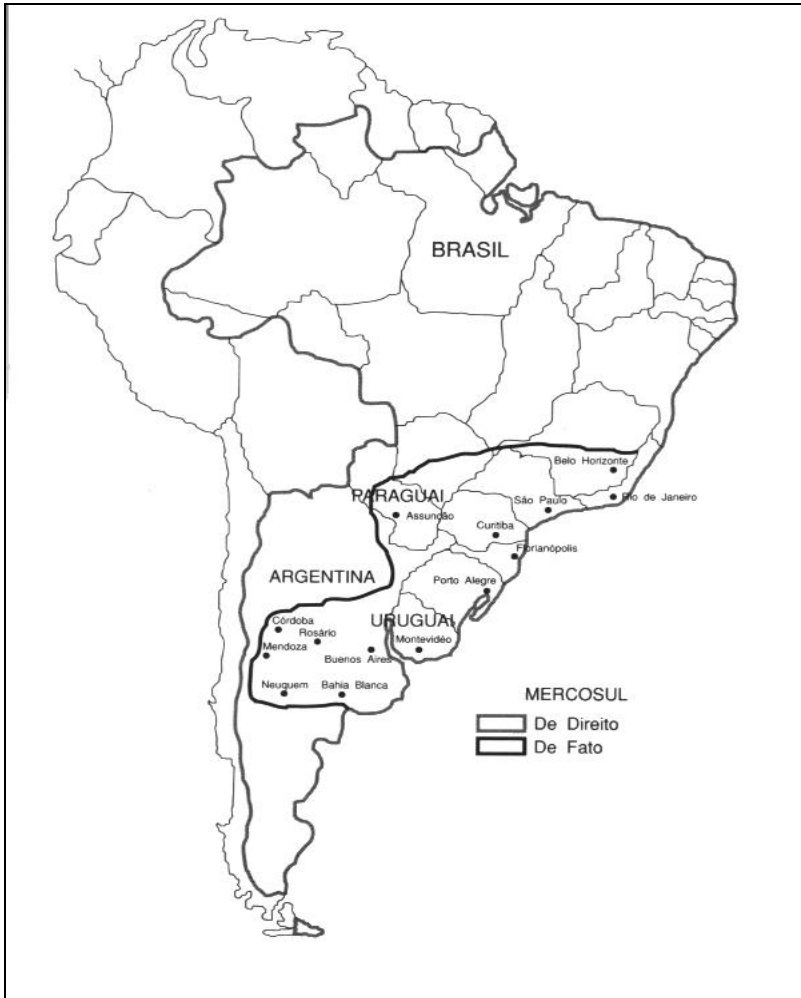
Anexo

Anexo I: Organograma da estrutura institucional do Mercosul (Protocolo de Ouro Preto - 17/12/1994)



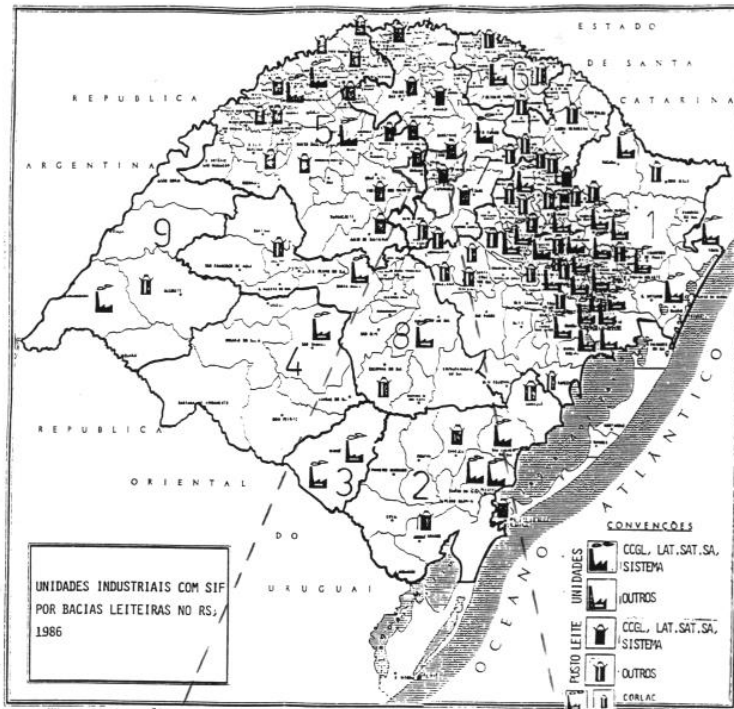
FORNE: In: CUT - ESCOLA SUL. Seminário - "Mercosul: desafios da conjuntura e a participação da sociedade na integração". Florianópolis: Escola Sul da CUT, 20/11/1995.

Anexo II: Mapa do Mercosul (de direito e de fato)



FONTE: Apud: SIMONSEN ASSOCIADOS. **Mercosul: O Desafio do Marketing de Integração.** São Paulo: Makron Books, 1992. p. 59

Anexo – III: Mapa do Rio Grande do Sul (a)



FONTE E ELABORAÇÃO: Divisão Técnica da Cooperativa Central Gaúcha de leite Ltda.

MAPA DA MR COLONIAL DO ALTO JACUÍ (B) (1992)



Anexo – IV: Foto: Mauro Schneider e Esposa

Mapa da Mr Colonial do Alto Jacuí (b) (1992)



FONTE: In: CCGL. *Via Lactea*. Porto Alegre: CCGL, 1990. Ano II, n. 2. p.16

FOTO: *Seu Mauro e Esposa com a vaca predileta.*

Obs.: Seu Mauro e Esposa são associados da COTRIJAL, Não-Me-Toque/RS.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org